UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Paisagens reveladas: o Jaó caboclo, quilombola, brasileiro

Sílvia Corrêa Marques

São Paulo

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Paisagens reveladas: o Jaó caboclo, quilombola, brasileiro

Sílvia Corrêa Marques

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Arqueologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Cristina Oliveira Bruno
Linha de pesquisa: Gestão do Patrimônio Arqueológico

Versão Corrigida
(versão original disponível no Museu de Arqueologia e Etnologia/USP)

São Paulo

2012

À memória de meu pai prof.Dr. Rivadávia Marques Junior,
ao meu tesouro Guilherme e a minha família pelo amor e
cumplicidade.
Obrigado.

Agradecimentos

A finalização deste trabalho só foi possível com o apoio da minha família, do meu companheiro Augusto e amigos .

A jornada só foi possível ser feita em companhia dos moradores do Jaó, a eles eu agradeço e espero ter contribuído de alguma forma.

À minha orientadora Cristina Bruno que tive a sorte de conviver, compartilhar e muito aprender. A sua generosidade foi essencial para a conclusão desse trabalho. Obrigada por ter compartilhado comigo essa fase da minha vida.

Aos professores José Luiz de Moraes, Marisa Afonso, pelas orientações na Qualificação que espero ter desenvolvido a contento.

Aos amigos Silvio Araújo e sua esposa Kelly pelo apoio nos momentos difíceis, pela ajuda no trabalho de campo, enfim pelo grupo de Arqueologia que formamos em Itapeva.

À minha mãe Irma que muito me socorreu com o meu filho, a casa e tudo mais. À minha tia Olívia, outra fiel escudeira do Guilherme, uma dupla que me possibilitou enfrentar o doutorado.

A todos da FAIT, especialmente as coordenadoras Vanessa e Rose que me apoiaram nesse final que é sempre mais trabalhoso.

À equipe da escola municipal do Jaó; ao mestre Beto da capoeira e todos os funcionários da escola.

Aos amigos de Itapeva que contribuíram com suas histórias de vida e lembranças.

Aos proprietários de todas as fazendas e sítios que permitiram a minha entrada.

Aos monitores do Jaó, Bel, Cézinha, Daniel, Jonas e Levi.

De onde vêm as histórias?

Elas não estão escondidas como tesouro na
gruta de Aladim
ou num baú que permaneceu no fundo do mar.

(Ecléia Bosi)

Resumo

Esta pesquisa está voltada para o estudo arqueológico do Jaó, uma das áreas do Estado de São Paulo categorizada como comunidade remanescente de quilombo no ano de 2000. O sítio arqueológico histórico do Jaó está localizado na cidade de Itapeva, sudoeste do Estado. Trata-se de um bem que permaneceu indiviso entre os herdeiros, um sítio caboclo de raiz africana que se formou nos anos posteriores à abolição e que se constituiu como propriedade privada, no contexto da decadência do Tropeirismo. As comunidades negras rurais se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos e estão presente em todo território nacional. Busca-se através da Arqueologia da Paisagem e do cotejamento com as fontes históricas, cartoriais e orais, outros caminhos interpretativos para a paisagem quilombola. Assim, na interface entre Arqueologia e Museologia, esta pesquisa pretende demonstrar como o Jaó e seu entorno podem ser vistos como um território privilegiado para uma ação baseada na identificação, valorização e preservação do patrimônio tanto material como imaterial, ainda não analisados plenamente. O trabalho de campo tem como objetivo principal apresentar aos habitantes do quilombo, a paisagem e os lugares da memória como referências patrimoniais. Estes, uma vez localizados, serão a base para ações de musealização.

Palavras-chaves: Quilombos – Arqueologia da Paisagem - Musealização da Arqueologia – Patrimônio – Caboclos.

Abstract

This research is turned to the archaeological study of Jaó, one of the areas in the State of São Paulo, that in the year 2000, was categorized as remaining quilombo colony. The historical archaeological site of Jaó, is located in Itapeva, a town in the South East of the State. It is a property that stayed whole, without divisions between heirs, a small holding of peasants of african roots, formed in the years subsequent slavery abolition, and became private property with the decline of “tropeirismo”. Black rural communities were created during various processes of diversity and area now present in the whole national territory. It is hoped that through Landscape Archaeology and comparing historic sources being them by mouth and drawings, will be possible interpret a quilombo landscape. So, in the interface between Archeology and Museology, this research intends to demonstrate how Jaó and it surrounding area, can be seen as a privileged territory, to be identified, valorized and preserved through actions of material and non material identification of this heritage, not yet wholly analised. The land work has at its principal aim, to present this quilombo people, a landscape and memory sites as patrimonial references. These, once located, will be the basis of actions to create a museum.

Keywords: Quilombos – Landscape Archaeology – Archaeological Museum Studies – Heritage - Peasants

Sumário

Introdução.....	8
Materiais e métodos: o corpus documental	30
Capítulo 1	36
Breve caracterização econômica e ambiental do município	36
1.1 Itapeva no século XX: minério, trigo, agronegócios e agricultura familiar	38
1.2 A matriz ambiental	46
1.3 Contexto geológico regional	50
Capítulo 2	55
Paisagens Arqueológicas: Objetos em Cena, Percepções e Interfaces	55
2.1 Um olhar sobre a paisagem.....	61
2.2 Um olhar convergente	63
2.3 Paisagens em sobressalto: as comunidades remanescentes de quilombos.....	72
Capítulo 3	80
A Vila de Itapeva da Faxina nos caminhos do Sul: rede de trocas e palco de confrontos	80
3.1 A fundação oficial da Vila	80
3.2: A presença indígena e a contribuição da Arqueologia.....	85
3.3 O Tropeirismo e a ocupação dos campos da Velha Faxina	102
Capítulo 4	131
O Jaó revisitado – patrimônio histórico, arqueológico e ambiental	131
4.1 A dimensão contextual: alinhavando em ponto largo	132
4.2 A dimensão político-identitária do contexto: tecer, cortar, compor	143
4.3 A dimensão histórico-cultural do território / contexto: a resistência da linha.....	157
4.4 A contribuição da arqueologia: alinhavando em ponto miúdo.	169
4.4.1 Na rota das tropas e pelos trilhos do trem, roteiro pela estrada Velha da Lagoa Grande	184
4.4.2 Com os atores em cena, as paisagens emergiram	209
Capítulo 5	261
A herança cultural em tela: Jaó um museu a céu aberto.....	261
5.1 O enlace entre o passado e presente.....	265
5.1.1 A antiga casa de barro e costaneira	266
5.1.2 O museu quilombo do Jaó.....	269
Conclusão	273
Bibliografia e Fontes.....	276
Lista de Anexos.....	293

Introdução

Da literatura, com Euclides da Cunha e Guimarães Rosa, alcançando mais tarde o ambiente acadêmico no momento em que as relações sociais no meio rural brasileiro começaram a se tornar objeto de investigação sociológica com Maria Isaura Pereira de Queiróz e, sem dúvida, Antônio Candido, destaca – se uma tradição brasileira de observar de forma profunda e questionadora seu interior rural, mestiço, sertanejo, caboclo ou caipira.

Dessas narrativas emergem as contradições, a exploração, as desigualdades sociais, e também a diversidade cultural, regional e as paisagens naturais ou transformadas pela ação humana: as estradas, as casas, a taipa, a rede, o fumo de rolo, a caça, o fogão de lenha, os rios, a mata, a capela, o sertão, a terra, os costumes e as tradições da “gente miúda”.

Em busca das paisagens do sertão mineiro e do encontro com os sertanejos, vaqueiros e jagunços, muitos deles analfabetos, Rosa lhes deu voz e letra. O buriti, palmeira típica daquela região, virou sujeito da história, na paisagem humanizada do cerrado brasileiro.

A paisagem amazônica interpretada por Euclides da Cunha (1999), soberana, brutal, aponta para uma difícil, mas estreita relação entre homem e natureza, surgindo o seringueiro e sua luta pela sobrevivência na floresta:

Os cenários, invariáveis no espaço, transmudam-se no tempo. Diante do homem errante, a natureza é estável; e aos olhos do homem sedentário que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o (...)

De feito, o seringueiro — e não designamos o patrão opulento, senão o freguês jungido à gleba das "estradas" —, o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se.

Considerando em perspectiva histórica mais ampla, os personagens fictícios ou reais revelam estratégias de sobrevivência e a adaptação contínua ao meio muitas vezes hostil, seja pelas condições ecológicas ou por aquelas que decorrem dos mecanismos de dominação que foi imposto aos sujeitos oriundos das

classes menos favorecidas. Herança que guarda traços de um passado mais remoto, o período colonial e pós-independência, em que se determinou o lugar social das populações indígenas, africanas e seus descendentes. Nesse sentido, caracterizado por uma economia agrário-exportadora e assentada na grande propriedade escravista.

Como explicam historiadores e sociólogos, forjou – se uma sociedade patriarcal, oligárquica com formas específicas de mando e dependência. Nas palavras de José de S. Martins sobre a persistência no presente de estruturas vivas do passado: “o atraso é um instrumento de poder” (1994, p.13). Dentro dessa ótica, ainda permanece uma sociedade em que prevalece a desigualdade na distribuição de riqueza e poder.

Ampliando o foco de análise, as melhores terras para a agricultura ou mesmo a pecuária sempre foram ocupadas por pessoas que detinham o poder político e econômico. Cabendo às populações marginais, entre elas, agrupamentos formados por famílias afro-descendentes, hoje considerados quilombos, por compra ou doação a famílias de ex-escravos, a apropriação de pequenos lotes circunvizinhos aos antigos latifúndios escravistas (MARQUES, 2001).

O mesmo pode ser dito para os locais impactados com a decadência econômica não apenas no campo, como na cidade, desde o período colonial. É o que mostram as pesquisas. Sendo possível identificar as fases de ocupação e abandono empreendidas pelo “branco” e, num movimento de resistência, de permanência e não de fuga, uma nova ocupação e reorganização do espaço organizada pelos afro-descendentes. Novas paisagens despontaram em pleno período escravista, alcançando o tempo presente e contam outras histórias da ocupação do território brasileiro. Como as “terras de preto” do Maranhão, surgidas da desagregação das grandes propriedades monocultoras, (ALMEIDA, 1989). E a comunidade remanescente de quilombo Vila Bela da Santíssima Trindade, formada a partir do abandono da cidade e terras adjacentes na exaurida região mineradora do rio Guaporé, na então Capitania de Mato Grosso (BANDEIRA, 1988).

Esboçando inicialmente o contexto mais geral em que o tema ganha a sua significação contemporânea, serão utilizadas as expressões quilombos, remanescentes de quilombos e quilombos contemporâneos como sinônimos em

alusão às atuais comunidades negras que fazem parte do espaço rural brasileiro, sujeitos de direito sobre uma parcela de terra do território brasileiro e, em termos mais específicos, classificadas como comunidades tradicionais.

Nas últimas décadas, um novo movimento social vem ganhando espaço na mídia nacional e na cena pública, através de homens, mulheres e crianças que se autodenominam remanescentes de quilombos. Sua inserção gira em torno da luta pela titularidade das terras que ocupam, agrupando tanto as comunidades rurais formadas durante o período escravista como aquelas que se originaram após a abolição. Grande parte deles mobilizados com apoio do movimento negro, pesquisadores, sobretudo antropólogos, e fortalecidos com a criação, em 1996, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) durante o I Encontro Nacional de Quilombos em Bom Jesus da Lapa, Bahia.

Atualmente a situação dos segmentos rurais negros em diferentes regiões e contextos: mocambos, quilombos, comunidades negras rurais e terras de preto, “expressões de formas de existência coletiva” (ALMEIDA, 2004), é vista como portadora de uma herança cultural, material e imaterial, que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar, a um grupo, a um território (GUSMÃO, 1996).

Não obstante suas diferentes formações históricas, alguns quilombos contemporâneos são identificados pela administração municipal a qual pertencem como bairros rurais. No Estado de São Paulo, é o caso de Jaó, município de Itapeva, Ivaporunduva, município de Eldorado (QUEIROZ, 2006) e Cangume, município de Itaóca (ARRUTI, 2003), ambos no Vale do Ribeira.

Portanto, são experiências cristalizadas na memória, nas práticas culturais e, do ponto de vista da Arqueologia, também na paisagem. Esta, portadora de referências materiais e simbólicas, um ancoradouro da memória do grupo.

A paisagem é, no fundo, a percepção cognitiva da envolvente exterior pelo elemento humano, constituindo a memória a tomada de consciência da acção cognoscente. Assim, na realidade, paisagem e memória resultam num binômio inseparável, de total complementaridade, cuja construção corre em paralelo. Por outro lado, julgo ser da construção e partilha de

uma paisagem, e logo de uma memória, pelo grupo ou pelo indivíduo, que surge a noção de identidade, enquanto sentimento de inclusão/pertença; isto é, a identidade é a partilha de uma memória colectiva.(MATALOTO, 2007, p.123-124).

Nesse sentido, à categoria jurídica “remanescentes das comunidades dos quilombos”, que no texto constitucional de 1988 é referida através do Artigo 68, como será analisado em capítulo específico, pretende – se acoplar o conceito de referência patrimonial, representativo tanto da história do grupo como da história brasileira no pós-abolição. A memória e a imagem dos afrodescendentes estão ligadas a um acontecimento histórico específico: a escravidão. É igualmente importante destacar que “durante séculos, a palavra negro teve, para os brasileiros, um só significado. Herança do período colonial, ela representava não apenas a cor da pele, raça ou etnia de um indivíduo, mas sua condição de escravo” (PRIORE; VENÂNCIO, 2004, Introdução). A memória dos moradores do Jaó conta outra história: a da população afro brasileira como proprietária de terras e produtora não apenas para a subsistência, como para a comercialização. Fato que precisa ser reconhecido.

Logo, há também que se considerar nessa problematização que está sendo construída, uma questão fundamental: se paisagem é vista como um espaço pensado, construído a partir de referências e relações materiais e simbólicas, resultante da interação entre o homem e o meio, ela também possui elementos de interdição, pois se trata de um grupo rural afro-descendente.

Segundo Florestan Fernandes, a assimetria herdada da escravidão permaneceu a funcionar na sociedade brasileira republicana, algo muito distante de uma democracia racial brasileira. Além disso, há uma tradição intelectual brasileira, principalmente a partir do século XIX comprometida com a construção da inferioridade natural do negro e afeita a ideia da miscigenação como degeneração. Nos anos 30 do século passado, Gilberto Freyre, autor de clássicos da sociologia brasileira, foi o inspirador da ideia do Brasil como uma democracia racial, elaborando uma outra interpretação sobre a formação do país, sobretudo a partir da ideia de cultura e não de raça, abandonando o determinismo biológico anterior, passando a valorizar a mestiçagem como um legado original e específico da sociedade que aqui

se formou. Como contraponto, as análises de Florestan Fernandes e outros, destacaram o legado perverso da escravidão em termos de desigualdade social e econômica e a existência do preconceito e da discriminação racial no Brasil.¹

O ponto de vista de Kabenguele Munanga sobre a mestiçagem (1996), é amplamente conhecido no Brasil e mostra o jogo paradoxal presente nessa categoria na medida em que ela pode ser usada para retirar do debate sobre políticas públicas e ações afirmativas particularizadas, a questão das relações raciais. Nesse campo de discussão, o próprio debate sobre a mestiçagem no Brasil convive há décadas com defesas, ambiguidades e críticas vigorosas. Para uns, a diversidade étnico-racial e cultural brasileira é vista como uns dos fatores que distingue positivamente o Brasil do resto do mundo.

A concepção desta pesquisa propõe uma perspectiva analítica: a de esquadrihar a composição da sociedade brasileira marcada por sua diversidade e mestiçagem cultural, (ORTIZ, 1994), não obstante, sem negar o racismo. Nesse sentido, dar maior visibilidade ao interior paulista de tal forma que a percepção da história da Província, mais tarde Estado de São Paulo possa ser enriquecida e problematizada.

Os cafezais, no século XIX, não compuseram uma paisagem monolítica para todo o território paulista. O rio Itararé, as araucárias, os campos nativos, as geadas que branqueavam o horizonte, as invernadas e poteiros da Velha Faxina (posteriormente Itapeva) sinalizam outras diversidades: topográficas, econômicas, culturais, climáticas, encontradas num mesmo estado.

No presente, a “Rota dos tropeiros” é um projeto turístico, lançado em 2002, para a região dos Campos Gerais, no Paraná, entendido como uma proposta de integração regional na qual os municípios paulistas de Itararé (divisa

¹ Sob a influência do culturalismo de Frans Boas, Gilberto Freyre escreve Casa Grande e Senzala. Essa perspectiva, favoreceu o surgimento de estudos, por exemplo, em torno dos cultos religiosos afro-brasileiros. O grupo formado por Florestan Fernandes e Otávio Ianni, sob a inspiração de Roger Bastide, nas décadas de 1950 e 1960, da Escola de Sociologia Paulista, da Universidade de São Paulo, inaugurou os estudos sobre as relações raciais no Brasil, pelo viés marxista. Muitas das pesquisas foram patrocinadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), motivada pela ideia de democracia racial brasileira. No livro “A integração do negro na sociedade de classes”, de 1966, Fernandes, tendo a cidade de São Paulo como universo empírico, afirmou que sem formação profissional, excluídos do mercado de trabalho livre, os negros e mulatos ficariam marginalizados diante do novo contexto do pós-abolição e modernização da sociedade com o advento da República.

com o Paraná), Itapeva, entre outros, estão inseridos, com chegada final em Sorocaba. (ZUCCHERELLI, 2008).

O processo de construção e reconstrução da identidade desses grupos não se define apenas pelo tamanho da área ocupada e pelo número de seus membros, mas principalmente pelas experiências vividas e compartilhadas ao longo do tempo, pelas saídas encontradas diante dos inúmeros conflitos que atingiram e atingem as áreas rurais, levando em conta a especificidade do componente étnico que lhes confere uma cultura própria e portadora de elementos afro-brasileiros (MARQUES, 2001).

Sob essa base de argumentos e de investigação, os antropólogos retiram do domínio quase exclusivo dos historiadores o conceito de quilombo (O'DWYER, 2002) e, pelo menos desde 1994, passaram a rediscuti-lo. Momento em que outro conceito estruturante, o de identidade, foi agregado àquele para a análise e entendimento das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil atual, partindo para a defesa imediata de seus direitos territoriais, o que evidenciou um outro Brasil agrário à medida em que laudos antropológicos eram produzidos. Como esses sujeitos chegaram ao tempo presente, a pesquisa etnográfica tem sido fundamental. Entre tantas referências significativas está a pesquisadora Eliane Cantarino O'Dwyer que, recorrendo a Barth (2002 b, p.16), afirma:

Pode-se alegar que essa definição das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos como grupos étnicos atributivos — que devem ser definidos a partir de sinais e emblemas considerados socialmente significativos pelo grupo, e não por um olhar classificador de um observador externo — dá margem a manipulações pelos atores sociais da identidade étnica.(...).

A observação dos processos de construção dos limites étnicos e sua persistência no caso das comunidades negras rurais — também chamadas terras de preto, com a vantagem de ser uma expressão nativa, e não uma denominação importada historicamente e reutilizada — permite considerar que a afiliação étnica é tanto uma questão de origem comum quanto de orientação das ações coletivas no sentido de destinos compartilhados.

Em pesquisa anterior Sílvia Marques², ficou evidenciado o fato de que os habitantes do Jaó conciliavam os roçados com o trabalho assalariado nas fazendas vizinhas. Naquele momento, do impacto da categorização como quilombolas, práticas relacionadas a um Brasil caboclo ou caipira emergiram dos depoimentos colhidos acerca do passado daquela população, deixando lastros para a continuação da pesquisa acadêmica.

O que se propõe nesta Introdução é somar, ampliar a problemática acima referida, trazendo-a para a Arqueologia e pensar em que medida esse outro campo de conhecimento pode acrescentar e contribuir para o debate atual tanto sobre a conformação da (s) identidade (s) desse grupo social-étnico específico, como dos limites territoriais. Outras variáveis entram em cena na observação do pesquisador: espaço, paisagens, processos naturais e culturais na formação do registro arqueológico, por exemplo. E outro sujeito, a própria comunidade, passa a observar “do seu modo” o território juntamente com o pesquisador, como olhares complementares. Nova perspectiva para compreender a herança quilombola na sociedade contemporânea.

Para esta pesquisa, em busca de uma paisagem cabocla de raiz africana, para o uso do termo caboclo, será trilhado o caminho que foi reaberto por Paulo Pinheiro Machado em sua obra intitulada “Lideranças do Contestado” (2004). Embora, conforme o autor:

(...) não haja uma conotação étnica nesta palavra, freqüentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a principal característica desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões (p.48).

No Brasil, sobretudo a partir da década de 80 do século XX, a historiografia social da escravidão, da cultura e do cotidiano, ao encarar a história como uma construção de vários sujeitos e a existência de processos históricos ressonantes, diferentes, mas simultâneos, tem fornecido contribuições significativas para a reconstituição das experiências vividas por grupos marginalizados do poder

² Dissertação de defendida em 2001, na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), área História Social, sob a orientação da prof^a Dr^a Zilda M. Gricoli Iokoi.

e, muitas vezes, do próprio processo produtivo como destaca Maria Odila L. da Silva (1995, p.15). Para tanto, dentro de um quadro de renovação teórica, esses estudos têm explorado as veredas que permaneciam desconhecidas perante os enfoques tradicionais, “antes restrito ao processo de acumulação de riqueza, do poder e à história política institucional” (idem, p.14).

A arqueologia, como ciência social, também abriu seu campo de investigação para os grupos marginalizados, para as culturas de resistência, assumindo seu papel político e de diálogo com a sociedade. As pesquisas arqueológicas desenvolvidas sobre os antigos quilombos predominam basicamente em torno da Arqueologia Histórica e estão sendo aprofundadas nos países latino-americanos, em especial Cuba. Segundo Pedro P. Funari, estes estudos estão voltados para a recuperação das trocas culturais entre africanos, afro-descendentes, europeus e indígenas.

Recorrendo a Funari e Dominguez (2004) sobre escravidão e arqueologia em Cuba, falar em arqueologia de quilombos, além da noção de patrimônio, enquanto categoria de análise tem-se o próprio conceito de cultura material revestido de adjetivações: cultura material da resistência, da opressão econômica e racial, da herança cultural africana, envolvendo também as condições locais e regionais e os desdobramentos desse processo.

A Serra da Barriga, local de existência do quilombo dos Palmares no século XVII, foi tombada já nos anos 80 do século XX como sítio histórico nacional. Posteriormente, a partir dos anos 90 a arqueologia de Palmares ganhou destaque com os pesquisadores Funari (1996) e Charles Orser Jr (1992), entretanto, além das evidências materiais recuperadas como parte dos elementos da vida cotidiana palmarina, ganhou destaque a forte presença indígena em solo quilombola. O sítio pesquisado revelaria outro passado não esperado pelos pesquisadores. As pesquisas sobre os quilombos do Vale da Ribeira trazem também o intercâmbio cultural com a população indígena.

Segue-se nesta pesquisa os rumos ditados por Tânia A. de Lima (1989) sobre as especificidades da Arqueologia Histórica: ficar atento para a complexidade da formação dos registros arqueológicos históricos e a necessidade da sua interpretação adequada. O uso da madeira, do sapé, do cipó, do barro, é

característico desse contexto de um Brasil caboclo ou caipira e que envolve reflexões acuradas em termos arqueológicos.

Esta pesquisa pretende contribuir para ampliar a discussão sobre os quilombos contemporâneos, as atuais comunidades remanescentes, tal como são definidas pela antropologia, ou seja, interpretar as evidências materiais, os lugares da memória, de grupos sociais ainda observáveis diretamente. Portanto, a investigação arqueológica ganha importância na medida em que ela pode agregar mais informações a esse tema específico, desde o processo de levantamento dos vestígios ou traços introduzidos na paisagem, passando pelo registro e análise, sobre essas populações que têm na memória sua fonte mais importante de informação.

Tradicionalmente, solía considerarse al trabajo de campo casi exclusivamente em función de la excavación de yacimientos individuales. Sin embargo, em la actualidad, aunque los yacimientos y su excavación siguen siendo de la mayor importância, el enfoque se ha ampliado para incluir paisajes completos y la prospección superficial de yacimientos como complemento – o incluso sustitución – de la excavación.

(...) El estudio de paisajes enteros realizado a través de prospecciones comarcales supone, así, la mayor parte del actual trabajo arqueológico de campo.(RENFREW; BAHN, 1993, p. 65-66)

Portanto, esta pesquisa está voltada para o estudo arqueológico do bairro do Jaó, município de Itapeva, localizado no extremo sudoeste do Estado de São Paulo, a 55 km da divisa com o Estado do Paraná. Atualmente, vivem nessas terras aproximadamente 400 pessoas, cerca de 60 famílias. O Jaó, foi uma das áreas do Estado identificada em 2000 como “Comunidade Remanescente de Quilombo”. Pretende-se, através da arqueologia da paisagem e do cotejamento das fontes históricas, orais e arqueológicas, outras possibilidades interpretativas para a paisagem quilombola. Nesse contexto, a identificação dos marcos de ocupação, os lugares da memória, os espaços de interação social, servirão de base para ações de musealização no âmbito da Comunidade do Jaó, Itapeva, Estado de São Paulo, Brasil.

A memória traz a “mãe” Josepha de Paula Lima, mulher mestiça de pai negro e mãe índia, saída jovem da fazenda Pilão d’Água, uma das maiores fazendas de invernagem de animais de Itapeva, que, juntamente com o negro Joaquim Carneiro de Camargo, deram início à história do Jaó, no momento em que a escravidão era abolida em nosso país. Itapeva, um pequeno município articulado à história paranaense, do sul do Brasil, distante das áreas cafeeiras, palco da chegada de imigrantes para o trabalho livre nas fazendas (MARQUES, 2001).

Nesse sentido, vale salientar que as primeiras décadas do regime republicado foram marcadas por agitações e debates sobre a integração do ex-escravo no mercado de trabalho e na vida societária. Em certas conjunturas, foi uma questão de “higiene pública”, como na cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal, com a criação de instituições disciplinadoras para mendigos, vagabundos e *capoeiras* (SANTOS, 2004) . Em outras, no meio rural, defendia – se a substituição pelo imigrante. Segundo as historiadoras Hebe Maria Matos e Ana Maria Rios, é importante ressaltar que,

O processo de abolição da escravidão no Brasil foi bem mais estudado do ponto de vista econômico e político do que de uma perspectiva social ou cultural. Enquanto problema econômico, quase naturalmente tendeu-se a privilegiar a questão da substituição do trabalho nas áreas mais prósperas da cafeicultura paulista e a substituição quase absoluta do escravo negro pelo imigrante europeu. (2004, p. 174).

No capítulo que trata da problemática racial brasileira e dos intelectuais que se debateram sobre o tema nas primeiras décadas do século XX, Octávio Ianni (1996) destaca que

Em todas as épocas e diferentes situações, subsiste o dilema: raça, população ou povo; índio, caboclo, negro, mulato, imigrante, isto é, colono, camarada, seringueiro, peão, sitiante, posseiro, volante, operário rural, operário urbano, empregado, funcionário ou cidadão; raça ou classe. Dilema esse que põe e repõe a importância da problemática racial na explicação nacional. (p.121)

Outros caminhos interpretativos, outras formas de compreender a história dos quilombos, sobretudo pela ótica da arqueologia da paisagem, é o desafio que está anunciado. A partir disso, o presente trabalho constitui uma seqüência da dissertação de mestrado *História e memória do Jaó, um bairro rural de negros*, no campo da História Social, defendida em 2001, e, na perspectiva da interdisciplinaridade, pretende reencontrar o Jaó, oficialmente um bairro rural e um quilombo da cidade de Itapeva, Estado de São Paulo. Neste momento, busca-se construir um elo entre história, arqueologia e musealização da arqueologia no estudo da relação desses sujeitos com o espaço e o patrimônio constituído.

Os estudos sobre a arqueologia da Amazônia mostram que a localização dos sítios arqueológicos está em locais ocupados por populações caboclas ou mesmo por cidades. Em se tratando das atuais áreas quilombolas, o passado, recuperado pelos vestígios arqueológicos, será interpretado perante a presença dos moradores, um território “vivo”, habitado e em constante movimento e acomodação perante as questões internas e externas.

Além disso, por que não pensar num diálogo entre história e arqueologia no estudo da ocupação do território paulista, o que possibilitaria não só alcançar um período anterior à colonização portuguesa, mas também recuperar e analisar outros documentos, neste caso, os vestígios arqueológicos nas suas diferentes tipologias deixados por diversos povos em diferentes momentos. Nesse sentido, permite a formulação de novas questões de investigação.

Com os estudos de Sérgio Buarque de Holanda, onde as relações entre índios, portugueses e natureza ganharam notável visibilidade, a cultura material teve merecido destaque: a rede, a canjica, o monjolo, a isca torrada, entrou em cena na reconstituição da trajetória do colono paulista, arguto em apropriar-se do saber indígena. Os topônimos referentes à natureza, os rios principalmente, e os nomes das cidades de grande parte do Estado de São Paulo, como Itapeva, representa o legado cultural indígena e também “a simbiose” entre indígenas e portugueses, nas palavras da arquiteta Beatriz P. S. Bueno: “abundam nomes indígenas mesclados a nomes lusitanos, propiciando a visualização de algo que ainda carece de sistematização e interpretação pela historiografia” (2009, p.253).

Sob esse mesmo olhar sobre o passado, estender aos afro-descendentes em meio rural também o papel de protagonistas, retirando-os do anonimato. Neste caso, a Nova Museologia abre um novo caminho para a Arqueologia ao propor outros cenários de atuação para além dos tradicionais museus na medida em que passa a comportar múltiplos espaços de intervenção, como bairros, comunidades, entre outros, apoiados em seu patrimônio. Pesquisa, preservação, comunicação tornam – se vetores na produção do conhecimento.

Organiza-se a partir de estudos relativos à cadeia operatória de procedimentos museológicos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural), aplicados à realidade arqueológica, constituída a partir de referências patrimoniais, coleções e acervos. Por um lado, estes estudos buscam o gerenciamento e preservação destes bens patrimoniais e, por outro, têm a potencialidade de cultivar as noções de identidade e pertencimento. (BRUNO, Cristina. *Linha de pesquisa em Pós- Graduação MAE/USP*, 2007)

No campo das pesquisas arqueológicas em território paulista, o início foi marcado pela atuação de Paulo Duarte já nos anos 50 do século XX, seguido da criação, nos anos 60, do Instituto de Pré-História. Como afirma Aureli A. de Alcântara, em sua pesquisa de mestrado (2008),

Em São Paulo, como já foi mencionado, o intelectual que esteve à frente dos processos de preservação do patrimônio arqueológico e da implantação de instituições que propiciaram além da salvaguarda as condições de pesquisa arqueológica foi o arqueólogo Paulo Duarte, que também não poupou esforço na luta pela legislação de proteção desse segmento patrimonial. As ações de Paulo Duarte tiveram como parâmetro para a Musealização da Arqueologia a idéia de Museu do Homem Americano que teria como base o Musée de l' Homme (França), modelo museológico organizado pelas idéias de Paul Rivet, que participou de forma efetiva das ações do intelectual (Bruno, 1999). (p.15-16).

Os trabalhos da arqueóloga do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da USP, Dorath Pinto Uchôa, na década de 1960 e 1970, em parceria com

Caio Del Rio Garcia, deram prosseguimento aos estudos. Momento em que a história dos sambaqueiros, índios pré-históricos que viveram em vários pontos do litoral brasileiro, há aproximadamente 5 mil anos a.C., ganharam relevância. Atualmente, dando continuidade às pesquisas no litoral, a pesquisadora coordena o projeto “Sítio Arqueológico do Mar Virado”, em Ubatuba.

Concomitantemente, no final da década de 60, outra arqueóloga, Luciana Pallestrini, do Museu Paulista, elegeu a Bacia do Paranapanema no interior paulista como área de interesse arqueológico, iniciando os trabalhos de prospecção e escavação. Nomeado “Projeto Paranapanema”, as pesquisas abrangiam respectivamente às regiões de Itapeva, Piraju e Presidente Prudente. Naquele período, escavações tiveram êxito na evidênciação de grandes aldeias pré-coloniais ceramistas, (guarani, da família linguística Tupi–Guarani; kaingang, da família linguística Jê) e de grupos caçador-coletor da tradição Umbu (ARAÚJO, 2001).

Dessa forma, paisagens configuradas por elementos indígenas Kaingang e Guarani no período pré-colonial e as formas de contato durante a ocupação colonial em Itapeva, foram e estão sendo objetos de estudo sob a coordenação de José Luiz de Moraes, no âmbito do PROJPAR, iniciado por Pallestrini, resultando em inúmeros sítios cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Portanto, a partir da categoria de sistemas regionais de povoamento, o projeto tem como objetivo fundamental recompor os cenários das ocupações referentes à Arqueologia Pré-Colonial (caçadores-coletores e agricultores indígenas) e à Arqueologia Histórica (expansão da Sociedade Nacional), atualmente com um enfoque em Arqueologia e Patrimônio.

Na perspectiva da Arqueologia da Paisagem, considerando os sistemas regionais de povoamento no âmbito da sociedade nacional, na região sudoeste do Estado de São Paulo, onde se insere o município de Itapeva, algumas marcas pertinentes ao ciclo histórico do Tropeirismo, principalmente a partir das últimas décadas do século XVIII, ainda são visíveis, como se verá no desenvolvimento deste trabalho. Além de ter gerado outros cenários, de forte relação econômica com o Brasil Meridional, esse processo também se referiu à chegada de outra etnia na região, os africanos e seus descendentes, para o trabalho cativo nas fazendas.

Se as fazendas históricas fazem parte da extensa Rota dos Tropeiros, das estâncias gaúchas passando pelos campos do Estado do Paraná e alcançando os de Itararé e Itapeva, também os quilombos. Casca, Limoeiro (KUNIOCHI, MOLET, 2009) e Jaó (MARQUES, 2001), por exemplo, podem ser citados como exemplos de outra Rota vinda do Sul, igualmente indicadores de uma memória cultural regional e local? Para tanto, torna-se importante a valorização desse patrimônio histórico-cultural e arqueológico específico, como parte de uma extensa paisagem rural na qual Itapeva/ Faxina está inserida em termos históricos e culturais. Além de outras construções e marcas na paisagem, como estradas e caminhos percorridos pelos tropeiros, pousos, vendas, currais ou poteiros, muros de taipa (estruturas em pedra) (SILVA, 2006). São concepções de passado em jogo.

Entretanto, por se tratar de grupos minoritários, o primeiro passo é fazê-los se apropriar do patrimônio produzido e recriado por eles, proveniente de pesquisas arqueológicas, e que permite ser categorizado como herança daquele grupo específico e, posteriormente ampliado o “campo de projeção” (BRUNO, 2004) também como parte integrante da história da sociedade em que estão inseridos. É claro que isto envolve um repensar sobre a história nacional, as relações de poder e o lugar das populações nativas e afro-descendentes na construção da nação. É fazer emergir do ambiente rural paulista, os dois mundos: sítios e fazendas.

Na verdade, questões em torno da “aplicabilidade” da arqueologia da paisagem em área quilombola, ganha relevância, pois toda a literatura gira em torno da pré-história com ênfase na captação de recursos. O meio físico, os fatores de ordem ambiental, diferentemente das populações pré – históricas, onde havia critérios para a escolha dos assentamentos (água, cascalheiras, fertilidade da terra), para os moradores do Jaó, que não se constituiu como área de fuga, não houve escolha. Quais foram as ações para superar o limite do meio? Como fica para esses moradores o fato deles não terem escolhido o lugar (o meio) para viver? Como isso está representado na paisagem e no planejamento do território?

Nesta pesquisa, pretende-se expandir a escala de análise para alcançar a paisagem quilombola nos anos subsequentes à abolição no Brasil, chegando até o tempo presente. Nesse sentido, em termos cronológicos e teórico-metodológicos, adentra-se no terreno da arqueologia histórica. O que é visível na

paisagem, as suas transformações, a compreensão do jogo de forças que atuaram naquele espaço desde a sua formação, portanto o que está acima do solo, indícios, marcas ou estruturas, passam a ser de interesse arqueológico.

No campo recente das pesquisas sobre os quilombos no Brasil, na medida em que o debate trouxe um aprofundamento conceitual, nota-se a necessidade, dado a diversidade de formação e resistência ao longo do tempo, de uma atenção maior dedicada ao estudo do empírico. O território no passado, resgatado nos depoimentos, configurou-se como uma área não circunscrita, constituída de caminhos, lugares, relações afetivas e econômicas que vinculavam o vivido do Jaó às cidades de Itapeva e Buri (MARQUES, 2001). Esse é o ponto em que o fazer arqueológico pode ampliar o do historiador, evidenciando as paisagens culturais do passado e a transformação do espaço. (BORNAL, 2008.)

Questões como: escravidão e resistência, a substituição do trabalho escravo pelo livre, posse da terra, apropriação comum das terras, características da economia regional, constituição de redes sociais, o trabalho feminino no campo, direito costumeiro, a constituição das lideranças, e, mais recentemente, a presença das religiões pentecostais e neopentecostais, perfazem a história das comunidades negras rurais no Brasil, trazendo consigo a questão racial no campo.

Em termos metodológicos, além da memória, da coleta de depoimentos, a Arqueologia da Paisagem pode ser mais um caminho para conhecer essa realidade específica. Para tanto, uma pesquisa nesse campo depende do uso das geotecnologias, como o GPS (global positioning system), dos softwares do sistema CAD (computer aided design), de técnicas modernas para identificar, registrar não apenas as paisagens arqueológicas nas suas diversas manifestações, mas também compreender o entorno de ambientação onde o sítio está inserido.

Nesse sentido, para o desenvolvimento desta pesquisa, busca-se estudar as especificidades, olhando a história regional, seguindo os passos de Sergio Buarque de Holanda em *Caminhos e Fronteiras*, estudo que descreve o contato entre portugueses e índios e o nascimento de novas formas de organização econômica e de sociabilidade, repercutindo na análise da cultura material dos paulistas do período colonial. Mais tarde, continuado por Maria Thereza S. Petrone, na análise crítica perante o sistema de parceria e a substituição pelo trabalho livre,

além da análise pioneira sobre ciclo do tropeirismo em território paulista. Na medida em que os interesses do colonizador sobre as terras de Itapeva estiveram, desde o início, relacionado ao fenômeno do Tropeirismo, portanto da formação de um extenso comércio interno que alcançaram as fazendas da Velha Faxina. Terras transformadas em grandes fazendas de engorda de animais com uso da mão de obra escrava. Processo que evidenciou outras formas de acumulação de capital na província de São Paulo (PETRONE, 1976).

Trata-se de elucidar características singulares de uma região do Estado de São Paulo que não fez parte da economia cafeeira que se estruturou a partir da segunda metade do século XIX e, por conseguinte, distantes dos fluxos de imigrantes estrangeiros para o trabalho nos cafezais. Por outro lado, abre-se outra direção para a reflexão: a propriedade agrária obtida por populações afro-descendentes e mestiças. Nesse contexto, os trabalhadores nacionais ganham maior visibilidade, e, nas palavras da historiadora Denise Moura, eram em grande medida, mulatos, ex-escravos, filhos de libertos e imigrantes nordestino (2010).

A longa convivência com os moradores da comunidade quilombola do Jaó possibilitou observar que conhecer as representações, as visões de mundo, as práticas cotidianas, os mecanismos de sobrevivência encontrados pelo grupo ao longo do tempo são de extrema importância. A religiosidade, marcada por mudanças ao longo do tempo, é uma questão fundamental. Como ela está representada na paisagem? Ademais, como se procurará demonstrar, a comunidade remanescente do Jaó, o sítio Ponte Alta, é um espaço que porta várias memórias e paisagens.

Nota-se nas áreas rurais do Brasil, abrangendo também muitas comunidades indígenas, a conversão para religiões pentecostais e neopentecostais e o abandono parcial ou total³ do catolicismo popular (MOURA, 1988). No caso dos quilombos, de práticas religiosas de origem africana. Qual o significado dessa mudança? Como isso está representado na paisagem? Um aspecto muito significativo e que esteve presente desde o início desta pesquisa, já percebido na pesquisa anterior, está relacionado a certa reserva manifestada pelo moradores quanto a sua escolha religiosa. Nesse campo, procurou-se respeitar o pedido dos

³ Ver, por exemplo, a Comunidade dos Bagres, região do Alto Parnaíba, município de Vazantes, MG. Também a Comunidade do Cangume, município de Itaóca, SP.

moradores em não buscar no passado outras experiências vividas por eles. Essa situação está relacionada à nova condição de quilombola e a pressão exercida por agentes externos ou visitantes que chegam ao local em busca de manifestações religiosas de origem africana.⁴

Diante das desigualdades estruturais, quais foram os mecanismos adotados e que ficaram evidenciados na construção e reconstrução dos espaços e das paisagens? Quais foram as estratégias utilizadas para alcançar a condição de sitiantes, ou de comunidade cabocla de raiz africana?

Neste momento é importante destacar dois pontos evidenciados na pesquisa de mestrado (2001) e que ainda podem ser percebidos: “ser crente”, como eles se autodenominam, se sobrepõem a nova categoria de quilombolas, ou seja, a formação da comunidade de irmãos com a chegada da igreja “ Deus é amor”, possibilitou a restauração dos laços e o sentido de comunidade foi reencontrado. Está lhes dá conforto espiritual, a outra, a de quilombola, permite o acesso a projetos e verbas estaduais e federais, muitas vezes como expectativa.

Como hipótese secundária, a identificação das marcas da paisagem, dos lugares da memória, evidenciará uma comunidade quilombola que se mantém unida há mais de cem anos, não apenas pelos laços familiares que também garante a continuidade da terra indivisa, mas, sobretudo pelas regras de convivência e conduta pautadas pela profunda religiosidade daqueles moradores.

Nesse contexto, para observar é necessário conviver, compartilhar, pois se trata de um grupo específico, com experiências diversas e, como vem afirmando a antropóloga Neusa Gusmão em textos acadêmicos e entrevistas há mais de uma década, expressam por si só a multiplicidade de formas de acesso à terra. Nesse sentido, abrem-se outras perspectivas para o entendimento da história do Brasil Republicano, de participação na história nacional, ainda que as ciências sociais em geral não registrem. Qual será o papel da arqueologia nesse debate?

Outras questões como extensão da área ocupada, pressão demográfica, proximidade ou não de núcleos urbanos, a prática religiosa, como foi

⁴ A própria imagem da comunidade divulgada em um dos jornais de Itapeva foi motivo de tristeza para os moradores. A manchete dizia *Jaó: Comunidade descaracteriza cultura quilombola* (Jornal Folha do Sul, Folha 2, p.1, 22/11/2003).

afirmado acima, são fatores determinantes para os moradores. Desta forma, observar é ver estabelecendo relações e conexões mais amplas, no tempo e no espaço. No tempo da longa duração que possibilita perceber o viver quilombola, suas especificidades e também traços em comum com outros quilombos espalhados por todo território nacional. Na análise combinativa dos vários ritmos temporais, o tempo breve do discurso militante, da ação do Estado e do poder público local, que culminou na alteração da paisagem tradicional, como foi constatado *in loco*, muitas vezes ficou preso ao ato de ver e não de observar.

Muitas mudanças têm ocorrido em razão do processo de modernização agrícola no campo, com a formação de pastos, canaviais, a silvicultura, a exploração de minérios ou, como se denomina atualmente, com o crescimento do agronegócio. Migração, trabalho temporário, quebra de relações de trabalho mais tradicionais, constituição de bolsões de mão de obra barata e sazonal, constituem outros os aspectos a serem analisados na confecção das diversas paisagens e onde os diferentes tempos da história encontram-se entrelaçados.

Para esse grupo, a terra não é apenas um fator de produção, como valor de troca. A função social da terra para as comunidades quilombolas ganha destaque, é a terra como morada, herança, patrimônio, espaço de materialização das relações sociais e simbólicas. Recentemente relacionada à preservação do meio ambiente, como ocorre com os quilombos inseridos em áreas de preservação ambiental. Migração temporária, trabalho assalariado na cidade, são estratégias de sobrevivência e caminhos possíveis que possibilitam a compra de alimentos e vestuário para a família e, ao mesmo tempo, criam e recriam outras estratégias para manter a terra enquanto morada e patrimônio. (THOMPSON, 1998).

Além disso, a menos de uma década, o bairro do Jaó para os moradores da cidade era um lugar de passagem para outros bairros rurais mais povoados, onde cruzando a estrada surgia uma paisagem visualmente muito diferenciada do restante: famílias negras trabalhando, passeando ou conversando encostadas nas pequenas porteiras de madeira ou arame, homens chegando do trabalho nas fazendas vizinhas, crianças de todos os tamanhos correndo pelo bairro. Era conhecido como “Rincão dos pretos”. Mesmo porque, próximo ao Jaó, havia mais dois agrupamentos negros, Sitinho e Cerrado (MARQUES, 2001).

Recentemente, em 2000, a comunidade foi categorizada como comunidade remanescente de quilombos, marco da sua insurgência como palco de ação do Estado e de roteiro para o turismo no município, sobretudo do público escolar.

Visando somar contribuições entre as ciências, esta pesquisa se propõe a pensar as possibilidades da investigação arqueológica em áreas quilombola, analisando os vestígios materiais da história desses sujeitos e que podem levar a outra compreensão do seu passado. Longe de se tratar de um caminho reflexivo inovador, é, na verdade, uma opção em acompanhar os debates acadêmicos sobre a necessária problematização em torno do conceito de quilombo político, a produção de laudos antropológicos e, sobretudo, as contradições na elaboração de uma política que valoriza a diferença (CHAGAS, 2002).

Nesse contexto, tem-se os seguintes objetivos de trabalho:

1. Em termos patrimoniais, considerar o legado arqueológico também como um valor indissociável da identidade do grupo. Nesse sentido, o Jaó se configura como um território privilegiado para uma ação baseada na preservação do patrimônio, seja pela singularidade de sua longa história, ou mesmo pela existência de um patrimônio material e imaterial ainda não evidenciado, analisado e valorizado plenamente.
2. No atual contexto de conquistas e transformações perante a constituição de uma identidade coletiva, nacional, contribuir para o debate sobre a conceituação de quilombo, a partir da análise sobre a longa trajetória de uma comunidade rural negra que se originou como propriedade privada, tecendo um elo entre as paisagens pretéritas apreendidas no seu conjunto, um sítio de agricultores afro-descendentes, e a paisagem que hoje é vista, a do Jaó como comunidade remanescente de quilombo.
3. Encontrar os vestígios, recompor antigos caminhos, identificar os lugares da memória que possam fortalecer a ideia do Jaó caboclo, portanto brasileiro, e que uma vez localizados, identificados e interpretados, servirão de base para ações de musealização.

O local identificado como o da origem da comunidade no final do século XIX, nos anos posteriores à abolição, precisa ser estudado pela arqueologia. Essa área de terras férteis foi identificada pelos moradores mais velhos como “Capão”. Muitas famílias conjugavam o trabalho na própria parcela de terras com o trabalho assalariado nas propriedades rurais próximas. O cenário foi reconstituído com a ajuda dos moradores, resultando num documento importante do mestrado.

Não havia terras apropriadas sem trabalho e estas possuíam marcas, delimitações, onde predominava o trabalho familiar. Com a entrada do poder público municipal, através da Secretaria Municipal de Agricultura, no ano de 1989, todos passaram a fazer parte de uma agricultura coletiva e mecanizada, voltada para uma produção maior de alguns produtos de venda garantida no mercado: feijão, arroz, milho (MARQUES, 2001). De uma maneira geral, predominava uma visão externa sobre eles como de não produtores, apenas assalariados das fazendas. O que entrava em choque com o trabalho de campo do mestrado, que mostrava o Jaó como sítio, um estabelecimento agrícola, formado também por lavradores. Em meio a todo esse processo, que envolve falar em subordinação e racismo, ao negar-lhes a condição de proprietários e agricultores, a comunidade ganhava uma nova visibilidade no município como comunidade remanescente de quilombo. Foram essas questões que determinaram a volta da pesquisadora à comunidade.⁵

Como se verá no decorrer do texto, a pesquisa também tem um perfil de mediação na medida em que atuará em prol do desenvolvimento econômico e social da comunidade procurando articular o que ficou evidenciado na pesquisa anterior e nos anos posteriores, do Jaó como um sítio de agricultores, e não como um local de moradia. Ajudá-los a pensar numa agenda de prioridades, juntamente

⁵ Em 2003, retornei à comunidade através da Secretaria Municipal de Educação, primeiramente para desenvolver projetos junto a comunidade e apoiar a equipe da escola e depois como PEB II (professora de Educação Básica II) das novas classes de correção de fluxo (6ª e 8ª) e responsável pelas disciplinas de história e geografia. Dessa forma, pude reatar os laços com os moradores, compartilhar os resultados da pesquisa e introduzir novos temas e conteúdos na escola. A utilização de estratégias de Educação Patrimonial possibilitou trabalhar com os alunos a noção do Jaó como patrimônio histórico – cultural, reinterpretando o meio com o auxílio dos próprios alunos e ajudá-los na difícil compreensão da nova categorização como quilombo. Foram dois anos de atuação na escola, com apoio irrestrito da Sra, Mady Gomes Rolim, Secretaria da Educação na época, e em parceria com o prof. Carlos Roberto de Lima Rodrigues, mestre de capoeira da Academia Cordão de Ouro de Itapeva. Os antigos alunos, André, Isabel, Jonas, César, Daniel e Levi, me acompanharam na pesquisa de campo do doutorado, já munidos dessa experiência anterior.

com a Fundação ITESP e a Secretaria Municipal de Agricultura. Processo que vem ocorrendo com os quilombos do Vale do Ribeira⁶. Por ora, basta afirmar que os sistemas tradicionais de produção presentes nas comunidades tradicionais (índios, caboclos, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, pescadores, pequenos produtores rurais e extrativistas) estão se voltando para a agricultura orgânica, uma prática que agrega princípios ecológicos e valoriza os conhecimentos das populações tradicionais. Em primeiro plano, suprir as necessidades de sobrevivência, e, em segundo, possibilitar venda de produtos. Nesse momento de reinserção na comunidade, esse processo é visto como de adaptação e de intensificação de suas técnicas tradicionais e não de ruptura⁷.

Próximo ao Jaó, os outros dois agrupamentos negros não chegaram até o presente, Sitinho e Cerrado. Deixaram vestígios? Há descendentes vivendo em Itapeva? O casal fundador do Jaó eram os únicos habitantes do local? Há vestígios da atividade tropeira? Por não ter se constituído como área de fuga, quais implicações resultarão das análises das expressões materiais da cultura para o conhecimento dos quilombos na atualidade? São questões a serem respondidas.

Nesse contexto, é importante que os próprios moradores do Jaó se apropriem do lugar como patrimônio histórico-cultural e arqueológico, não apenas do município, mas como parte da história dos afro-brasileiros do Estado de São Paulo e do Brasil. Assim os elementos componentes da paisagem poderão ter outra dimensionalidade, constituir outro repertório visual não apenas para os próprios moradores, como para os visitantes. Seria o encontro entre Arqueologia e Patrimônio, favorecendo um reencontro com um passado de maior autonomia e união, com produção agrícola e doméstica diversa, favorecida por vínculos de diversas naturezas com os fazendeiros vizinhos e a cidade, até meados dos anos 50 do século XX, quando as relações pessoais ainda marcavam as relações no campo. Ainda que tais relações ocultassem a exploração.

⁶ Como as ações do Instituto Socioambiental (ISA), “Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira”, 2008. Há uma gama de projetos e bibliografias que precisam chegar ao Jaó. Em 2003/2004, Maria José e Noemi participaram com apoio da pesquisadora, que na época atuava na escola da comunidade, de um curso de capacitação em agricultura orgânica, pelo Sindicato Rural de Itapeva.

⁷ A criação de uma fábrica de tijolo no Jaó para gerar empregos, é sempre noticiada na cidade e ronda a comunidade. Entretanto, desde 2009, 2010, a atividade econômica principal é o cultivo de hortaliças. Foi por iniciativa de Márcia, que um grupo de mulheres resolveu ampliar a produção da horta e buscar parceiros para a comercialização.

Desde 1997, os moradores da comunidade remanescente de quilombo do Jaó são assistidos pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Fundação ITESP). Posteriormente, reconhecidos oficialmente pela instituição citada, conforme publicado no Diário Oficial de 29 de agosto de 2000, como comunidade quilombola do Estado, ocupante de uma área coletiva de 164, 42 ha.

Entretanto, como ocorreu em outras comunidades, naquele momento ganhou destaque o difícil entendimento do grupo em se auto-identificarem como quilombo. Uma questão presente, e falada quase como um segredo, era se os fundadores do Jaó teriam de ter sido escravos para hoje, o local ser considerado como quilombo. Situação hoje mais amadurecida após o entendimento dos moradores de que a categoria quilombola abarca uma gama variada de experiências vividas pelos grupos afrodescendentes no campo brasileiro e o fato de que a organização tradicional dos espaços de moradia, plantio, pastos, não seria alterada por nenhum agente externo. Diálogo que vem sendo construído entre os moradores, a pesquisadora (com o início do doutorado), a Fundação ITESP e os antropólogos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão federal responsável pela regularização fundiária das terras quilombolas no Brasil.

Logo, a pesquisa tem como hipótese central o fato de que os vestígios (indicadores da memória) de antigas ocupações podem fortalecer a ideia do Jaó caboclo de raiz africana e quilombola, uma vez localizados, identificados e interpretados, servirão de base para ações de musealização, partindo da conscientização dos moradores de seu patrimônio cultural, da transformação dos bens patrimoniais em herança cultural, contribuindo para a resolução do conflito interno, trazendo essa experiência específica para a mesa de debates em torno do conceito de quilombo político.

Finalizando, será privilegiado como objeto de estudo as marcas de ocupação, ou seja, a busca dos deslocamentos dos moradores dentro da comunidade e no seu entorno, os novos elementos que foram introduzidos na paisagem e as transformações contínuas que vêm ocorrendo. Dentro disso, tentar identificar, como coloca Elvira Rebelo, quais marcas podem ser consideradas patrimônio (2001). Qual a paisagem atual visualizada?

Como se deu o processo de construção, reconstrução e (re) significação do espaço, chegando ao tempo presente no momento em que a comunidade se rearticula a partir de nova liderança com, talvez, outros interesses ou valores? Dessa forma, na constituição do objeto, a categoria espaço presente na referência teórica escolhida, a arqueologia da paisagem, ganha contornos novos em tratando de comunidades remanescentes de quilombos: a tradição. O espaço que porta várias memórias: a da escravidão e da sua negação, o fato do Jaó ter se constituído como propriedade privada, como território articulado às grandes fazendas de gado e ao corte de lenha para a Estrada de Ferro Sorocabana (MARQUES, 2001).

Em resumo, um perfil do município de Itapeva, apresenta os seguintes dados: uma população de 87.753 habitantes, com área total de 182.700 hectares e com a presença dos biomas Cerrado e Mata Atlântica (IBGE, 2005, 2007). Itapeva e região, nas últimas décadas, segundo informações divulgadas pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), é considerada a maior região produtora de grãos do Estado de São Paulo com destaque também para o setor florestas de áreas reflorestadas com Pinus e Eucalipto (KRONKA *et al.*, 2002). A extração e tratamento de minérios é outro setor econômico estratégico.

Materiais e métodos: o corpus documental

O corpus documental é composto dos depoimentos, vestígios arqueológicos, documentos cartoriais. O tratamento das fontes orais e da memória é mediado pelos autores THOMPSON (1992), BOSI (1994), ALBERTI (2004) e MONTENGRO (2010). Pensando no percurso da memória Ecléia Bosi dilata fronteiras com poesia:

(...) os recordadores são, no presente, trabalhadores, pois lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reparição do feito e do ido, não sua mera repetição (1994, p. 20).

O procedimento adotado para a coleta de depoimentos ocorreu por meio da entrevista gravada e sua posterior transcrição e análise. Também são reutilizadas duas das entrevistas feitas durante o mestrado (11 ao total), tendo em

vista a organização de um acervo que faça parte da preservação da memória do lugar. O trabalho está enquadrado nas interfaces entre Arqueologia e Museologia, mais precisamente na Musealização da Arqueologia (BRUNO, 2006).

O corpus documental ainda foi constituído por registros fotográficos realizados a partir de observação sistemática de ambientes, lugares da memória, vestígios arqueológicos e cenas do cotidiano.

Essas observações, por sua vez, foram verticalizadas por intermédio de prospecções arqueológicas que permitiram a localização de geoindicadores e a identificação de concentração de vestígios materiais, de indicadores de locais de habitação, de plantio e de criação de animais. Para tanto, foram realizadas caminhadas pelo território, previamente planejadas, limpeza de pequenas glebas ou terrenos para a realização de coletas de superfície. Esses levantamentos geraram o georreferenciamento dos vestígios e a elaboração de mapas referenciais.

Os resultados desses trabalhos foram cotejados com as análises documentais dos seguintes vetores:

a) documentação cartorial, a partir de levantamento realizado nos cartórios de Itapeva. Documentos que informam sobre o tropeirismo em Itapeva, as antigas fazendas pecuarista e a formação do Jaó (1889 e 1897).

b) documentação municipal sobre as décadas finais do século XIX que contemple aspectos da vida cotidiana de escravos e libertos, como casamentos e cartas de alforria em Itapeva.

Essas fontes foram analisadas, também, quanto aos respectivos potenciais museológicos, ou seja: o quanto poderiam aportar diretrizes para a musealização pretendida.

Nesse sentido e de acordo com as premissas da Nova Museologia, que prioriza a perspectiva de trabalhar de forma integrada e participativa com a comunidade na evidenciação de seu patrimônio, optou-se por capacitar jovens da comunidade nesse processo de transformação do Jaó em um museu de território, enquanto expressão da identidade cultural desse grupo específico, portanto, como patrimônio histórico e arqueológico a ser preservado. Nesse sentido, ações de

sensibilização sobre a importância da valorização e preservação do patrimônio local do Jaó e adjacências foram desenvolvidas. Estratégias de Educação Patrimonial, reafirmando a função sócio-educativa da musealização da arqueologia, foram igualmente executadas com os monitores que acompanharam o trabalho de campo (HORTA, 1999). É importante salientar que muitos jovens com idades entre 16 e 24 anos encontram-se sem opção de trabalho ou qualificação profissional. Além disso, os mais jovens pouco ou nada sabem sobre “o tempo dos antigos”. Assim, buscar colaboradores para uma bolsa auxílio destinada aos jovens (denominados monitores) também foi parte da pesquisa⁸.

A pesquisa pretende ser esse ponto de convergência entre o Jaó caboclo e o Jaó quilombola. O trabalho de campo da pesquisa de doutorado tem como função básica apresentar aos moradores a paisagem como referência patrimonial. Portanto, os monitores selecionados participaram da pesquisa de campo. Assim também foi constituída uma proposta de intervenção pedagógica. Trabalhar com os jovens a noção de referências patrimoniais; capacitá-los a identificar o patrimônio material e imaterial, os elementos tangíveis e intangíveis, seus “modos de fazer e viver”, “de cultivo”, conhecer o gênero memória e sua importância para a comunidade, são os temas abordados.

Finalmente, de forma concatenada, a integração com a comunidade como um todo foi feita através de visitas nas casas, reuniões com grupos menores, e deles como parceiros no trabalho de campo, o que possibilitou a participação de diversas faixas etárias e o período de tempo foi estendido. É importante deixar claro que os próprios moradores pediram que não se fizesse reuniões coletivas à noite ou nos finais de semana, sinalizando certo esgotamento e desperdício de tempo em relação a essa metodologia de trabalho, que muitas vezes não é participativa. Todas as ações da pesquisadora, documentos cartoriais, fotos antigas e novas proveniente da pesquisa atual, o próprio mestrado, ficaram disponíveis para consulta através do notebook levado na comunidade. Nas casas e no trabalho de campo, outras informações orais foram coletadas, debatidas e anotadas em um caderno de campo. A longa convivência com os moradores, até mesmo como professora da escola da

⁸ Outros benefícios como refeição, transporte ficaram a cargo da pesquisadora. Os monitores receberam 3 parcelas de R\$170,00 (o campo com os monitores ocorreu basicamente de outubro a março, com pequenas interrupções).

comunidade, proporcionaram o amálgama para que uma relação baseada na confiança e transparência fosse tecida e possibilitasse a inserção dos moradores na pesquisa.

Como o quilombo do Jaó é considerado patrimônio cultural do município, o projeto foi apresentado à Prefeitura Municipal no ano de 2011, inclusive a proposta de criação de um espaço-museu, tanto para a Secretaria da Cultura como para a Secretaria da Educação, em dois momentos diferentes. A partir de junho daquele ano, o quilombo do Jaó passou a ser gerido pela Divisão de Igualdade Racial da Secretaria da Cultura e, apesar da alegação de que a pesquisa era compatível com a política da pasta, o diálogo não foi construído, pois a opção foi em construir um “Plano Diretor” para a comunidade sem a colaboração da pesquisadora, em contato com a comunidade desde 1997. Entretanto, as ações não se esgotam nessa tese, foram desenvolvidas com expectativas de desdobramentos futuros.

Sobre o Plano Diretor, não foi dado publicidade a esse fato até junho de 2012. Aguarda-se o resultado com ansiedade, pois há proposta de ações diversas: infra-estrutura, resgate da cultura, projetos de geração de renda entre as famílias.⁹ Entende-se que a pesquisa acadêmica estuda a realidade, investiga contradições, coleta dados, não sendo seu papel defender uma causa, além do mais, questões de ordem política não necessitam ser pensadas em separado. Em suma procurou-se evitar colocar a comunidade em disputa, ou aceitar a criação de trincheiras que pudesse comprometer a visão da pesquisa defendida acima e a própria comunidade.

Como o foco de interesse são as pessoas da comunidade, suas experiências vividas e compartilhadas, com traços culturais próprios, como as

⁹ Imprensa Oficial do Município de Itapeva. Ano VII, nº 517, 03/12/2011. Também consta em matéria publicada no site oficial da Câmara de Itapeva (20/05/2007) de que o Movimento Negro local atua em prol de uma parceria entre a Comunidade Quilombola do Jaó e entidades afins para um intercâmbio cultural, onde seus habitantes aprenderiam a “língua Kibundu”, citada como a sua língua de origem. Também seriam contemplados com cestas básicas do Fórum de Matrizes Africana em Defesa da Segurança Alimentar. Integrantes do Movimento Nação Banto - MONABUNTU, organizaram em 2007, o 1º Seminário Regional de Educação sem Discriminação Cultural e Patrimônio Racial em parceria com a Secretaria da Educação Municipal e Divisão de Igualdade Racial, debate em torno da educação das relações étnico raciais (lei 10.639) abraçada pelo município de Itapeva (Arquivo do site. Acesso em 18/03/2012). Grupo de discussão do qual os pesquisadores locais Sílvia C. Marques e Sílvia A. Camargo Araújo, colaboraram.

normas específicas que combinam usos em comum e apropriação familiar dos recursos disponíveis (ALMEIDA, 2006), além da presença constante de agentes externos com outras agendas (ARRUTI, 2006), integrar-se a ela, através da observação participante, como forma de coleta de dados e instrumento de diálogo, foi importante. Marconi e Lakatos afirmam que essa escolha “implica a interação entre investigador e grupos sociais, visando coletar modos de vida sistemáticos, diretamente do contexto ou situação específica do grupo” (2010, p.277). Requer mais habilidade intelectual, emocional do pesquisador do que uso de instrumentos como formulários e questionários, afirmam os autores.

A tese está dividida em cinco capítulos. O primeiro (*Breve caracterização econômica e ambiental do município*), será apresentado um panorama sobre Itapeva no século XX, período de crescimento da comunidade do Jaó, procurando tecer um diálogo entre as questões de ordem econômica e ambiental e que convergem para a configuração da paisagem quilombola, tanto como fatores limitantes, restritivos, como de incentivo e de múltiplas possibilidades, sabiamente acatada pelo grupo e que podem revelar formas de apropriação e uso do solo e a compreensão das diversas formas de intervenção humana sobre o mundo natural . O capítulo 2, *Paisagens arqueológicas: objetos em cena, percepções e interface*, está voltado para a fundamentação teórico-metodológica que envolve a categoria de paisagem. Também serão incorporadas as discussões sobre as possibilidades de intersecção entre os diversos domínios das ciências sociais. A seguir, no capítulo 3 (*A Vila de Itapeva da Faxina nos caminhos do Sul: rede de trocas e palco de confrontos*) o objetivo será o de analisar a ocupação dos campos da Velha Faxina e, posteriormente a formação do Jaó, com foco na transformação do espaço e na constituição de novas paisagens, como as fazendas de invernagens de animais com uso de mão de obra escrava, parte da estruturação do comércio interno de animais que se formou no Sul do Brasil.

O quarto capítulo intitulado *O Jaó revisitado – patrimônio histórico e arqueológico*, está voltado para o trabalho de campo em Arqueologia, na identificação dos marcos de ocupação, lugares da memória com métodos e técnicas utilizados pela Arqueologia da Paisagem e em estreito diálogo com a memória, considerando-a um valiosa fonte de pesquisa que possibilita “ouvir” e compreender a leitura que os próprios sujeitos fazem das suas experiências vividas. Considerando

que a proposta é trabalhar de forma integrada com a comunidade na evidenciação de seu patrimônio, o quinto capítulo (*A herança cultural em tela – Jáó um museu a céu aberto*) estará voltado para a interlocução teórica e metodológica entre Museologia e Arqueologia visando transformar os cenários de ocupação evidenciados na pesquisa, a constituição do acervo, em herança, na medida em que deverão ser alvos de preservação e comunicação dentro de uma perspectiva de médio e longo prazo, o que permitirá que a comunidade possa atuar por sua própria iniciativa, tanto para a preservação como para a extroversão de seu patrimônio. As Conclusões encerram o trabalho.

Capítulo 1

Breve caracterização econômica e ambiental do município

Uma visão mais integrada e interdisciplinar pode dilatar um horizonte de análises e interpretações e favorecer o entendimento das questões locais sejam elas econômicas, ambientais, naturais, históricas, sem perder de vista a ideia de que pertencem a um conjunto mais amplo, com múltiplas determinações e escalas de tempo. Na última década, a abordagem regional da Arqueologia tem sido bastante debatida e aplicada. A partir do estudo de padrões de assentamento, extensas áreas de ocupação guarani, pré-histórica e histórica, foram evidenciadas com as escavações. (ARAÚJO, 2001; MILHERA, 2010).

Os estudos no âmbito da arqueologia histórica, como no caso das missões jesuítas e comunidades remanescentes de quilombos, estão imbricados com o desenvolvimento do sistema capitalista e seu movimento de expansão, como já definiu Orser Jr (2000). A questão é como esse movimento de expansão é interpretado. Ao analisar a expansão do capitalismo no campo brasileiro, Ariovaldo U. de Oliveira, em vários estudos no recinto da Geografia Agrária, teoriza em torno de seu desenvolvimento contraditório e combinado, ao mesmo tempo que o capitalismo avança e reproduz relações estritamente capitalista, ele também reproduz de forma contraditória, relações camponesas de produção, através do trabalho familiar no campo (OLIVEIRA, 1995, 2001). Dados recentes mostram que a agricultura familiar no Brasil é responsável pela produção de alimentos básicos consumidos no país, emprega cerca de 75% da mão de obra no campo, mesmo ocupando um quarto da área de estabelecimentos agropecuário (IBGE, Censo Agropecuário, 2006). Como parte desse contexto, estão as comunidades quilombolas do Estado de São Paulo, como o Jaó, que integram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, como produtores de hortaliças e fornecedores de frutas (abacate, limão, laranja, banana, entre outros) colhidos dos pomares antigos, tradicionalmente usado para a subsistência das famílias. Pode-se afirmar que o abacateiro está presente por toda a área ocupada por eles, são muitos exemplares em plena produção. O abacateiro (nominado “abacaterão véio”) da Deolinda (filha de Joaquim e Josepha), é considerado por eles como o mais antigo, centenário, sendo logo indicado na pesquisa de campo como uma referência

importante a ser resgatada. Hoje, a comunidade está na expectativa da inserção também no Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), do governo estadual. Geralmente a segunda-feira é um dia cheio para eles, cada família se reúne para a colheita das verduras, levam a produção para o barracão comunitário, pesam, preenchem as notas de venda e esperam a chegada do caminhão da Secretaria Municipal da Agricultura para carregar.

Diante disso, se aceita a tese de que o capital não necessita homogeneizar todos os espaços e tempos. Pelo fato deste capítulo ter um perfil descritivo, essas considerações são importantes. Como afirma Milton Santos (1985), o espaço é inevitavelmente uma acumulação de tempos históricos desiguais e distintos. Além do mais, a Arqueologia trabalha com dados espaciais, com os mecanismos de adaptação humana, com a identificação dos recursos disponíveis, sendo que os fatores de ordem física e ambiental podem ser limitantes ou engendrar respostas inovadoras.

Além disso, a Arqueologia em área quilombola se defronta com muitas práticas e técnicas agrícolas tradicionais ainda mantidas por seus membros, como a policultura, o uso racional de recursos naturais, experiências vividas e que garantiram a sobrevivência do grupo ao longo do tempo. Conhecimento tradicional passado de geração em geração por essas populações rurais e que apresentam, além da perspectiva cultural, adaptações aos ecossistemas do ambiente onde vivem, criando, muitas vezes, sistemas próprios de manejo. Em termos metodológicos, envolver a dimensão da lembrança é essencial para resgatar essas experiências vividas e que podem retornar, ser conhecidas e reconhecidas. Como afirma Terezinha Bernardo, são raros, quase inexistentes, os estudos que tratam do cotidiano vivido por homens e mulheres negros no contexto pós-abolição, seja no mundo urbano ou rural. Vai-se construir um olhar sobre Itapeva, através da experiência desses sujeitos, como fez a autora para a cidade de São Paulo (1998).

1.1 Itapeva no século XX: minério, trigo, agronegócios e agricultura familiar

É interessante ressaltar com antecipação o traço econômico de Itapeva (anexo 1), a sua vocação agrícola, como tradicional produtora de feijão e milho, um município predominantemente agropecuário até os tempos atuais e com baixa industrialização. Nas primeiras três décadas da República, a lavoura de algodão foi significativa em Itapeva e região. Barracões de beneficiamento e máquinas de descaroçar passam a funcionar em Itapeva. O coronel Accácio Piedade, eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP, 5º distrito), foi presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos deputados, atuante no combate contra a estagnação econômica que se abatia sobre Itapeva, trabalhando em defesa do desenvolvimento da indústria e da lavoura de algodão na região (MARQUES, BARROS, 2011). Do então sítio Ponte Alta, o jovem Septímio, passa a morar em Itapeva, trabalhando no Barracão de beneficiamento de algodão na cidade, pertencente a Luis Carriel¹⁰.

Outro marco significativo nesse início da República e vinculado à produção e comércio do algodão de Sorocaba é a Estrada de Ferro Sorocabana. Sua construção foi iniciada em 1872 por Luís Mateus Maylasky, de origem austro-húngaro e radicado em Sorocaba. As fusões, falências e jogos políticos envolvidos na construção da ferrovia, cujo objetivo era transportar o algodão, um produto instável no mercado nacional e internacional, são detalhados por Rafael Straforini (2001). De 1919 a 1969, a Sorocabana passou a ser administrada pelo Estado, sob a mesma denominação e a partir de 1971, juntamente com a Paulista, formam a Ferrovia Paulista S/A (FEPASA), extinta em 1998. A Sorocabana, de forma obliqua, permeou toda a história dos moradores antigos do Jaó, alterou e construiu novas paisagens, como a inauguração de duas estações bem próximas ao local, na época identificado como Ponte Alta, ambas em 1909: Guaíra (posteriormente Jaó) e Engenheiro Bacelar, como parte do ramal Itararé. Assunto analisado de forma detalhada na pesquisa anterior e que serão retomados nesta pesquisa (MARQUES, 2001).

¹⁰ Informações obtidas com seu filho Roque. Ele também conta que Septímio foi violeiro na cidade e empregado da Estrada de Ferro Sorocabana, morando uma longa temporada longe. Mais informações sobre o ciclo do algodão na região do Paranapanema pode ser encontrado em ARAUJO, S., 2011.

A população estimada em 1940 era de 25.455 habitantes. Em 1950, ocorreu um decréscimo populacional para 23.546. A população volta a crescer em 1960, 33.418 habitantes¹¹. A partir da década de 40 do século XX, teve início a exploração de recursos minerais no município, com destaque para a extração e transformação do calcário, entre elas a empresa Cal Itaú (atual Companhia Cimento Portland Itaú, grupo Votorantin), uma unidade de produção de cal situada na fazenda Lavrinhas, inaugurada em 1952. A partir dessa data, empreendimentos menores irão compor o setor mineral, incluindo os de pequeno porte, como olarias. A rocha calcária é usada in natura como componente na produção de cimento, cal, brita e calcário agrícola. Itapeva passou então a ser conhecida por a “Capital dos Minérios”. Há a presença de outros minerais importantes como o filito, usado na indústria cerâmica e quartzito. Desde então, os principais setores econômicos, agricultura e mineração, se mantêm até o presente.

Em 1954 começou a operar em Itapeva a fábrica de cimento Portland Maringá (atual Fábrica de Cimento Lafarge), de capital norte-paranaense ligado ao café, indutora de um tímido desenvolvimento industrial no município, passando anos depois, em 1957, a produzir também o ferro-liga na mesma unidade industrial, com os produtos sendo transportados por trem, pela empresa Ferrovia Paulista SA (FEPASA).

No início dos anos 30 do século XX, vagões lenheiros partiam da cidade vizinha de Buri, carregados de lenha retirada da região, diante do esgotamento das reservas florestais do Estado de São Paulo. Nas estações de Jaó e Bacelar, da antiga Estrada de Ferro Sorocabana, próximas ao quilombo, estocava-se madeira cortada da mata nativa para abastecer os trens da Sorocabana, uma fonte de renda para os fazendeiros locais, empobrecidos com o fim do tropeirismo. Abriu-se a perspectiva de um novo negócio, pois a atividade da pecuária em Itapeva, como será analisada no capítulo 3, restringia-se à área de campos de pastagem nativa, preservando-se grande parte das matas, além disso, a mão de obra estava disponível no entorno das estações, os homens do Jaó, conhecedores das matas, lavradores que articulavam espaços de autonomia e vínculos de trabalho com os fazendeiros vizinhos. (MARQUES, 2001).

¹¹ SEADE - Memória das Estatísticas Demográficas. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/consulta.php> . Acesso em: 07 jun 2012.

Por toda essa área, ainda hoje, várias espécies nativas de cambarás (*Gochnatia polymorpha*) e bugreiros (*Lithraea molleoides*) remanescentes podem ser encontradas nos caminhos antigos se percorridos a pé, acompanhando a linha de trem, nas divisas das fazendas e no Jaó. São os “cambarazeiros”, na linguagem local, matéria-prima importante para as comunidades tradicionais e pequenos agricultores. Da mata nativa, os moradores mais velhos do quilombo, retiravam madeira para os esteios das antigas casas de barro, típica moradia do local, como será analisado no capítulo 4 e os paióis que armazenavam, sobretudo, o milho. Com o levantamento feito no presente, eles consideram a arrueira e o bugreiro, como duas árvores distintas e muito utilizadas por eles. Há ainda fragmentos de vegetação do cerrado nos capões de matas próximos aos córregos e fundo de terreno, exemplares adultos e pequenas mudas de bugreiros nascidas naturalmente, são encontradas na comunidade¹².

Sobre a propriedade da madeira da árvore cambará e outro usos, pesquisadores da Escola Superior de Agricultura (ESALQ/USP) salientam que se trata de uma

Espécie semidecídua, pioneira, considerada como invasora de áreas degradadas. Características das capoeiras e capoeirões das florestas estacionais semidecíduais e das áreas marginais do cerradão. Ocorre da Bahia até o rio Grande do Sul, incluindo Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, assumindo grande destaque nas formações de solos ácidos e regiões de clima mais ameno.

(...) madeira moderadamente pesada, compacta, rija e muito resistente ao apodrecimento, mesmo quando usada externamente. Muito usada na produção de mourões, esteios, ferramentas e artefatos de uso doméstico. A espécie só não tem maior valor madeireiro em razão da tortuosidade de seu tronco. A árvore é ainda usada como ornamental, principalmente pela cor prateada de sua folhagem e pela forma irritar os olhos. Possui aplicações na medicina popular, como expectorante e emoliente¹³.

¹² Durante os trabalhos de campo na casa de Roque e Maria José, onde existe um bosque de árvores nativas importante, foi relatado por eles a ocorrência de tucano, papagaio e siriema e outros pássaros nas árvores e no fundo do terreno. Na divisa, está uma grande fazenda de reflorestamento de eucalipto.

¹³ Disponível em: <http://www.esalq.usp.br/trilhas/uteis/ut05.htm>. Acesso em 10 jun 2012.

Retomando, na verdade, a economia do município como um todo sobrevivia do cultivo do milho e feijão, permanecendo a terra com baixo preço. Dessa forma, a fábrica Maringá tornou-se fundamental na geração de recursos para a prefeitura e empregos na cidade, que ainda mantinha adjacente em sua área urbana pouco expandida, pequenos poteiros e leiterias, casas com extensos quintais com criação de galinhas e árvores frutíferas. Carroções, charretes, cavalos, mulas, cargueiros e caminhões transportando gente, crianças em idade escolar e produtos (verduras, frutas, mandioca, frango e ovo caipira, queijo, farinha de milho, melado, pamonha, entre outros), transitavam da imensa área rural até a cidade.

A atividade madeireira em Itapeva, como em todo o sul do Brasil, teve início com a exploração da madeira da Araucária (*Araucária augustifolia*) ou pinheiro brasileiro. Esta espécie define a fitofisionomia da Floresta Ombrófila Mista (KRONKA *et al*, 2005). O comércio da madeira serrada e laminada para uso doméstico, exportação e outras finalidades passou então a ser mais uma atividade econômica de grande expressividade na cidade, um marco na economia local e, consequentemente, na transformação da paisagem. Segundo Silvio Araújo, a atividade de extração vegetal está associada a construção e expansão dos ramais da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG) no Sul do Brasil, chegando ao Uruguai. A mais antiga de Itapeva, de 1924, é a serraria Sguário, ainda em plena atividade, sustentada por reservas florestais próprias (2012). É muito significativa a análise do autor sobre a *Southern Brasil Lumber and Colonization Company*, a Lumber, em Sengés (PR), de forte influência econômica em Itararé e de atuação por todo o Sul do Brasil (p.56,57). Alcides Goularti Filho (2009) traz mais elementos sobre a expansão da rede ferroviária:

A extensão do tronco principal e dos ramais somava ao todo 1.952 km, sendo o trecho Itararé-Rio Uruguai o mais importante, dividido em duas seções: Itararé-Porto União e Porto União-Rio Uruguai, com 941 km (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1898). Os trabalhos de construção efetivamente foram iniciados no dia 15 de novembro de 1895, a partir da cidade de Ponta Grossa no Paraná que seria utilizada com base para atacar as duas linhas: norte, em direção a Itararé, e sul, em direção ao Rio Uruguai (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA,

VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1899). O primeiro trecho foi inaugurado em 16 de dezembro de 1899, numa extensão de 228 km. (idem, p.106,107).

A atuação tão próxima da Lumber e da EFSPRG em muito destoa da imagem recorrente sobre Itapeva e Itararé, como pequenos municípios eminentemente rurais empobrecidos com o fim do tropeirismo nas décadas iniciais da República, distantes dos movimentos de expansão do capitalismo.

A partir da década de 1970, teve início a atividade de reflorestamento com espécies exógenas, como o *Pinus Elliot* e *Eucalyptus*, vinculadas a indústria de papel e celulose. A silvicultura fomentou o surgimento de dezenas de serrarias em Itapeva nos últimos anos e a atividade paralela de extração de resinas. Um dado relevante no presente é o avanço dessas culturas sobre áreas de agricultura familiar.

Os dados levantados para Itapeva no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS, 2007) são: do total de estabelecimentos rurais existentes, 1189 unidades, 959 são estabelecimentos familiares (81%), destes 281, são provenientes de assentamentos. A especificidade do Jaó como área quilombola do município não é citada. Outros dados relevantes para Itapeva em específico é a diversidade da produção agropecuária e a presença significativa de rebanho bovino, o que não ocorre em Capão Bonito, onde predomina a silvicultura no uso do solo. Para o território sudoeste em geral, o crescimento da produção orgânica (olericultura), em economia familiar é mais um fator de destaque¹⁴.

Além da atividade de reflorestamento, também nos anos 70, foi o trigo que deu notoriedade ao município e consequentemente provocou a abertura de novas fazendas e uma valorização das terras. Em termos populacionais, o aumento foi significativo: 48.858 pessoas recenseadas naquele ano. Segundo o Informativo do aniversário da cidade, em 1977, a cidade apresentava os seguintes dados populacionais: população urbana 35.208 e rural: 26.792 (total: 62.000). Uma grande parcela ainda vivendo no campo. Finalmente para 1980, 65.311 habitantes. A título

¹⁴ Ministério de Desenvolvimento Agrário; Secretaria de Desenvolvimento Territorial (STD). Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável, Sudoeste Paulista, Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), 2007.

de comparação, a cidade vizinha de Itararé apresenta os seguintes dados demográficos para os anos de 1970 e 1980 respectivamente: 30.381 e 37.667 habitantes.

Diversos estudos e análises apontam para a região sudoeste do Estado de São Paulo, um índice de desenvolvimento humano abaixo da média do Estado¹⁵. Ainda assim, hoje é considerada a maior região agrícola do Estado. Em Itapeva, as principais culturas identificadas em 2012 foram as de milho (20 mil hectares de milho safra verão), a soja (38 mil hectares), além da tradicional produção de feijão, trigo, batata, tomate, laranja e algodão. São 90 mil hectares de lavoura, além do reflorestamento de pinus e eucalipto (40 mil hectares). A área de soja e reflorestamento, pilares do agronegócio da região, praticamente dobrou nos últimos anos. Também é significativa a área de pastagem existente, totalizando 40 mil hectares. A olericultura orgânica, mais uma vez, é mais um destaque, voltada principalmente para a agricultura familiar na região¹⁶. Reafirmando, além da comunidade quilombola do Jaó, de economia familiar, Itapeva possui um número expressivo de assentados para projetos de Reforma Agrária.

Assim, Itapeva é apontada como a cidade pólo da região, e no seu entorno, estão os outros municípios menores, muitos identificados como “municípios rurais”. E como já foi salientado anteriormente, dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário apontam para a presença majoritária de estabelecimentos familiares. O que faz pensar qual o lugar das comunidades quilombolas da região nessa discussão. Segundo a Fundação ITESP, são 44 comunidades no Estado de São Paulo, desse total, vinte e sete estão no Vale do Ribeira e uma em Itapeva.

A presença nos últimos anos da agricultura familiar como protagonista de políticas públicas, como o Programa de Fortalecimento da

¹⁵ (PTDRS, 2007). O Território Sudoeste Paulista é composto por 15 municípios das micro-regiões homogêneas (IBGE) de Itapeva e Capão Bonito: Guapiara, Itaberá, Itapeva, Taquarivaí, Capão Bonito, Barão de Antonina, Bom Sucesso de Itararé, Nova Campina, Riversul, Coronel Macedo, Buri, Itararé, Taquarituba, Ribeirão Grande e Itaporanga. O centro do território é o município de Itapeva com 82.866 habitantes no ano 2000 (IBGE), com uma densidade populacional de 45 habitantes por Km² e que apresentou uma taxa de crescimento populacional, nos anos 90, de apenas 0,11%. No seu entorno, uma grande região com 14 municípios rurais, com populações que estavam no ano 2000, entre 2 mil e 46 mil habitantes numa densidade que oscila entre pouco menos de 15 e pouco menos de 50 habitantes por Km². (p.7)

¹⁶ Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI); Secretaria Municipal da Agricultura (SEMAI). Plantio direto, melhoramento genético, tecnologia das máquinas agrícolas, pivôs de irrigação, são apontados como os itens responsáveis pelo aumento da produção da safra na região.

Agricultura Familiar (PRONAF), mediante apoio técnico e acesso às operações de crédito rural, orientada para o desenvolvimento rural sustentável, traz duas questões fundamentais.

Primeiramente, no universo acadêmico, a agricultura familiar é entendida como aquela em que a família é proprietária dos meios de produção, organiza sua atividade produtiva e o trabalho está vinculado de forma predominante ao grupo familiar. No contexto atual, não se exclui a presença de empregados temporários e outras formas de renda obtidas fora da unidade produtiva, seja em outras áreas agrícolas ou mesmo na cidade como estratégias de reprodução da vida e coesão da família.

Entretanto, o que se tem visto ao longo destes anos, é que a agricultura familiar não se caracteriza como uma categoria estanque, inflexível, mais sim sujeita a novos recortes devido a correlações de forças sociais envolvidas no entendimento que se busca alcançar.

Tradicionalmente seu sistema produtivo caracteriza-se pela diversidade de culturas integrada à criação de animais, tendo como finalidade primeira a subsistência da família. Por outro lado, Antonio Candido (1977), ao buscar compreender uma determinada categoria de trabalhadores rurais, os parceiros, elaborou um estudo sobre o caipira paulista e sua cultura tradicional ou rústica, dando ênfase também ao tempo dispensado para o lazer, a religiosidade, outras ocupações do caipira como membro de uma comunidade rural. Outro aspecto significativo nessa reflexão, refere-se às práticas de mutirões e trocas de dias de serviço que não apenas tinham valor econômico, mas sobretudo simbólico e cultural. Formas de solidariedade que estão sendo revalorizadas nesse protagonismo não apenas do agricultor familiar mas também dos membros das comunidades quilombolas.

Para José de Souza Martins, em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul, aquele era o universo do caipira. No litoral paulista, o caiçara. Em outras regiões, eram chamados de caboclos (1995, p.21-22). Em comum afirma, são palavras de duplo sentido que revelavam um olhar depreciativo sobre o homem simples do campo, considerado atrasado, inabilitado em incorporar os avanços técnicos e integrar-se efetivamente ao mercado. Atualmente a categoria

de agricultor familiar se sobrepõe de forma positiva a essa antiga visão, resgatando outras práticas agrícolas importantes para o país, outras interações e intervenções na natureza, além do segmento nomeado como agricultura patronal.

A segunda, relaciona-se às reflexões sistemáticas no âmbito da academia, principalmente da sociologia rural, em torno da categoria analítica “agricultura familiar”. Para uns, são agricultores plenamente inseridos no mercado, um fenômeno recente em busca de sistematizações. Já para outros como Nazareth Wanderlei (2000), uma categoria genérica que incorpora ou mesmo simplifica por demais, um aspecto da realidade brasileira extremamente heterogênea, rica em historicidades e que possui raízes históricas que devem ser consideradas, composta de produtores e trabalhadores rurais, nas suas várias situações sociais específicas: sitiantes, pequeno produtor, campesinato tradicional, produtor rural, agricultor de subsistência. Outros na condição de meeiros, parceiros. Atualmente, mais grupos estão sendo incluídos: indígenas, assentados em projeto de reforma agrária e remanescentes de quilombos. Estes, candidatos potenciais ao PRONAF.

Analizando historicamente a precariedade e a instabilidade da situação camponesa no Brasil, a autora ainda destaca que trabalho externo e o emprego de trabalhadores assalariados, devem ser vistos como mecanismos tradicionais e não de decomposição, podendo envolver a presença de pessoas da própria comunidade, como forma complementar a força de trabalho da família,

Pela sua própria natureza, a unidade de produção camponesa é o resultado do trabalho dos membros da família proprietária. O campesinato no Brasil não é diferente, sobre esta questão, daqueles que se reproduzem ou se reproduziram em outros países.

Porém, em razão do próprio contexto em que se reproduz, ele revela uma longa tradição de trabalhar alugado para terceiros e de empregar, ele mesmo, trabalhadores alugados em seu estabelecimento familiar. Esta particularidade tem intrigado muitos estudiosos, que tentam explicá-lo como resultante de processos sociais de decomposição do campesinato (WANDERLEI, 1996, s/p).

1.2 A matriz ambiental

O município de Itapeva está integrado ao Comitê de Bacias Hidrográficas do Alto Paranapanema (CBH-ALPA). São ao todo trinta e quatro municípios pertencentes a Unidade de Gerenciamento de Recursos do Alto Paranapanema - UGRHI 14, a porção paulista. As maiores cidades são Itapetininga (120.455 hab.), Itapeva (80.636 hab.), Itararé (47.096 hab.), Capão Bonito (46.428 hab.). O próprio Rio Paranapanema e o rio Itararé, na divisa entre os Estados do Paraná e São Paulo, são citados como seus principais cursos d'água. São destacados ainda os dois principais reservatórios: Armando Laydner (Jurumirim) no rio Paranapanema e de Chavantes, no rio Itararé.¹⁷ No presente, ganha força a proposta de gestão integrada da bacia do Paranapanema entre os Estados de São Paulo e Paraná, motivada sobretudo pelas semelhanças do meio físico¹⁸. Sobre Itapeva, em específico,

Os rios que formam a bacia hidrográfica do Rio Paranapanema drenam a região, onde se pode destacar como principais rios, o Apiaí Mirim, Apiaí Guaçu, Taquari Mirim, Taquari Guaçu, Pirituba e os ribeirões Fundo e do Leme (IPT 1998) ¹⁹.

A vegetação nativa predominante em Itapeva era composta por Mata Atlântica, Cerrado e seus vários tipos intermediários (cerradão, campo cerrado, campo sujo, campo limpo ou campo) e Mata de Araucária, um mosaico de ambientes e paisagens. Segundo Aziz Ab'saber,

(...) a transição entre o mosaico de matas e cerrados começaria na Depressão Periférica Paulista, entre os municípios de Pirassununga e Sorocaba, seguindo para o setor de campos e bosquetes de pinhais existentes entre Capão Bonito e Itapeva. Quando se entra no Paraná por Sengés, ocorre um derradeiro enclave do cerrado.(2003, p.102)

Ao apresentar os tipos de vegetação natural do Estado de São Paulo, Francisco J. N. Kronka *et al* (2005), preocupou-se em resgatar estudos

¹⁷ UGRHI 14 - ALTO PARANAPANEMA. Disponível em:

http://www.comitepcj.sp.gov.br/download/PERH/04-07_UGRHI-14.pdf. Acesso em 20 nov.2011

¹⁸ <http://www.paranapanema.org/> Acesso em 05 jun 2012.

¹⁹ INSTITUTO DE PESQUISA TECNOLÓGICAS (IPT), 30/10/1998.

anteriores sobre o tema, favorecendo um olhar sobre Itapeva nos anos 60, 70 do século XX, na véspera da chegada do trigo na região, um marco na valorização das terras no município, tradicionalmente consideradas de baixo preço, desde o término das invernagens de muares para Sorocaba, como será analisado no capítulo três e avanço sobre as áreas de cerrado.

Para Itapeva e Itararé na década de 1970, foi destacada a existência de campos ou campos limpos, em altitudes de 700 a 800 metros, associados a Matas de Araucária em galerias e de cobertura graminóide e herbácea. Para a composição do mapa temático recente, que apresenta a distribuição geográfica dos tipos de vegetação remanescentes para a Sub-região de Itapeva, a referência ao estudo anterior (SERRA FILHO, R. et al, 1974) é significativa em mostrar as alterações no uso do solo. Naquela época do estudo, teve destaque a presença do tipo intermediário “campo cerrado” (atual savana arborizada) na região em meio a áreas de reflorestamento com espécies exóticas, mata e capoeira. Características ambientais que se aproximam do local onde surgiu o Jaó, o antigo sítio Ponte Alta, com uma grande área central de campo nativo “barba de bode” e gabiobas²⁰. A pesquisa científica assim define:

São campos com pequenas árvores e arbustos esparsos, disseminados num substrato graminóide. Vegetação constituída por uma flora mais alta arbóreo-arbustiva (até 3 metros) integrada por indivíduos bastante espaçados entre si, com porte geralmente atrofiado, distribuídos no estrato herbáceo, baixo, graminóide, onde freqüentemente encontram-se **o capim barba-de-bode e o capim gordura** (grifo nosso, p.14).

Itapeva é caracterizada no Inventário, como o segundo município da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema, com vegetação natural remanescente ocupando uma área de 22.187 ha, correspondendo a 11,7% de sua superfície total (188.900 ha) (p.82). A vegetação remanescente nativa da região corresponde portanto às formações do bioma da Mata Atlântica, Floresta Ombrófila Mista (Mata

²⁰ Informações coletada na pesquisa de campo junto aos moradores, Leninha, Francisco (Chico Maculino) e sua esposa Noemi, Roque, Calisa, entre outros.

de Araucária)²¹, a Savana (antigo cerrado) e áreas de transição da Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica), Mista e Savana. Finalizando, por entre as matas, nas manchas de cerrado, as árvores eram distribuídas de maneira esparsa e apresentavam características como: casca grossa, baixa estatura, muitas vezes com troncos tortuosos, atingindo 3 a 5 metros de altura. Entre os exemplares estavam: cambarás, aroeiras, coqueiros, frutíferas silvestres, entre outras.

A Estação Ecológica de Itapeva, situada na Depressão Periférica Paulista, é uma unidade de conservação com área de 106,77 ha, criada para proteger amostras de ecossistemas de cerrado, campo cerrado e campo. Ela está inserida na UGRHI-14, drenada pelo rio Pirituba e abriga remanescentes da vegetação do cerrado e matas. Trata-se de um pólo de pesquisa científica importante em torno da geografia física e meio ambiente (SILVA, D. et al., 2010; SÃO PAULO, 1998).

Sobre o clima, classificado segundo Köppen, como sendo do tipo Cfb, ou seja, mesotérmico úmido sem estação seca com verão brando. A temperatura média anual para Itapeva é de 20,5°C e a precipitação média anual é de 1184,00 mm (SILVA, D. et al, 2010). As geadas são típicos fenômenos de inverno em Itapeva e considerado o elemento que afastou o café da região, deslocando-se para outras áreas mais quentes do Paranapanema, como a cidade de Pirajú.

São aspectos que conferem ligação com a flora paranaense dos vários municípios dos Campos Gerais, situados no segundo Planalto Paranaense, como Ponta Grossa, Castro, Tibagi, Piraí do Sul, Jaguariaíva. Todos compondo a “Rota dos tropeiros”, uma proposta atual de integração regional fomentada pelo turismo rural, uma zona de campos limpos (atual savana, subtipo gramíneo lenhosa) e mata de galeria, localizada sobre o planalto meridional. As formações campestres naturais também estão presentes nos Campos de Guarapuava e de Palmas. A EMPRAPA define campo limpo como um tipo de vegetação predominantemente herbáceo, com raros arbustos e ausência completa de árvores²².

²¹ Floresta Atlântica com a presença do pinheiro do Paraná (*Araucária angustifolia*), formação florestal nativa e exclusiva dos planaltos da região sul e sudeste do Brasil, em geral, entre 800 e 1200 m de altitude, chegando aos países vizinhos ao sul do Brasil.

²² Agência de Informação Empraba, Bioma Cerrado. Disponível em:

O mesmo inventário apresenta a nova conceituação ou fitofisionomias vegetacionais referente ao subtipos da Savana²³:

Campo Cerrado: subtipo do Cerrado com predomínio de vegetação rasteira, principalmente gramíneas e pequenas árvores e arbustos bastante espaçados entre si identificado como *Savana arborizada*.

Campo: vegetação rasteira (gramínea e herbáceas), sem árvores. Identificado como *Savana gramíneo-lenhosa*

Sobre os antigos campos de São Pedro, área de pastagem nativa localizada entre os rios Verde e Itararé, (Itararé, SP) e de sua transição para o cerrado, Carlos A. de M. Scaramuzza recusa a palavra reflorestamento, para definir a mudança do padrão de uso da terra, da tradicional pecuária para o reflorestamento:

Por serem áreas originalmente campestres, a implementação dessas plantações de eucalipto e pinheiro tratou-se de um verdadeiro florestamento e não um reflorestamento como usualmente denominado. Como na maior parte dos acasos os talhões foram dispostos segundo a aptidão florestal, fragmentos de campos de planalto foram conservados preferencialmente ao longo dos eixos de drenagem e de áreas com solos rasos (2006, p.24)

A presença de remanescentes de campos de planalto, cerrados e florestas em Itararé, se deve a três fatores cronológicos: sua apropriação como pastagem nativa pelos fazendeiros de gado (século XIX), onde apenas o fogo era usado no manejo para a renovação, mais tarde a criação de estações experimentais do Instituto Agrônomo e do Instituto Florestal (IAC e IF) e, finalmente, a preservação de fragmentos da cobertura vegetal nativa por empresas de reflorestamentos impedidas de se apropriarem da área total por limitações

http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01_37_911200585233.html. acesso em 09 jun 2012. Alguns autores denominam como formações campestres do Cerrado, os três tipos fitofisionômicos: o campo sujo, o campo rupestre e o campo limpo.

²³ O Bioma Cerrado no Estado de São Paulo, possui lei específica para a sua conservação e regeneração: LEI Nº 13.550, DE 2 DE JUNHO DE 2009, dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado, e dá providências correlatas. Segundo a lei, o Bioma Cerrado é formado por vegetações savânicas da América do Sul e apresenta as seguintes fisionomias: cerradão (vegetação com fisionomia florestal), cerrado “stricto sensu” e campo cerrado (com árvores tortuosas de espécies heliófitas, tolerantes a solos muito pobres e ácidos) e campo (vegetação predominantemente herbácea com gramíneas).

agronômicas. Além da presença de pequenos mamíferos, tamanduás, lobos guarás e aves. (SCARAMUZZA, 2006, p.48).

Em 1965, foi realizada uma longa pesquisa por agrônomos do Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo nos campos cerrados do planalto paulista ainda existentes nos municípios de Itapeva e Itararé, com vegetação natural ou pastagem nativa identificada como capim barba de bode. A pesquisa experimental visou corrigir a elevada acidez do solo com ampla aplicação de calagem (calcário dolomítico) e adubação fosfatada para viabilizar a produção de feijão em área recém desbravada.(BRAGANTIA, 1965).

Finalizando, um dos principais pólos de reflorestamento do Estado de São Paulo é formado pelos municípios de “Itapeva-CapãoBonito-Buri” (pertencente à região administrativa de Sorocaba) com 125.829 ha de área reflorestada, 16.3% de todo o Estado. Sendo que, a região administrativa de Sorocaba como um todo corresponde a 42,3% da área reflorestada do Estado (KRONKA, .et al, 2002; KRONKA, et al, 2003).

1.3 Contexto geológico regional

O município de Itapeva situa-se na borda leste da bacia sedimentar da Bacia do Paraná, uma extensa depressão deposicional situada na parte centro-leste do continente Sul-Americano, abrangendo uma área de 1.600.000 km², destes aproximadamente 1.000.000 km² está em território brasileiro. (SCHNEIDER *et al*, 1974). A esses fatores some-se, o fenômeno da glaciação e deglaciação que afetou toda a bacia durante o período Permo-carbonífero.

Em termos sintéticos, há o predomínio de duas formações básicas para a região de Itapeva, inseridas no tempo geológico da Era Paleózoica: o grupo Itararé e formação Furnas, este constitui a base do grupo Paraná.

No sudoeste do Alto Paranapanema, que compreende as cidade de Bonsucesso de Itararé, Nova Campina, Itararé e Itapeva (Estado de São Paulo), está a Formação Furnas, de sedimentos devonianos arenosos, com idade aproximadamente entre 395 a 345 milhões de anos atrás, unidade composta essencialmente por arenitos (areia litificada), de granulação média a grossa,

composto por quartzos, feldspáticos, de estratificação cruzada de pequeno a médio porte e plano paralelo, incluindo subordinadamente arenitos finos, arenitos conglomeráticos e conglomerados oligomíticos basais (IPT, 1981. Mapa geológico do estado de São Paulo).

Sobrepondo a Formação Furnas, na face leste, norte e oeste há o predomínio de rochas sedimentares do Grupo Itararé, cuja deposição iniciou-se durante o Carbonífero Superior e Permiano médio (há 290 a 251 milhões de anos). Em sua composição estão depósitos glaciais continentais, glaciais-marinho, fluviais deltáticos, lacustres e marinhos, compreendendo principalmente arenitos de granulação variada, conglomerados diamictitos, tilitos, siltitos, folhelos, ritmitos, além de camadas delgadas de carvão, depositado diretamente sobre o embasamento cristalino pré-cambriano. (IPT, 1981, 1998). Silvio Araújo (2001) indica que na “formação central e norte do município, encontra-se a Formação Itararé” (p.4).

Em termos geomorfológicos, o município de Itapeva está situado na divisa do Planalto Atlântico (rochas cristalinas) e Depressão Periférica (rochas sedimentares). A Escarpa Devoniana (Escarpamento Estrutural Furnas)²⁴, é sustentada pela formação Furnas, uma *cuesta*, feição geomorfológica que separa o primeiro e o segundo planalto paranaense. Abrigos, fendas, cavernas, canyons, guardam um rico acervo arqueológico e geomorfológico do Brasil juntamente com os Campos Gerais do Paraná, situado no Segundo Planalto paranaense (ALMEIDA, 1974; CHMYZ, 1976).

A partir dos substratos Furnas e Itararé, para a identificação dos tipos de solos em Itapeva, informações analisadas por pesquisadores da Estação Ecológica de Itapeva (SILVA, Dimas et al., 2010), apontam a presença de Latossolo vermelho distrófico²⁵ (LVd) de textura argilosa em relevo suave ondulado (EMBRAPA, 1999). Os Latossolos são solos antigos, de grande profundidade e constituídos por material mineral (idem, p.91). São caracterizados como ácidos e com problemas de fertilidade.

²⁴ O Escarpamento Estrutural Furnas marca o limite entre a Depressão do Paranapanema e o Planalto Guapiara, onde afloram rochas do Embasamento Cristalino representadas por filitos, quartzos filitos e metassiltitos. (IPT, 1981 b)

²⁵ Solo em que a porcentagem de saturação por bases, soma dos teores de Ca, Mg e K (V), é inferior a 50%. São solos de baixa fertilidade e alumínio nulo ou baixo. SOUSA, LOBATO (2004, p.38)

Em estudo mais recente sobre o Cerrado, pesquisadores informam que os latossolos são passíveis de utilização com pastagens, reflorestamentos, culturas anuais e perenes. Além disso, os latossolos de textura média, com teores elevados de areia, assemelham-se as areias quartzosas, sendo muito suscetível a erosão, requerendo manejo criterioso, inclusive um cuidado maior com a cobertura do solo para garantir teores satisfatório de matéria orgânica. Em suma, o latossolos é considerado a principal classe de solos da região do Cerrado, ocorrência estimada em 45,7%, sendo que a Areia Quartzosas²⁶ vem a seguir, de ocorrência estimada em 15,2% e os Podzólicos (Argissolos) com índice de ocorrência estimada em 15,1% (SOUSA, LOBATO, 2004).

Pesquisadores locais também mencionam que o latossolos estão associado ao argissolos, como o argissolos amarelo distrófico de textura arenosa em Itapeva²⁷. Igualmente constituído por material mineral com argila (EMBRAPA, p. 83,/ 129). Sobre a aptidão agrícola e ocorrência dos argissolos, Djalma Souza e Edson Lobato, destacam que:

Quando a fertilidade natural é elevada e não há pedregosidade, sua aptidão é boa para a agricultura. São particularmente indicados para situações em que não é possível grandes aplicações de capital para o melhoramento e a conservação do solo e as lavouras, o que é mais comum em áreas de agricultura familiar. Os intermediários para latossolos apresentam aptidão para uso mais intensivo, mesmo conteúdo baixa fertilidade natural, uma vez que são profundos.

(...) Ocupam na paisagem, a porção inferior das encostas onde o relevo apresenta-se ondulado (8% a 20% de declive) ou forte-ondulado (20% a 45% de declive). (2004, p.54, 55)

Sobre os solos novos em área inclinada em Itapeva, outras associações são possíveis. “Nos setores mais íngremes das encostas ocorrem os solos pouco evoluídos, tais como, os Cambissolos Háplicos e os Neossolos Litólicos, e nas planícies fluviais, os Gleissolos Háplicos.” (SILVA, Dimas et al., 2010, p.3). Na tabulação dos dados para a análise do relevo “colinas de topos tabulares” da área

²⁶ Ou Neossolos Quartzarenico (NQ).

²⁷ Segundo o professor do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva (FAIT), Manoel R. Guilherme. São solos de medianamente profundos a profundos, arenosos que apresentam teor de argila menor que 20%.

da estação, os autores relacionam: Arenitos da Formação Itararé/ Latossolo Vermelho; Arenitos da Formação Furnas/ Cambissolo Háplico (horizonte B incipiente, seguido de rocha) e Neossolo Litólico (horizonte A diretamente com a rocha), ocorre em relevo com declive. Concluem os autores que

O relevo da Estação Ecológica de Itapeva e sua área de entorno de 10 km é constituído basicamente por colinas de topos tabulares sustentadas por rochas areníticas, sobre as quais se desenvolvem os Latossolos Vermelhos, com textura argilosa e profundos.(idem, p.8)

No município de Itapeva, a área de arenito Furnas conhecida como Cânyos do Itanguá, a fazenda Pilão d'Água (formada com o ciclo do tropeirismo) e o quilombo do Jaó, também são respectivamente citados pela Prefeitura Municipal como sítios geológico, arqueológico e histórico, vistos como atrativos para o incremento do turismo local.

Finalizando, buscou-se levantar informações sobre como os habitantes do Jaó enfrentaram solos de textura arenosa, de acidez acentuada, com baixa fertilidade e suscetível à erosão e, ao mesmo tempo, como utilizaram o que o cerrado oferece, a pastagem nativa, madeira de lei, as frutas nativas e o sapé, identificado como uma gramínea ou capim de solo pobre. Até mesmo o saibro²⁸ amarelo, foi recurso importante no acabamento das casas de barro ou pau a pique com sapé seco transformado em cobertura, a típica moradia dos habitantes do quilombo do Jaó, nos tempos do antigo sítio Ponte Alta, como se verá no capítulo 4.

Nesse sentido, informações precisaram ser coletadas com a análise do solo de uma área tradicionalmente reconhecida como terra de cultura, chamada de Capão.²⁹ Não apenas para responder algumas questões da pesquisa, mas

²⁸ Dicionário livre de Geociências: Saibro; s.m.-Geol.=Material incoerente, originado pelo intemperismo incipiente de rochas graníticas, contendo grande quantidade de fragmentos pequenos de feldspatos e quartzo, além de outros minerais acessórios da rocha. A quantidade de argila é pequena pelo fato do intemperismo estar no seu início. As jazidas de saibros se encontram entre o solo e a rocha matriz ainda não intemperizada. Podemos dizer que o saibro é a rocha em início de decomposição. Disponível em: <http://www.dicionario.pro.br/dicionario/index.php/Saibro>. Acesso 01/06/2012.

²⁹ Para a coleta do solo, contamos com o apoio do agrônomo da Secretaria Municipal de Agricultura que, juntamente com o jovem Daniel da comunidade, fizeram a coleta. O material foi enviado para o Laboratório de Química Agrícola em Sorocaba, SP. O procedimento teve orientação do prof. do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva (FAIT), Manoel R. Guilherme. Instituição a qual a pesquisadora também é docente.

principalmente levar outras informações aos moradores. De forma sintética, foi destacado o solo arenoso, sendo necessário observar em estudos pontuais futuros a confirmação da denominação quartezarênico, mas é um dado a ser considerado. Por outro lado, o índice maior de areia fina em relação a areia grossa, e taxa de argila em torno de 19%, fatores positivos para agricultura, em termos de drenagem da água, circulação de ar, menor compactação. Foi evidenciado a acidez do solo (4,7) e o V% (saturação por base) em 47, o que sinalizou a necessidade de calagem para a correção do solo e elevação do V% para 70 ao menos. Foram sugestões feitas e que abrem reflexões para futuras pesquisas em prol do desenvolvimento agrícola da comunidade.

A análise também indicou o baixo índice de matéria orgânica, o que pode indicar o uso intensivo do solo e mesmo a mudança para a monocultura. Ao iniciar os trabalhos de campo, chamou atenção a erosão do solo e a indagação sobre quais fatores geraram tal processo. Da pesquisa anterior, dados importantes são resgatados para pensar o contexto atual. As famílias de um modo geral cultivavam o amendoim, usavam o arado puxado por animal, sem terraços ou máquinas agrícolas, plantavam em meio a soqueiras e palhadas, e cultivam diversas espécies, até por volta de 1990. Outros fatores devem ser buscados.

Capítulo 2

Paisagens Arqueológicas: Objetos em Cena, Percepções e Interfaces

De início duas provocações. Primeiramente no campo da historiografia e, mais adiante, na seara da arqueologia também nacional.

A narrativa de uma História vinculada às elites políticas, econômicas e culturais, que tanto marcou a historiografia brasileira do século XIX e meados do século XX, alimentando o imaginário brasileiro com resquícios até o tempo presente, determinava o que era histórico ou não, o que tinha relevância ou não.

Some-se a isso, o fato de que as fontes arqueológicas referentes aos povos nativos do Brasil ou mesmo dos grupos marginalizados pouco tiveram importância nos relatos históricos por todo o século XX (BRUNO, 1999). As interpretações das casas-grandes guaranis – tapy'iguassu – e aldeias, paisagem tão presentes por toda a Bacia do Paranapanema no período anterior à colonização, bem como os deslocamentos dessa população em tempos históricos, são frutos de pesquisas arqueológicas (MORAIS, 1999, 2000; RODRIGUES, AFONSO, 2002).

Não obstante, no presente, multiplicam-se dissertações e teses em torno dos libertos, dos trabalhadores nacionais pobres, da “raia miúda” brasileira, no campo e cidade, pardos, mestiços, caipiras e caboclos, considerados os “não-brancos” para as elites que acompanhavam a chegada de imigrantes europeus para o trabalho e o branqueamento da população. Por exemplo, na capital paulista, na virada do século XIX e XX, em estudo primoroso e título significativo - *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)* - outros espaços e vivências pouco a pouco vão ganhando visibilidade nas letras de Carlos Ferreira dos Santos (2008) que revela, sobretudo, espaços de exclusão e preconceito. Quitandeiras, curandeiros carroceiros, com suas práticas culturais tradicionais eram varridos pelos novos projetos de ordenamento urbano da capital que se tornaria o principal polo modernizador do país. Essa nova configuração urbana estava relacionada ao rápido e concentrador processo de industrialização da cidade de São Paulo nas primeiras décadas da República, processo financiado pelo capital cafeeiro e impulsionado pela iniciativa de imigrantes, empresários europeus, primeiramente as fábricas de tecidos e infraestrutura e, mais tarde, as de bens de consumo.

Recentemente, em obra organizada por Nilo Odália e João Ricardo de Castro Caldeira, editada pela Universidade Estadual Paulista (UNESP, 2010), mais precisamente o volume I, que trata da reconstituição da história do Estado de São Paulo nos tempos da Colônia e Império, se inaugura a participação da pesquisa arqueológica nessa tarefa, fato que provocou um recuo para um tempo mais longínquo, desconhecido dos historiadores, sete mil anos AP (*antes do presente*, tendo o ano 1950 como marco referencial), sob o título de “São Paulo arcaico”, obrigando a pré-história brasileira a ser considerada ainda que no contexto do Brasil Colônia.

O autor, o arqueólogo Charles Bonetti, apresenta os povos concheiros e construtores de sambaqui como os primeiros habitantes do baixo Vale do Ribeira de Iguape, identificados como grupos pescadores-coletores, adaptados ao movimento de ascensão e recuo do nível pretérito do mar, portanto do paleoambiente marinho, desaparecidos com a chegada dos grupos horticultores e ceramistas no litoral. Estes, afirma o autor, continuaram a seguir as antigas rotas migratórias pré-coloniais em direção ao mar. Prática citada pelos cronistas do século XVI, como o hábito dos nativos de *mariscarem* em época propícia. (2010, p.73-92). Conhecimento empírico milenar do ambiente marinho e do entorno, da obtenção de alimentos, do manejo do ambiente, da construção de determinadas paisagens, perfazendo uma diversidade cultural que se perpetua entre as comunidades tradicionais de caiçaras e quilombolas do Vale. Conhecimento “construído holisticamente”, como defende Diegues, proveniente das populações tradicionais brasileiras onde saberes passados de geração em geração se coadunam com os sistemas de representações, símbolos e mitos que regulam esse modo de vida tão característico de uma parcela significativa da sociedade brasileira (2001).

Qual será a contribuição da arqueologia para o estudo da formação e permanência das áreas de quilombos? Diferentemente do que afirmou Bruce Trigger, nesse território específico, os arqueólogos se defrontam com a cultura material e seus artífices. Assim afirma o autor:

A arqueologia é uma ciência social no sentido de que ela procura explicar o que aconteceu a um grupo específico de seres humanos no passado e fazer generalizações a respeito do processo de mudança cultural. Porém

ao contrário dos etnólogos, dos geógrafos, dos sociólogos, dos cientistas políticos e dos economistas, os arqueólogos não podem observar o comportamento da população que eles estudam; ao contrário dos historiadores, também não têm, na maioria dos casos, acesso direto ao pensamento dessa gente registrado em textos escritos. (2004, p.18-19).

Pretende-se neste capítulo desenvolver uma reflexão sobre o estudo da paisagem em Arqueologia, mais especificamente da paisagem quilombola ou como está sendo defendido nesta tese, os movimentos de construção e transformação de uma paisagem cabocla de raiz africana. Nesse sentido, a interface com a História permitirá aprofundar uma interpretação dessa paisagem ao investigar e elucidar a sua historicidade, numa comunicação constante entre a **cultura material** (objetos e marcas na paisagem) e as fontes históricas (escritas e orais), sem esquecer que os dados ambientais (o meio físico) é visto como parte do contexto arqueológico. Nesse sentido, com o objetivo de levantar com precisão o **contexto material**, reafirma-se aqui o que já é tão aclamado como característico da Arqueologia: o diálogo com os diferentes campos do saber, as relações interdisciplinares, para que seu conhecimento seja edificado.

Como princípio metodológico, buscar-se-á assumir um olhar menos compartimentado, nesse sentido, do pensamento geográfico emerge a reflexão em torno de um elemento extremamente complexo: o conceito de paisagem. De grande importância para a análise que se busca neste trabalho.

Como foi destacado acima, os protagonistas estarão presentes no trabalho de campo da arqueologia, como sujeitos reinterpretando e ressignificando a própria paisagem, sua mudança e permanência, juntamente com o pesquisador, vivenciando o processo de patrimonialização, como apregoa Regina Abreu (2010) em sua defesa em torno desse processo de construção, de vivência compartilhada, do que será considerado patrimônio por um grupo específico ou por uma comunidade, ação muitas vezes mediada por um pesquisador. Essa questão de alguma forma retrata a ampliação do campo de atuação da Arqueologia e da Museologia, preocupadas em cultivar as noções de pertencimento e identidade. No passado a Arqueologia estava preocupada em recuperar e valorizar os vestígios materiais das sociedades que estavam vinculadas historicamente com a formação

dos Estados Nacionais Europeus, em particular, a Antiguidade Clássica. Nesse contexto, os séculos XVIII e XIX são apontados como da criação dos grandes museus europeus e os objetos arqueológicos irão compor os acervos dos Museus de História Natural e Museus de Belas Artes, processo muito ligado ao fenômeno do colecionismo, sendo que o próprio artefato arqueológico passou a ser compreendido de forma diferenciada ao longo do tempo, como objeto da história da arte, como exótico, e depois como objeto de um passado remoto, despido de valor artístico e vinculado aos estudos da antropologia e ciências naturais, quando passa ser interpretado (forma/função) e classificado (tipologias). Esforços de arqueólogos e naturalistas em imprimir um caráter científico para a Arqueologia do século XIX (BRUNO, 2005).

Em estudo sobre a Arqueologia Histórica, Paulo Funari, destaca que a partir da década de 1980, ocorreu um redirecionamento da disciplina que passa a discutir o seu compromisso com a dimensão social da Arqueologia (2004/2005). Para o mesmo autor, esse é o campo da Arqueologia Pública, que tem como princípio a interação do arqueólogo com a sociedade e seus vários públicos, mídia, crianças em idade escolar, a comunidade, entre outros (FUNARI, 2008). Entretanto, presente está também o Estado com seu ordenamento jurídico de proteção ao meio ambiente e ao patrimônio cultural (MORAIS, 2006). Como divulgar esse conhecimento produzido, como possibilitar a fruição do patrimônio arqueológico, são questões da ordem do dia, ainda que haja uma grande convergência de pensamento em torno do papel do museu como a principal instituição em estabelecer essa comunicação entre Arqueologia e Sociedade.

De La Penha (1992) enfatiza que a realidade não participativa no Brasil é uma herança histórica do hábito de colecionar dos museus, instituição sempre atrelada às classes dominantes. Assim, desde a criação dos Gabinetes de Curiosidades no século XIX, as classes menos favorecidas foram excluídas. De alguma forma, transitando entre os autores citados acima, Rossanno Bastos apresenta a história dos museus no país como excludentes, do “não lugar dos negros e índios”, por isso defende a urgência de metodologias participativas que favoreçam a temática da inclusão social na Arqueologia (2007, p. 294). Este fenômeno está além das fronteiras disciplinares, é mais complexo, não se pretende aqui esgotá-lo. Como afirma Kabenguele Munaga, a identidade precisa de

reconhecimento, precisa ser valorizada, o seu não reconhecimento ou depreciação, causam nos indivíduos sofrimento e interiorização da inferioridade.

Essa situação se aplica a negros e índios. Durante gerações, a sociedade branca tem feito deles uma imagem depreciativa à qual alguns deles não tiveram força para resistir, pois a introjetaram e criaram uma auto-depreciação que hoje se tornou uma das armas mais eficazes de sua própria opressão.

Nesta perspectiva, a falta de reconhecimento da identidade não apenas revela o esquecimento do respeito normalmente devido. Ela pode infligir uma ferida cruel ao oprimir suas vítimas de um ódio de si paralisante. O reconhecimento não é apenas uma cortesia que se faz à uma pessoa: é uma necessidade humana vital (MUNANGA, s/d).

Há todo um pano de fundo marcado pela visão eurocêntrica da história do Brasil, visto como um apêndice da história europeia. Esta sim considerada a verdadeira história da civilização. Portanto, perspectiva que não reconhecia a pluralidade cultural brasileira e adotava uma política de distinção do que deveria ser considerado patrimônio ou não.

Assim, considerando as interfaces entre Arqueologia e Geografia, outras categorias e conceitos estruturantes desta se fazem presentes: espaço, lugar e território. Sobretudo a partir da perspectiva da Geografia Cultural ou da abordagem cultural na Geografia, que possibilita ou obriga ir além da descrição das paisagens naturais e humanizadas, para o encontro das experiências humanas, da memória, dos sentidos e significados que as pessoas dão aos lugares onde vivem. Em olhar retrospectivo, pode-se considerar os anos finais da década de 1970 como um marco que reintroduziu a explicação dos fenômenos espaciais a partir da dimensão cultural, conforme reconhece Beatriz Ap. Zanatta:

Não se tratava mais de estudar a diversidade cultural com base nos seus conteúdos materiais, mas de admitir que a cultura está intimamente ligada ao sistema de representações, de significados, de valores que criam uma identidade que se manifesta mediante construções compartilhadas socialmente e expressas espacialmente, ou seja, de admitir que a cultura no seu sentido antropológico mais amplo representa todo o modo de vida de uma sociedade, o que não inclui somente a produção de objetos

materiais, mas um sistema cultural (valores morais, éticos, hábitos e significados expressos nas práticas sociais), um sistema simbólico (mitos e ritos unificadores) e um sistema imaginário, que serve de liame aos dois últimos, grupo.(2007, p.229)

Há também que se considerar o conceito de quilombo como um campo interdisciplinar de conhecimento: a intersecção da Antropologia, pois essa temática específica vem sendo vista sobretudo pelo prisma da Etnografia, com a História, a Geografia e, neste caso, com a Arqueologia. E, a despeito das diferenças de caráter científico, instituir um terreno comum: o patrimônio. Este, sob a ótica recente, abraça e traz para si o que foi separado, ou seja, a natureza material e imaterial da cultura.

Sob a perspectiva jurídico-constitucional, o artigo 216 e parágrafo 5º da Constituição Federal de 1988, define patrimônio cultural brasileiro e garante que um grupo específico, os quilombolas, tenham sua herança protegida por lei. O foco central a ser destacado nesse momento, é a participação da sociedade com a redemocratização do país e a importância da Constituição em reconhecer os saberes tradicionais, populares e valorizar a diversidade cultural brasileira, como representante da nacionalidade. É um tema atual, muito debatido por antropólogos e museólogos no Brasil como um todo.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (BRASIL, 1988).

2.1 Um olhar sobre a paisagem

A noção de paisagem é apresentada no presente como resultado da estreita relação entre homem e natureza, “um repositório de existências e vivências que se desenrolaram ao longo de milhares de anos”, afirma o arqueólogo Rui Mataloto, estudioso dos monumentos megalíticos alentejanos (2007, p.123).

Já para o geógrafo Milton Santos, a paisagem enquanto resultado de um complexo de interações entre os elementos naturais e sociais, remete primeiramente à obra dos sentidos, “o que é possível abarcar com a visão” (1996, p.83). Logo é o que tem existência física. Posição essa já defendida em estudo anterior, ainda que com ressalvas quanto a sua forma, pois a paisagem, para ele, “não mostra todos os dados, que nem sempre são visíveis”. Segundo a sua definição clássica, a nossa relação sensorial com a paisagem vai mais além:

Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. (SANTOS, 1988, p.61)

Assim, para se identificar e descrever uma paisagem é preciso passar pelo olhar, pela observação. A partir disso, ela ressurgue como produto da percepção humana, onde a visão tem papel preponderante. Particularmente para o pesquisador, a sua análise deve estar pautada também na maneira pela qual a paisagem é percebida. Nesse momento, um pé da palmeira nativa Jerivá deixa de ser uma simples sombra no trabalho de campo e passa a ganhar “um contexto” e significado mais complexo.

Dentro da complexidade que se pretende elucidar, a paisagem é vista como um depositário de diversos elementos a serem considerados: as formas, as cores, os elementos da natureza, as expressões materiais e imateriais da cultura, as relações sociais inerentes àquele lugar. Com o necessário destaque para o conteúdo espacial e temporal na sua conformação e transformação, num processo dialético de apropriação do meio. Portanto, as categorias mudança e permanência devem ser consideradas.

Chantal Blanc-Pamard e Jean-Pierre Raison (1986), a descrevem como,

Da paisagem como análise de tudo quanto é visível à observação, à paisagem como mecanismo complexo de múltiplas variáveis: é esta a evolução duma ciência que, tendo começado pela simples descrição do ambiente que envolve o homem, veio no nosso tempo debruçar-se com maior atenção sobre a rede de relações que ligam e ligaram os homens ao território desde que, com as primeiras formas de domesticação animal e vegetal, a sua ação transformou a natureza (p.159).

Em estudo sobre a paisagem na geografia, Tereza B. Salgueiro destaca que “a paisagem aparece identificada, pelo menos desde o século XVIII, com a fisionomia de uma dada área, a sua expressão visível” (2001, p.40).

Na formulação do conceito pela Geografia a partir do século XIX, momento em que esta firmava sua condição de ciência, a paisagem continuava identificada à porção do espaço geográfico e na descrição das formas físicas observadas na superfície terrestre, portanto de ênfase na sua dimensão morfológica. Com os geógrafos alemães, a noção de paisagem empregada (*landschaft*) enfatizava naquele momento, a participação humana no conjunto dos elementos na constituição de uma paisagem territorial/regional, significando uma pequena unidade territorial administrativa. Dentre estes, Alexander von Humboldt, que realizou inúmeras viagens ao redor do mundo entre o final do século XVIII e início do XIX, analisando e comparando diversas paisagens, é considerado por muitos o pioneiro na introdução da paisagem como termo científico-geográfico no início do século XIX. O que é importante destacar, é que na Geografia Física de Humboldt, os aspectos humanos e culturais na paisagem já eram contemplados ou relacionados aos aspectos morfológicos da evolução da paisagem.

Bertrand (1971), geógrafo francês, combateu a antiga concepção da paisagem como junção de elementos geográficos desordenados e estanques. Partindo das análises desse autor, ela passa então a ser definida como uma combinação dinâmica, em determinada porção do espaço, de elementos físicos, biológicos e antrópicos. O que a torna um conjunto exclusivo, instável e em evolução.

Na verdade, é o caminhar da Geografia como simples descrição dos fenômenos naturais para a compreensão da organização do espaço e da compreensão da paisagem como um “território, visto, sentido e elaborado pela mente” (SALGUEIRO, 2001, p.37).

Essa breve digressão sobre as diferentes posições citadas, leva-nos ao encontro de autores contemporâneos, entre eles um historiador, fundamental para essa reflexão. Sobre paisagem, postula:

(...) Antes de poder ser um repouso dos sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rocha. (SHAMA, 1996, p. 17)

Nesse sentido, procura-se nessa pesquisa percorrer esse caminho duplo, da paisagem como produto da visão e da ação humana, da paisagem artificial, transformada pelo homem, como afirma Milton Santos (1988): “um palimpsesto, um mosaico, mas que tem um funcionamento unitário”. Em tópico sobre datação e movimento da paisagem, o autor ainda afirma que:

A paisagem tem, pois, um movimento que pode ser mais ou menos rápido. As formas não nascem apenas das possibilidades técnicas de uma época, mas dependem, também, das condições econômicas, políticas, culturais etc. A técnica tem um papel importante, mas não tem existência histórica fora das relações sociais. A paisagem deve ser pensada paralelamente às condições políticas, econômicas e também culturais. (1988, p.69).

Dessa forma, no exercício da análise de uma paisagem é importante ir além do aspecto descritivo, buscando recompor a dinâmica dos elementos físicos, biológicos, políticos e antrópicos. Mas também é possível pensá-la além da sua materialidade. “paisagem é cultura antes de ser natureza, um constructo da imaginação projetado sobre mata, água e rocha” (SHAMA, 1996, p.70)

2.2 Um olhar convergente

A Arqueologia e a História são ciências que se preocupam com as sociedades humanas no passado, este representa o ponto de concordância. Ambas se interessam pelas transformações, mudanças ao longo do tempo. Entretanto,

como esse passado é revisitado, constitui o ponto anguloso. Daí a importância que a museóloga Cristina Bruno enxerga em integrar o viés museológico nessa discussão. Sobre o tema específico quilombo, muito da contribuição da História e da Antropologia na construção da informação já está consolidada. A Arqueologia aparece como um dado novo na construção da informação e, nesse sentido, como um segundo passo, musealizar significaria tratar essa informação proveniente da Arqueologia pelo viés patrimonial, vestindo-a de nova roupagem: herança cultural compartilhada, aliada às noções de preservação e comunicação. (BRUNO, 1996, 1999).

Diversos autores aceitam que a Museologia está se estruturando enquanto área do conhecimento, na medida em que procura compreender, teorizar e sistematizar a especificidade da relação entre o Homem (elemento de uma sociedade), e o Objeto (parte de uma coleção e fragmento do patrimônio), em um Cenário (instituição historicamente conhecida). Para tanto, vem sendo ensinada (nas universidades) e aplicada (nos museus) a partir das variáveis: coleta, documentação, conservação, exposição e educação. Os métodos de trabalho têm levado em consideração essas variáveis, nas mais diferentes composições, relacionadas aos mais díspares fragmentos do patrimônio e dirigidas para as diversas sociedades. (BRUNO, 1997, p.9)

Em realidade, para Milton Santos (1986) a paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos, o foco analítico central na observação cuidadosa da paisagem rural quilombola.

Os *Annales*, por sua vez, com destaque para seu co-fundador Marc Bloch, iniciaram, em 1929, a discussão em torno da aproximação da História com outras ciências sociais. Atitude acadêmica aprofundada sobremaneira pelos historiadores que vieram depois, ligados à Nova História, como afirma Le Goff sobre um dos fenômenos acerca da renovação da ciência e que atinge em particular as humanas ou sociais:

A interdisciplinaridade, que se traduz no surgimento de ciências compósitas que unem duas ciências num substantivo e num epíteto: história sociológica, demografia histórica, antropologia histórica; ou criam um neologismo híbrido: psicolingüística, etno-história, etc. Essa

interdisciplinaridade chegou a dar nascimento a ciências que transgridem as fronteiras entre as ciências humanas e as ciências da natureza ou biológicas: matemática social, psicofisiologia, etno-psiquiatria, sociobiologia, etc. (2005, p.32)

Nesse campo renovado da História, a influência da Geografia, a preocupação com o espaço, sobre os historiadores como Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel foi significativa. Com afirma Le Goff, “instituiu-se a busca simultânea do espaço e do tempo [...] daí a importância da cartografia para a história nova, grande produtora e consumidora de mapas” (idem, p.33). Por fim, as temáticas ambientais na historiografia há muito estão presentes, basta conferir o clássico estudo de Braudel “O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Felipe II” e sem dúvida, um clássico da historiografia brasileira, “Caminhos e Fronteiras” de Sergio Buarque de Holanda refazem a ligação entre o homem e a natureza. Em capítulo intitulado “Botica da natureza”, mostra que na longa história da ocupação territorial promovida pelos bandeirantes, estavam presentes as plantas curativas da fauna e a flora brasileira.

Nesse aspecto, para esta pesquisa é essencial refletir sobre o movimento das categorias tempo e espaço na formação das paisagens culturais, ou rurais, que “vão surgindo na medida em que os homens vão vivendo e produzindo suas vidas” (CLAVAL, 1999, p.98) e que podem se transformar em dado arqueológico. Contemporâneo de Bloch, o geógrafo Carl Sauer, num estudo exemplar sobre a morfologia da paisagem, referia - se a paisagem cultural “como modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural”, portanto, para esse autor, a ação humana dá forma, afeiçoa, sob a influência de determinada cultura. À paisagem natural caberia fornecer os materiais para a sua formação (2004, p.59).

Mas a História também trabalha com a permanência, ou com o que muda lentamente. A situação dos camponeses analisado por Marc Bloch, no âmbito da história rural francesa, mostra o conflito entre as tradições costumeiras, tratada por meio de uma reflexão sobre a longa duração, e as rápidas mudanças nas relações de propriedade que passam a afetar o vivido desses sujeitos. Para uma maior compreensão dessa realidade, ou dessa paisagem rural francesa, o

historiador estabelece também como fonte documental, os dados arqueológicos, incorporando na sua análise as várias formas de registros produzidos.

Alguns eventos internacionais foram responsáveis por esse debate sobre interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Em março de 1986, a UNESCO promoveu um simpósio sob o título “A ciência e as fronteiras do conhecimento”, do qual nasceu o documento *Declaração de Veneza*, resultado das discussões sobre a ciência na atualidade, a necessidade do diálogo com outras áreas do conhecimento aproximando ciência e tradição, mas, sobretudo, enfatizando a adoção de novos paradigmas em direção a uma reordenação, à interligação de áreas tratadas separadamente. A abordagem transdisciplinar foi defendida com rigor perante a persistência de qualquer sistema fechado de pensamento. No campo da Arqueologia Pública ou Comunitária, por exemplo, a percepção dos “não especialistas”, o envolvimento das comunidades, é considerada parte importante no desenvolvimento da pesquisa de campo, compartilhando, por exemplo, suas impressões e conhecimentos sobre os usos e funcionalidades de um determinado espaço em estudo³⁰.

Evidentemente, essa nova orientação epistemológica não é trabalho de um autor, nem mesmo ocorreu de forma isolada em um gabinete ou laboratório de pesquisa. Não apenas os filósofos da ciência, como os pesquisadores de várias áreas debruçam há tempos sobre o tema. É possível tecermos uma breve linha do tempo iniciada com Thomas Kuhn (1962), precursor do debate acadêmico sobre as revoluções paradigmáticas, seguido pela longa trajetória intelectual de Edgar Morin, que em 1977 publicou seu primeiro livro da série “O Método” no qual teve início a explanação sobre o pensamento complexo, ambos como exemplos expressivos do pensamento mundial contemporâneo, alcançando a pesquisadora brasileira Maria José Esteves de Vasconcellos (2009).

Desde os primórdios do século XIX, percorrendo um longo caminho que culminou no final do século passado na formatação de um corpus teórico diverso e na adoção de múltiplos métodos e técnicas de pesquisa (TIGGER, 2004),

³⁰ A aproximação entre a Academia e a sociedade, pode ser vista, por exemplo, no âmbito da Arqueologia da escravidão, com destaque para o projeto: *O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*, coordenado pelo Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira junto ao Laboratório Multidisciplinar de Investigações Arqueológicas da Universidade Federal de Pelotas (LÂMINA-UFPEL).

a Arqueologia hoje se caracteriza pela rápida incorporação de novas tecnologias e pela posição de destaque em projetos vinculados a empreendimentos impactantes ao meio ambiente, no campo da Arqueologia preventiva.

É interessante destacar nesse momento três fatores: entre as ciências sociais, a Arqueologia é a que mais dialoga com outras áreas do saber, buscando e integrando informações diversas; seus referenciais teóricos são oriundos de diversos campos do conhecimento; ela é marcada por subdivisões, entre elas a cronológica.

Ya hemos llamado la atención sobre la distinción existente entre la arqueología del largo período prehistorico y la época histórica. A menudo, esta división cronológica se acentua con nuevas subdivisiones [...] (RENFREW; BAHN, 1993, p.11).

As reflexões epistemológicas recentes concebem o conceito de paisagem a partir do diálogo interdisciplinar entre os distintos e complexos campos do saber que se cruzam e entrecruzam como a Geografia, a História, a Arqueologia. À luz das concepções contemporâneas de ciência, na análise da paisagem, as áreas do conhecimento se entrelaçam e se abrem para muitas direções.

Essa perspectiva envolve um conjunto de fatores que se relacionam e que correspondem aos elementos naturais, à ação antrópica, a uma visão de mundo e às contingências históricas, espaço e tempo caminhando juntos na conformação da paisagem. Nesse processo de artificialização do meio, como apontam Criado Boado (1999) e Morais (2000), paisagens são produzidas, tornam-se artefatos para o arqueólogo. Por esses motivos as pesquisas desenvolvidas no campo subdisciplinar da Arqueologia da Paisagem colocam “mais lenha na fogueira” nas discussões recentes acerca da dificuldade de se estabelecer limites precisos entre os diversos campos das ciências sociais.

Criado Boado, integrante de um importante grupo ligado à Universidade de Santiago de Compostela, se propôs a repensar em termos teóricos e epistemológicos a Arqueologia da Paisagem Pré-histórica. Nesse sentido, ao redefinir o conceito de paisagem ele apontou para um redirecionamento da própria

Arqueologia, preocupado com o que ele afirma ser “nada mais humano” do que o ordenamento simbólico do mundo.

Portanto, isso se traduz no que o autor define como a existência de uma regularidade espacial, ou seja, concepções ou representações espaciais que podem ser definidos pela Arqueologia da paisagem. Além disso, a paisagem pode se manifestar em múltiplas escalas, desde uma construção imponente a um fragmento lítico, inseridos num intrincado e também múltiplo nível de articulação espacial: “espacio salvaje, espacio social, vecinos, comunidad, muerte, vida, uso del suelo, asentamiento, producción, casa, grupo, individuo (idem, p.6)

A sua postura crítica, corrobora com a tendência predominante nas Ciências Sociais e portanto na Arqueologia, da crítica à tradição positivista moderna, da compartimentação entre homem e natureza ou natureza e cultura de “un empirismo reducido, en una noción simplificada de realidade que no consideraba como entidades reales y objetos empíricos de la dimensión no visible, el lado oculto del mundo” (idem, p. 5).

Nas últimas décadas os arqueólogos têm utilizado o conceito de “paisagem arqueológica”, ainda que sob diferentes pressupostos teórico-metodológicos (LANATA, 1997). Num campo de tensão, de ruptura ou substituição, encontram – se a Arqueologia Espacial e a Arqueologia da Paisagem (landscape archaeology). E o que são as paisagens para os arqueólogos? As evidências materiais, mas também as evidências naturais afetadas, no sentido empregado por Sauer, ou não pela mão humana. Nesse sentido, um rio, um elemento do relevo, uma árvore centenária, configuram, tanto quanto uma ruína, um muro de arrimo, um antigo cemitério, uma paisagem. Evocando a própria ampliação do conceito de sítio arqueológico.

O mundo material é construído com determinadas intenções e a partir de padrões culturais e necessidades múltiplas (CRIADO BOADO, 1999). Como afirmado por Knapp e Ashmore:

Today, however, the most prominent notions of landscape emphasize its socio-symbolic dimensions: landscape is an entity that exists by virtue of its being perceived, experienced, and contextualized by people. (1999, p. 1).

Nessa ordem de ideias, Fabrícia Santos, em seu estudo sobre uma povoação rural dispersa e situada no sertão sergipano, afirma que a paisagem deve ser compreendida também como um espaço que foi construído a partir de relações materiais e imateriais resultantes da interação entre o homem e o meio (p.16). Por fim, Corrêa & Rosendhal, de forma pioneira, já destacavam a dimensão cultural da paisagem (1998). E é a atribuição de significados que torna as paisagens culturais (COSGROVE, 2004).

Nesse caso, a Arqueologia Histórica e Arqueologia da Paisagem em território quilombola, se defrontarão com os próprios sujeitos no trabalho de campo, diferentemente da arqueologia pré-histórica. Como tem afirmado Criado e Boado para o contexto espanhol: como atribuir significados, ou identificar “padrões de racionalidade” na conformação da paisagem através apenas do registro arqueológico pré-histórico e de populações extintas? Para a reflexão em torno de uma arqueologia quilombola, torna-se fundamental o trabalho de campo participativo, de intensa interação com a população local, encontrar caminhos para que esses sujeitos possam ser membros da equipe de campo e não apenas guia, num exercício de aprendizagem mútua.

Como se verá adiante, neste caso em específico, conhecer as interferências tanto positivas como negativas que a comunidade vem vivenciado nas últimas décadas e, no caso do Jaó, adentrar nas casas com tempo maior de disponibilidade para o diálogo, compreender a existência de pequenas parentelas dentro da grande irmandade que dá corpo ao território, respeitando inclusive os que estão fora, em Itapeva ou Buri, será fundamental.

Nessa linha de raciocínio, outros arqueólogos consideram que existem duas perspectivas tradicionais, qualificadas por eles como “extremas” e “opostas”, no estudo da paisagem arqueológica. Uma delas refere-se ao reconhecimento das características físicas que modificaram o ambiente. No outro extremo, “enfoques simbólicos y fenomenológicos que consideran a las experiencias subjetivas como base de las interpretaciones”. (ENDERE; CURTONI, p. 279, 2009)

Alterações da paisagem, espaços construídos, quem são os construtores, como e com quais recursos eles modificam o ambiente? Da antropologia, o conceito de território evidencia as práticas culturais que estão

presentes e que se materializam no território. Mas ao interferirem no ambiente, por exemplo, abrir uma clareira na mata, para os mais diversos agrupamentos humanos, isso ocorre a partir de diferentes propósitos: de subsistência, de necessidades religiosas, sociais, entre outros. E também de que forma o ambiente natural foi ator ao limitar a ação humana na confecção de uma paisagem? Por exemplo, a qualidade do solo. Aqui, ao tomar como alvo o início da formação do sítio Ponte Alta, atual quilombo do Jaó, como os antigos habitantes do Jaó enfrentaram 37,45 alqueires de cerrado e “áreas de campo”, assim nomeado por eles, de uma área total de 68 alqueires e tradicionalmente conhecido como impróprio para a agricultura devido a sua acentuada acidez? Que outras possibilidades o cerrado oferecia? Tanto em termos econômicos como em relação a outros usos, mais de caráter cultural, ou seja como ele foi apropriado, vivenciado?

Mais recentemente, no campo da história, a paisagem e seu processo de produção e reprodução, passou a ser visto como mais uma fonte para o historiador. Meneses defende a ideia da paisagem como fato cultural, portanto, não universal, rompendo com a visão da paisagem como fonte secundária para a pesquisa histórica. O autor ainda afirma que, além de ser carregada de historicidade, sua apropriação estética é fundamental, referindo-se a “um universo mais amplo, complexo, rico de percepção” (2002, p.32). Permanecendo entre historiadores, Francisco C.T. da Silva foi o responsável por reintroduzir a temática em obra de teoria e método histórico, afirmando que a interação homem natureza é complexa, se inscrevendo na longa duração e, em grande medida involuntária (1997).

A História da cultura material é considerada uma modalidade historiográfica recente, sobretudo a história dos objetos e seus usos, as técnicas de manufatura, mas de intensa ligação com a Arqueologia (PESEZ, 2005; FUNARI, 2005). Sem dúvida, retomo Fernando Braudel, March Bloch e Sérgio Buarque de Holanda, precursores desse diálogo.

Nas últimas décadas, as reflexões teóricas no campo da Museologia levaram a uma mudança de conceitos e categorias: o foco passou a ser a identificação do que é legado e reconhecido como herança cultural de um determinado território, conceito fundante desse novo paradigma. Como afirmado

anteriormente Cristina Bruno, na sua busca incessante pelo diálogo entre Arqueologia e Museologia, já na década de 90 do século passado, afirmava que

Os indicadores/vestígios das sociedades que correspondem ao interesse de estudo da Cultura Material são, também, elementos da herança patrimonial, tratados e comunicados pela Museologia.

Seriam olhares diferentes sobre o mesmo fenômeno, como acontece em relação a diversas áreas de conhecimento? A resposta é negativa. São olhares complementares e cúmplices. (1996, p.10,11)

Nesse campo, duas considerações são importantes: partindo do conceito de “fato museal” de Waldisa Rússio, autores como Bruno (1997), incorporaram outros elementos na discussão em torno dos objetivos da Nova Museologia e passaram a trabalhar com a noção de referência patrimonial. Os objetos e os lugares de memória, e não apenas as coleções e acervos, ganharam um novo olhar interpretativo, sendo incorporados nessa nova roupagem como referência patrimonial e/ou indicadores da memória, com novos significados construídos.

Tal perspectiva exigiu uma ampliação do conceito de cenário, anteriormente visto como espaço institucionalizado do museu. Este passou a comportar espaços abertos, de intenção relação com a comunidade e seu ambiente patrimonial, caracterizado como território de intervenção museológica, onde esse cenário “sem muros” passa a ser chamado, por exemplo, de ecomuseu, de museu de território.

Sob esses aspectos, a paisagem também carrega em si uma ideia de mudança, de transformação, de muitas temporalidades, um refazer-se perante as contingências históricas, aos diversos valores da época, as lutas políticas das minorias.

É dentro desse contexto mais amplo que a paisagem quilombola deve ser pensada. Isso significa também considerar outras questões fundamentais na constituição desse cenário de análise: a problemática das comunidades tradicionais e a forma com que elas se relacionam com seus territórios; o parentesco

consangüíneo e seu lugar na construção de moradias e apropriação de terras, a presença de mediadores e agentes do Estado.

2.3 Paisagens em sobressalto: as comunidades remanescentes de quilombos.

A trajetória deste trabalho vem de encontro a um interesse crescente por parte de historiadores e arqueólogos em compor os cenários das várias ocupações humanas e reconstituir as histórias locais e regionais como forma de repensar a formação pré-histórica e histórica nacional, buscando analisar as diversidades regionais e, sobretudo, elucidar a contribuição dos diversos atores sociais tanto no processo de ocupação e transformação do espaço, como na economia e na constituição das sociedades locais.

Por isso, valoriza-se a experiência da alteridade estampada na (s) paisagem (ns) cabocla, quilombola, brasileira, vivida e reinventada pelos moradores do Jaó. Nesse caminho, busca-se a “coabitação entre as duas disciplinas” (LAPLANTINE, 1987, p.27), história e antropologia.

Aqui cabe sistematizar as informações já bem conhecidas pela sociedade nacional sobre os quilombolas hoje, que deixaram de ser personagens de um passado morto e distante, para se tornaram atores políticos do presente com forte capacidade de auto-organização. No plano jurídico, a Constituição Federal de 1988 teve um papel fundamental na visibilidade desses novos sujeitos de direito:

“Aos remanescentes das comunidades de quilombos **que estejam ocupando suas terras**, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (art. 68 / ADCT / CF1988)

Na esfera pública nacional, a reivindicação primordial é a questão fundiária. Ponto de maior fragilidade da quase totalidade de comunidades negras rurais no Brasil. Segundo o dispositivo acima, nota-se de imediato o papel do Estado em reconhecê-los como proprietários.

A perspectiva dada pela antropóloga Eliane O’dwyer vai de encontro às pretensões desta pesquisa que considera importante a compreensão do que são

as comunidades quilombolas em tempo presente. Ainda que ambos, passado e futuro, por caminhos diferentes, façam parte do mesmo presente:

(...) o texto constitucional não evoca apenas o aspecto histórico dessas comunidades para considerá-las como tal e sim determina que os sujeitos históricos que compõem estas comunidades existam no presente e tenham como condição básica o fato de ocupar uma terra que, por direito, deverá ser em seu nome titulada. Assim qualquer invocação ao passado, deve corresponder a uma forma atual de existência, que pode realizar-se a partir de outros sistemas de relações que marcam seu lugar num universo social determinado." (2002, p.13)

Qual critério utilizado para definir um agrupamento social como remanescente de quilombo? Nesse aspecto, a Associação Brasileira de Antropologia, a partir da discussão provocada pelo artigo 68 acima citado e também a partir de confirmação empírica, divulgou em 1994, um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais em que se define o termo “remanescente de quilombo” :

Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram **práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar**. (O'DWYER,1995, grifo nosso)

A seguir, a título de reflexão, o Decreto n. 4.887/03 em seus artigos 1º e 2º, que regulamenta o artigo 68 e reconhece o direito de propriedade das terras ocupadas. Em primeiro lugar, ele está baseado no critério de auto-reconhecimento coletivo, adequando – se ao compromisso firmado pelo Brasil na Convenção 169 da OIT, de proteção de "comunidades tradicionais", reconhecendo estes grupos étnicos como sujeitos de direitos. Em segundo lugar, merece destaque a conceituação de territorialidade como garantidora de direitos culturais, a saber:

Art. 1º Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, **segundo critérios de auto-atribuição**, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

(As Instruções Normativas nº 49/08 e nº 57/09 do INCRA, determinam o mesmo conceito).

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração **critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos**, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

No bojo da redemocratização do país, após duas décadas de ditadura militar, a sociedade brasileira voltou a eleger seus representantes e, em 1988, a Assembleia Nacional Constituinte deu início à redação da chamada Constituição Cidadã, com ampla lista de direitos fundamentais, como consta no Título II, denominado “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”. Como afirma a historiadora Marcia Motta, “o debate sobre a Reforma Agrária foi o que mais despertou disputas de concepções dentro e fora da Assembleia Nacional Constituinte” (2006, p.1).

Aquele foi um momento de esperança e de ação por parte da sociedade organizada em transformar o Brasil, em reverter desigualdades históricas

e resgatar o Estado de Direito, havendo, portanto, espaço para as políticas afirmativas, como foi o caso da ampliação da categoria patrimônio abordado anteriormente, da salvaguarda da cultura tradicional e popular, como também da questão das comunidades remanescentes de quilombos. Por outro lado, esse tema não é exclusivo do Brasil, pois se encontra espalhado na América Latina, sobretudo na Colômbia, no Suriname.

Após a promulgação da Constituição de 1988, intencionalmente, o conceito tradicional de quilombo, enquanto reduto de negros fugidos, foi tomado num novo sentido. A esse respeito, Clóvis Moura (1981, p.16), apresenta a definição de quilombo conforme o que foi determinado pelo Conselho Ultramarino em 1740, “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoadas, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões”. Empenhado em construir a história da rebeldia, da resistência negra contra a escravidão no Brasil, Moura foi o precursor em identificar a presença de quilombos em vários pontos em que a escravidão existiu, e que “para seu núcleo convergiam elementos igualmente oprimidos na sociedade escravista: fugitivos do serviço militar, criminosos, índios, mulatos e negros marginalizados” (p.18). O que veio a surpreender a sociedade brasileira e pesquisadores, foi o fato de que não apenas os quilombos chegaram ao tempo presente, e apresentavam igualmente uma diversidade de processos formativos e particularidades regionais, muitos deles só foram conhecidos em toda a sua complexidade com o início das lutas pela titulação das terras após o ano de 1988.

Retomando, tratou-se, portanto de um direito constitucional inédito e que trouxe outros embates no âmbito do direito agrário, como a terra coletiva e/ou de uso comum, como afirmam os pesquisadores da temática. Merece assim destaque, os quilombolas do estado do Maranhão, pioneiros na luta pela regularização fundiária, local onde ocorreram as primeiras pesquisas sobre a localização e a caracterização das comunidades negras rurais.

No ano de 1986, promovido pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA) realizou-se o I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão, na capital São Luís, cujo tema foi: *O Negro e a Constituição Brasileira*. Participaram além dos moradores, outros interlocutores no diálogo em torno das

terras ocupadas por comunidades negras: pesquisadores e organizações do movimento negro. Fato que garantiu visibilidade nacional para os conflitos que existiam em torno da questão fundiária, ou seja, a necessidade urgente da titulação das terras quilombolas.

Como um segundo passo decisivo, apoiados pelo movimento negro do Rio de Janeiro, foi encaminhada a reivindicação das comunidades do Maranhão, também chamadas de *terras de preto*, à deputada federal constituinte Benedita da Silva, que a apresentou ao Congresso Federal, culminando no artigo 68. Diante desse novo contexto, em 1995, durante o IV Encontro das Comunidades Negras Rurais, Alfredo Wagner Berno de Almeida apresentou o tema *Quilombos e Terras de Preto no Maranhão*, sugerindo a ressemantização dos "remanescentes de quilombos", a partir da experiência vivida pela comunidade de Frechal (Mirinzal, MA), um quilombo reconhecido como "reserva extrativista" em 1992, uma saída encontrada diante da espera pelo seu reconhecimento como remanescente de quilombo, requerida desde 1989 (ARRUTI, 2006). Segundo Almeida, "emerge uma identidade, não exatamente baseada na ideia de quilombo, mas na expressão terra de preto" (1996, p.18). Conquistas efetivadas pela população rural afrodescendente a partir de uma diversidade de situações históricas e contextos locais, além dos tradicionais quilombos e formados, inclusive no período pós-abolição (ALMEIDA, 1989).

Desde então, "remanescentes de quilombos" e "terras de preto" estão inevitavelmente associados (ARRUTI, 2006, p.89). E como será abordado no terceiro capítulo, a essa territorialidade negra, um outro campo de referências orientará a retomada dos estudos sobre os remanescentes de quilombos que, segundo José M. Arruti, é fruto das análises de Alfredo W. B. de Almeida sobre as terras de uso comum, em texto de 1989, "anterior a criação do termo remanescente de quilombo" (idem, p.86). Dessa discussão, da seara dos antropólogos, o ponto crucial para esta pesquisa não está em esgotar o tema, mas em verificar como essa temática se apresenta para os moradores do Jaó, se é um dado a ser considerado na construção e transformação da paisagem e quais foram os fatores internos e externos envolvidos nesse processo, portanto, como o paradigma "terras de uso comum" (idem) pode ser pensado para aquele contexto histórico em que a comunidade está inserida, assunto apresentado no capítulo 3 da tese.

Para os autores da historiografia clássica sobre os quilombos, como Artur Ramos (1953), Edson Carneiro (1957) e, posteriormente Décio Freitas (1973), a sua existência estava restrita ao período escravista, centrado na ideia de fuga e como locais de difícil acesso, isolado da sociedade envolvente. Palmares, em específico, era visto como um espaço de resistência, de reafirmação dos valores e tradições africanas, um símbolo da liberdade. Tornou-se uma espécie de modelo para se analisar o tema quilombo no Brasil e, em 1986, foi concebido como sítio arqueológico.

As interpretações construídas pela História e Arqueologia nas últimas décadas sobre os antigos quilombos, trazem elementos que evidenciam outros processos históricos. Os quilombos, também chamados de mocambos são retratados como locais de acolhida dos marginalizados, dos pobres em geral, e não apenas africanos e seus descendentes. Redutos quilombolas de menor porte e próximos a núcleos urbanos, conseguiram estabelecer um comércio de pequena escala, intercalando momentos de fuga diante do cerco das tropas e da presença de capitães-do-mato (LARA, 1996). Esse cenário foi muito bem analisado por Flávio Gomes (1996) para o quilombo do Iguaçu, Rio de Janeiro. Seus integrantes conseguiram a proeza de controlar parte do comércio local de lenha, fenômeno identificado como de formação de um “campo negro”, além da produção agrícola que garantia a subsistência do grupo e venda de excedentes, principalmente através dos taberneiros.

Essa rede de relações e alianças composta de libertos, lavadores, negociantes, construídas em pleno regime escravista foi abordada anteriormente por Carlos M. Guimarães (1988) para o quilombo de Ambrósio, em Minas Gerais, com destaque para as ações de repressão ao quilombo e, posteriormente aprofundada por João José Reis (1996) para o quilombo do Oitizeiro, na Bahia. Estes são alguns dos muitos exemplos. Portanto, essas experiências abrem uma perspectiva de se recuperar a história dos despossuídos, dos quilombos como um espaço de interação, de trocas entre brancos pobres, indígenas, mestiços, africanos e afro-brasileiros, libertos e escravos. Nessa interface entre arqueólogos e historiadores na identificação do patrimônio quilombola com base em sua materialidade, surgem análises como a de Pedro P. Funari, para a cerâmica indígena analisada em Palmares (1996 b;1996 c), e de José Reis, sobre a trajetória do mesmo quilombo ao

longo do século XVII, onde pode ter ocorrido “a adoção intensiva pelos palmarinos da cultura material nativa” (1995/1996,p.16). Trilhando outros caminhos, pelos meandros da memória dos remanescentes dos mocambeiros e da tradição oral, Eurípides Funes reconstitui a longa trajetória dos mocambos do Baixo Amazonas, Estado do Pará, e sua permanência até o tempo presente, como na atual comunidade negra do Pacoval, no município de Alenquer:

Essa experiência histórica de contato e interação social com vários grupos étnicos indígenas, produziu a incorporação de elementos da cultura material e simbólica, principalmente dos Caxauanas do alto Trombetas e Eperarucu. Um exemplo concreto desse fenômeno de interação sociocultural é a presença (incorporação) no imaginário das comunidades negras do “mito da cobra grande”. Ao se apropriarem dos meios de resistência disponíveis pelos índios, os mocambeiros renovaram sua capacidade de superar novos desafios. Com os nativos aprenderam os segredos das matas, conheceram os caminhos por terra e mantiveram contato com os quilombos do Suriname. (1996, p.483)

No entanto, as relações entre os afro-descendentes e a população indígena nem sempre foram marcadas pela cooperação, pois a historiografia também traz a participação de “índios” e seus descendentes como membros de expedições militares de destruição de quilombos e mocambos em várias regiões do Brasil escravista (REIS, 1996).

Como os estudos mostram, a temática “comunidade remanescentes de quilombo” vem sendo vista sobretudo pelo prisma da Antropologia. Os pesquisadores, ao longo das últimas décadas, estabeleceram relações de alianças e desempenharam um papel de destaque na luta pela regularização fundiária das terras ocupadas pelos quilombolas. O aspecto fundamental da constituição dessas comunidades é que elas se organizam em fortes laços de parentesco, comungam os mesmos espaços de religiosidade e lazer e a terra é vista como herança.

Na análise das relações entre comunidades negras rurais e território, uma primeira realidade que não deve ser negada é a sua diversidade histórica e geográfica e, conseqüentemente, de paisagens e patrimônio arqueológico brasileiro,

“termo genérico que engloba o conjunto de expressões materiais de cultura” (MORAIS, 2006, p.103).

Repercutindo, portanto, no “que se projeta hoje no modo com que cada comunidade se apropria do território”, como afirma a pesquisadora Natalia Guerreiro, ao analisar o percurso da transformação de três povoados do Maranhão em comunidade remanescente de quilombo (Frechal) e, mais recentemente, em reserva extrativista³¹. E, principalmente, como se pretende descrever e analisar nesta pesquisa, o que seus membros consideram como herança. As evidências das paisagens quilombolas brasileiras merecem ser pensadas também como parte de uma conjuntura histórica regional, inscritos em uma determinada sociedade, postura que inviabiliza uma definição única e rigorosa. Apesar disso, há uma unanimidade em torno da ideia de patrimônio cultural enquanto elemento de construção de sua(s) identidade(s) (ARRUTI, 2006). Para esta pesquisa, importa-nos o patrimônio arqueológico e como ele pode ser analisado, tornado visível, pela Arqueologia da paisagem em sua predisposição em reconstituir os cenários antigos³², os processos de adaptação, interação e inovação, a partir dos vestígios materiais e dos meandros da memória daquele sujeito que se apresenta para reconstituir esse mesmo cenário. E ele fala do seu lugar. Na perspectiva de Maurice Halbwachs, a memória individual se estrutura e se insere na memória coletiva (1990).

³¹ Disponível: [http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Natalia%20Ribas %20Gurrero.pdf](http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Natalia%20Ribas%20Gurrero.pdf).

³² A plataforma conceitual adotada pelo Projeto Parapanema (ProjPar), apresenta as seguintes definições: a) registro arqueológico é a referência genérica aos objetos, artefatos, estruturas e construções produzidas pelas sociedades do passado, inseridas em determinado contexto; b) cena é o local tipo onde se detectam fatos arqueológicos ou de interesse para a arqueologia. Os registros arqueológicos tomados individualmente constituem “cenas arqueológicas” ; c) cenário é a coordenação entre cenas arqueológicas, considerando suas relações espaciais, socioeconômicas e culturais, cronologicamente inseridas. (MORAIS, 2002; 2006).

Capítulo 3

A Vila de Itapeva da Faxina nos caminhos do Sul: rede de trocas e palco de confrontos

3.1 A fundação oficial da Vila

Duas fundações na história do município de Itapeva, interesses divergentes entre os primeiros sesmeiros, disputas entre a Paragem de Faxina com Antonio Furquim Pedroso à frente e a Paragem Itapeva (*pedra-chata* em tupiguarani), onde vivia o sorocabano Tomé de Almeida Paes, senhor daquelas terras, agraciado pela Coroa pelos bons serviços prestados, criador do agrupamento e acostumado a receber os tropeiros em suas invernadas e potreiros (BARBOSA, 1988). Sua residência estava localizada no topo de uma colina, atual Jardim Belvedere, próximo ao chamado “Pedrão”, no alto do bairro São Benedito, um geoindicador do trajeto das tropas que passavam nos arrabaldes do povoado. A atual Avenida Coronel Acácio Piedade, foi a antiga Rua das Tropas, passagem de tropeiros que desciam a atual Praça Sinharinha Pimentel, subiam a Rua Santo Antonio Catigeró, contornando a vila até alcançar o Passo da Faxina, com boas aguadas. Muito provável, o Pedrão, tenha sido o local onde Jean Baptiste Debret pintou uma das duas aquarelas de Itapeva da Faxina em 1827. Uma discussão cuidadosa sobre os primórdios da urbanização de Itapeva pode ser encontrada em Silvio A.C. Araujo (2012).

Dom Luiz Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, governador da capitania de São Paulo, extinta em 1748 e reabilitada por ele em 1765, ordenou a fundação de vilas no trecho percorrido pelas tropas entre Sorocaba e Curitiba, com dois objetivos: criar obstáculos para uma eventual invasão espanhola ao sul e a oeste e expandir a agricultura (BELLOTTO, 1976).

O município localizou-se, em princípio, na Vila Velha, ou bairro das Brotas, à margem esquerda do rio Apiay-Guassú, termo da vila de Sorocaba. Foi designado como fundador o paulista Antonio Furquim Pedroso, em 11 de junho de 1766. Sob a proteção de Sant’Anna, nasceu o povoado em 20 de setembro daquele ano. Elevada à vila em 20 de setembro de 1769, instalando-se o pelourinho pelo juiz ordinário da vila de Sorocaba, Cláudio de Madureira Calheiros. Recebe o nome de vila de Faxina com limites entre os rios Paranapitanga e Itararé. A denominação

talvez tenha relação com a palavra faxinal, área de campos entremeados com arvoredos, palavra pertencente ao vocabulário de paranaenses, catarinenses e gaúchos e indica sobretudo uma localidade rural com vegetação típica. Próximo ao local da fundação há referências ainda superficiais sobre um colégio de jesuítas, não se sabe, em termos científicos, se em Vila Velha e arredores vivam lavradores, indígenas aculturados e se força de trabalho cativa era apenas africana ou também indígena. Haja vista que para obter sesmaria, era necessário provar para a Coroa a capacidade de cultivar a terra, portanto, os sesmeiros chegavam com a mão de obra africana adquirida em outras praças.

A região onde nasceu Itapeva, por si só, representa um mosaico de grupos humanos e estratégias diferenciadas de gestão territorial. A pesquisa arqueológica, como se verá adiante, a classifica como área de fronteira cultural entre grupos indígenas que viviam em ambientes diversos como florestas, matas, campos e cerrados. Populações nativas que vivenciaram o impacto do contato com o colonizador na formação e expansão da vila de Itapeva.

Sobre Vila Velha, a carência de estudos científicos dá margens a explicações simplistas e muito do patrimônio arqueológico remanescente se perde a cada ano. Nesse sentido, com o estudo precursor do arqueólogo itapevense Silvio Araújo (2006), informações precisas foram evidenciadas e o local passou a ser visto como sítio arqueológico Vila Velha. Um primeiro passo foi dado. Próximo ao local, Araújo também analisou o sítio arqueológico da Taipinha com a presença de ruínas, telhas coloniais, valetas, remanescentes de taipa de pilão que foram estudados e georreferenciados. O bairro do Colégio, próximo ao local, o próprio nome algo instigador, precisa ser integrado a partir de pesquisas arqueológicas mais pontuais.

As duas paragens, segundo Araújo, estavam relacionadas com a utilização de ramais do *Peabiru*, o antigo caminho terrestre indígena, pelos primeiros sesmeiros e suas famílias. Do ponto de vista da arqueologia da paisagem, na formação da Vila de Itapeva se repetiu o mesmo fenômeno de apropriação de um cenário pré-colonial feito pelos bandeirantes para viabilizar a caça ao índio. Além disso, sua localização também é estratégica, no entroncamento de duas vias: de Sorocaba para o sul e para Santo Antonio das Batéias (Apiáí), alcançando o rio Ribeira de Iguape, que por via fluvial, chegava-se ao litoral de Iguape e Cananéia.

Finalmente em 1784, a vila foi transferida do local original para a Paragem de Itapeva, pelo sargento-mor Felipe de Campos Bicudo. As informações ainda são superficiais, mas sinalizam para a incapacidade de Pedroso em arregimentar aliados. Foi elevada a cidade em 20/06/1861. O nome permanece como Itapeva da Faxina até 1911, depois Faxina e, em 1938, passou a denominar-se unicamente Itapeva. Cícero Marques, pesquisador local e ex-prefeito da cidade, deixou relatos importantes sobre a fundação da vila.

A importância dos pousos dos tropeiros e paragens foi fundamental para a expansão da pecuária sulina. Os tropeiros paulistas e paranaenses costumavam cavalgar no máximo até 14 horas diárias, percorrendo em média de 6 a 7 léguas diárias, perfazendo aproximadamente 45 Km. Como se verá abaixo, os pousos deram origem a várias cidades.

Em 1820, o viajante naturalista Saint-Hilaire (1976) menciona a existência de 25 ou 30 casas, desdenha da pobreza do local, da ausência de senhores e grandes escravarias nas fazendas administradas por agregados. A sua vista abarcava uma paisagem que não lhe era familiar, o campo nativo, o gado disperso e plantações de milho. O estranhamento provinha também do fato de que os habitantes cultivavam a terra com as próprias mãos. Havia também o medo dos índios de Itapeva, “assustando meu pessoal com mil histórias trágicas. É bem verdade que nessa época bandos de selvagens habitavam as matas vizinhas da estrada e que adiante de Itapeva, eles vivam quase a beira delas” (p.284). Sinal da presença Kaingang em Itapeva da Faxina. O naturalista francês prosseguiu viagem para Viamão, e no percurso da Estrada das Tropas vai descobrindo a pecuária sulina ao identifica-la como importante mercado do gado que abastecia a cidade do Rio de Janeiro. Maria Thereza Petrone (1976) partiu do questionamento dessa visão hegemônica proveniente dos relatos do viajante e construiu outro cenário para Itapeva no século XIX. Para tanto, o estudo de sobre a atuação do paulista Antonio da Silva Prado, futuro Barão de Iguape, no comércio de muares, foi a peça chave nessa reformulação que será retomada e ampliada neste capítulo a partir da pesquisa de mestrado.

É importante destacar neste momento que a atividade de invernagem de muares em Itapeva estava pouco discriminada nas Listas

Nominativas da Vila, havia referências apenas às *fazendas de criar* com gado vacum e cavalar. A verdadeira fonte de riqueza e acúmulo de capital na vila de Itapeva da Faxina, foi identificada nas correspondências particulares de Antonio da Silva Prado.

Dora Corrêa aprofundou a análise da dinâmica de ocupação das terras de Itapeva reafirmando que esta não esteve relacionada às lavouras de exportação, a cana de açúcar ou o café, mas a pecuária. A autora centra sua reflexão para o que ela denomina invasão do sertão, processo violento e complexo da expansão da frente pioneira na região nos séculos XIX e início do XX sobre os territórios indígenas kaingang e seu enfrentamento diante dos invasores. Com a invasão do sertão e a apropriação das áreas de matas - o espaço dos índios -, uma extensa área de florestas entre os rios Itararé e Taquari foi destruída. Processo que culminou em consequências tanto para os índios como para o meio ambiente. Segundo ela, “o estabelecimento de Itapeva da Faxina em 1769 e a invasão dos campos de Guarapuava no início da década seguinte, marcaram ofensivas do Estado colonial sobre as terras indígenas” (1997, p.128). A incorporação do sertão se deu por fazendeiros de menores recursos acompanhados por lavradores, sem a mão de obra escrava. O que culminou no desmembramento de outros municípios: Itaberá (antiga Lavrinhas), Itaporanga e o Núcleo Colonial Barão de Antonina.

Sem dúvida, situada em região de fronteira, a ocupação de Guarapuava, distrito de vila pecuarista de Castro, do “Paraná tradicional”, significava a defesa dos domínios portugueses como queria o governador da capitania Morgado de Mateus e, concomitantemente, estava se configurando uma extensa região pecuarista do vacum, cavalar e muar, e também agrícola, produtora para o mercado interno. Portanto, outra função para o sertão, que, segundo Dora Corrêa, era visto como terras ainda não alcançadas pela agricultura. A historiadora do Paraná, Benilze M. L. Motim, em estudo clássico, reconstrói esse espaço. Muitos sesmeiros de Itapeva, como descreveu Sílvia Marques (2001) foram também proprietários nessa região:

Entende-se por "região de Castro", a área compreendida atualmente pelos municípios de Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva e Tibagi, cujas características geo-econômicas e políticas na época, poderiam ser estendidas a Ponta Grossa e Guarapuava, igualmente zonas de criação de gado e tropeirismo (MOTIM, 1987, p.15)

Ainda que em período mais tardio, século XVIII, as terras de Itapeva e região foram sujeitas ao domínio colonial, ocorrendo como no restante de grande parte da colônia, a concentração de enormes áreas de terras. Se há alguma particularidade nesse processo, ela está relacionada à formação do Sul pecuarista, do mercado interno de abastecimento, região na qual a Velha Faxina foi peça estratégica fundamental. O gado do distante Rio Grande do Sul, ou do interior do Paraná, iria atrair os tropeiros paulistas com seus trabalhadores livres e plantéis de escravos crioulos e africanos, outro grupo humano, para o trabalho cativo, chegaria ao interior do Sul da colônia (MARQUES, 2001).

Diante disso, antigas trilhas abertas pelos pés indígenas há séculos, seriam ampliadas com o comboio de animais, transportados por brancos, índios, negros e mestiços. Entretanto, o trajeto seria controlado pelos coletores de impostos, surgiam as barreiras e registros, medida efetiva da Coroa portuguesa de estender seu domínio e colher dividendos sobre o território que se expandia pelo interior, além de promover a abertura das estradas (PETRONE, 1976). Para Adriana Silva (2006), pelo viés da arqueologia, as barreiras representaram uma estratégia material de uso e ocupação do espaço, dando-lhe um novo sentido, produzindo uma nova paisagem, um campo de forças com interesses divergentes. Para os historiadores, como Petrone e Corrêa, criou-se uma brecha para os negociantes, arrematadores de contrato, acumularem fortunas, como Antonio da Silva Prado, o Barão de Iguape e seu sócio, também negociante de tropas, João da Silva Machado, futuro Barão de Antonina.

Do sul, o boi, caminhando em trote lento até Sorocaba (SP) ou mesmo em partes, na forma de charque, em cargueiros ou embarcado no litoral para o nordeste, região das Minas e Rio de Janeiro, passará a ser parte integrante da paisagem do Brasil colonial. Além daquele, o híbrido muar, produto da união de duas espécies diferentes, cria do cruzamento do jumento com a égua, burro, caso seja do sexo masculino, e mula, caso seja fêmea, também se fizeram presente aos milhares nas campanhas e nos campos do planalto. Um conjunto de fatores conjugados, colocava a mula como um animal de preço elevado para a época. Fruto de um cruzamento controlado por tropeiros e peões, pois ocorria entre espécies diferentes, estes animais eram, como ainda hoje, estéreis. A qualidade tanto do reprodutor como do plantel das éguas existentes nas fazendas, a própria doma mula, e suas

qualidades como animal de carga e montaria, a resistência, o trote confortável, e a docilidade, fizeram deste animal, um produto caro, muito cobiçado e indicativo de riqueza.

3.2: A presença indígena e a contribuição da Arqueologia

Para este subcapítulo, pretende-se apresentar alguns autores visando recompor com maior precisão o contexto no qual se confirma a presença de grupos indígenas ceramistas em Itapeva e a existência de uma área de fronteira no Estado de São Paulo entre os grupos Guarani ao sul, os Tupinambás ao norte e os Kaingang, um dos grupos do Brasil Meridional e que teria seu limite ao norte exatamente no sul estado de São Paulo. Mas ainda é um cenário em construção pela Arqueologia brasileira. Recentemente, os processos de interação cultural, em ambiente de troca, de convívio e não de guerra, ganharam profundidade e ajudam a explicar o desenvolvimento das sociedades indígenas pré-coloniais como as pesquisas de Erika M. Robrahn-Gonzales (2001), e o contato interétnico a partir das frentes nacionais de expansão da sociedade nacional, segundo Silvio A.C. Araujo (2012).

Em sua tese de doutorado “Conhecer para preservar arqueologia e inclusão social no Paranapanema superior” (MAE/USP, 2011), Araujo apresenta um inventário regional pormenorizado e crítico das pesquisas arqueológicas, pré-colonial e histórica, na bacia superior do Paranapanema paulista, contabilizando mais de 220 sítios arqueológicos em onze municípios, convergindo para o município e arredores de Itapeva. O autor, integrante do Projeto Paranapanema (ProjPar), constrói sua análise, produz novos dados e instiga novas temáticas de pesquisa, a partir do conceito de “construção de cenários de ocupação”, abordagem que permitiu a contextualização da arqueologia com a história e geografia regional e afirma tanto o contato interétnico entre nativos e colonizadores, visível na cultura material, como a escravidão, a guerra e o recuo para locais mais distantes e de difícil acesso, diante da existência de expedições de apresamento de grupos Guarani pelo alto Paranapanema no final do século XVI e primeiras décadas do XVII (idem, p.34)

A ocupação e exploração das terras de Itapeva pelo colonizador ocorreram sobre um espaço densamente povoado há cerca de 2 mil anos por grupos agricultores pré-coloniais: território indígena Guarani (da tradição ceramista Tupiguarani), falantes da família linguística Tupi-Guarani, do tronco Tupi e Kaingang (da tradição ceramista Itararé-taquara), da família lingüística Jê, tronco Macro Jê.

As pesquisas arqueológicas indicam até o momento, um ambiente modificado, com feições culturais e padrões de assentamento próprios. Para o grupo Tupi-guarani, uma população homogênia ocupando um extenso território. A dieta alimentar era baseada no cultivo de plantas já domesticadas: o milho, mandioca, o feijão, também plantavam o algodão, o palmito, o mel. Práticas tradicionais, como a coivara, derrubada e queimada de pequenos trechos da mata nativa com o corte da madeira feito por machados de pedras, antecedia a semeadura. Os guaranis, habitantes das matas viviam em grandes aldeias, com a presença da casa grande, *tapy'iguassu*, casas cobertas com sapé, esteios como arrimo e amarradas com cipó, o cultivo do milho de espécies variadas era predominante. Os Kaingangs, habitantes do planalto, das áreas de campos sujeitas a ventos e geadas, foram arquitetos das casas subterrâneas, com a presença de montículos de terra, indicando a prática de sepultamentos. (PALLESTRINI, 1969, 1975; ARAÚJO, A. 1995, 2001; ROBRAHN-GONZALES, 2001; DE BLASIS, 2000; ARAÚJO, S., 2006, 2012).

Analisando a cultura Kaingang, Veiga afirma que sua economia era baseada na caça, pesca, coleta e agricultura complementar, havendo uma predileção pela coleta do pinhão, abundante nas vastíssimas florestas de araucária e consumidos de diversas formas, Outras iguarias estavam presentes em sua dieta as larvas das palmeiras (coró), a erva-mate e verduras como a cambuquira, a folha da abóbora.

Imagem ou paisagem muito distante de uma terra desabitada, virgem, vazia de construção humana a espera do colonizador português. A historiadora Dora Corrêa (2006) faz uma reflexão importante sobre a paisagem indígena que permanece desconsiderada por historiadores e geógrafos, corroborando com a ideia de um sertão vazio e que permanece presente na memória nacional. Homem de seu tempo, Capistrano de Abreu, afirma a autora, em *Caminhos Antigos*, de 1924, formatou esse modelo de interpretação da paisagem

colonial, pois via o índio como raça inferior à européia, “daí a desconsideração com relação às sociedades indígenas e à paisagem que construíram” (p.67). Interpretação mantida por outro autor clássico, Caio Prado Junior, na obra *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942). Uma aproximação com as pesquisas arqueológicas seria fundamental nessa recomposição de cenários.

A paisagem construída pelos índios, resultado de suas relações com a natureza, é omitida nessa memória já consolidada na historiografia brasileira. O sertão, que fica além do povoamento português, é um espaço natural, natureza virgem, caracterizado pela mata escura, fechada, tropical, pela caatinga, pela zona árida, mas também pelo espaço aberto de difícil trânsito, pelos campos com vegetação rasteira, por rios encachoeirados. Não conseguimos imaginar as sociedades indígenas vivendo, produzindo, comunicando-se, movimentando-se nesse espaço. Embora os dados mostrem a existência de aldeias de razoável extensão, trilhas indígenas e uma resistência bem aguerrida de muitos grupos, tais fatos não interferem na característica natural da paisagem. Conforme Capistrano de Abreu e, principalmente, depois de *Formação do Brasil contemporâneo*, os índios se escondem nas matas, vivem errantes, isolados em pequenos grupos, e poucas marcas deixam de sua existência.(idem, p.67).

Além disso, a presença desses grupos de agricultores pré-coloniais também foi marcante nos Campos Gerais paranaenses, ocuparam as bacias dos rios Paranapanema (SP) e Tibagi (PR) (PARELLADA, 2007; MOTA, 2007). Fato que evocou a produção de uma cartografia que uniu as bacias hidrográfica do rio Paranapanema (Estado de São Paulo) e do Rio Tibagi (Estado do Paraná) com os estudos pioneiros do arqueólogo paranaense Igor Chmyz (1967). Abordagem que deve ser apropriada e expandida para se entender a história das populações pré-coloniais, os deslocamentos e a ocupação histórica da região de Itapeva.

Esse contexto foi definido recentemente por Moraes (1999; 2000) em termos de Sistema Regional Guarani e Kaingang, e não como “tradição” como era usual na arqueologia brasileira, ao referir-se aos sistemas regionais de povoamento indígena na bacia Rio Paranapanema. Conceito pertencente ao arcabouço da arqueologia da paisagem adotada pelo ProjPar, que sugere a dispersão e a produção de paisagens e construção de cenários que podem ser contemporâneos

ou que se sucedem ao longo do tempo. Após a conquista com forte impacto econômico, social e político.

No caso dos povos agricultores Guarani, ocorreu um processo longo de expansão territorial “empurrando e/ou incorporando os grupos que encontravam pelo caminho”, partindo da Amazônia central, um movimento

(...) com direção ao sul, teria subido pelo rio Madeira-Guaporé, passando pelos rios Paraguai e Paraná, alcançando a região dos pampas e, finalmente, subindo ao longo da costa até algum ponto próximo à atual divisa dos estados de São Paulo e Paraná. (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2001, p.28)

José Luiz de Moraes, por sua vez, apresenta em seus estudos o caminho ao longo dos grandes rios percorrido pelas populações Guaranis em franco processo de expansão territorial e crescimento demográfico, pelas calhas do rio Paraná e afluentes com destaque para a bacia do rio Paranapanema (1999/2000). O ProjPar produziu um acervo grandioso em termos regionais, contemplando toda a bacia do rio Paranapanema no Estado de São Paulo. Apenas o sítio Fonseca, de Itapeva, apresentou um acervo de cinco mil peças, sob a guarda do Centro Regional de Arqueologia Ambiental Mário Neme, na cidade de Pirajú, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Durante os séculos de expansão, o que os arqueólogos José Luiz de Moraes, Marisa C. Afonso e Erika Robrahn-Gonzales têm destacado em suas obras, são os processos de adaptação, de manejo e a capacidade de interação a diversos contextos ambientais. Ainda que, no período pós-conquista, o contato tenha gerado o extermínio de populações e cenários, a expulsão para regiões mais distantes e a catequização com os aldeamentos. Afora as reduções ou missões jesuíticas espanholas nos antigos territórios guaranis. Por outro lado, John Monteiro contesta a imagem pacífica dos guaranis e seus descendentes perante a dominação colonial e constrói um panorama mais complexo. O surgimento de lideranças, de alianças com os colonizadores e mesmo o enfrentamento armado, foram estratégias adotadas por eles, argumenta o autor, experiências históricas não foram consideradas pela historiografia brasileira (1992).

As pesquisas arqueológicas inserem a ocupação indígena na história de Itapeva, ao reconstituir o cotidiano, o arranjo territorial dessas comunidades no passado. Nessa ordem de ideias, quando tem início a história de Itapeva? Em 1769, a data oficial da fundação da vila pelo governo português? De que se alimentavam os primeiros sesmeiros de Itapeva da Faxina? Como curavam doenças e ferimentos? Assim, na construção desse cenário, torna-se importante destacar que tanto a Arqueologia como a Etnologia indígena, partem da ideia de redes de sociabilidade, da interação, para pensar a condição ameríndia, o próprio processo de miscigenação não se iniciou com a presença colonial, ainda que o impacto de transformação tenha sido extremamente violento. A diversidade étnica não implicou na ausência de interação ou apenas na guerra (GASPAR, 2004; GALLOIS, 2005).

Sem a pretensão de esgotar o tema, para esta pesquisa é importante destacar que os estudos arqueológicos citados acima, de alguma forma, reconstituem a perspectiva do povo guarani sobre o território e abrem um espaço para a reflexão aqui em torno da interação entre indígenas (Guarani histórico), brancos e africanos, seguindo os passos de Sérgio Buarque de Holanda, sem ficar limitada a perspectiva da aculturação. Sem dúvida, para índios e africanos e seus descendentes essa interação se deu em níveis desiguais, mas ela ocorreu, ainda que com profundas mudanças culturais a partir da imposição do modelo do dominador. Outra perspectiva seria pensar essa interação, a troca de experiência entre os dominados. Analisar as formas de resistência, a construção de uma rede de relacionamentos, casamentos, formação de famílias desde o período escravista, portanto os que dividiam o mesmo espaço e lugar social, a força de trabalho das fazendas, os descendentes dos índios guaranis, africanos e mestiços e o enorme contingente de lavradores pardos que se dedicavam à agricultura de subsistência e recorriam à mão de obra familiar, que aparecem nos censos do Império para Itapeva, como analisou Silvia Marques em sua pesquisa de mestrado (2001), juntamente aos brancos na categoria *lavradores*, presente nas listas nominativas. Se nem todos foram mortos, por guerra ou doença, ou aldeados, o quanto dessa herança guarani sobreviveu na cultura cabocla local e nos muitos bairros rurais ainda existentes em Itapeva?

Eurípedes Funes, em seu estudo sobre os mocambeiros do Baixo Amazonas, recupera esse processo de trocas, de convivência entre as populações nativas e grupos de negros fugidos. Eram os nativos que tinham o conhecimento sobre o ambiente, a caça, os roçados, as técnicas construtivas, a importância do cipó, a fabricação de diversos objetos de uso cotidiano feito de fibras, os remédios da mata. Conhecimentos tradicionais apropriados pelos quilombolas em meio a um “forte sincretismo religioso comportando vários elementos africanos, nativos e cristãos” (1995, p.130). Mas conflitos também existiram, para alguns grupos indígenas, os quilombolas foram seus inimigos, sobretudo pelo rapto das mulheres índias. Outros eram requisitados para expedições repressoras aos quilombos.

Da interlocução entre antropólogos e arqueólogos, há toda uma discussão etnográfica sobre a riqueza da língua tupi-guarani, em nomear espécies vegetais e animais, lugares, acidentes geográficos, um forte indicativo do conhecimento da agricultura e do ambiente. Padrões culturais que se perpetuaram. Merece destaque igualmente a prática de manejo e seleção de sementes, o processamento de alimentos, a confecção da cerâmica e seus usos, em meio ao recorrente movimento migratório em busca da “terra sem males”, a terra de abundância para o povo Guarani, praticando uma agricultura de subsistência em meio a clareiras abertas na mata, deixando-a descansar após o uso, o pousio, nominando caminhos e lugares. (CUNHA, 1992).

Os guaranis históricos foram classificados por Scatamacchia (1993-1995) como “cultivadores do milho”, planta considerada sagrada e consumida de diversas formas, inclusive o saboroso milho verde. Erika Robrahn-Gonzales (2001) sobre os agricultores tradicionais Tupi, Guarani e Tupinambá, afirmou que

Cultivavam a mandioca doce (aipim) e a mandioca amarga (ou “brava”), bem como o milho, a batata doce, o algodão, o feijão, o amendoim, o abacaxi, a abóbora e o tabaco, no sistema de cultivo consorciado. Desenvolveram uma cultura diversificada, com plantas contendo elementos nutritivos complementares. Alguns produtos, como o milho e a mandioca, podiam ser conservados inteiro ou na forma de farinha, permitindo o consumo por vários meses e garantindo o sustento de aldeias que podiam reunir centenas de indivíduos. A domesticação da natureza

representou, de fato, a base de sustentação ao movimento expansionista Tupi.(p.28)

Portanto, as sociedades indígenas têm um passado, um legado ainda mais remoto. Diante disso, apenas a Arqueologia possibilitou um recuo maior no tempo, através do encontro do que estava escondido debaixo da terra, fato que evidenciou as marcas do povoamento milenar indígena pré-colonial nos campos de gramínea nativa, cerrados e matas do que veria a se chamar no século XVIII Itapeva da Faxina.

Com um recuo maior no tempo, a arqueologia também evidenciou através da cultura material, artefatos encontrados em Itapeva, o sistema dos grupos caçadores-coletores relacionados à Tradição Umbu. Para os campos do Paraná, no médio rio Tibaji, datações apontam para aproximadamente 10 mil anos atrás. (PARELLADA, 2007). Na verdade, a expressão “Campos Gerais no Paraná” também não respeita fronteiras artificiais ou divisão territorial, pois se sabe que esses campos se estendiam até a porção sul do Estado de São Paulo, atingindo os municípios de Itararé, Itapeva e Itapetininga.

Na verdade, a potencialidade arqueológica da região de Itapeva é conhecida pela comunidade científica desde o final da década de 60 do século XX, como se verá a seguir. Entretanto, esse conhecimento proveniente dos arqueólogos do Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo, permanece ainda hoje desconhecido pela sociedade local, como atesta Sílvio Araújo (2006, 2012), propositor de ações de repatriamento do material arqueológico para Itapeva – haja vista que grande parte desse material está em Piraju e no próprio MAE/USP – com a instalação de um museu em Itapeva que contemple a perspectiva de uma arqueologia regional do Alto Paranapanema e, sobretudo, através dos princípios e metodologias da Arqueologia Pública e da Musealização da Arqueologia, fazer dos itapevenses e habitantes dos municípios vizinhos, detentores desse conhecimento milenar. Uma reflexão em termos de políticas públicas para preservação e gestão dos sítios arqueológicos existentes e seus ambientes.

Em termos cronológicos, o bairro rural da Caputera, em Itapeva, através do Museu de arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), passou a ser visitado por arqueólogos quando teve início a escavação

do sítio Fonseca, uma aldeia guarani pré-colonial, onde foram identificadas a existência das *tapy'iguassu*, no final da década de 60 do século XX. Citado em trabalhos acadêmicos, o sítio ganhou notoriedade em círculos restritos. Momento em que teve início a interiorização da arqueologia paulista e o desenvolvimento de novos métodos e pesquisa de campo (ARAÚJO, S., 2006).

Nos subsolos dos campos da Caputera, com escavações de superfícies amplas, emergiram as antigas aldeias guaranis e urnas funerárias de cerâmica com restos humanos datadas em mil anos antes do presente. O que resultou no mapeamento sistemático dos vestígios arqueológicos: materiais líticos lascados e polidos, seis urnas funerárias, ossos humanos e dezenas de fragmentos cerâmicos do tipo corrugado, ungulado, pintado, pinçado, pontado, canelado, ondulado e outros tipos mistos (ARAÚJO, 2001). Período em que os núcleos de solos antropogênicos, na época conhecidos como “manchas de terra preta”, foram considerados remanescentes de antigos locais de habitação, portanto, como sítios arqueológicos (PALLESTRINI, 1969).

A escavação arqueológica do Sítio Fonseca, situado no município de Itapeva, São Paulo, realizada por Luciana Pallestrini, em 1968, deu início ao Projeto Paranapanema. Esses trabalhos evidenciaram as marcas pré-coloniais de uma aldeia de horticultores ceramistas, deixadas há mil anos, entre muitas evidências arqueológicas encontradas na área próxima ao referido vestígio. (BRUNO, 1999, p.114).

Em 1994, a Caputera ganhou notoriedade mais uma vez, com o estudo do sítio Silveira. Ao iniciar a preparação da terra para a agricultura, o proprietário, Sr Erineu Rodrigues da Silveira, fez emergir uma urna funerária corrugada com ossadas humanas, muito semelhante ao sítio Fonseca. Aquele foi o momento de retorno dos arqueólogos do MAE/USP, José Luiz de Moraes e seu orientando Astolfo Araújo. Tratava-se de mais um sítio guarani, que além das urnas funerárias, continha muito material cerâmico. (ARAÚJO, 2001, p. 230- 231).

A cachoeira existente na propriedade é muito conhecida pela população de Itapeva, não apenas pela sua beleza natural, mas pelo fato de ser citada pelos habitantes do bairro da Caputera como antigo local em que os índios se banhavam. Nos estudos citados, é descrito a preferência dos guaranis por áreas de

topo e meia encosta de vertente suave, com cursos d'água a garantir água e peixe. Até quando era permitida a caça de animal silvestre em Itapeva, se caçavam a capivara e a paca na beira dos rios. O proprietário do sítio ficou com a guarda de duas urnas funerárias e esqueletos após os estudos realizados pelos arqueólogos do MAE/USP. O que fez do local um atrativo para estudantes e turistas. A maior parte do material seguiu para estudo e guarda no MAE/USP e lá permanece.

Igualmente hábeis caçadores, a dieta dos povos nativos passou a fazer parte da do colonizador e seus descendentes em Itapeva. Certas “iguarias” eram caçadas nos campos e cerrados com o auxílio de cães perdigueiros, habitante de muitas fazendas e sítios, animal capaz de permanecer imóvel sinalizando ao caçador a presença da *inhambuí*, a codorna, e a *inhambuapé*, a perdiz. Adaptada à cultura do português, surgiu o caldo de perdiz com polenta e codorna frita. A pomba do ar, *picaú*, o tatu bolinha transformado em virado, o veado, também faziam parte da cultura rural dos itapevenses e garantia a sobrevivência de sitiantes e caboclos. Nas fazendas, ainda faz parte da culinária local a sopa de milho verde ralada, o “curau”, com frango caipira de molho e cambuquira, parte da dieta no campo e que também se tornou presente na cidade, com uma versão como sobremesa, o curau doce com canela em pó, tradições culinárias, juntamente com o pinhão cozido, ainda muito apreciadas. Os alimentos proporcionam os intercâmbios culturais, têm a dupla vestimenta de fenômeno cultural e econômico, como fez o milho, trazido da América pelos espanhóis, chamado de “trigo turco” pelos franceses e introduzido no sistema agrícola carente do sudoeste da França, afastando o perigo sempre presente de surtos de fome. Entretanto, há igualmente critérios de preferência, “as preferências alimentares são um dos principais suportes da identidade cultural” (BUGUIÉRE, 2005, p.181). Finaliza o autor, representante da antropologia histórica, “na evolução dos comportamentos alimentares, cruzam-se, portanto, a história econômica, a história social e a história dos sistemas culturais.” (idem, p.183-184)

Finalmente de acordo com Moraes (2000), Luciana Pallestrini descobriu e recolocou na história do povoamento da bacia do Paranapanema Paulista as aldeias guaranis pré-coloniais, hoje pensadas em termos de “sistema regional Guarani”. E entre os materiais arqueológicos fartamente encontrados, está a cerâmica. Além disso, sintetiza que, dos resultados apresentados pela arqueologia

paulista até o momento, está demarcado em definitivo uma forte ligação com as tradições pré-cerâmicas e cerâmicas do Brasil meridional.

No contexto da arqueologia preventiva para a instalação do gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL), construção foi iniciada em 1997, outro bairro rural de Itapeva, Areia Branca, distante cerca de 40 km da área urbana e próximo a divisa com o município de Ribeirão Branco, foi palco de pesquisa arqueológica importante. Foram evidenciados sítios líticos e cerâmicos e um cemitério de idade aproximada de 600 anos, contexto associado ao sistema regional Kaingang, na bacia do Apiaí-Mirim. Os sítios Areia Branca 5 e 6 foram escavados pelo pesquisador Paulo De Blasis e sua equipe em 2000. O arqueólogo também confirma a tese de fronteira cultural para Itapeva (DE BLASIS, 2000).

Astolfo Araújo (1997, 2001), integrante do ProjPar do Paranapanema Superior, destaca a cidade de Itapeva como faixa de fronteira, definido em termos de limite ecológico/ cultural entre duas grandes unidades classificatórias, definidas como tradições arqueológicas: a tradição Itararé (grupo cultural Kaingang, populações do Tronco Lingüístico Macro Jê) e a tradição Tupiguarani (principalmente o grupo Guaraní), posterior ao estabelecimento dos Kaingang.

Sua área de estudo foi o Alto Taquari, afluente do Rio Paranapanema, nas proximidades da cidade de Itapeva. A área foi prospectada inicialmente durante sua pesquisa de mestrado (1997). No doutorado (2001), o foco de análise foi ampliado para a Micro Região 151, ou Micro Região Alto Taquari, que compreende seis micro-bacias em uma área de 1.440 km², situada no sudoeste do Estado de São Paulo, próxima a divisa com o Estado de Paraná, fazendo parte do alto curso do Rio Paranapanema.

Naquele momento, Astolfo Araújo voltou-se para a análise de material lítico lascado, cerâmico, estruturas de terra (casas subterrâneas ou abrigos) e pinturas rupestres. Nesse novo recorte espacial, o autor procurou aplicar uma abordagem arqueológica regional, com destaque para a geoarqueologia, cujo objetivo, entre outros, foi contribuir para a elaboração de uma cronologia dos eventos arqueológicos ao construir uma história cultural da região sudoeste do Estado de São Paulo. O autor ainda destaca que os registros arqueológicos sugerem tanto relações amigáveis, retomando o que foi afirmado anteriormente

sobre contato interétnico, como possível coexistência entre os diferentes grupos e mesmo total substituição em algumas áreas e reforça a presença Kaingang na região estudada, tal com preconizava Andres Prous para o alto Taquari (1979).

Nessa área foram identificados também alguns sítios associados à Tradição Tupiguarani, mas uma nítida linha de fronteira foi percebida: ao sul da cidade de Itapeva, em direção à Serra do Mar, quando o relevo se torna mais acidentado, não existem sítios Tupiguarani, apenas sítios Itararé-Taquara. (ARAUJO, 2007, p.21)

Nos documentos da Câmara da Velha Faxina coletados e transcritos por Euflávio Barbosa (1988), encontra-se os termos “botocudo”, “bugre”, índio não catequizado, e o pedido incessante de armamento e diligências para enfrentá-los. Saint Hilaire foi testemunha do fato:

Todos os anos milicianos de Itapeva se reuniam e se embrenhavam nas matas a caça do índio. Eram bastante hábeis nisso, e raramente voltavam sem que aprisionassem mulheres e crianças (1972, p. 284).

A escravização do indígena era amparada por cartas régias publicadas a partir de maio de 1808 por D. João VI, que ordenou a caça aos “botocudos” de Minas Gerais e dos campos de Guarapuava e Curitiba, ação pautada no princípio da “guerra justa” (CUNHA, 1992). Consequentemente, surgiram mais dois tipos sociais em Itapeva: o caçador de bugre, o *bugreiro*, e o próprio indígena aculturado, convivendo com o branco, proporcionando trocas culturais significativas.

Sem dúvida, o que forjou a cerâmica cabocla ou neobrasileira, cuja forma e decoração foram estudadas por Silvio Araújo em seu doutorado em 2012, com a escavação de um sítio histórico de contato interétnico (sítio HCR) situado na área urbana, e que apresentou igualmente fragmentos cerâmicos de vasilhas corrugadas, escovadas guarani (p.277-278). As datações obtidas surpreenderam pelo recuo cronológico, pois antecederam a fundação oficial da vila de Itapeva da Faxina em 1769, para 1441 a 1621 da era cristã. O sítio estava localizado no centro velho de Itapeva, próximo a catedral de Santana (construção de 1785) evidenciado com o início das obras de um empreendimento comercial de grande envergadura e

causador de impacto no solo e adjacências. A análise dos fragmentos ainda não foi finalizada.

Nesse processo de interação, o indígena Guarani ou Kaingang aculturado, ou histórico, continuam presentes na fabricação de utensílios cerâmicos de uso doméstico. Eles estão nas fazendas de gado e lavoura de milho como será demonstrado em tópico sobre a dinâmica do tropeirismo, e também na vila de Faxina (MARQUES, 2001). Entretanto, é possível inferir uma predominância do povo guarani na formação da sociedade itapevense.

Um ponto crucial apontado por John Monteiro (2001), diz respeito ao fato de muitos grupos nativos terem sobrevivido, resistido de diversas formas, e, conseqüentemente, desse choque, se produziu uma nova sociedade, mais heterogênea e complexa, é preciso destacar. Processo em que ocorreu a incorporação de elementos de outras etnias pelos nativos, como a dos africanos, e a “reinvenção e incorporação de práticas e tecnologias dos europeus, como o cavalo e o comércio” (2001, p.57). Sua postura teórica analítica inovadora na Antropologia, traçada a partir do conceito de etnogênese, como novas configurações étnicas e sociopolíticas surgidas no contexto colonial e que se seguiram, parte da perspectiva de olhar as possíveis, complexas e às vezes contraditórias, reações às três situações históricas salientadas pelo autor: contato, contágio e subordinação. Ele pensa a partir das reformulações de identidades e do que se engendrou a partir disso. Quanto a esse último ponto, discussão de igual envergadura na História, ou seja, de resgatar os agentes históricos e seu raio de ação, identificar quais recursos estavam disponíveis naquele momento com os quais teceram suas relações sociais, e em termos metodológicos, campo da micro-história de Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1991) e da história “vista de baixo” dos ingleses E. P. Thompson (1998) e Hobsbawn (1998). São as possíveis variações de escala do observador como afirma Jacques Revel (2010), na História, que muito a aproximam da Antropologia. E também da Arqueologia, como mostram os estudos citados.

Mas há outras leituras possíveis. Cresce, na bibliografia etnohistórica das Américas, a ideia de que o impacto do contato, da conquista e da história da expansão européia não se resume apenas na dizimação de populações e na destruição de sociedades indígenas (MONTEIRO, 2001, p.55).

Os nativos e seus descendentes irão integrar a camada social dos trabalhadores nacionais, vivendo num contexto completamente diferente do seu, entre tropeiros, poteiros, mulas, charretes, padres, armazéns, igrejas, e tudo o que está relacionado à vida rural e urbana. Ao seu convívio também farão parte os africanos e afro-descendentes. O que se pretende na reconstituição desse cenário, é o reconhecimento de um passado em comum de lutas e estratégias contra a exploração, grupos sociais que revelam outra dinâmica interna e a complexidade da sociedade colonial e da formação do Estado nacional brasileiro. Outro dado relevante, é a presença sempre preponderante do cultivo do milho na produção agrícola do município, desde que era uma pequena vila a beira do sertão. Fato que surpreendeu o viajante Saint Hilaire (1972), diante da enorme produção do cereal.

Para o Paraná, os estudos de Lucio Tadeu Mota percorre esse caminho de reconstituição do cenário/ território Kaingang, uma extensa área coberta de campos e matas de araucária e o seu lugar na formação da sociedade paranaense desde o período colonial até o início da República. Enfrentamento com os *bugreiros*, fazendeiros, as estratégias de resistência, como ataques às fazendas e o papel dos caciques, por vezes contraditórias por estabelecer alianças com o governo imperial na expectativa de garantir a reapropriação de um território ancestral. Finalmente, o confinamento em aldeamentos.

Percurso analítico semelhante, o de incorporação dos setores desprivilegiados, fez Dora Corrêa, para reconstituir as paisagens sobrepostas do sertão, região situada a oeste de Itapeva e que sofreu a intervenção direta, a partir das primeiras décadas do século XIX, de Barão de Antonina acompanhado de lavradores, proprietário da fazenda Pirituba (Itapeva), rico negociantes de tropas, senador pela província do Paraná. Um processo que culminou tanto na expulsão como no aldeamento de povos nativos na medida em que os territórios indígenas eram transformados em terras para a agricultura. A autora destaca que os poucos índios que sobreviveram à caça, doenças e escravidão estavam refugiados nas matas, identificados como “guaianá”, provavelmente os Kaingang, além dos grupos Caiuá e Guarani, “índios em movimento para a costa” (p.173). Nota-se em seus argumentos a caracterização do Guarani como pacífico, ao contrário do “Guaianá”, mais belicoso. Seguindo as rotas migratórias de caráter messiânico em busca da terra sem males, “os Caiuá, Guarani foram aldeados, bloqueados em sua marcha, e

utilizados como mão de obra na agricultura local” (idem). O mesmo Barão fundou o Aldeamento de São Pedro de Alcântara, localizado às margens do rio Tibagi (PR). Na literatura etnográfica, os Caiuá também são citados com outra grafia, como Kaiowá, um subgrupo da etnia guarani.

Nesse processo violento de expansão da frente pioneira e da ação contrária dos grupos indígenas que ocupavam aquele espaço, a mata, local tradicional de caça e coleta dos povos nativos, tornou-se local de proteção contra o branco. Em 1845 foi criado o aldeamento São Batista do Rio Verde, extinto em 1912 (hoje Itaporanga) que contou com o trabalho dos missionários capuchinhos. Posteriormente foi criado o núcleo colonial Barão de Antonina, em 1930. Em estudo posterior a historiadora descreve que os Kaingang eram considerados uma ameaça, pois atacavam fazendas e caçavam os animais que pastavam, sendo aberta a guerra contra os “botocudos” do sudoeste paulista,

A guerra determinada por D. João VI em 1808, logo ao desembarcar na colônia, contra os índios que se avizinhavam da estrada para o Viamão, na altura do Itararé, indica que os caingangue ainda mantinham sua soberania sobre a região no início do século XIX. Desse começo do século até a passagem de Auguste de Saint Hilaire por ali, entre 1819 e 1820, a perseguição que os colonos fizeram aos índios parece ter sido forte o suficiente para expulsá-los da margem direita do Itararé. Mas, na margem esquerda, eles estavam presentes. A casa da fazenda Fortaleza, do Tenente Coronel José Felix, localizada próxima à margem esquerda do rio Itararé, parecia uma fortaleza, segundo o naturalista francês. Era cercada de ruínas, construções incendiadas pelos índios e por uma pequena mata desbastada pelo tenente-coronel para melhor se proteger de seus inimigos.(2011, p.3)

O senso comum, muito divulgado nas escolas da cidade até o presente, denomina genericamente a população nativa de Itapeva como “guaianás”. Entretanto, como já afirmado, o que a arqueologia mostra é que se tratava dos índios Guarani e Kaingang, sobretudo o primeiro, num processo de interação, miscigenação (parentesco) e guerra com o conquistador português e seus descendentes. Além disso, no documento “Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial 1871 – 1892”, constam como

botocudos “os índios xoklengues ou laklaños, da família lingüística Jê. Caiuá era a designação dada aos índios guaranis atualmente chamados de guaranis-caiuás ou Paĩ-Tavyterã. (p.19).

Estes avançavam seus domínios sobre as pastagens de Faxina com a expansão da pecuária sulina, da atividade tropeira e ocupação agrícola, delimitando fazendas, instalando vilas, igrejas, pontes e barreiras para impostos, derrubando matas, caçando a laço índias nos sertões e matas para constituírem famílias, muitas transformadas em companheiras de tropeiros, peões e agregados das fazendas, passando a coexistir uma população branca e mestiça, a primeira miscigenação que vai gerar o mameluco/caboclo de Itapeva, como no resto do sul Brasil. A tempo, as pesquisas desenvolvidas no sul, estabelecem uma relação entre os termos bugre, guaianá e Kaingang. Entretanto, Juracilda Veiga afirma que os Kaingang foram identificados por diferentes nomes, como por exemplo, “guanhanás”, aos olhos de Saint Hilaire.

Como parte do folclore de Itapeva, é marcante a figura do Frei capuchinho Ponciano de Montefalco, que se uniu a uma índia de Itapeva, deixando grande descendência. Desse prisma, como assevera John Monteiro (1994), foi traço comportamental dos paulistas, miscigenar-se com a população nativa, as índias, estabelecer comércio, interagir para sobreviver e consolidar a conquista e, sobretudo, promover verdadeiras caçadas para o apresamento de índios.

Este é, sobretudo o contexto do século XIX, período da formação do Estado Monárquico, como bem analisou Fernanda Spósito (2006, 2008), do enfrentamento armado entre paulistas, mestiços e índios aculturados diante dos indígenas que permaneciam livres vivendo nas matas do Paranapanema próximos às vilas de Itapetininga, Itapeva e freguesia de Guarapuava, no que a autora chama de “região periférica” da 4ª comarca (Sorocaba), em sinal da orientação para uma economia de abastecimento e não para o setor agroexportador. A ação se dava principalmente na contenção dos ataques às fazendas, com estragos nas plantações e criações de animais. Da sua análise merece destaque três elementos. Primeiro, Spósito afirma que a discussão das autoridades locais a partir do ano de 1830, assume um novo tom, o de benevolência, diante da presença homens, mulheres e crianças da etnia guarani e kaiová nas fazendas em busca de proteção contra a

escravidão e maus tratos em curso. Os nativos negociavam uma aproximação pacífica.

Os que aparecem nas vilas da 4ª comarca, seguindo algumas descrições que podemos inferir como dados etnográficos, têm alguns tipos de hábitos bem particulares: perfuração do lábio inferior, o que faz com que sejam chamados de “botocudos”, além do fato de trazerem mel e mantas tecidas para estabelecerem alianças com os “brancos”. Isso os aproxima dos hábitos dos povos do tronco tupiguarani, que habitam essa região à época, como as etnias guarani e kaiová (também grafados, à época como “caiuás” ou “cayuãs”). Este último grupo parece se encaixar mais nas descrições, uma vez que usam o tembetá, enfeite cilíndrico de resina, perfurando abaixo do lábio inferior. (2008, p.8-9)

Em segundo lugar, essa atitude terá uma repercussão política mais ampla culminando na própria revisão da guerra justa pelo Senado, ou seja, da não manutenção de políticas coloniais dentro do Estado nacional em construção. Finalmente, na documentação analisada pela pesquisadora no Arquivo do Estado de São Paulo, a vila de Faxina é descrita como o local onde vivem homens experientes na guerra contra os índios do sertão e capazes de auxiliar os fazendeiros de Itapetininga, sendo que, no bairro do Guarei ou Guarehy (atual distrito do Guarizinho), nos extremos da vila, os habitantes estavam acostumados a empreender expedições contra os nativos. Bem próximo, está o bairro da Caputera, local do sítio Fonseca estudado por Pallestrini. Da reconstituição da história de Itapetininga, a autora nos apresenta mais informações sobre a vila de Itapeva da Faxina e seus moradores.

Como normalmente se faz virem índios de Itapeva para servirem como “línguas” (tradutores) daqueles que chegam em Itapetininga, pode-se perceber que se tratam de grupos do mesmo tronco-lingüístico e isso elimina, portanto, as etnias presentes em Guarapuava, os kaingangs e xoklengs, também denominados guaianás ou guaianãs, que são do tronco macro-jê. (idem, p.8)

Em artigo intitulado “Caminhos e Fronteiras: o movimento na obra de Sérgio Buarque de Holanda”, Ilana Blaj e Marina Maluf, historiadoras, destacaram na

análise inovadora do autor a partir da perspectiva do cotidiano, as tríades meio/cultura/sociedade e índio/português/mameluco, na constituição da vida de São Paulo de Piratininga, onde nada era definitivo ou linear, mas movimento, interação e também negação.

Assim, o conhecimento da natureza pelos índios é apropriado tornando-se parte integrante da história. Sérgio Buarque de Holanda parte da necessidade de sobrevivência mais elementar do homem branco e chega, através de múltiplos caminhos e fronteiras, a patamares mais civilizados de sobrevivência do mameluco. É a rota que vai do bandeirante sem limites espaciais, ao tropeiro e ao monçoneiro já mais disciplinado, rota esta igualmente percorrida pelo historiador em todas as suas dificuldades, em todos os seus obstáculos, em suas mazelas, nas alegrias de novas descobertas e conquistas, no suor das febres e na cura pelas mezinhas, enfim, no viver dos anônimos protagonistas da história (1990, p.26)

Finalizando, o estudo de Spósito (2006) abre novas frentes de pesquisa sobre a presença indígena em Itapeva nos séculos XVIII e XIX e o seu lugar na ocupação do território e na formação da sociedade local. Em seus argumentos sobre o fim da escravização de indígenas, está a importância econômica da escravidão africana e não o desaparecimento dos nativos e seus descendentes. Os censos do império não computavam os índios “hostis”, habitantes das matas, daí a sua inexpressividade dados oficiais, provoca a autora.

No caso de São Paulo, a região onde estavam os indígenas hostis no período era o sertão sudoeste, em direção ao que seria futuramente (a partir de 1835) a província do Paraná. As vilas cujos moradores relatavam a convivência com os nativos eram Itapetininga, **Itapeva**, Iguape e Freguesia de Guarapuava, localizadas na 4ª, 5ª e 6ª comarcas paulistas. (p. 11, grifo nosso)

3.3 O Tropeirismo e a ocupação dos campos da Velha Faxina

Para esta pesquisa, a busca pela reconstituição do contexto histórico e arqueológico do qual surgirá, em 1889, o sítio Ponte Alta, requer um entendimento maior sobre o estabelecimento e a expansão da pecuária na história do Brasil Meridional. Margeando o sítio formado por famílias aparentadas afro-descendentes, na passagem do século XIX para o XX, ainda existiam fazendas de criação e invernagem de animais, estradas municipais percorridas por tropas e cargueiros, invernadas, áreas de campo e ribeirões: Ribeirão Fundo, Cunha, Afia-faca, Ponte Alta e Leme. Nesse cenário, mãe Josepha, filha de mãe índia e pai negro, casada com o negro Joaquim, campeiro entendido das lides com os animais, deram início a uma história de mais de 100 anos, culminado no atual quilombo do Jaó. “Joaquim Preto”, “Joaquim Camarada”, foram as denominações dadas ao fundador do quilombo em documentos cartoriais de divisas de terra trabalhados na pesquisa de mestrado que serão reapresentados nesta pesquisa e irão compor o acervo do museu a ser proposto no capítulo 5 da tese.

Nos depoimentos de dois irmãos, netos de Joaquim e Josepha, Valdomiro e Hilário³³, há referências de que seu avô paterno, de sobrenome Romão teria vindo com as tropas do sul e constituído família em Itapeva. Para o primeiro, a partir de suas lembranças, o avô Martinho Romão é denominado como gaúcho, já para o segundo, é dada sua localização geográfica, ele era proveniente de Caxias do Sul (MARQUES, 2001). Além daquele, o avô materno Joaquim, foi descrito por seu neto Valdomiro, como amansador de cavalos e burros. Em estudo sobre o surgimento da vila de Sorocaba, refazendo os caminhos das tropas do sul até Sorocaba, Rafael Straforini aponta que havia as tropas xucras, animais não treinados para o transporte de carga, e que eram domados em fazendas especializadas, localizadas nas proximidades da feira de Sorocaba, nas vilas de Itapeva e Itapetininga (2001,p.25). Essa realidade será esmiuçada a seguir.

Como afirmado anteriormente, Itapeva teve seu início na segunda metade do século XVIII, a partir de um pouso de tropeiros, a “Paragem de Faxina”, assim citada na documentação colonial minuciosamente analisada pela professora Heloísa P. Bueno (2009). Entre os rios Verde e Itararé, no ano de 1725, Luis

³³ Depoimentos colhidos na pesquisa de mestrado (2001).

Pedroso de Barros, morador da vila de Parnaíba, já era possuidor de sesmarias na região que mais tarde veria a ser as terras pertencentes aos municípios de Itararé (limite do Estado de São Paulo) e Itapeva, com escravos, gado vacum e cavalos (CORRÊA, 1997).

O Caminho do Sul, Caminho das tropas ou ainda Caminho de Viamão, foi estratégico para a ocupação e a integração regional do Brasil Meridional com o fortalecimento do comércio interno de animais nos períodos colonial e imperial. Segundo Heloisa Bueno (2009) e Dora Corrêa (2011), o novo traçado percorreu as regiões do planalto catarinense e paranaense, passando pelas proximidades da vila de Curitiba, fundada em 1693, localização atual do município de Campo Largo, até atingir o rio Itararé. Sendo aberto antes da fundação oficial da vila de Itapeva da Faxina em 1769. Tratava-se do início da dominação do “sertão”, das zonas interiorizadas, segundo as pesquisadoras.

De acordo com Roselys Roderjan (1995, p.26), “com a denominação de curitibanos, eram conhecidos nas demais províncias do Brasil, os habitantes dos Campos Gerais e de outros distritos da vila de Curitiba, até meados do século XIX”. Nos documentos da época, afirma, criou-se a distinção entre *paulistas* e *curitibanos*, este também descrito como natural da 5ª comarca de São Paulo, com sede em Curitiba. Os campos de Curitiba iniciaram a atividade criatória do gado bovino no início do século XVIII.

O ouvidor Rafael Pires Pardini citou em 1721 o gado que desde 1704 era criado nos currais dos campos de Curitiba, no primeiro planalto paranaense. Esse gado seguia pela estrada que ia até São Paulo, onde era vendido. Pela mesma estrada, Sorocaba era alçada em vinte dias de caminhada. Esse fato comprova que o curitibano já tropeirava antes da abertura do caminho do Viamão e que foi nos campos de Curitiba que se iniciou o criatório do gado do Paraná.(p.29)

Complementando o que foi apontado anteriormente com dados do presente, os Campos Gerais, em meio a cânions, rios encaixados e remanescentes de florestas de Araucária, ocupam a porção leste do segundo planalto paranaense, atual Área de Proteção Ambiental da Escarpa Devoniana (PR), localizados na

porção centro-leste do atual Estado do Paraná, estendendo-se como uma faixa curvada com convexidade para noroeste, desde o município de Rio Negro, no limite com Santa Catarina, ao sul (MELO/UEPG, 2003; SEMA/IAP, 2004). Como os estudos citados se referem ao Estado do Paraná, são produzidos por órgãos paranaenses, o limite estabelecido é o político e não o geomorfológico e paisagístico. A área de abrangência da APA da Escarpa Devoniana estende-se até a cidade de Sengés, na bacia do rio Itararé, vizinha a cidade paulista de mesmo nome, *pedra que o rio cavou*, em tupiguarani. Mas o continuo daquela paisagem natural e seu uso, a pecuária, inicialmente a invernagem, chegará até os campos de Itapetininga (STRAFORINI, 2001, p.25).

A partir da instalação das estradas coloniais, o trânsito de tropeiros e tropas vindos do sul, seguindo estrada pelos Campos de São Pedro (Itararé), Itapeva da Faxina e Itapetininga, transformará profundamente as paisagens naturais de campos, matas nativas e florestas de araucárias. Quando o sertão, território indígena por excelência, será invadido. Outra paisagem será construída, perante a presença dos paulistas e seus descendentes com outras formas de trabalhar, de conceber a vida e sobretudo, com outra percepção sobre a paisagem local: não mais como lugar de caça de animais silvestres, pesca, coleta e da policultura guarani, e do livre trânsito das populações nativas pelos campos e matas, mas como lugar de invernagem das tropas de vacuns, cavалares e muares em trânsito e de plantio do milho e feijão para consumo e abastecimento. O contato colocou os grupos indígenas diante de lógicas espaciais completamente diferentes das suas.

Toda essa região que se estende dos Campos Gerais até o atual município de Itararé em São Paulo foi disputada violentamente ao longo de cem anos, do início do século XVIII até o final da década de 1830, por colonos e índios. As descrições dos cenários visualizados, elaboradas por soldados, sertanistas e naturalistas que atravessaram a estrada, revelam que esse embate também era pela paisagem. (CORRÊA, 2011, p.4)

As rotas pelo interior meridional da colônia, de Curitiba até a colônia de Sacramento, começaram ser abertas por Francisco de Souza Faria, que tomou a frente na abertura do Caminho dos Conventos, em fevereiro de 1728, partindo do litoral próximo à vila de Laguna, subiu a serra até alcançar o planalto em 1730 para,

finalmente, chegar aos campos de Vacarias dos Pinhais, onde havia uma enorme reserva de gado selvagem. Entretanto, misto de desbravador e negociante, o autor do traçado definitivo foi Cristovão Pereira de Abreu. Partindo de Sacramento, passando por Viamão em 1728, seguiu para os Campos de Cima da Serra ou Vacarias (região serrana) e cruzou o Rio Pelotas. A seguir, chegava aos campos de Lages e Curitibanos (planalto catarinense), ultrapassando os rios Negro e Iguaçu, após esse percurso adentrava finalmente nos campos gerais de Curitiba³⁴, chegando a São Paulo em 1731 com tropas de gado vacuum e cavalar. Seu trajeto, seguindo pastos naturais e topografias suaves, alterou definitivamente a paisagem colonial e demarcou uma nova rota de comércio pelo interior, progressivamente margeada por sesmarias. Nascia o Caminho de Viamão ou Caminho das Tropas. (BUENO, 2009; SUPRINYAK, 2008). As tropas que percorriam a vila de Itapeva e outras que invernavam por longos períodos, eram provenientes de quais localidades?

Para se ter uma visão mais ampla do povoamento e exploração das terras da velha Faxina, é necessário retroceder até a ocupação da fronteira meridional, “que hoje abarca parte do Uruguai e do estado do Rio Grande do Sul” (OSÓRIO, 2007 p.55). A pecuária, o comércio do gado, desempenhou um papel importante nesse processo de incorporação do Rio Grande do Sul ao domínio português. Entretanto, foram os jesuítas espanhóis os iniciadores dessa atividade quando aportaram na região, mais precisamente na margem oriental do rio Uruguai, com o objetivo de estabelecer os aldeamentos, extrair e exportar a erva mate, necessitando para isso, criar o gado para alimentar o índio catequizado. Durante século XVIII, situada além do Tratado de Tordesilhas, essa região foi palco de inúmeros litígios entre espanhóis e portugueses. Fato que envolveu vários tratados de fixação de limites.

Entre os fatores que contribuíram para a expansão do domínio português e o processo de ocupação do Brasil meridional, pode-se destacar o bandeirismo de preação do índio, organizado por paulistas (MONTEIRO, 1994) Em terras espanholas, atacaram as missões do Guairá, no extremo oeste paranaense,

³⁴ Horácio G. Gallardo, em seu estudo sobre a escravidão vila de Castro, assim elenca as vilas e povoados nos campos de Curitiba: entravam nos campos gerais por Lapa (desmembrado de Curitiba em 1872), Palmeira, Ponta Grossa e Castro. (1988, p.178).

entre os rios Paranapanema, Paraná, e Foz do rio Iguaçu. Posteriormente mais ao sul, jesuítas e guaranis reduzidos na região de Itatins e Tapes, localizadas próximas ao rio Uruguai, também foram atingidos. Os bandeirantes em busca de mão de obra escrava, espalhavam pelos campos sulistas, o gado bovino criado pelos jesuítas e índios guaranis, que passou a se multiplicar velozmente em meio às pastagens naturais. Além disso, a historiografia rio grandense há muito destaca o apoio oficial da Coroa Portuguesa em direção à ocupação da fronteira com América espanhola. Em 1680, os portugueses fundaram na margem esquerda do Rio da Prata, face a face com Buenos Aires, a colônia de Sacramento e, posteriormente, Laguna (Santa Catarina), em 1684. Finalmente, outro elemento importante foi a concessão de sesmarias.

Os rebanhos selvagens do gado *vacum* espalhados pelas planícies sulinas provenientes de regiões da América Espanhola e das missões jesuíticas, representavam para Darci Ribeiro “um manancial aparentemente inesgotável das *vacarias del Mar*”. O gado espalhado pela região foi inicialmente animal caçado por índios, paulistas e portugueses, e, apenas posteriormente passou a ser criado nas estâncias gaúchas, surgindo nesse cenário os currais e as invernadas (SILVA, 2006). Da mesma forma, nos campos curitibanos, crescia o gado bovino deixado pelos jesuítas.

Quanto ao muar, a região platina foi o principal centro produtor, com condições ambientais altamente favoráveis para a sua criação e reprodução, apontada como o pólo tradicional de fornecimento para as minas de prata peruanas. Apesar dos conflitos políticos, o muar criado em território espanhol circulava com tranquilidade pela fronteira, passando pelo registro de Viamão rumo a São Paulo e Minas Gerais, como será relatado a seguir. Baixado decreto régio proibindo a entrada na colônia portuguesa de animais criados nos domínios espanhóis, éguas, burros e mulas passavam em contrabando e os negócios seguiam. Sem dúvida, esse contínuo da paisagem agrária da América do Sul e o entendimento dessa população em circulação numa zona fronteiriça, em nada estanque ou fechada, foi estudada de forma definitiva por Helen Osório (2006, 2007). O bovino selvagem, da mesma forma que o muar, alheio à disputa entre portugueses e espanhóis e à fixação de limites, se reproduzia livremente pela campanha.

Certas possessões na Bacia do Prata como Entre Rios, Corrientes e Santa Fé, segundo Adriana Silva, foram locais nodais para o fornecimento do muar durante os séculos XVII e XVIII (p.104, *idem*). Sobre a criação do muar na região do Prata e a decadência da mineração espanhola de Potosi (atual Bolívia), Darci Ribeiro afirma que “antecedendo o surto da brasileira, criaria uma oferta de muares de exportação que encontraria um novo mercado em Minas Gerais” (p.377, 2006).

No caminho, surgiriam localidades especializadas na invernagem de muares com mão de obra cativa de africanos e crioulos e agregados, as “fazendas de criar” (GALLARDO, 1986, 1996; MARQUES, 2001, PORTELA, 2007). Pelo estudo Horácio Gallardo (1988), a partir da segunda metade do século XVIII, e primeiras décadas do seguinte, Viamão e a região missioneira do Rio grande do Sul, dominam o conhecimento do cruzamento entre as espécies cavalar e asinina e passam a se destacar como áreas de criação de muares, a única autorizada pela Coroa a fim de garantir arrecadação de impostos. Analisando a rede de caminhos que se espalhava a partir de São Paulo no século XVIII, entre eles o de Viamão, que, em sentido inverso, passava por Lages, Lapa, Castro, Itapeva, Itapetininga, Sorocaba, freguesia de São Roque, segundo Beatriz P. S. Bueno, tinha nas minas recém-descoberta, o pólo de atração econômica.

A descoberta das Gerais coincidiu com o aumento do trânsito no Caminho de Curitiba. Desde os primeiros anos do século, passavam por ele boiadas e tropas de muares, então adquiridas em Curitiba. Era comum também o trânsito de cavalos, produto que, em vista de sua raridade, era extremamente valorizado nos territórios auríferos. Mas as principais estrelas desse comércio que começava a se estruturar eram os muares, criados extensivamente nas regiões dos atuais Uruguai e Argentina, de onde eram exportados para o Peru. Eram produtos especialmente valorizados, pois mais afeitos ao transporte de cargas do que os cavalos. (2009, p. 274)

Nesse sentido, nos interessam as pesquisas recentes sobre o sul pecuaristas ao qual a história de Itapeva deve estar vinculada, privilegiando as fazendas escravistas de criar e invernar animais, deixando de lado as charqueadas. Os estudos apontam para a participação efetiva de escravos africanos e seus descendentes na pecuária, com diversos ofícios especializados, bem como a

existência de pequenos produtores que recorriam à mão de obra familiar e outros que possuíam pequenos plantéis (de até 3 escravos). A historiadora Helen Osório em sua tese defendida em 1999 (publicada em 2007), analisou a região de fronteira, área de colonização antiga do Rio Grande no período de 1765-1825. Em seu estudo, reconstituiu o surgimento das estâncias, inicialmente empreendimentos rurais voltados para a invernagem do gado selvagem, passando posteriormente para a criação e o abastecimento de um amplo circuito mercantil interno: o envio dos animais para a comercialização na feira de Sorocaba (SP), principalmente o gado vacum. Mercadoria que passou a ser abatida a partir da década de 1780 com a expansão das charqueadas sulinas, fato que deu preeminência a pecuária bovina em relação à criação do muar, segundo a autora.

Sua análise deu visibilidade a outros elementos desconsiderados ou “não vistos” pela historiografia tradicional rio grandense, na composição da paisagem rural sulista. Os dados empíricos contrariavam a visão até então dominante. A autora reconstrói, a partir de fontes diversificadas, como os *inventários post-mortem* e censos, uma estrutura agrária mais diversa e complexa. As grandes propriedades não aparecem apenas centralizadas na pecuária, mas também na prática da agricultura, como a do trigo, a da mandioca, e em menor escala, feijão, milho, algodão, definidas pela autora como unidades de produção mista. Em meio a animais, estavam inventariados, atafonas (moagem do trigo), fornos de cobre, foices, arados, bois mansos (animal de tração), compondo todo um cenário agropecuário de produção. Outros tipos sociais são trazidos para o primeiro plano, médios e pequenos criadores, e principalmente um grande número de lavradores entre os produtores rurais, de início casais açorianos, muitos dentre eles igualmente criadores de rebanhos em pequena escala, propriedades com base na produção familiar, que recorriam ou não a poucos escravos.

Análise cuidadosa que desmontou a paisagem monolítica das estâncias gaúchas, território ocupado apenas por latifúndios pecuaristas, com a presença de poucos peões livres no trabalho campeiro. É importante registrar que o estudo da professora Helen Osório e sua forma de abordagem, se tornou referência para as recentes teses e dissertações (Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal do Paraná) sobre as vilas do planalto catarinense e paranaense. A presença da agricultura nas fazendas pecuaristas, a convivência no

mundo do trabalho entre trabalhadores livres e cativos, o pequeno plantel de escravos e sua importância nas atividades da pecuária, o dinamismo do mercado interno, são os elementos evidenciados desse contexto. O que permite inferências retrospectivas para recomposição da Velha Faxina e possíveis alterações nas paisagens.

Outra questão fundamental dentro dessa abordagem está relacionada à vigência da escravidão nas atividades da pecuária, não a sua incompatibilidade, muito menos inexistência. Com destaque para a presença de escravos campeiros e domadores, às voltas com uma diversidade de tarefas permanentes ou sazonais, como a castração, a doma de potros, a cria de mulas, a marcação, “às vezes sós, e, em muitas outras, ao lado de peões livres”, muitos deles mestiços (p.158). E também, em menor número, do escravo roceiro, ao recuperar a prática conjugada da agricultura nas estâncias, estas definidas como propriedade com mais de cem cabeças de gado vacum. Osório observou mais uma vez em estudo posterior (p.120, 2006), que os plantéis de escravos numericamente inferiores aos das charqueadas, referia-se às especificidades da prática da pecuária extensiva. Aquelas, pertencentes aos *comerciantes-charqueadores*, as maiores fortunas do Rio Grande, tinham em média com 67 escravos.

Possuíam escravos 97% dos estancieiros, sendo que, entre os criadores de 100 a 1.000 cabeças de gado, a média de escravos era de sete, e, entre os grandes estancieiros, os possuidores de mais de 1.000 cabeças de gado, a média era de 22 cativos. (2007, p.152)

Convém lembrar que em estudo pioneiro, Maria Thereza Petrone (1976), já apontava para a diversidade de atividades ligadas à pecuária, como as fazendas em que se invernavam os animais para descanso e engorda e controle de fluxo dos animais que permaneciam à espera de condições climáticas favoráveis ao trânsito, assim como de melhores preços, para o deslocamento final até Sorocaba.

Foi a partir desse estudo, que Silvia Marques (2001), no capítulo 2, *Itapeva no tempo da escravidão*, reinterpretou a história local, baseando-se também na análise das Listas Nominativas existentes no Arquivo do Estado. Para o ano de 1816, destacou os seguintes dados para a elite local: a presença de proprietários de fazendas de criar que centralizavam a atividade de invernagem do muar e criavam

animais vacuns e cavalares; um grande número de agricultores que cultivavam milho e feijão; os que plantavam e criavam animais; negociantes de animais e tropeiros, todos senhores de escravos. Os primeiros concentravam os maiores plantéis. Relembrando, os negociantes de tropas que fizeram fortunas estavam em São Paulo ou Sorocaba não em Itapeva. Sobre os invernadores,

Entre eles estavam o vigário José Custódio de Camargo, dono do maior plantel, 27 escravos, o Brigadeiro José Joaquim da Costa Gavião, dono da fazenda São Pedro, possuía dez escravos, já constando em sua fazenda uma tropa de 2.015 burros. O sargento-mor local, Manuel de Mello Rego, também tinha fazenda de criar com 14 escravos. Na fazenda do vigário viviam onze escravos casados, de nação e crioulos, e sete crianças. As famílias de Manuel Benguela, de Vittória Crioula e do pequeno José Crioulo, de cinco anos, vivam na fazenda do sargento-mor, juntamente com outros onze escravos e oito agregados brancos (p.81)

Ressalte-se ainda que, Fortunata Maria de Camargo, falecida em 9 de dezembro de 1864 era filha do vigário José Custódio e casado com Antonio de Melo Rego, capitão de Ordenanças de Itapeva da Faxina, filho de Manuel de Melo Rego natural de Curitiba e de Isabel de Arruda Cezar, natural da vila de Itu. A nação era definida como Benguela para os escravos importados para a cidade do Rio de Janeiro pelo porto de Benguela, centro do tráfico de escravos mais importante do sul de Angola, região do centro-oeste africano. Estes seriam os ovimbundos e outros povos vizinhos do planalto do sul de Angola, trazidos para a costa por caravanas dos próprios ovimbundos (KARASCH, 2000, p.57). Na lista Nominativa de Habitantes de 1816, Manuel de Melo Rego é citado como agricultor com fazendas de criar animais vacuns.

A história da família Camargo se perpetuará através da fazenda Pilão d'Água, de onde saíram Joaquim e Josepha. A fazenda chega ao final do século XIX como propriedade de Fortunata, outra filha do vigário, de mesmo nome e sobrenome e casada com Luis Carneiro Lobo, o clã fundador de Jaguariaíva e Castro.

Na mesma época viviam Jose Francisco, natural de Cotia e sua esposa Maria Francisca, identificados como brancos, com 9 filhos, dois agregados

brancos e um escravo crioulo de 22 anos, de profissão agricultor, com 9 alqueires de milho e 1 de feijão. Os agregados e camaradas, trabalhadores livres, brancos e mestiços, conviviam nas fazendas com escravos crioulos em sua maioria, muitos com famílias constituídas e filhos. No censo de 1816, emergiu um número expressivo de lavradores pardos e brancos que se dedicavam à agricultura de subsistência e recorriam à mão de obra familiar, podendo contar com agregados (59,8%). Uma hipótese seria a apropriação de áreas de cerrado ou no entorno das grandes fazendas. Uma paisagem rural composta por pequenos “grupos vivendo coletivamente, em terra comum, buscando melhores condições de sobrevivência numa sociedade escravista que deixava a maior parte da população marginalizada” (p. 81).

(...) o casal de pardos, Manuel e Ana, vivia de suas lavouras, com seus cinco filhos e mais oito agregados e duas crianças. O lavrador Martinho, pardo de 50 anos, casado e pai de um filho, convivia em seu lote com mais dez agregados pardos, de 8 a 29 anos. A negra Maria Antônia, casada, com 58 anos de idade, tinha dez filhos e mais dois agregados em seu pedaço de chão. Lá plantavam e criavam animais vacuns. A escrava Juana Crioula, de 26 anos, e seu menino de dois anos, Vicente Crioulo, viviam nas terras de um casal de lavradores pardos; também morava no local uma mulher como agregada (idem).

Ainda que se pese a escravidão, o número de cativos era pequeno perante a população livre. O seu pequeno aumento está relacionado provavelmente à demanda por muares na região do açúcar paulista e, posteriormente o café, hipótese que foi levantada no mestrado na análise dos dados para o ano de 1827. Fato que levou à criação de outras fazendas de criar de “pequeno ponto”.

Pedro Muller em 1836 recebeu o encargo de organizar a estatística da província de São Paulo, deixando-nos dados importantes sobre Itapeva da Faxina, ainda que não prime pela exatidão dos números. O pequeno número de muares indica seu trânsito pela vila.

Quadro - Estabelecimentos agrícolas de Faxina, em 1836/37, segundo Muller:

ESTABELECIMENTOS DE AGRICULTURA	QUANTIDADE
Engenho de açúcar	1
Destilaria de aguardente	6
Fazendas de criar	16
Fazenda de criar em pequeno ponto	151

Fonte: MULLER, Daniel P. Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo ordenado pelas leis provinciais de 11/04/1836 e 10/03/1837.

Quadro – Produção em Faxina, em 1836/1837.

PRODUÇÃO LOCAL	QUANTIDADE
Açúcar	500 arrobas
Aguardente	45 canadas
Arroz	240 alqueires
Feijão	9.120 alqueires
Milho	250.000 alqueires
Gado cavalari	649 cabeças
Gado muar	44 cabeças
Gado vacum	2.094 cabeças

Fonte: MULLER, Daniel P. Ensaio d'um quadro estatístico d a Província de São Paulo ordenado pelas leis provinciais de 11/04/1836 e 10/03/1837.

Pelo estudo de Dora Corrêa (1997), foi possível analisar e inferir com mais propriedade o reduzido, mas existente plantel de escravos crioulos e africanos em Itapeva. A partir da década de 1830, paralelamente ao intenso tráfego de muares, ocorreu a “invasão do sertão”, com a intensificação da ocupação das matas de Itapeva por lavradores e fazendeiros, fato que não significou o aumento da população escrava, pois utilizavam a mão-de-obra familiar no cultivo do milho, feijão

e na criação de suínos. A agricultura, voltada para o mercado interno, manteve-se, destacando a predominância da cultura do milho. (MARQUES, 2001).

Um contexto social e econômico complexo e diversificado, mas típico dos povoados oriundos da expansão da pecuária, por todo o século XIX, pondo em cheque a imagem do município como simples pouso de tropeiro e local de passagem dos muares, da riqueza comercializada e depositada apenas em Sorocaba. O pequeno número do plantel de escravos, diferentemente das áreas monocultoras exportadoras, não significou a pobreza dos senhores, mas a especificidade da invernagem, no contexto do comércio interno de animais.

Inicialmente, como destacado, os animais tiveram como destino os centros consumidores do Brasil Central, a região do ouro. Posteriormente, no contexto de formação de uma extensa rede de abastecimento interno do muar para as regiões agro-exportadoras do açúcar paulista e do café. Embora a mineração tenha se esgotado a partir do terceiro quartel do século XVIII, a vinda da família real para o capital Rio de Janeiro em 1808, fomentou a formação de um novo centro consumidor de carne bovina fresca e animal de carga, via São Paulo e campos de Taubaté, para invernar e esperar ventos favoráveis para um bom negócio. No oeste paulista, na região do quadrilátero do açúcar (Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí), a produção floresceu entre fins do século XVIII até aproximadamente 1850, aumentando a demanda por animais de transportes, pois o açúcar desceria para o porto de Santos no lombo de tropas arreadas, os cargueiros. A partir de meados da década de 1850 o açúcar transformou-se em produto de abastecimento do mercado interno regional.

Mais tarde, com o sistema de transporte estabelecido pelo “ciclo do açúcar” paulista, o muar de carga foi redirecionado para o transporte do café, unindo as regiões de criação e invernagens de animais com as fazendas da Baixada Fluminense, Vale do Paraíba e do oeste paulista cafeeiro e o porto de Santos (PETRONE, 1968). Herbert Klein (1989), em artigo sobre o mercado de animais de Sorocaba, destaca a relação entre a expansão do mercado para muares e o crescimento da economia cafeeira em direção às planícies e vales do interior paulista nas primeiras décadas do século XX. Portanto, essa ligação mercantil entre

as regiões produtoras e invernadoras e as regiões consumidoras possibilitou o impulso econômico para aquelas voltadas para a agricultura comercial.

Ainda que sobre o Paraná, os estudos apontam que a colonização foi posterior a de Itapeva para as localidades a oeste de Curitiba, no *Caminho das Missões*, rota que atravessava no sentido norte-sul a área de fronteira, (segundo o mapa de SUPRINYAK, 2008, p.21) pelos campos de Guarapuava apropriados através de expedições militares de combate aos Kaingang em 1809 e dos campos de Palmas em 1835. O caminho percorria o território catarinense e chegava a Erechim, Cruz Alta, Santo Ângelo e São Borja (RS). Há referências locais na história do tropeirismo de Itapeva ao termo missioneiro como sinônimo de tropeiro. Entre as figuras muito citadas está a do fazendeiro Ricardino Campolim de Almeida, nascido em Faxina em 1860, no tempo do 2º Império, proprietário de uma extensa fazenda de invernagem e criação de Itapeva, citado por sua bisneta³⁵, como missioneiro, envolvido no transporte das tropas de muares buscadas no sul. Estabelecendo-se definitivamente no município após casamento com uma jovem da elite proprietária local, Maria Joaquina de Barros. Ele foi um dos confrontantes do sítio Ponte Alta. Ao que parece seu trajeto era pelos campos de Guarapuava e não Ponta Grossa/ Lapa, no antigo caminho de Viamão, mas ambos passavam por Itapeva.

Em primeiro de julho de 1882, o Capitão Ricardo Campolim de Almeida assinou a escritura pública de compra de terras no Capão da Roseira, no bairro da Lagoa Grande, e outras partes no lugar denominado Barreiro. Como vendedores são citados, o Capitão José Gonçalves de Oliveira Mello e sua mulher Maria de Oliveira Mello, fazendeiros e moradores de Cruz Alta, província de São Pedro do Rio Grande do Sul³⁶.

Ainda que a compra tenha ocorrido após o encerramento da feira de muares de Sorocaba, em 1870, revela uma logística muito bem calculada entre criadores, invernadores, tropeiros e negociantes, percebida por Thereza Petrone (1976) e aprofundada por Carlos Suprinyak (2008) o que garantia o aluguel de campos para a invernagem ao longo do caminho das tropas, inicialmente nos meses de inverno, antes da saída da manada de muares do sul. Em Sorocaba havia um

³⁵ Maria da Conceição Campolim Camargo, 76 anos.

³⁶ 1º Cartório de Itapeva, Livro de Nottas nº 59, p.20/21.

calendário específico para garantir bons negócios e fluxo racional dos animais. De novembro a janeiro chegavam os comboios de rezes, de março a junho era vez de tropas de muares, xucras e mansas.

Um dos membros da família Camargo, tradicionais fazendeiros em Itapeva, era morador da cidade de Vacaria, o Capitão Lucas de Camargo Mello³⁷, filho de José Custódio de Camargo e Maria Joaquina de Almeida Melo, sua sobrinha. Essa rede de circulação também contemplava os escravos, como já foi sinalizado. Segundo o livro de casamentos da cidade de Vacaria para o ano de 1861, escravos de José Custódio casaram-se naquela cidade: *João cc M^a Leite; Joaquim Leite cc Inês; José cc Maria*; como consta na documentação digitalizada³⁸.

Alice Canabrava (1984) estudou o ciclo do algodão em território paulista e afirma que região de Itapeva, pelos idos de 1865, foi marcada por um pequeno surto de algodão voltado para o mercado externo, cultivado, principalmente, por famílias em pequenas propriedades, situadas no povoado contíguo de São João Batista do Rio Verde. Para Itapeva, era outro contexto:

Porém, cerca de dez anos depois, com o fim da demanda do algodão local, as terras de Itapeva sofreram desvalorização, levando os moradores a se voltarem para o cultivo de gêneros alimentícios. Na verdade, é importante destacar o fato de as terras de Itapeva estarem relacionadas às atividades voltadas para o mercado interno. Com certeza, uma fazenda de café de Campinas ou de Ribeirão Preto não tinha o mesmo valor que as de Itapeva, ou seja, o fim do comércio de animais, da exportação do algodão, o cultivo de gêneros alimentícios, a falta do trem acentuaram o baixo valor comercial das terras de Itapeva. (MARQUES, 2001, p.86).

³⁷ 1º Cartório de Itapeva, Livro de Nottas, 1º Ofício; 1883, p.43.

³⁸ Sobre o site: pesquisadores dedicados à pesquisa genealógica.

<http://oficinadasorigens.blogspot.com/2010/03/indice-de-casamentos-de-vacaria-rs-x.html>. Acesso em 31/01/2011.

Para o ano de 1896, constam vinte e três proprietários de fazendas de criar e as respectivas fazendas³⁹. Abaixo foram identificados os proprietários que de alguma forma se relacionam com os moradores do Jaó.

PROPRIETÁRIOS	FAZENDA
Cel. Donato de Camargo Mello	Faxinal
Te. Cel.Theodoro do Amaral Camargo	Boa Vista
Saturnino Ferreira de Barros	Timbuva
Cap. Ricardo Campolim de Almeida	Quintiliana
Cap. Fortunato de Camargo Melo	Rio Verdinho
Te. Cel. Elisário Ramos de Camargo	Pirituba
Comp ^a Colonial São Paulo Paraná	Pouso Alto
Te. Cel. Martinho Carneiro de Camargo	Barreiro (mais tarde Palmeiras)
Te. Cel. Honorato Carneiro de Camargo	Lagoinha
Luis de Camargo Mello Sobrinho	Frutuoso
Elisário de Camargo Mello	Lageado
Cel. Licinio Carneiro de Camargo	São Raphael

Nesse contexto, sua posição estratégica entre o sertão de Curitiba e Sorocaba fez do singelo pouso de Itapeva da Faxina, uma zona indispensável para a engorda e descanso dos muares rumo às áreas de consumo, definida por Maria T. S. Petrone como “estações-invernadas” (1976). Como parte de uma extensa rede de abastecimento interno para as regiões agro-exportadoras. Fato que por si só já desmonta a imagem arraigada na mentalidade local, de Itapeva como pouso, local de passagem, despossuído de riqueza e sem a presença da mão de obra africana e de seus descendentes.

Como bem afirma Heloisa Bueno, as vilas não nasciam aleatoriamente, assim como a abertura de novos caminhos, a busca de novas fontes de riqueza, tudo estava condicionada aos interesses da metrópole (idem, p. 269). Essa nova perspectiva da história de Itapeva, da formação do Quilombo do Jaó, realizado no primeiro estudo (MARQUES, 2001), é aqui aprofundado pelo viés da

³⁹ Secretaria Municipal da Cultura - Livro de lançamento dos fazendeiros do município que estão sujeitos aos impostos de Fazendas de criar – anno 1896, p.3.

Arqueologia da Paisagem, com vistas a fazer emergir o Sítio Ponte Alta, um território caboclo afro-descendente. Sem esquecer a dimensão política da construção desse espaço voltado para o comércio interno de animais em princípios do século XVIII, da abertura e expansão das fazendas de gado, das relações de poder e dominação e toda a problemática relativa à força de trabalho.

João Fragoso e Manuel Florentino (2001) ao elaborarem o modelo “Arcaísmo como Projeto”, renovaram o debate historiográfico ao evidenciarem os grupos mercantis residentes na colônia e a existência de circuitos internos de acumulação, não apenas voltado para a subsistência, mas com fortunas construídas, por exemplo, na arrematação dos contratos régios. Para os autores, a economia colonial apresentava uma margem significativa de autonomia e com outras possibilidades de acumulação, em oposição às ideias de Caio Prado Jr., de que o setor exportador teria sido o lócus singular de acumulação.

Com certeza, a ocupação do interior e a integração territorial e econômica do sul do Brasil com o restante da colônia só foi possível com o ciclo do muar, mercadoria indispensável para a mineração ao longo da primeira metade do século XVIII. Pesquisadores gaúchos que estudam as pequenas cidades do interior do estado contribuem com informações mais precisas e detalhadas sobre o tropeirismo escapando de análises mais generalistas, e mostram que antes da criação propriamente dita e da produção do charque, a preia do gado vacuum selvagem remanescente das missões jesuíticas, foi feita por castelhanos, índios guaranis, portugueses, colonos gaúchos e paulistas, com o objetivo da extração do couro para a exportação rumo à Europa (SILVA, 2006). Nos primórdios, a carne muitas vezes apodrecia nos campos.

Dessa forma, ganha importância o muar e o tropeirismo de tropas xucas e arreadas pelos caminhos do interior (São Paulo e Minas Gerais) em sentido oposto ao da colônia de Sacramento e distante do litoral, processo que provocou um aumento significativo de africanos e crioulos para o trabalho escravo nas fazendas de gado nas áreas de planalto e o comércio de muar passa a ser alvo de cobrança de impostos.

Assim com o crescimento do comércio do muar tratou logo a Coroa de torná-lo real, estabelecendo nele um registro para a cobrança “de direitos”

(impostos sobre cada animal). Nascia então a Guarda Velha de Viamão que, nas imediações, fez nascer o povoado de Santo Antonio da Patrulha. (BARROSO, p.39, 1995).

No campo da arqueologia, Adriana Fragoso da Silva (2006), analisa as paisagens arqueológicas do tropeirismo nos Campo de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul e procura reconstituir, pela perspectiva da arqueologia da paisagem e do diálogo entre as fontes arqueológicas e históricas – farta documentação colonial manuscrita -, a transformação do espaço e a conformação de diferentes espacialidades na introdução do gado naquela região. Por todo século XVIII e meados do século XIX, as estradas, pousos, fazendas, currais, registros, corredores, muros de taipa (pedra sobrepostas), foram novas marcas de uma paisagem que se constituía tropeira, ou no dizer da autora, como “estratégias de apoio” que garantiram a expansão da área ocupada e seu controle. Seguindo uma nova lógica de controle do espaço, surgiram “diferentes espacialidades sobre um mesmo espaço”, processo que se sobrepôs em ritmo acelerado, devido ao crescente mercado consumidor nas regiões mineradoras, sobre o território original Guarani e Kaingang, estes também denominados *guaianás* ou bugres pelos colonizadores e viajantes europeus, conforme já foi dito anteriormente.

Interessante destacar dois pontos. Primeiramente, olhar o tropeirismo pelo viés da arqueologia possibilitou inventariar referências patrimoniais, localizar processos passados cujos vestígios (artefatos e sítios históricos) ainda permanecem evidentes na paisagem, o que vem ao encontro da proposta de campo deste trabalho. Além disso, a pesquisa, elaborada a partir do enfoque da cultura material, do olhar a sociedade tropeira a partir de sua materialidade, congrega mais elementos aos estudos históricos que abordam o tropeirismo e o uso da mão de obra escrava. Mas, principalmente, faz da fazenda Pilão d’Água, último remanescente das antigas fazendas de invernagem de Itapeva, cercada por fragmentos de muros de taipa, algo muito semelhante aos exemplares ainda existentes no município de Bom Jesus, Rio Grande do Sul. (MANZATO; MARQUES, 2008).

E, em segundo lugar, corroborar com os estudos recentes de historiadores do tropeirismo no destaque dado à presença dos arrematadores de

contrato das passagens de animais pelos registros, como o de Viamão e Santa Vitória, negociantes capitalizados após obter o direito de cobrar impostos. Os postos de registros, segunda a autora, também foram elementos representantes de outra estratégia material de uso e ocupação do espaço sob a ordem da Coroa Portuguesa, com outros interesses, portanto sentidos. Negociantes, muitas vezes chamados de tropeiros, que nunca conduziram uma tropa. Fechavam negócios de compra de animais e aluguel de pastagens, muitas vezes da cidade de São Paulo ou Sorocaba, ou como atestou Helen Osório para o Rio Grande, o capital ficava alocado na Praça do Rio de Janeiro.

O projeto expansionista colonial indicava, com a abertura de novos caminhos, seu múltiplo interesse: expandir o espaço ocupado e efetivar a posse do território e o controle sobre sua exploração. Para isto algumas estratégias materiais de uso, domínio e organização dos espaços foram implementadas. (SILVA, 2006, p.184)

A vila de Faxina é citada em publicação sobre o estudo do tropeirismo sulino, na distante Bom Jesus, no Rio Grande do Sul, povoado alicerçado em pólo regional, a partir do século XIX, pelas tropas de cargueiros que abasteciam uma extensa região interiorana. A partir de uma perspectiva ampla e integracionista da história do Brasil, sobretudo com a abertura dos caminhos do “Brasil Meridional”, lá está Faxina, atrelada à região sul pela visão da historiadora Roselys Roderjan, autora de referência sobre o tropeirismo e da estreita relação entre paranaenses e a colonização do planalto central gaúcho. Sua análise recoloca na paisagem do Brasil Meridional, o elemento mais antigo e mais evidente na época da ocupação das terras ainda sob domínio espanhol, o *Peabiru*.

Os caminhos mais antigos que atravessaram os planaltos paranaenses, teriam sido originados do caminho indígena Peabiru e das suas variantes. Por eles andaram bandeirantes paulistas e os primeiros mineradores que alcançaram os Campos de Curitiba, durante o século XVIII. Depois de passar pelo **Campo da Faxina (Itapeva)** e do Apiaí, em território paulista, antigo ramal do Caminho do Peabiru, ingressava no primeiro planalto

paranaense, atingindo o Vale do Açungui⁴⁰. Para essa região partiam pelo norte de Curitiba caminhos que, transpondo o rio Ribeira, seguiam rumo a Apiaí e **Itapeva**, a fim de alcançarem a estrada de Sorocaba. Infletindo para noroeste, chegavam à vila de Castro, atingindo a mesma estrada. Esses caminhos foram sempre usados no transporte de tropas de gado e também de tropas arreadas, assim chamadas as que transportavam cargas.(RODERJAN, 1995, p.26, grifo nosso)

Não obstante o predomínio na historiografia sobre o Estado de São Paulo estar voltado para a expansão cafeeira e industrialização, atividades econômicas tidas como menores vêm ganhando relevância e reflexão mais aprofundada. As pesquisas acadêmicas recentes, sobre o comércio de animais, sobretudo o de carga, refazem a aliança histórica entre as províncias de Rio Grande, São Paulo e Minas Gerais (BADDINI, 2002; SUPRINYAKI, 2006, 2008; SUPRINYAKI, RESTITUTI, 2006). Tais pesquisas recorrem, por exemplo, à documentação proveniente de recolhimento de impostos e emissão de guias nas barreiras e registros ao longo do extenso trajeto dos animais do Rio Grande do Sul, passando pela Feira de Sorocaba até a região consumidora de Minas Gerais, ampliando o que Maria Thereza Petrone já afirmava na década de 70, ou seja, outras formas de acumulação de capital existiram na província, além da exportação do café. E os fazendeiros de Itapeva, proprietários de extensas áreas de campos naturais, com seus plantéis de escravos, libertos e agregados foram parte desse caminho (MARQUES, 2001). Como na vila de Castro, de economia agro-pastoril:

(...) como estava localizada no meio do caminho entre os campos do Rio Grande e Sorocaba, tinha outras possibilidades que não apenas a criação de animais. Como já observamos anteriormente, os habitantes dos Campos Gerais serviam também de intermediários, comprando gado no Rio Grande do Sul e revendendo-os em Sorocaba. Além disso, alguns proprietários alugavam suas terras para a invernagem do gado, ou seja, para descanso e engorda antes de serem vendidos, além do comércio e da agricultura, atividades também presentes em Castro. (PORTELA, 2007, p.17)

⁴⁰ O Rio Açungui banha o estado do Paraná, em direção ao nordeste do Estado e está presente no município de Campo Largo, região metropolitana de Curitiba. É um importante afluente do rio Ribeira de Iguape, que nasce no Paraná e desemboca no litoral sul de São Paulo.

Carlos Suprinyak (2006, 2008) faz um recorte analítico e espacial do tema tropeirismo e passa a analisar o comércio de animais de carga na feira de Itapetininga, onde participavam tropeiros, carreiros, carroceiros, sujeitos que viajavam pelo interior em regiões desprovidas de boas estradas e rodovias e atesta a permanência do ciclo do muar cargueiro para cidades de pequeno e médio porte. O autor também destaca que em certos registros de passagem de tropas de muares na barreira de Itapetininga, há indicação de proprietários de tropas residentes em Rio Pardo, região de Minas Novas. Revelando a complexidade e amplitude do Tropeirismo. No período identificado como do apogeu do comércio de animais, no ano de 1857/1856, mais de 60 mil bestas passaram pela barreira de Itapetininga, seguido por breves períodos de crise e recuperação (2008, p.50). Ele estima que o valor médio de uma besta na feira de Sorocaba poderia chegar a 50 mil-réis.

Ele faz uma ressalva importante sobre um olhar generalista e desatento aos detalhes do interior mineiro, das cidades de pequeno e médio porte, o que ele denomina de “circuitos internos de abastecimento”. Uma paisagem de muitos brasis, como de Itapeva, Apiaí, Ribeirão Branco e Itapetininga.

Entretanto, apesar de perder importância relativa, a demanda mineira por animais de carga sobreviveu ao fim do período colonial e subsistiu durante todo o período imperial. Estes animais eram então utilizados na circulação interna de mercadorias dentro da província de Minas Gerais – cujo contingente demográfico consolidado durante o ciclo aurífero constituía dilatado mercado interno – e também no intercâmbio de mercadorias entre esta província e as vizinhas. Nestas bases prosseguiria a demanda por animais de carga até quase o fim do período imperial, quando a penetração da malha ferroviária em território mineiro lhe imporia novo deslocamento, restringindo a prática do transporte no lombo de animais a trajetos de pequena e média extensão em locais afastados. (SUPRINYAK, RESTITUTTI, 2006, p.3).

Outra evidência significativa apontada por Suprinyak e Restitutti, trilhando o inovador caminho aberto por Petrone, refere – se à outra relevância econômica proveniente do comércio de muar, a fiscal, como parte substancial da receita das províncias. Os animais eram taxados, contados e recontados nas barreiras, registros de fronteira (direito de entrada) e coletorias pelo extenso

caminho que abarcava as províncias do Rio Grande, São Paulo e Minas Geras, ao longo dos períodos colonial e imperial.

Além de uma série de taxas de menor vulto, os animais de carga eram gravados por dois tributos de valor bastante elevado, os direitos sobre animais e a taxa sobre bestas novas. Os direitos sobre animais incidiam sobre animais soltos vindos do sul com destino à região central e seu valor, no caso dos muares, era de 3\$500, sendo que 1\$000 cabiam à província de São Pedro do Rio Grande e 2\$500 à província de São Paulo. O valor da taxa sobre bestas novas era ainda maior, os cofres da província de Minas Gerais arrecadando 5\$000 por cada muar solto a ingressar em seu território (2006, p.3).

Finalizando, ao sul da Província de São Paulo, de Sorocaba à Santa Catarina, nas áreas de campos entrelaçada com florestas de araucária, predominou, além de atividades pastoris e tropeiras, a criação e invernagem, também a produção de alimentos para o consumo. A comercialização do mate não esteve presente na economia dos municípios à frente do rio Itararé, foi o elemento ausente nas paisagens e na receita dos municípios do sudoeste do estado de São Paulo. Sem dúvida, atravessando todo o Brasil meridional, pessoalmente ou através de sócios e homens de confiança, estavam os negociantes que vivam do comércio de tropas e a arrecadação de impostos como Barão de Antonina, muitos sequer residiram em suas fazendas. Outro elemento unificador.

Os estudos citados ora privilegiam a análise das condições locais, ora a análise mais ampla, de articulação entre as províncias. Dessa forma, contribuem de forma paralela para melhor elucidar o processo de formação de Itapeva e sua população, sobretudo os africanos, crioulos, mestiços, escravos, libertos e camaradas, a mão de obra presente nas fazendas de gado, ou igualmente acompanhando as tropas pelas estradas provinciais. Esse cenário envolvia atividades como a oferta do sal, a castração do burro, indomável se permanecesse “inteiro”, a doma de cavalos e muares xucros para sela ou cangalha, a cura de bicheiras. Além dos lavradores que praticavam a agricultura de subsistência em terra própria e criavam algumas cabeças.

Para os iniciadores da historiografia sorocabana, Alfredo Ellis Jr.(1950), e Aluísio de Almeida (1968, 1969, 1971) a cidade ganhou reconhecimento por abrigar a feira de muares, considerada um evento de grande envergadura econômica na província. Ambos concebem o tropeirismo como *um ciclo histórico inserido no processo de construção da nação, e a identificação do tropeiro como sorocabano*, deixando em plano submerso outras atividades produtivas importantes como a *produção de gêneros alimentícios, a monocultura da cana e o algodão* (BADDINI, 2002, p. 21 e p. 32).

João Alípio Goulart (1961) ainda colocou o manto de herói sobre a figura do tropeiro, aquele que sucederia o bandeirante. Entretanto, o autor considera o tropeiro, *com seu negócio de transporte organizado, ao invés daqueles tangedores de manadas que recebiam a mesma denominação*, portanto ele é descrito como o proprietário de animais cargueiros (p.16). É sabido que pela ótica da Coroa Portuguesa, muitos tropeiros que transitavam nas regiões das Minas foram tidos como infames, criminosos, por contrabandearem ouro e diamante em suas tralhas. O mesmo autor refere-se à figura sempre presente do “camarada”, denominação usual em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso, integrante da tropa e homem de confiança do patrão/ tropeiro e que também dominava algum conhecimento mais técnico nessa atividade econômica específica (p.125)

Em jornais do século XIX, editados em cidades do interior de São Paulo, e de Minas Gerais, lêem-se anúncios de hotéis salientando possuírem boas estribarias para os animais e “acomodações especiais para **camaradas**”. Assalariados dos tropeiros, êsses homens ocupavam situações econômico-social inferior à de seus patrões, muito embora essa diferenciação pouco se notasse quando, no trabalho, se confundiam. (1961, p. 126, grifo do autor)

Muito destas posturas teóricas e analíticas foram seguidas por outros estudiosos da historia local sorocabana e que se refletiu diretamente na concepção da história de Itapeva feita por memorialistas e pesquisadores da historia local que, de alguma forma, a classificava como um modesto pouso de tropeiros, sem a presença indígena, a não ser como bugres, e com inexpressiva utilização da mão de obra cativa, dada a sua insignificância perante a pujança de Sorocaba.

Imagens cristalizadas no senso comum acerca da história e da paisagem rural local. No Paraná, nem todos os proprietários de terras possuíam escravos como mostrou Horacio Gallardo, mesmo para Castro, núcleo essencialmente pecuarista que abarcava a criação e a invernagem, predominou a mão de obra familiar e a presença de lavradores. Entretanto, tanto ele quanto Helen Osório destacam que havia uma grande concentração da propriedade do rebanho.

Ainda que o tropeiro também passe a ser visto como um negociante, empresário e não apenas como condutor de tropas, ele era branco. Pela ótica de Aluisio de Almeida, o comércio de tropas xucras permitiu o enriquecimento do tropeiro sorocabano, conduzindo, vendendo ou financiando:

O autor identifica no “tropeiro” o representante de uma elite social equivalente a aristocracia rural que, em Sorocaba, era inexistente, pois aí a monocultura de exportação era pouco difundida e predominava a produção de subsistência pela mão de obra livre. Esta identificação não diz respeito aos condutores de mulas cargueiras espalhadas por todo o Brasil. Estes exerciam funções distintas do negociante de mulas xucras: o condutor de tropa arreada era o que alugava o serviço de transportar mercadorias, e não o comerciante de animais tangidos do sul. (BADDINI, 2002, p.19)

Ausentava-se assim a participação efetiva do tropeiro negro, pardo ou mulato, homens com igual conhecimento sobre a lide com animais e sobre o território, suas aguadas, campos e matas. E, sem dúvida, coexistindo e formando famílias com as populações indígenas nativas e seus descendentes.

O flanco do sudoeste paulista, Itararé e Itapeva, possui historicamente forte vínculo político, econômico e familiar, tanto dos proprietários de terras como dos afro-descendentes, com a região sul e com os campos gerais paranaense (GUTIERREZ, 1987, 1988, 2006; MARQUES, 2001). No dia 24 de julho de 1881, Manuel Rodrigues Galvão e sua mulher Firmina Maria da Silveira, moradores do distrito de Lagoa Vermelha, da Província do Rio Grande do Sul, vendem parte de sua herança dos bens deixados por sua avó, Anna Loureiro de

Almeida, por 300 mil réis. Manuel estava em Itapeva da Faxina para fechar o negócio com o fazendeiro e negociante itapevense Manuel Cassiano Pimentel⁴¹.

No dia 10 de fevereiro de 1889, na Paróquia de Faxina, ocorreu o casamento de Innocêncio José Henrique e Umbelina. Ele era natural de Vacaria, filho de Iria Luisa Fogaça e pai incógnito, estava com 26 anos. A jovem era natural de Faxina, estava com 16 anos e era filha de Ireno Moreira de Camargo e Sevilha, ex-escravos de Fortunata Maria de Camargo, proprietária da fazenda Pilão d'Água. Consta no documento que o pai de Umbelina estava presente no momento da cerimônia e deu consentimento.⁴²

Os estudos recentes sobre a escravidão brasileira, sem negar seu caráter de coerção e dominação, também vêm conseguindo reconstituir aspectos importantes do mundo dos escravos, visto em primeiro plano, agora como protagonistas no palco das relações sociais coloniais e pós independência. Assim, se tornam visíveis na composição da história do Brasil nacional e regional.

As possibilidades de negociação em pleno cativo e os espaços de autonomia escrava são interpretadas de diversas formas. Para Robert Slenes (1996), surge a partir de um processo de conflito iminente entre senhores e escravos, os senhores cedem evitando uma possível eclosão de revolta. O que fez emergir uma comunidade escrava de identidade étnica africana, formada a partir do resgate de tradições africanas no ambiente da senzala, portanto de claro antagonismo à dos senhores e compartilhada pelos cativos. Assim, para o autor, a família escrava foi o elemento estruturador para a criação de uma comunidade escrava. Hebe de Castro (1998), parte de outro elemento que não o da constituição de uma identidade étnica para explicar a formação de uma vida comunitária empreendida pelos escravos em plena vigência da escravidão, mas a partir de estratégias diversas empreendidas pelos cativos com objetivo de obter a alforria, forçando mecanismos de sociabilidade. Entre elas os dias livres para a agricultura de subsistência, até mesmo a venda de mandioca, hortaliças, da farinha, a família escrava, a construção de redes de parentesco no interior dos plantéis de escravos. Como afirma Stuart Schwartz, a demografia histórica e os estudos regionais foram

⁴¹ 2º Cartório de Itapeva, Livro de Nottas Geral nº 2, 1881, p16-17.

⁴² Secretaria Municipal de Cultura - Acervo da Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural. Registro de casamento ocorridos na Parochia de Faxina (1888/1889), p. 8.

capazes de descortinar outros aspectos da sociedade escravista como os casamentos mistos de escravos e libertos, as diversas formas para a obtenção da alforria com prestação de serviços ao antigo senhor ou não.

Tomemos como exemplo os casos exemplares para Itapeva. No dia 9 de fevereiro de 1887, muito próxima da data oficial da abolição, Florência Mulata, com trinta e nove anos, casada com escravo de diferente senhor, matriculada com o número duzentos e trinta da matrícula geral do município desta cidade, por Gaspar Frutuoso Lobo, avaliada por acordo, em quinhentos e oitenta e oito mil réis (588\$000) e Maria Preta, com vinte e cinco anos, casada com homem livre, matriculada na Collectoria desta cidade por Joaquim Corrêa de Mello, avaliada, por acordo, em seiscentos e sessenta mil réis (660\$000) estavam presentes na Audiência para entrega de cartas de liberdade por conta da quota do fundo de emancipação. Dois escravos do fazendeiro Joaquim Aleixo, também estavam presentes, é claro que o interesse pelas quotas disponíveis do fundo de emancipação atraía os proprietários de escravos e a alforria também funcionava como uma troca para a permanência da mão de obra nas fazendas. Entretanto, Eva e Francisco elucidam mais aspectos importantes da escravidão em Itapeva e confirmam o que os estudos sobre a escravidão do sul do Brasil já apregoavam. Eva, 52 anos, casada com liberto, matriculada, valendo 294\$000 e Fabiano seu filho de 17 anos, solteiro, matriculado, avaliado em 882\$000, estão igualmente a espera da carta de alforria⁴³.

Perspectivas históricas datadas desde a década de 80 do século XX apontam que, ao longo da segunda metade do século XIX, foram diversas as ações escravas pela conquista da liberdade, muito além da fuga e constituição de quilombos. Assassínatos, rebeliões, fugas temporárias, sabotagem, juntando pecúlio para a compra de alforria, até mesmo ações judiciais, contribuíram para o fim da escravidão.(SLENES, 1996; MACHADO,1994). Mais uma vez, ao reconstruir esse cenário, combate-se a imagem do escravo como “coisa”, desprovido de intenções ou passivo perante a imposição do sistema escravista ou do “negro boçal”, representação forjada no século XIX para desqualificá-lo.

⁴³ Secretaria Municipal de Cultura - Acervo da Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural Audiência especial para entrega de cartas de liberdades, 9/02/1887, p. 10-12.

Finalmente, com a abolição extingui-se a escravidão, mas nenhum passo além foi dado. Mesmo porque um enorme contingente de imigrantes já se encontrava no país na formação do mercado de trabalho livre.

A partir do pensamento do racismo científico da época, condenava-se a presença da raça africana no país. Sua contribuição em vários aspectos era vista como nefasta. O abolicionismo de cunho institucional, articulou um movimento que, apesar de lutar pelo fim da escravidão, não tinha compromisso social com o destino dos escravos. Pelo contrário, decretada a abolição, quase como num passe de mágica, extinguiu-se tal movimento e o ex-escravo ficou totalmente desassistido (DOMINGUES, 2004, p.59)

Em julho de 1888, dois meses após a abolição, o vereador Jacinto Bufa pede que a Câmara de Itapeva da Faxina conceda os lotes e terrenos que lhe pertence a colonos de todas as nacionalidades em virtude da escassez de mão de obra para a lavoura (BARBOSA, p.23). Alguns anos depois, em 1897, a interferência do Estado se fez presente para tentar resolver o problema da mão de obra. Pelo intendente municipal foi indicado que a Câmara oferecesse ao governo de estado o terreno necessário no bairro da Lagoinha para o estabelecimento de dois burgos agrícolas, uma colônia agrícola, aprovado em outubro de 1897. (idem, p.120)

Os estudos como o de Peter Eisenberg (1987), Stuart Schwartz (em específico o capítulo 4, 2001) e Manolo Florentino (2002) revelam as muitas estratégias utilizadas pelos escravos para a obtenção da alforria por meio da compra ou da prestação de serviços, por exemplo. Ou até mesmo através de estratégias pensadas a longo prazo que culminavam na alforria gratuita, sem ônus para o pretendente. Por que não estabelecer uma relação temporal mais extensa para analisar e reapresentar essa herança, essa paisagem rural brasileira, do escravo campeiro, agricultor ou do roceiro, como denomina Stuart Schwartz, desde o período escravista até os quilombos contemporâneos, expressões de uma cultura cabocla de raiz africana e que comporta elementos da herança indígena ou “ameríndia” como gostava de afirmar, em seus estudos sobre índios e caboclos amazonenses nas décadas de 30 a 50 do século passado, o antropólogo do Museu Paraense Emílio Goeldi, Eduardo Galvão (SILVA, 2007), uma possível aliança entre descendentes

dos índios e africanos mesmo com trajetórias histórico-culturais próprias, pode ter ocorrido?

A especificidade da instituição escravidão e o mundo dos cativos pensados a partir da conjuntura específica do Tropeirismo sulista, requer um olhar apurado em torno do grau de autonomia dos escravos (SCHWARTZ, 2001), e da sua reintrodução como sujeito na paisagem rural de Itapeva. A presença marcante de libertos nas estradas e invernadas como tropeiros, domadores, campeiros (expressão gaúcha utilizada em Itapeva), a possibilidade de acúmulo de pecúlio na lide com os animais e a compra da liberdade, o convívio com os camaradas (trabalhadores livres) nas fazendas se fazem notar em meio ao poder coercitivo da escravidão. Enfim, um vai e vem espacial, configurando um amplo espectro de deslocamento e troca de experiências dentro de uma determinada região e paisagem.

As relações econômicas eram tecidas através de carta a emissários e sócios como fez Antonio da Silva Prado e também através dos casamentos. Em Itapeva da Faxina, a filha do vigário José Custódio de Almeida, o clã proprietário da grande fazenda agro-pecuarista Pilão d'Água, Fortunata Maria de Camargo casou-se com um membro do clã dos Carneiro Lobo, Luis Carneiro Lobo. Identificados por Benilze M. L. Motim, como sesmeiros e povoadores dos Campos Gerais.

Luciano Carneiro Lobo, também tropeiro, foi Capitão-mor de Jaguariaíva e Coronel de Milícias. Era homem de grande prestígio e posses. Em suas terras, tinha 6.000 bois, 1.000 muares e, ainda, muitas éguas, potros, garanhões, touros especiais e reprodutores (MOTIM, 1987, p.117).

Já o filho do vigário, José Custódio de Camargo, homônimo, faleceu mais longe, em 1882 na sua fazenda em Vacarias. Homem de muitas posses e terras, em 20 de setembro de 1869, comprou dos herdeiros do Brigadeiro Tobias de Aguiar a Fazenda de São Pedro (Itararé).⁴⁴ Os estudos de Guttierrez, considerados clássicos sobre o Paraná, reconstroem detalhadamente essa política de casamentos e concentração de terras pelos fazendeiros de gado.

⁴⁴ 1º Cartório de Itapeva, 1883, ação de partilha da Fazenda Pilão d'Água.

Por outro lado, para muitos proprietários de terras de Itapeva, a partir do fim da feira de muares em Sorocaba, na passagem do século XIX para o XX, o contexto econômico é outro, passa – se a falar de um meio rural em decadência, com fazendeiros donos de enormes extensões de terras mas empobrecidos. Nesse contexto, a cultura do algodão foi uma opção econômica para a região, máquinas beneficiadoras, barracões de algodão e negociantes passam a integrar o cotidiano da cidade (CANABRAVA, 1984, ARAÚJO, 2012). A saída de grupos ou negociante de tropas da área rural de Itapeva é um indicativo de fim de ciclo ou crise econômica.

A Companhia Pastoril Meridional, com sede na capital era possuidora de uma fazenda de quatro mil e oitenta e um alqueires de terras de campos e matas, no lugar denominado Estiva e Cambuhy. Consta que suas terras eram banhadas pelo ribeirão do Caçador, rio Taquary e ribeirão da Estiva. Foi vendida por cinquenta contos de réis em três pagamentos a Luis Ferreira de Camargo em 5 de maio de 1883. Foi seu procurador Crescêncio Ferreira de Melo, chefe político local⁴⁵.

Em seu estudo, Sílvia Marques constatou o limitado fluxo migratório de colonos europeus para Itapeva nos primeiros anos após a abolição. No final do século XIX, chegava um grupo pequeno de Italianos. Além destes, dados levantados através da fonte oral, informam sobre a colônia Boa Vista, no início da República, criada na antiga fazenda de propriedade de Sr. Albano, inspetor da Escola Normal de Itapeva. Para lá chegaram famílias suecas. Na cidade, no armazém de Secos e Molhados e Ferragens de Rivadávia Marques, criou-se um dos pontos de encontro dos imigrantes na cidade, como conta sua filha e professora da escola da colônia entre 1947 e 1957, Olívia Piedade Marques. No armazém tomavam conhaque *Udenberg* misturado com outra bebida, compravam farinha de milho e sardinha enlatada, faziam o virado e comiam no balcão, em prato de agata branco com colher. Chegavam de carroção. O armazém era o local na cidade onde conseguiam comprar ferramentas e outras mercadorias para os ofícios manuais especializados. De maneira geral, imigrantes com conhecimento prático do trabalho em olaria,

⁴⁵ 2º Cartório de Itapeva, Livro de Nottas Geral nº 35, p.14,15.

couro, ferragens, fabricação de charretes e construção em geral. Estavam empregados em atividades urbanas.⁴⁶

Portanto, a título de reconhecimento, havia uma margem de negociação para libertos e nacionais afro-descendentes e mestiços como força de trabalho indispensável para a continuação das fazendas e a expectativa da retomada do progresso econômico com a Estrada de Ferro Sorocabana e o cultivo do algodão, nas primeiras décadas da República. A historiografia também aponta que em determinadas regiões, no pós-abolição, como no norte fluminense cafeeiro estudada por Hebe M. M. de Castro, os libertos, transformados em trabalhadores nacionais, permaneceram trabalhando nas fazendas (1995).

Era o século XX que já se anunciava para Itapeva. Dos tradicionais barulhos, da mula “madrinha” e seu cincerro (sino) tilintante no pescoço, das patas dos animais, da gritaria dos tropeiros a cercar a tropa e atravessar a cidade, bem como dos cheiros característicos do esterco, da alimentação rústica que se forjou nessa cultura itinerante, como o feijão tropeiro. Esperava-se, a partir daquele momento, o progresso, o apito do trem da Estrada de Ferro e o cheiro de fumaça. Em 1920, a cidade contava com 22.025 habitantes.

⁴⁶ Olívia Piedade Marques, nascida em 29 de dezembro de 1929 em Itapeva. Conta que por dois anos se deslocava da cidade para a escola, situada na zona rural, ainda que relativamente próxima a área urbana, de charrete para lecionar.

Capítulo 4

O Jaó revisitado – patrimônio histórico, arqueológico e ambiental

Do ponto de vista metodológico, este capítulo implica a articulação de dados históricos, arqueológicos e ambientais sobre três processos. Primeiramente o processo de ocupação do território quilombola e, em segundo lugar, o da formação e transformação da paisagem a partir das últimas décadas do século XIX, com olhar atento para os anos subsequentes à abolição da escravidão em Itapeva, em contexto de crise econômica do tropeirismo e de demanda por mão de obra e, finalmente, a produção agrícola familiar, alcançando o tempo presente. Os elementos pontuados anteriormente, mostram tratar-se de um cenário em constante mutação, acelerada nas últimas décadas e que imprimiu outra dinâmica de uso do espaço.

Segundo Alfredo W. B. de Almeida, o contexto de crise, deve ser analisado juntamente com a prática de uso comum de terras presente em muitas regiões do Brasil, sobretudo nas regiões periféricas quando, em momentos de transição econômica, o poder tradicional dos latifúndios sobre as populações historicamente submissas, indígenas, escravos e agregados, se enfraquece (2006, p.109).

Nesse sentido, objetiva-se destacar o legado arqueológico, os lugares da memória, como valor indissociável da identidade dos habitantes do quilombo do Jaó, bem como evidenciar e analisar o patrimônio material e imaterial existente como parte de um Brasil caboclo de raiz africana, uma experiência vivida, compartilhada e continuada por eles. Aspectos da cultura afro-descendente que incorporou elementos da cultura cabocla, herdeira do legado cultural indígena, típica do Brasil rural, o que revela aspectos significativos da diversidade cultural brasileira no meio rural formada por distintos atores.

Será apresentada uma síntese da longa trajetória histórica dos descendentes de Joaquim e Josepha, reconstituída na pesquisa de mestrado. Um território negro formado nos anos posteriores a abolição e que se constituiu como propriedade privada, o sítio Ponte Alta. Um bem que permanece indiviso entre os herdeiros. Segundo a documentação cartorial analisada no mestrado e ampliada no

doutorado, os atuais descendentes dos seis filhos já falecidos do casal fundador do Jaó, detêm os direitos hereditários das terras, ou seja, a posse legal por herança hereditária.

4.1 A dimensão contextual: alinhavando em ponto largo

A relação entre o modo de vida dos habitantes dos atuais quilombos e a cultura caipira no Estado de São Paulo, foi anteriormente sinalizada por Renato Queiróz (2006), em estudo sobre a comunidade de Ivaporunduva, no Vale do Ribeira, apresentado originalmente como pesquisa de mestrado em Antropologia Social no ano de 1980 (FFLCH-USP) e Carlos Vogt e Peter Fry (1996), sobre Cafundó, no município de Salto de Pirapora, localidade onde se falava a cupópia, um léxico de origem banto, inaugurando na academia, a abordagem lingüístico-antropológica.

Queiróz identificou a existência do que ele chama de traços culturais caipiras, forjando a categoria “caipiras negros”. Para esta pesquisa, também são traços que conformam paisagens. Exemplificando, as técnicas de plantio, a produção diversificada para a subsistência, o cultivo baseado no trabalho familiar, a criação de porcos e galinhas, o uso racional dos recursos naturais, a caça e pesca, além do lazer, do catolicismo popular e a necessidade de cooperação entre as famílias, são vistos como atributos culturais em comum, uma reflexão fundamentada em ambos no clássico estudo de Antonio Candido (1977). É o mundo da roça, do caipira, do caboclo. No presente, muito desses elementos e conhecimentos tradicionais ainda vigoram no modo de vida das comunidades remanescentes de quilombos.

O que se verá a seguir é que outros estudos apontam para mais um elemento relacionado ao Jaó. A existência no Paraná e Planalto Catarinense, da prática do uso comum de terras pela população cabocla. Além disso, o observador/pesquisador, deverá considerar as categorias de autodenominação que são recorrentes entre a população rural. As identidades locais, baseadas “no parentesco, na religião, na ecologia do assentamento e na ocupação econômica do grupo e do indivíduo” (LIMA, 2009, p.8). Fatores informados pela cultura, pela

tradição e que nomeiam lugares, paisagens, pessoas, acidentes geográficos, as expressões materiais da cultura.

A escolha pela categoria caboclo como foi apontado na Introdução, tem a intenção de salientar a convivência entre afro-descendentes e indígenas e seus descendentes que, de alguma forma, reforça a ligação de Itapeva com o Sul, com a atividade da pecuária, onde o termo caboclo é referência para designar uma população rural que sobreviveu às margens das grandes fazendas pecuaristas em áreas de campos naturais e invernadas, com formas de uso comum das terras. Nota-se no sul que esse sistema tradicional, esse modo de vida, foi absorvido pelos imigrantes, não está vinculado à herança européia (CAMPOS, 2003). Em outros momentos ou mesmo contexto, essa população foi duramente atingida por diversos ciclos de expansão econômica e pela chegada de levas de imigrantes no Sul do Brasil e a criação de colônias por parte do Estado. Como posseiros, muitos foram expropriados a partir da lei de terras de 1850. Esses sujeitos foram, em grande medida, fornecedores de gêneros alimentícios e prestadores de serviços nas fazendas. Nas áreas de uso comum, conseguiram articular um espaço para a criação de animais e mantiveram capões de mato para a retirada da madeira e lenha (MACHADO, 2001; CAMPOS, 2002; BRANT, CAMPOS, 2008; TAVARES, 2008). Nessa perspectiva, o termo cafunzo não é expressivo, pois não é usado na linguagem corrente e tampouco objeto de análise antropológica, geográfica ou histórica. E, em muitos estudos, o caipira aparece como sinônimo do caboclo.

No campo da Antropologia, a descrição das relações entre as “populações subalternas”, indígenas e quilombolas, foi proposto por José M. A. Arruti, (1997) e aprofundado posteriormente a partir das suas experiências de campo com populações indígenas no presente (2006). De alguma forma, esta pesquisa procura contribuir para esse debate.

(...) novos sujeitos políticos, que se organizam mobilizando uma série de elementos de identidade comum e de caráter localizado que remetem a um mesmo passado de escravidão e submissão, a fim de alcançarem novos recursos, em particular os de natureza territorial (ARRUTI, 1997, p.27)

Paulo P. Machado descreve a existência, durante o século XIX e início do século XX, no planalto serrano catarinense, de uma importante camada de

pequenos e médios lavradores: posseiros, pequenos sitiantes e ervateiros, ocupantes das matas, capoeiras e faxinais ou “campo sujo”, descritos pelo autor como áreas que não se caracterizavam como de pastagens nativas, estas totalmente dominadas por grandes fazendeiros pecuaristas. “Estes posseiros, *produziam campos*, derrubando a mata nativa e limpando faxinais para obter pastagens para as suas pequenas criações” (MACHADO, 2001, p.21). Para essa população, a criação de suínos criados em encerras e alimentado com milho e pinhão, foi fundamental, pois garantia não apenas o alimento, como a possibilidade de venda aos tropeiros.

Olhar para essa população é considerar outras variáveis. Em Itapeva, o importante ciclo local de criação de suínos, sobretudo para o fornecimento da banha para São Paulo ainda não teve merecido estudo e divulgação. Pelo rio Afia Faca, próximo ao Jaó, contam os mais velhos que em período de safra por lá passavam tropas de porcos tocadas a pé pelos sitiantes em direção à cidade e mesmo de uma fazenda para a outra, constituindo-se numa alternativa econômica fundamental para essa população em meados da década de 30, 40 e 50 do século XX.

Alexandre (filho de Hermínia), Benedito e José Estevam (filhos de Waldomira) foram grandes criadores de porcos, os irmãos atuavam em conjunto⁴⁷. Segundo Reinaldo, Antonio Rita, morou no Jaó por um período, no tempo em que ele ainda era criança, onde também criou porcos em chiqueirões “de ameia” com o moradores do Jaó, construídos em meio a mata nativa e próximo a mina d’água. Reinaldo também indicou que netos de “Tonho Rita” ainda vivem em Itapeva, sendo fácil localiza-los, como uma comprovação do que foi dito. Juntamente à atividade criatória de suínos, as roças de milho eram cultivadas para alimentar os animais, dois elementos estratégicas na composição da paisagem antiga. E estão relacionados tanto às condições econômicas, culturais, quanto às dimensões subjetivas⁴⁸.

⁴⁷ Informações obtidas com Euclides, Isalina, Calisa (esposa de José Estevam) e sua filha Áurea, em consonância com o trabalho de campo como se verá a seguir.

⁴⁸ De alguma forma, os estudos sobre os quilombos contemporâneos trazem questões que remetem as escolhas familiares, individuais. Além da econômica, motivações de ordem subjetiva também se fazem presentes. Talvez esse seja mais um desafio dessa temática.

Silvia Correa Marques

Figura 1: Criação de porcos no fundo do terreno de Francisco e Noemi.

Silvia Correa Marques

Figura 2: Pequena criação de porcos no terreno de Áurea.

Em termos da cultura material, os caboclos utilizavam o barro, o sapé e a taquara para construir as moradias de pau a pique, feitas de ripas ou varas entrecruzadas amarradas com cipó, muitas finalizadas com o saibro amarelo do local. No Jaó, os relatos informam a participação familiar e mesmo de crianças no

passado. Calisa, de 89 anos, morou grande parte de sua vida numa casinha de barro com sua família. Roque é o típico pedreiro-artesão das casas de taipa. Em seu terreno ainda há um exemplar da técnica empregada, lá está o cipó. Essa casa será reapresentada a partir da perspectiva de musealização do lugar.

Calisa relembra a técnica empregada na construção das antigas moradias cabocla, fazendo-as emergir uma paisagem da memória, “bem caprichadinha” mas que também porta emoções tristes, pois a família escapou do incêndio e esse era o perigo do sapé. Abaixo, outros fragmentos da vida dessa senhora de 89 anos, que hoje gosta de contar do tempo em que morou em Itapeva, por volta dos 9, 10 anos quando trabalhou como pajem na casa de muitas famílias, mas faz questão de enfatizar que seu pai Alfredo tinha uma casa na cidade e ela saiu do Jaó para estudar, voltando para casar. Ficou na escola o tempo que foi possível.

É lá na Tapera e queimou... a casa era coberta de sapé, todas as casas eram cobertas de sapé. Ripava, e daí barreava de barro, aí nós ‘pegava’ barro branco nas ‘bera’ do rio e rebocava por dentro. É com barro branco. Nas minas d’água tem lugar que o barro é branco, nós tirava do barranco e trazia na casa e rebocava. É, bem caprichadinho. Fresquinha e gostosa que era. Só que eu achava falta da cidade, que eu passei lá mais de quatro anos.(...) É, o pai já ensinava nós na casa, a lê assim a cartilha essas coisas. Eu pegava e lia. Escrever nós não escrevia, foi lá que eu aprendi a escrever e eu fui só passando, e eu era do primeiro ano tinha três fileiras de banco e eu era do meio⁴⁹.

⁴⁹ Entrevista. Calisa.

Silvia Correa Marques

Figura 3: Calisa sentada em frente da sua casa, no terreiro, área de convivência.

Silvia Correa Marques

Figura 4: Um exemplar da antiga técnica de pau a pique.

Sobre as técnicas construtivas em moradias brasileiras, Henrique Cunha Junior (2010) apresenta o conhecimento africano sobre o uso do barro, aplicado em todo o Brasil, desde o início da colonização, como um, dentre muitos conhecimentos que viabilizaram a colonização europeia nos trópicos. Ainda que a Arqueologia descreva que as técnicas de construção com barro foram desenvolvidas desde a Antiguidade, por várias civilizações, como parte da história da humanidade. No Brasil, não apenas a força de trabalho, mas sobretudo o conhecimento dos africanos e seus descendentes são valorizados pelo autor,

Adobe, taipa de pilão, taipa de mão são técnicas construtivas com terra crua para casas e edifícios, encontradas em grande escala no período colonial, mas em uso até hoje, e que foram introduzidas e difundidas no Brasil pelos africanos. O adobe é um tijolo de terra crua, geralmente muito grande com relação aos tijolos de hoje, cuja técnica de produção implica ser seco inicialmente à sombra e depois ao sol. Este tijolo é muito utilizado na África do Rio Níger. Para constituição do tijolo de adobe se misturam argila, fibra vegetal, estrume de gado e óleos vegetais ou animal.

(...) a taipa de mão é uma versão mesmo elaborada e menos trabalhosa da taipa de pilão. Esta também recebe o nome de “pau a pique”. Sobre a trama de galhos de árvores amarrados com arame, cipó ou fibra vegetal, é aplicada massa igual à da taipa de pilão, mas com a mão tendo uma menor compactação. (p.28-29).

Prosseguindo, a lenha era usada para cozinhar em fogão de barro e com a própria cinza ou mesmo o barro, davam o acabamento externo. Nele era cozido sobretudo o feijão, além de seu uso para esquentar a água do banho. No Jaó, a prática se mantém até o tempo presente, sendo que os antigos fogões são construídos de tijolos e recobertos de barro.

Eles ainda estão lá, como os capões de matas preservadas para o corte de lenha e madeira do mato para cabos de enxada, foice, entre outros instrumentos agrícolas. Apenas Benedito, chamado de “Dito Abóbora”, tradicional fabricante de pilões talhados a machado, teve que interromper sua arte com a proibição de corte de madeiras de lei. Em grandes latas esquentam-se a água do banho e quando é a panela de pressão que está no fogão de lenha, na área externa da casa ou num cômodo de madeira ao lado da casa, é o feijão cozinhando.

Silvia Correa Marques

Figura 5: O tradicional fogão de lenha, com a chapa de ferro, localizado próximo a casa; o piso de chão de terra.

Silvia Correa Marques

Figura 6: Junto ao fogão de lenha, a presença de tijolos de 8 furos usados nas casas.

Figura 7: O tradicional pilão de madeira de lei encontrado na casa de Roque.

Nesse contexto, a experiência vivida pelos antigos habitantes do sítio Ponte Alta, surgiu como uma surpresa para o órgão responsável pela identificação das áreas quilombolas no Estado, sobretudo A Fundação ITESP, órgão vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado e responsável na época pela identificação e regularização das terras das comunidades remanescentes de quilombo no Estado de São Paulo, a partir do ano de 1997, como será analisado a seguir. E, na mesma medida, para a pesquisadora que iniciava a reconstituição da história do lugar através da coleta de depoimentos e análise dos

documentos cartoriais. É importante frisar que o Governo do Estado de São Paulo no ano de 1996 criou um Grupo de Trabalho⁵⁰ formado por diversas secretarias com o objetivo de analisar a aplicabilidade do dispositivo constitucional e elaborar um programa de cooperação técnica junto às “comunidades remanescentes de quilombos” identificadas, justamente em resposta as demandas das próprias comunidades rurais do Vale do Ribeira, que há décadas eram ameaçadas de deslocamento com a construção de usinas hidrelétricas na região (CARRIL, 1995). Tais ações levaram ao encontro do Jaó, localizado em um município que é caminho para se chegar a Iporanga, no Vale do Ribeira. E, posteriormente Cafundó, no ano de 1999.

Igualmente, aquele foi o momento em que muitos pesquisadores, sobretudo, os antropólogos, perceberam que o conceito de quilombo, como terra de fuga e circunscrito ao período escravista, mostrava-se insuficiente para abarcar a diversidade de situações vividas no campo pelas populações afro-descendentes, uma rica herança histórica e cultural que deveria ser conhecida e divulgada em toda a sua complexidade. Contexto analisado de forma pioneira por Alfredo W. B. de Almeida (1996). Dessa forma, a reflexão anterior do autor sobre o lugar ocupado pelos sistemas de usufruto comum da terra e suas diversas formas na realidade agrária brasileira, assim como a sua importância na economia camponesa, texto de 1989, retornou como referência bibliográfica em muitas pesquisas acadêmicas para explicar a realidade quilombola por todo o Brasil.

Da desagregação de grandes propriedades monocultoras, surgem as "terras de pretos", decorrente de aquisição, compra ou doação a famílias de ex-escravos, assim como outras variações, os tradicionais quilombos e as terras recebidas por serviços militares prestados ao Estado. As "terras de santo", apropriação de domínios pertencentes a Igreja, e as "terras de irmandade", uma variação daquela forma, naquela época ainda não aparecem relacionadas as terras de pretos/comunidades remanescentes de quilombos, fato que foi constatado

⁵⁰ Decreto nº 40.723, de 21 de março de 1996. O Programa e o Grupo Gestor foram criados por meio do decreto nº 41.774 de 13 de maio de 1997. Consultar, por exemplo: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA – INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Quilombos em São Paulo, tradições, direitos e luta*. São Paulo, IMESP, 1997.

posteriormente, com o aprofundamento dos estudos sobre as comunidades negras rurais e do próprio autor (1996, 2002, 2004, 2006).

As outras variações elencadas por Almeida são: as "terras de herança"; as "terras de ausente" e as "terras de índios", áreas tituladas também entregues pelo Estado por serviços militares. Existem também as pastagens comunais, no sertão nordestino, relacionado à atividade da pecuária. Agrega-se a esta reflexão sobre terras de uso comum em Itapeva, os faxinais paranaense e do planalto catarinenses, com áreas de criadouros em comum, livre acesso aos recursos naturais essenciais, em meio a mata de araucárias e ervais nativos e que podem agregar mais informações sobre a formação do sítio Ponte Alta, principalmente em termos de um contexto econômico regional, já que aqui os latifúndios monocultores do algodão, cana de açúcar ou café não estiveram presentes. Reafirmando, a ressalva fica restrita aos ervais nativos associada a Mata de Araucária que não alcançaram Itararé e Itapeva⁵¹.

Luis A. Tavares (2008, p.327) afirma que no Paraná, muitos faxinais surgiram da desagregação e decadência das grandes fazendas de criação do gado vacuum e de invernagem do gado muar. O autor levanta a hipótese de que, na sua gênese, no início do século XVII, estavam indígenas fugitivos das missões, aldeamentos e da escravidão e escravos africanos fugidos das fazendas, vindo a se encontrar nas matas de Araucária, onde a "junção da prática de terras de uso comum pelos índios, a prática de criação de animais pelos escravos africanos, mais a prática de extração da erva mate por ambos" forjaram o nascimento dos Faxinais (p. 383). (BRANT, CAMPOS, 2008; TAVARES, 2008).

Retomando a relação entre comunidades quilombolas e terras de uso comum, merece igualmente destaque mais dois elementos nesse processo de reconstituição de uma paisagem guardada na memória e do que estava ao alcance desses sujeitos em estudo, do que foi possível construir naquele espaço de pequena extensão territorial. Trata-se de uma combinação entre a apropriação comum e a apropriação privada da terra, dos roçados, este continuamente de uso familiar.

⁵¹ Estaria relacionado à maior presença em Itapeva do cerrado e solo mais arenoso? Grande parte da erva mate é constituída por formação de basalto e sua presença é mais frequente em solos de textura média a argilosa, com tendência ao equilíbrio entre argila, areia e silte. Está presente também nas Matas Subtropicais. (BORILLE, 2004)

Sempre segundo normas definidas pelo grupo, portanto, não se trata de comunas primitivas ou situações sociais coletivas *stricto sensu*. Finalmente, essa prática conjugada deve ser analisada como uma tática de autodefesa para garantir a reprodução social do grupo, juntamente com a tradicional cooperação entre indivíduos e famílias, como os mutirões, troca de tarefas, entre outros (ALMEIDA, 2006; SOUZA, s/d).

Outro campo de discussão já plenamente estabelecido, diz respeito às diversas modalidades de apropriação de terras pelas comunidades remanescentes de quilombos: tomadas por posse, compradas, herdadas, ocupadas, concedidas pelo Estado, entre outras, circunscritas ou não ao período escravista, chegando ao tempo presente. Luis A.Tavares (2008) também destaca em seu doutorado a existência do quilombo Palmital dos Pretos, entre o município de Ponta Grossa e Campo Largo, que até a década de 1990 era um faxinal com criadouro comum. Uma paisagem muito semelhante a do Jaó.

4.2 A dimensão político-identitária do contexto: tecer, cortar, compor

O Jaó surgiu como surpresa se comparado aos quilombos do Vale do Ribeira (SP) e Cafundó, no município de Salto de Pirapora (SP), muitos deles incidentes em área devoluta, em área de proteção ambiental, em projetos de instalação de barragens ou mesmo em terras de domínio privado, fato que requereu a ação pontual no Estado para a verificação da validade dos títulos de posse existentes e que se sobrepujam aos territórios quilombolas. Situação complexa diante do direito de propriedade dos remanescentes de quilombos segundo o artigo 68 da ADCT e que envolveu a confrontação da memória, através dos relatos dos descendentes sobre sua história, com outros que se apresentavam também na condição de proprietários, e com isso a possível desapropriação e indenização dos envolvidos foi colocada. (CARRIL, 1995; FRY, VOGT, 1996; GOVERO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997)

Alguns dados cronológicos são determinantes nesta análise em torno da paisagem arqueológica e suas transformações e permanências em 123 anos de história em comum. Fatos e marcos de um passado recente necessitam ser

resgatados da pesquisa anterior, para a composição e a interpretação do contexto atual. Como afirmou Ilka B. Leite (1996) no período do acirramento dos debates acadêmicos sobre as comunidades remanescentes de quilombos existentes por todo território nacional, a invisibilidade histórica dos negros e seus descendentes no Sul do Brasil deve ser combatida, pois “diferentes estratégias utilizadas pelos negros ao longo deste século para lidarem com a invisibilidade, o racismo e as mais diferentes formas de segregação, não podem ser desconsideradas” (p.50). Em específico para o sul do Brasil, onde o debate sobre a diversidade étnica é mais acirrada diante da presença maciça de colônias de imigrantes no campo, os antropólogos trabalham muito na direção da identificação de “territórios negros”, no uso da categoria de “grupos étnicos”. Em estudo mais recente, Ilka Leite (2008), afirma que a estreita relação entre a memória do território e a identidade do grupo deve ser analisada mediante outras questões estruturais e persistentes,

A forma de ocupação das terras em todo o Brasil se deu por meio da lógica da expulsão dos indígenas e dos negros, da exploração da mão de obra compulsória dos africanos e seus descendentes. A territorialidade negra, portanto, foi desde o início engendrada pelas e nas situações de tensão e conflito. (...) Neste sentido, tornam-se fundamentais os exemplos provenientes das realidades locais para se perceber o que está em jogo nas diversas situações analisadas, suas dimensões, articulações, formas e realces. E é sob esse prisma que a territorialidade negra pode ser referida não a uma realidade equívoca e distante, mas se reportando a uma dimensão simbólica da identidade na qual os negros se organizaram como coletividade nacional, articulações de grande complexidade e que aconteceram desde um processo relacional, multicentrado e altamente dinâmico (p.967-968)

Nesse debate entre antropólogos, uma ponderação importante foi proposta por José Mauricio Arruti, discussão da qual os arqueólogos devem se apropriar:

O desafio está em reconhecer no Quilombo um objeto socialmente construído, não só no plano das relações étnicas (a que as formulações de Barth fazem referência), mas também no plano dos discursos sobre tais relações (o antropológico, o jurídico, o administrativo e o político), capazes

de pautar uma política de reconhecimento por parte do Estado; e é nesse sentido que deveríamos nos reapropriar problemáticamente desse objeto depois de termos ajudado a construí-lo.(2006, p.97).

Nesse sentido, tanto as estratégias escolhidas, cujo significado deve ser buscado nas relações sociais concretas, como as relações do grupo com os agentes externos precisam ser elucidadas, pois fazem parte hoje da experiência vivida pelo grupo. Evita-se dessa forma a busca de sobrevivências africanas descontextualizadas, mas a criação e a recriação da cultura afro-brasileira em momentos de interação e resistência diante de outras culturas, ou em situações de conflito, sem desqualificar essa matriz cultural.

A figura de Josepha, a fundadora do quilombo, durante o desenvolvimento de pesquisa de doutorado foi muito presente e citada, a seu nome foi acrescido o substantivo mãe. “Mãe Josepha” reapareceu nas conversas informais e entrevistas gravadas como a grande mãe ancestral, a protetora que garantiu a preservação das terras. Seguidamente sua filha, Laurinda, passa agora a ser identificada como “mãe nega”. Hoje, esse poder feminino pode ser visto através da figura de dona Noemi, ela é mãe do atual líder, é presidente da Associação do Quilombo do Jaó, tesoureira da igreja Deus é Amor, pessoa muito respeitada e querida por todos da comunidade e de fora dela. Além destes atributos, é agricultora de mão cheia. Vive com o marido, filhos, netos e bisnetos ao seu redor. Nesse universo feminino, ajudar na criação de outras crianças, assumindo mesmo o papel de segunda mãe também é comum.

Figura 8: A partir da esquerda: Aparecido (atual líder), Rocão, Francisco e sua esposa Noemi em frente ao barracão comunitário.

Foi a partir dos anos de 1989 e 1990 que o poder público municipal, através da sua Secretaria Municipal da Agricultura, passou a atuar efetivamente no Jaó. Do ponto de vista da Arqueologia da Paisagem, esse fato marcou a entrada dos maquinários agrícolas, a elaboração das curvas de níveis e terraços em terras de cultura de apropriação familiar cultivada tradicionalmente por arado de animais e enxada. Também o uso intenso do calcário para corrigir a acidez do solo, principalmente da área central de campo, antiga área de pasto para animais e de frutas nativas, para possibilitar o seu uso agrícola.

Nesse contexto, o que a pesquisa anterior deixou evidente foi que o poder público municipal passou a atender de um modo geral a extensa área rural do município com proposta de modernização e recuperação do potencial agrícola da cidade. E o modo de vida dos moradores do Jaó, era vista como atrasada, um resquício ou exceção na estrutura fundiária local. E não é, como já foi salientado. Nesse contexto, a lógica tradicional do território foi alterada para que recebessem apoio técnico. Houve uma sobreposição do coletivo sobre a apropriação familiar. Sobre o assunto, por ora cabe ponderar que pressionados pelas condições

objetivas, como um grupo rural pobre, a escolha foi feita. A falta de água encanada e luz elétrica para todos era uma realidade.

Além deste, por exemplo, outro bairro atendido, formado por pequenos produtores, típicos sitiantes, foi o Saltinho do Coqueiral. Aquele foi o período do retorno à comunidade do antigo líder Hilário Martins, neto de Joaquim e Josepha, e falecido em 2006. Homem com larga experiência de trabalho em outras cidades, com outras experiências de vida, diferente de outros que permaneceram na comunidade. A partir daquele momento, outras propostas de desenvolvimento se fizeram presentes. No seu entendimento, a extensão da área, 68 alqueires, e sua forma de apropriação tradicional, não estava sendo suficiente para alimentar todas as famílias. Nesse momento de transição, em 1991, faleceu José Estevam, considerados um dos “cabeças” (chefe, líder) do sítio, citado até hoje por sua qualidade de produtor agrícola, criador de porcos e cavalos e instrutor dos jovens meninos nas atividades de lavoura e outros trabalhos disponíveis na época. Anos depois, faleceu Aurélio, grande produtor de hortaliças juntamente com sua esposa Albertina (neta de Joaquim e Josepha) e líder religioso muito querido na comunidade. Com o meu retorno à comunidade em 2007 é que foi possível dimensionar o quanto a comunidade ficou fragilizada naquele período.

Hoje, em outro momento, percebe-se a importância da figura de “Zé Estevam” diante da sua luta incessante contra a doença que culminou na amputação das suas duas pernas, chegando no final de sua vida a construir um carrinho com rodas onde ficava sentado para conseguir continuar trabalhando nos seus roçados. Ele é muito lembrado por todos, como se verá a seguir, neste momento em que os membros da comunidade reafirmam a sua condição de produtores com o cultivo de hortaliças e a expectativa de no mês de outubro, as primeiras treze famílias serem certificadas como produtores orgânicos pelo Ministério da Agricultura. A ele deve ser guardado um espaço no museu. Uma pequena foto 3X4 colorida chegou às mãos da pesquisadora, juntamente com a de seu irmão Benedito Estevam.

Figura 9: Foto de José Estevam.

Figura 10: Foto de Benedito Estevam.

Figura 11: Reprodução da carteira de trabalho e a assinatura de “Zé Estevam”.

A entrada dos maquinários agrícolas aumentou a área plantada, alcançaram em muitos momentos uma boa produção de milho, feijão e arroz, mas perderam a característica da diversidade de culturas. Por essa ótica, substituíram pouco a pouco o saber-fazer da cultura cabocla, da diversidade de espécie cultivadas, hoje chamado de “sistema de plantio consorciado”, típico do agricultor tradicional brasileiro e que garantia uma margem de segurança alimentar. A questão central específica do Jaó era que nem todas as famílias estavam conseguindo superar a situação de pobreza, algumas famílias sobreviviam apenas com o salário do marido empregado nas fazendas da redondeza. Havia portanto uma situação de instabilidade para alguns e de certa fartura para outros. Como ainda hoje, ainda que em menor grau.

Assim, as mulheres assumiram um trabalho mais próximo do bóia-fria nas áreas coletivas identificadas como “da associação” com o plantio de milho, feijão e arroz, do que de pequeno produtor familiar, portanto, geraram tensões. Os homens, participavam aos sábados e domingos, pois muitos deles estavam empregados nas fazendas, especialmente a São Marco. Situação observada pela pesquisadora ao chegar à comunidade em 1997, ao mesmo tempo em que chamava a atenção e mereceu destaque no mestrado, o largo conhecimento da agricultura apresentado pelas mulheres mais velhas, acostumadas a “troca de serviços”, antiga prática de ajuda mútua, e o plantio de espécies diversificadas, a variedade era a regra. Outra prática comum e que permanece até hoje, é a criação “de ameia” de porcos e galinhas, muito usual entre mães e filhos. Hoje, um porco criado nos pequenos chiqueiros nos quintais, se perguntado quem é o dono, a resposta provavelmente será “é de ameia com meu filho”.

Portanto, o Jaó, como outras comunidades quilombolas, enfrentava momentos de carência, e a escolha acima referida foi uma saída encontrada para enfrentar a pressão demográfica e falta de emprego nas fazendas, descartando outras alternativas. Fato que se anunciava a partir da década de 1990 e que marca a chegada de arrendatários com o plantio de tomate e batata na vizinhança, e a possibilidade de trabalhos apenas sazonais e extenuantes de bóia-fria. A própria fazenda São Marco, que empregou quase a totalidade da mão de obra disponível no Jaó, a partir da década de 1970, entre homens e mulheres, sendo que muitos participaram inclusive na construção do campo de aviação da fazenda, passava por mudanças e enxugamento de pessoal.

Na verdade, foram mudanças macro econômicas que estavam distantes do vivido desses sujeitos, entre elas, a expansão das áreas de reflorestamento no município e o término das atividades de campeiros, da lide com cavalos e gado, e de leiteiros. Ainda que novas funções surgissem, como o de vigia na São Marco. Outro fato que deve ser destacado e que aumentou o clima de insegurança, foi a interrupção das viagens de charrete abastecida de verduras, com os moradores saindo logo de madrugada do Jaó, para a feira na cidade diante do perigo de assalto na antiga estrada de terra, situação vivida por Albertina e Aurélio. O problema do escoamento da produção num contexto novo que eles não

dominavam, foi decisivo para quebra da autonomia do casal e a interrupção da produção em maior escala.

Esse foi um contexto complexo, de busca de soluções para a permanência dos moradores na área rural, mas que teve consequências negativas. Percebida em sua totalidade agora com o doutorado. A proposta de modernização do Jaó e o aumento da produção acabou por criar uma situação de conflito entre terras de herança e as novas áreas coletivas (THOMPSON, 1998). Um período difícil que os moradores viveram, alternando momentos de consenso e conflito, de rearranjos de poder na comunidade. Havia uma expectativa de que os homens deixassem os trabalhos nas fazendas e passassem a trabalhar para eles próprios. Fato muito rememorado com o retorno da pesquisadora ao local.

No mestrado, também foi possível acompanhar a tipificação do Jaó como quilombo e a sua transformação em comunidade quilombola do Estado de São Paulo. Uma situação similar foi estudada por José M. Arruti (2006), quando agentes externos adentram na comunidade para informar serem eles sujeitos portadores de direitos. A partir do segundo semestre de 1997, os técnicos da Fundação ITESP, órgão vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e responsável na época pela identificação e regularização das terras das comunidades remanescentes de quilombo no Estado de São Paulo, passaram também a estar efetivamente presente na comunidade.

Consequentemente, passou a ser ator na resolução dos conflitos internos, sobretudo entre projetos de plantio coletivo ou por grupos de afinidades ou familiares, que remete à tradição do lugar. As reuniões entre os moradores e técnicos, sobretudo à noite, iniciadas em 1990, continuaram a ocupar o cotidiano desses sujeitos, com o acréscimo da presença de membros da Fundação ITESP, juntamente com o pessoal da Secretaria Municipal de Agricultura e da própria pesquisadora. À Fundação ITESP, também ficou a incumbência de resolver outras situações que passaram a ser vistas como nocivas ao futuro da comunidade, como o arrendamento de áreas a pessoas de fora, ainda que fosse uma fonte alternativa de renda. E, sem dúvida, se antes o Jaó era considerado um bairro atrasado, pobre de Itapeva, a partir da sua tipificação como quilombo, passou a ser destaque no município. O local passou a receber políticos locais, escolas, jornalistas, membros

do Movimento Negro nacional e internacional, com diversos interesses sobre o local. Em 23 de junho de 2007, membros das Organizações Camponesas e Produtores Agrícolas de Guiné-Bissau, África, chegam em Itapeva, diretamente para visitar o Jaó, por intermédio do Movimento Negro local. Os visitantes mostram-se solidários ao saber das mulheres agricultoras da comunidade. Entre a língua francesa e o português de Portugal, puseram-se a questionar a situação econômica do lugar, a dificuldade de escoamento da produção e conversaram com os jovens. Abaixo o trabalho de Albertina com madeira do mato para a sua horta. Cenas observadas pelos estrangeiros visitantes, entre eles, europeus. Momento compartilhado também pela pesquisadora. Todos estão à sombra da bananeira no quintal na casa de Noemi.

Silvia Correa Marques

Figura 12: A visita internacional na comunidade. Terreno de Noemi e Francisco.

Silvia Correa Marques

Figura 13: Vista lateral da horta da Albertina. Cercamento tradicional com madeira retirada das áreas de mata.

Silvia Correa Marques

Figura 14: A agricultora Albertina e sua horta cultivada no fundo do seu terreno.

Dessa forma, o órgão estadual também trouxe o tema da escravidão, da negritude e da valorização da cultura afro brasileira. Naquele momento a tese da doação das terras, ou de parte delas pelo fazendeiro vizinho, Honorato Carneiro de Camargo, se sobressaiu, bem como a posição de Joaquim como escravo da fazenda Pilão d' Água. Hoje, muito mais seguros como comunidade quilombola a partir de sua própria história, é a compra das terras por Joaquim Carneiro que prevalece, não há mais necessidade de recorrer à imagem do fazendeiro para lhes dar legitimidade, dessa forma Joaquim passa a ser agora “vovô Joaquim”, seu nome é alardeado com orgulho na comunidade pelo neto mais velho Waldomiro, de 81 anos. Daí o pedido dos mais velhos no doutorado para a criação de um museu para mostrar os “documentos”.

Tio Waldomiro ainda arrisca mais um detalhe revelador, mãe Josepha foi a última mulher de vovô Joaquim. Ele registra no seu depoimento: *É, a mãe Josepha foi a ultima mulher dele.*⁵² Em Itapeva e outras cidades, vivem uma infinidade de parentes. Entre eles Torquato, filho de Virgínia, histórico funcionário da limpeza pública de Itapeva, que trabalhava com um carroção. Relembra Waldomiro: *“Pois é esse Torquato era primo irmão, o Torquato, o Aristides, o Dito Mato Grosso é primo irmão”*⁵³. Completando o quebra cabeça, sua irmã Calisa ainda afirmou que Dito Mato Grosso também trabalhou na fazenda Pilão d'Água junto com outros homens do Jaó.

⁵² Entrevista. Waldomiro.

⁵³ Idem.

Figura 15: Tio Valdomiro em frente a pequena casa adaptada para recebê-lo. Terreno de sua irmã Floriza.

Ao localizar a certidão de nascimento de Amélia de Camargo Lima⁵⁴, esposa de Septímio, pais de Roque, consta como seus avós maternos, Messias de Paula Lima e Bárbara de Lima (*Nhana Barba*). O sobrenome logo chamou atenção. Conversando com os irmãos Valdomiro e Calisa posteriormente, entra para a história do Jaó o “tio Messias”, irmão de mãe Josepha. Perguntado, sobre tio Messias e outros parentes, Valdomiro responde:

Não, eles moravam ali nos Barba, tio Messias era casado com Nhana Barba. (...) Esse não é do meu tempo, esse eu não cheguei a conhecer. Ela deixou três, quatro filhos, nhana Barba morreu, deixou o tio Messias, era o marido dela, eu conheci... Nhana Barba... ele era pai do Custodio, esse Custodio, era pai do Custodio.(...) É, tudo daqui mesmo. De primeiro o povo era tudo daqui mesmo, depois de um certo ponto em diante é que o povo foi modificando. Então como ele era casado com nhana Barba, era mãe do Lucas... Do... Custodio e da... Como é a outra mulher, da mãe dele? [silêncio]... Lucas, Custódio... [tentando relembrar o nome]. (...) É. Da

⁵⁴ Cartório de Registro Civil de Itapeva.

nhana Barba é o Lucas, o Custódio e o Xandico.(...) Não, tem mais, Oh... Vou conta pra você, a gente tem mais de 4 mil parentes [risos]. Tem em Taquarituba que não se acaba mais, tem em Sorocaba também que não se acaba mais, tem em São Paulo que não se acaba mais, tem... Itapetininga, como tem uns parentes que vem aqui, é parente meu e parente dele. Somos tudo parente um do outro⁵⁵.

Sem dúvida, a presença de tio Valdomiro na comunidade foi fundamental. Ele é uma espécie de guardião da memória e da paisagem antiga (SHAMA,1996), conhece não apenas a história mais pretérita do Jaó, como das fazendas antigas de Itapeva, seus proprietários e descendentes, e muito outros assuntos como a Revolução de 30, de 32 e o “corte” da Estrada de Ferro da Sorocabana na área urbana onde trabalhou, por exemplo. Ele trabalhou por inúmeras fazendas e olarias, por mais de 20 anos. Em meio à história do Jaó, escuta-se a história de Itapeva. Valdomiro saiu jovem da comunidade para trabalhar, casou-se também com uma parente, mas não teve filhos. Mais tarde passou a morar em definitivo no bairro Lagoa Grande, local próximo, vindo ao Jaó constantemente, muitas vezes à pé. Hoje, viúvo, com saúde frágil, está sendo cuidada por sua irmã Floriza.

Retomando, aquele também foi o momento da redefinição ou mesmo da ampliação do conceito de quilombo, que passou a incorporar as áreas de domínio privado como o Jaó. A versão de dois netos de Joaquim, Valdomiro e Alfredo, este já falecido, volta a ser valorizado na comunidade, descrevendo Joaquim como liberto e que teria efetivado a compra da terra. O que eles não tinham certeza era o ano da formação do sítio Ponte Alta, posteriormente Jaó. No presente, a comunidade está acompanhando os passos da pesquisadora nos cartórios de Itapeva e novos documentos sobre a aquisição das terras por Joaquim Carneiro estão sendo localizados e apresentados para todos na comunidade, desde o início da pesquisa.

A pedido dos próprios moradores, evitou-se a realização de reuniões coletivas, para visitas de casa em casa com tempo suficiente para expor os

⁵⁵ Entrevista. Valdomiro.

conteúdos da documentação cartorial e ouvir o que eles tinham a dizer.⁵⁶ Essa postura passou a nortear o trabalho de campo, que teve que ser expandido para um tempo maior. Com o desenvolvimento da pesquisa, o uso do notebook foi um instrumento importante nesse diálogo com os moradores e divulgação de fotos antigas e recentes, além dos mapas, imagens dos documentos cartoriais digitalizados e outros documentos.

Um fato que surpreendeu foi que nas casas, as famílias se reuniam mais à vontade e todos, das várias gerações, eram chamados para compartilhar da conversa. Nesse momento, a pesquisadora passava por uma verdadeira sabatina com muitas perguntas sobre o significado da palavra quilombo, qual o papel do INCRA, se eles podiam falar do nome Ponte Alta, se haveria algum risco, ou alguma exigência de mudança das casas,⁵⁷ o que é um título coletivo, se haveria algum valor a ser pago para regularizar a documentação, quais projetos poderiam vir para o Jaó. Enfim, uma série de questões que se tentou responder, a partir dessa mudança de metodologia de pesquisa requerida no calor da pesquisa de campo.

Fechando essa cronologia mais recente, outra experiência deixou marcas na comunidade e expectativas foram frustradas. A partir de 1998, com o objetivo de iniciar projetos de geração de renda e por fim as casas de costaneiras e madeira no quilombo, a eles foi levado o Projeto IAFAM (Instituto de Assuntos da Família) vinculado à Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS) para a construção de casas próprias de alvenaria, fato muito noticiado pela imprensa local e também acompanhado pela pesquisadora. Mas o projeto foi interrompido em 2000, por desvio de verba pública envolvendo alguns membros responsáveis pelo projeto na cidade. Desde então, a construção de casas é sempre citada como um projeto que será retomado. Muitas famílias conseguiram, com dinheiro próprio, finalizar as casas nesses últimos doze anos.

⁵⁶ O que eles entendem como sinal de respeito, de consideração: fazer uma visita demorada de casa em casa e não mandar recado, ter tempo para conversar, tomar um café, um suco, sentar-se a mesa (geralmente na cozinha). Escutar as experiências vividas por eles, de superação das dificuldades mas também de alegrias, trocar palavras sobre fé e religião, contar também da minha família, pois sempre gostam de saber.

⁵⁷ Vigora entre os moradores, um receio diante de um possível projeto de urbanização do Jaó, com a concentração das novas casas próximas a estrada e a escola, o que baixaria os custos para a prefeitura. Não se sabe ao certo a veracidade do fato.

Sobre esse assunto, o filtro religioso deve aqui ser considerado. Como crentes, eles alegam ser avessos a contendas, brigas, preferem se retirar, se fechar, a criar situações de enfrentamentos. Nesse sentido, a exposição excessiva vivida por eles, pois o fato se tornou público, noticiado nos jornais locais e objeto de investigação na Câmara Municipal, teve uma carga de sofrimento muito grande para a comunidade.

4.3 A dimensão histórico-cultural do território/ contexto: a resistência da linha

Os moradores do quilombo do Jaó se estabeleceram como sitiantes, proprietários, viviam no antigo sítio Ponte Alta, uma propriedade de 164 hectares, com terras de cultura, áreas de campo, ribeirões e minas d'água, adquirida por compra em dois momentos: 1889 e 1897.

No estudo anterior foi apontado que o bairro do Jaó é uma das denominações da localidade, tanto para seus moradores como para “os de fora”, da cidade e de outras áreas rurais, pois inicialmente o sítio Ponte Alta teve seu nome alterado por volta da década de 1930, devido à antiga estação da Estrada de Ferro Sorocabana, construída próxima àquelas terras (MARQUES, 2001).

A referência a “mãe Josepha” como protetora, aquela que deixou as terras como dádiva para aos filhos viverem em segurança é muito forte no presente. Fato não identificado com tanta ênfase no mestrado que, como já foi afirmado, ocorreu juntamente com a chegada da Fundação ITESP e a produção do Relatório Técnico Científico para a categorização do Jaó como quilombo. Foi encontro rico para ambos e as discussões foram, na medida do possível, compartilhadas. Ainda assim, são dois documentos diferentes, pois o RTC responde a uma demanda política, social e a pesquisa acadêmica deve estar comprometida em auscultar a realidade, provocar debates teóricos. Por questões de prazo a serem cumpridos, o RTC foi elaborado em primeiro lugar, a partir do inventário de Joaquim e Josepha de 1931 onde consta a escritura de 1897 como referência da partilha dos bens entre os seis filhos do casal, uma área de 37 alqueires, sendo que a área original total contabiliza 68 alqueires (164 ha).

Entretanto, como Jaó não apresentava nenhuma situação de litígio, se comparado a tantos outros quilombos e sua área não havia sido questionada pelos confrontantes, naquele momento, o RTC foi encerrado e o Jaó tipificado como quilombo em 2000 ocupante de 164 ha, com publicação no Diário Oficial. No entanto, a regularização fundiária ficou em aberto e o Jaó criou um paradoxo perante a possibilidade de se desapropriar as terras dos legítimos herdeiros, para torná-los proprietários de uma área coletiva concedida pelo Estado. Na finalização do mestrado, processo discutido abertamente com membros do ITESP e moradores, pontuou-se a data de 1889 como da possível origem do Jaó, totalizando a área requerida por eles de 68 alqueires, bem como da necessidade de continuação da pesquisa para um laudo conclusivo e a tão sonhada segurança para os moradores.

Portanto, eles não foram agregados, não viveram em terra alheia, apesar de prestarem serviços aos fazendeiros vizinhos. Dessa forma, pode-se levantar a hipótese de que os laços de dependência pessoal entre os subalternos e os grandes fazendeiros, para aquela situação rural concreta, não eram tão acirrados (FRANCO,1997). Havia uma margem de negociação, pelo que se pode verificar com mais profundidade hoje, pautada em dois pilares: a presença de fortes lideranças na comunidade, Maximiniano Estevam, Alfredo Martins, José Estevam e a capacidade desses sujeitos de criarem uma rede de relações com diversos fazendeiros vizinhos, e não apenas um, exercendo uma variedade enorme de ofícios, lavradores, campeiros, leiteiros, cortadores de lenha em mata fechada para a Estrada de Ferro Sorocabana, construtores de cercas e piquetes nas fazendas, entre outros, em meio a uma grande capacidade de mobilidade espacial. Na labuta agrícola, estavam lá também as mulheres, além de serviços diversos nas sedes das fazendas, como matar frango, torrar farinha, lavar roupa, cuidar de crianças pequenas, cozinhar. No mestrado, emergiu também a importância de Josepha como parteira. Esse contexto de relações é reforçado com o contato com os atuais herdeiros das famílias Campolim e Farias (Carneiro de Camargo) que quiserem contribuir com o resgate da história do Jaó, desde a pesquisa anterior.

Nesse sentido, o estudo de Hebe Mattos (1987), para a região de Capivary, na segunda metade do século XIX, traz outros elementos sobre os laços de dependência e inserção econômica da população livre e pobre, destacando uma variedade de possibilidades e a elucidação das particularidades históricas das

diferentes regiões do Estado. A propriedade da terra deve ser visto como um elemento proeminente nessa reflexão sobre a história e a paisagem do lugar em estudo.

Além disso, o Jaó não se caracteriza como um fato improvável, Conceição dos Caetanos (CE), Quilombo do Cambará (RS), são outros exemplos de compras de terras pelos afro-descendentes, a própria comunidade de Cafundó (SP), traz a temática da propriedade⁵⁸ entre os afrodescendentes no Estado de São Paulo. Joaquim Carneiro, mesmo sendo pobre, analfabeto, exerceu uma série de ações que originaram uma farta documentação cartorial. Após a sua morte, é mãe Josepha e seu genro, Maximiniano Estevam, que se fazem titulares de outras ações em cartórios na cidade.

Do sítio Cerrado, próximo ao Jaó, saíram membros de outras duas parentelas, os Estevam e os Martins, os homens, para dar início as primeiras famílias da segunda geração no sítio Ponte Alta. Onde viviam Joaquim Carneiro de Camargo e sua esposa Josepha de Paula Lima e os seguintes filhos: Elydio, Hermínia, Waldomira, Deolinda, Elisina, Laurinda. Gilberto faleceu criança por doença desconhecida e João, ainda moço, morreu por picada de cobra. O tempo de vovô Joaquim e mãe Josepha é lembrado por todos de estreita relação com a fazenda Pilão d' Água, local de saída do casal fundador do Jaó, de propriedade de Fortunata Carneiro de Camargo e com a fazenda Lagoinha, de propriedade de Honorato Carneiro de Camargo, genro de Fortunata. Em terra própria, os habitantes mantinham um sistema tradicional de produção, baseado no cultivo do milho, feijão, mandioca, banana, arroz, cana de açúcar, amendoim, batata-doce, cebola, alho e outras hortaliças, além da criação de porcos e galinhas, dividindo seu tempo com trabalhos externos. Em primeiro plano, o objetivo era suprir as necessidades de sobrevivência do grupo, entretanto algumas famílias conseguiam comercializar parte da produção.

⁵⁸ Cafundó foi notícia no mês de março deste ano, após reconquistar a posse de mais uma parcela de seu território tradicional, 122 hectares, isso após 40 anos de luta empreendida por seus membros. Até aquela data a comunidade vivia em uma área de 18 ha. A Fazenda Eureka foi objeto de ação de desapropriação pelo INCRA em 4/11/2011. Outras áreas devem ser desapropriadas para a conquista definitiva do território tradicional, contabilizando outros 65,64 ha. (ITESP INFORMA, ed nº 004, março 2012)

Alguns homens possuíam cavalos, burros, cangalhas e carroções. Mantiveram ao longo do tempo o uso comum da terra associada a apropriação familiar das áreas de plantio. Cada um tinha “um pedacinho” ou “tarefa”, como gostam de afirmar, deixada como herança por um membro mais velho, iniciada com as mães, as cinco filhas de Josepha, quando começaram as primeiras divisões das terras de cultura e, posteriormente pelo pai ou sogro. Nesse tempo, Elydio, teve apenas um filho, Septímio, o que gerou um parcelamento menor das terras de herança, por outro lado, esse fato provocou enfrentamentos e rupturas de relações entre algumas famílias, principalmente a de Roque, antigo lavrador e filho de Septímio, diante da introdução de lavouras coletivas sobre as antigas terras de herança. Problema acentuado com o crescimento populacional do lugar, como alegava o antigo líder Hilário Martins.

Finalizando essa primeira parte, determinadas características permanecem até o tempo presente, todos são parentes em algum grau, compartilham os mesmo ancestrais, dão preferência a matrimônio entre os membros da comunidade e o perfil religioso permanece em torno da denominação crente, ou “comunidade de irmãos”, evidenciada já no mestrado e que, em alguns momentos, entrava em choque com a nova denominação “comunidade quilombola”, principalmente para “os de fora”, como ocorre até hoje, que chegam a comunidade em busca de manifestações religiosa de matriz africana e não encontram, lançando olhares ou comentários críticos diante da opção religiosa feita pelos moradores, o que causa um clima constrangedor entre eles e uma certa resistência ao debate sobre a herança africana no Jaó.

O ato de fazer e oferecer orações, é um vínculo de proteção, ajuda mútua e pertencimento importante e parecem convergir para uma comunidade de interesse bastante coesa. A religião, além de ter um papel fundamental na reprodução social do grupo ela atua até mesmo no campo da reprodução material, “os irmãos” da cidade, membros da Igreja Congregação do Brasil, estão ajudando D. Zuza, viúva, de 83 anos, a construir a nova casa de alvenaria.

Silvia Correa Marques

Figura 16: Exemplar de uma antiga casa de tábua. Propriedade de Maria de Jesus.

Silvia Correa Marques

Figura 17: A Igreja Congregação Cristã do Brasil.

Figura 18: Igualmente agricultora de longa data, Maria de Jesus mostra a sua horta, próxima a sua casa.

A casa antiga de tábuas é típica do lugar, representa uma espécie de transição entre as antigas de barro e sapé e as atuais de alvenaria. Costaneira e chapas de madeira, coberta com telhas eternit, formam a casa. Dois elementos se mantêm: o antigo fogão de lenha dentro da casa e sua hortinha bem cercada (ao fundo). “Zuza” mora próxima à filha casada e netos. Posteriormente, uma foto da igreja, cuidada por seu irmão Francisco (Chiquinho).

Em uma conversa informal na casa de D. Leovir, agricultora de 61 anos, ela diz que enquanto não começa o plantio da sua horta, acompanhando as outras mulheres, ela está ajudando, orando por elas e pelo sucesso da horta. Ainda relatou que o agradecimento veio de sua cunhada Floriza, pois essa ajuda seria tão importante quanto o próprio trabalho na horta. Caravanas, grupos de orações, encontro de jovens, gravações em cd de músicas evangélicas, ouvir os hinos, receber os irmãos evangélicos no Jaó, visitá-los na cidade, fazem parte do cotidiano desses moradores, onde manifestações religiosas se mesclam com as de solidariedade e lazer. Portanto, as relações cotidianas no quilombo não podem ser observadas apenas pelo viés econômico.

A seguir a Igreja “Deus é amor”, cuidada pelas mulheres e frequentada por grande parte da comunidade, que hoje convive harmonicamente com três igrejas. A mais recente, a católica, está instalada na antiga escolinha de madeira. Juntas, como no passado, cultivando um dos produtos mais apreciados pelas mulheres do Jaó, o alho, estão Leovir e Floriza. E mostram o resultado com orgulho diante da aproximação da pesquisadora. Estão numa área, também chamada de quintal, em que as duas famílias dividem propriedade, mas estão “do lado” da Leovir. De um jeito que é próprio das pessoas simples do campo, Floriza diz que “Ela me chamou, e eu vim”, sobre sua presença lá. Cultivaram o alho enquanto o milho não era plantado pelo filho de Leovir. O terreno está “sujo”, com soqueira de milho e capim braquiara, e é assim mesmo. Naquele momento estavam colhendo após o período de chuva. Começam a contar que era dessa forma que plantavam no passado, na área de cultura, chamada de Capão. Também falam do plantio de cebola, colhida em abundância, acenando para que se registrasse a diversidade de produção que conseguiam controlar. Gostariam de voltar a plantar cebola, fazem planos juntas. Hoje mais velhas, avós, dizem preferir plantar próximo a casa. Mas se precisar voltar ao Capão, voltam, afirmam em coro. Finalmente, ao fundo, o neto observa a avó trabalhando, uma cena que voltou a estar presente no cotidiano do quilombo. Portanto, observa e aprende.

Figura 19: A colheita do alho. Reaparece o cultivo tradicional do lugar.

Silvia Correa Marques

Figura 20: A Igreja Deus é Amor, a mais antiga, no terreno de Albertina.

Silvia Correa Marques

Figura 21: Floriza e Leovir, colhendo juntas, a produção de alho.

Vale ressaltar que, num passado recente a ênfase estava em associar o Jaó a um passado escravista, resgatar sua herança africana, no momento em que a comunidade era categorizada como área quilombola do Estado de São Paulo (2000) e foi o caminho trilhado pelo antigo líder Hilário. A partir disso, os moradores passaram a interagir com outras comunidades e ter acesso a uma gama de direitos básicos que sempre estiveram ausentes para as populações tradicionais do campo. Ainda que a experiência nova resvasse na esfera do religioso. Neste momento, os moradores mais velhos querem se reapropriar do passado do Jaó como um sítio de agricultores, de produção diversificada, criadores de animais, de produtores independentes, de famílias que conjugavam o trabalho externo nas fazendas com produção agrícola local, uma paisagem tipicamente da cultura cabocla. Essa configuração se reflete na configuração antiga do território com as “terras de plantar”. E que ainda são mantidas. Além da criação de cavalos e burros destinado à lavoura, como animais de tração de arados e carroções, além do uso para o transporte.

Do mesmo modo, eles não estão fechados às mudanças. Nos últimos anos, os moradores conseguiram repensar o papel da área da associação no desenvolvimento da comunidade, entendida por eles como coletiva, e optaram por cultivos de produtos destinados a comercialização como a soja, principalmente, além do milho e do arroz, plantado apenas na área central. O restante retornou para as mãos das famílias. Com o dinheiro da venda da soja comunitária, Aparecido comprou um trator. Toda essa articulação é mediada pelos técnicos da Fundação ITESP de Itapeva⁵⁹ e Secretaria Municipal de Agricultura. Uma agenda em comum foi tecida, até mesmo para superar os limites orçamentários das duas instituições que assistem o Jaó.

Ao mostrar as fotos da pesquisa de campo e indagar quais representariam o Jaó hoje, quatro se sobressaíram: Mãe nega (Laurinda), Waldomira (Tia Vardú), o arado de ferro encontrado embaixo de uma árvore do terreno do Roque e Maria José e a produção da horta. O arado ganhou o status de

⁵⁹ Com o reconhecimento, as comunidades são beneficiadas por duas frentes de atuação do Itesp: atendimento e oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, por meio de atividades agrícolas, manejo florestal, produção artesanal e capacitação, visando ao desenvolvimento sustentável das comunidades e suas regiões.

Fonte: <http://www.itesp.sp.gov.br/itesp>. Acesso em 19/06/2012.

peça do museu. Depois desse episódio, o instrumento agrícola passou a representar esse passado de farta produção agrícola e de união do grupo, no período em que ocorriam as “reunidas” e as trocas de serviço no Capão, tradicionais práticas de ajuda mútua. A partir disso, os monitores passaram a procurar outros exemplares, ou peças deles, descartados, avisando que tem mais no Jaó.

Associado a ele, sempre Áurea⁶⁰ é citada como exemplo entre as mulheres que também plantavam com arado de animais, além do xeque-xeque. O que é significativo é que o arado foi resgatado do passado para compor a paisagem atual como representativo da cultura desses sujeitos, referenciando uma territorialidade ainda muito presente na memória e que porta esperanças de voltarem a ser produtores, terem autonomia.

Nesse sentido, a pedido da imprensa local para o dia de 20 de novembro de 2010, foi redigido uma matéria nessa direção intitulada “O quilombo do Jaó coloca Itapeva no cenário nacional e internacional”, como um primeiro passo na construção desse novo olhar sobre o Jaó, como um bem que permaneceu indiviso entre os herdeiros, um sítio de agricultores afro-descendentes, com mais de 100 anos de história. Da reportagem, foi produzido um banner que ficou exposto no barracão comunitário localizado em frente à casa de Aparecido. Iniciou-se assim a entrada efetiva na comunidade e a discussão sobre a situação específica do Jaó em meio a tantas outras comunidades quilombolas do Brasil, caracterizadas por uma diversidade de experiências históricas como mostram os estudos e laudos antropológicos desde 1989. A preocupação era criar um espaço em que se pudesse falar do sítio Ponte Alta, em que eles pudessem se expressar sem receio. Passou-se assim a relatar a experiência de outras comunidades no Estado de São Paulo e do Brasil, que estão tendo o direito de poder dar visibilidade a sua forma particular de estar no mundo e que a experiência do Jaó era ímpar, assim como a biografia de

⁶⁰ Filha de Calisa e José Estevam. Hoje ela faz parte de um dos grupos de mulheres produtoras de hortaliças. Diz estar junto, jamais à frente do grupo. As mulheres costumam ser vistas na cidade sempre em dupla ou em grupo, mesmo as mais jovens. Elas têm um jeito próprio de dizer sobre a companhia da outra: -“ Ela me chamou pra vir junto”. No contexto familiar, no convívio diário, escuta-se tia, madrinha, sobre as mulheres mais velhas. Também à referencia a uma espécie de mãe de criação é usual, algo como “Ela me criou”, há um laço de gratidão entre elas, de todas as gerações, o que provavelmente contribuiu para a manutenção do grupo. O suporte ocorre nos afazeres da casa, lavar a roupa, que até pouco tempo atrás era nos ribeirões, cuidar dos idosos, fazer o almoço, ajudar as mães que estão de dieta, trazer mercadorias da cidade, como óleo, açúcar, macarrão. Há uma circulação de mulheres pelo bairro, além do cultivo da horta.

Joaquim e Josepha. Mereciam estar nos livros didáticos de História. A alusão ao Jaó, como caboclo, quilombola, brasileiro é apresentada e ganha ressonância. Gostam de saber que “são tudo isso” pela ótica da pesquisadora.

Assim, os documentos cartoriais localizados no decorrer das duas pesquisas acadêmicas eram apresentados para os moradores, iniciando um longo percurso pelas casas, como as certidões de óbitos, escritura da terra, entre outros. Na verdade, levando informações, construindo um diálogo para que se resolva a documentação da terra e quais seriam os caminhos a serem percorridos para a emissão de um título definitivo, elemento fundamental para o empoderamento da comunidade, e que abre condições também para o acesso ao PRONAF, mas que dará sobretudo, a segurança interna tão esperada.

Abaixo as imagens citadas (as irmãs) e a da produção do alface, que encheu as mulheres de orgulho. Áurea, Isalina, Maria do Carmo, Maria José, Noemi, Floriza, Ceixa, Rita, Expedita e tantas outras. Mas o alho e cebola e as tranças feitas por elas e suas mães é sempre uma música de fundo.

Figura 22: Laurinda, “mãe negra”.

Figura 23: Waldomira, “tia Vardú”.

Silvia Correa Marques

Figura 24: O antigo instrumento de produção: o arado foi encontrado pelos monitores no quintal de Roque e Maria José.

Silvia Correa Marques

Figura 25: A produção do alface. Um dos destaques do cultivo de hortaliças sem agrotóxico e adubo.

4.4 A contribuição da arqueologia: alinhavando em ponto miúdo.

O sítio Ponte Alta é um território que comporta referências patrimoniais (materiais e imateriais) referentes ao século XIX. Oficialmente datado em 1889, segundo a escritura particular de compra de terras efetuada por Joaquim Carneiro de Camargo.

O local onde ele surgiu, foi o desafio que precisou unir memória, arqueologia e documentação cartorial. Portanto, sua origem está relacionada ao período de decadência do Tropeirismo centrado na feira de Sorocaba, a partir de 1875, permanecendo, como foi salientado anteriormente, um tropeirismo de cunho regional, mesmo porque os trens da Sorocabana chegaram efetivamente em Itapeva apenas em 1920. Portanto de 1875 a 1920, cinquenta anos, foram anos movidos ainda a lombos de animais, carroças e carros de quatro rodas puxados por cavalos, principalmente em direção a Apiaí, no Vale do Ribeira. Cavalos, mulas, xucros e domados, além do gado vacum, circulavam pelas fazendas de Itapeva e região juntamente com a produção de suínos. Em termos de história local e patrimônio cultural, não há conhecimento científico sistematizado sobre o assunto. Para o senso comum, não há nada que se vangloriar, pois esse tempo é visto como de decadência para Itapeva.

Uma análise que deve ser revista, e outro contexto vai ser recuperado diante da proposta aqui apresentada de se elaborar um diagnóstico do território patrimonial, tanto arqueológico, como ambiental que envolve o atual quilombo do Jaó. Em meio a áreas de reflorestamento e soja, está o sítio formado por famílias aparentadas, com fontes de água, árvores frutíferas, criação de porcos e galinhas, cana de açúcar, engenho de moer cana, milho verde, abacate, forrós nas festas de casamento, futebol aos domingos e cultivo de hortaliças. Perspectiva que poderia incluir uma história indígena pré-colonial e colonial da região e a criação de um museu regional em Itapeva, a partir do que foi exposto anteriormente. Constituindo múltiplos cenários.

Como foi afirmado anteriormente, pretende-se interpretar as evidências materiais e os lugares da memória, perante a presença e, sobretudo, a participação dos moradores do Jaó, considerando o lugar como um território vivo. Nesse sentido, a execução do trabalho de campo também se configura como um

dos momentos da musealização da Arqueologia. A partir disso, outra estratégia adotada foi inserir os monitores no trabalho de campo, a partir de ações educativas orientadas pela metodologia da Educação Patrimonial, entendida como uma prática pedagógica baseada no patrimônio, neste caso, na evidência material da cultura. Disso, espera-se um trabalho formativo e que possibilite a ampliação do repertório cultural dos envolvidos. E que precisará ter continuidade e aprofundamento, e produzirá resultados a longo prazo se abraçado pela escola municipal que atende a comunidade. Não foi possível neste momento, por questões de ordem política, externas à comunidade, mas que poderá ser repensada no futuro. Os jovens conhecem o meio onde estão inseridos, a ação foi atribuir-lhe novo significado. Acredita-se que os depoimentos colhidos e as prospecções arqueológicas permitiram a localização de geoindicadores e a contextualização dos locais associados à origem do assentamento, a moradia, o plantio, a religião e a captação de recursos. Esses levantamentos geraram o georreferenciamento dos vestígios e a elaboração de mapas referenciais.

Foi a partir dessa perspectiva, que o projeto foi apresentado ao poder público municipal⁶¹, e os meses de espera entraram em choque com os prazos do desenvolvimento da tese. Optou-se por outro caminho, em buscar apoio na iniciativa privada e o projeto teve andamento. A outra ação está voltada para a implantação de um espaço denominado museu, pensado de acordo com o modo de vida dos moradores, um lugar simples, construído de madeira. Depois de uma longa jornada, esse projeto também teve apoio da iniciativa privada⁶². Ganhou o apelido de *museusinho* durante a pesquisa em alusão ao desejo da comunidade em construir um espaço do “jeito deles” e também ao fato de ter apenas um cômodo, uma sala. Diante da insegurança manifestada por alguns perante o perigo de incêndio mediante a construção com tábuas, ficou acertado que lá ficariam expostos às cópias tanto dos documentos da terra, como fotos antigas e outros. Os originais ficariam guardados em segredo. Como foi sinalizado anteriormente, o pedido foi

⁶¹ Reafirmando, o projeto foi encaminhando para o setor Divisão da Igualdade Racial, vinculado à Secretaria da Cultura. Apesar de um início em comunhão, o poder público optou por caminhar em separado ao desenvolvimento da tese. Para aquele, o Jaó passa a ser referenciado como *Kilombo*, com ênfase na diferença étnico-racial. A visão de Joaquim e Josepha como “escravos” da fazenda Pilão d’Água reaparece.

⁶² No dia 25 de junho de 2012, fomos avisados pela empresa parceira do projeto que as madeiras seriam entregues dia 26 de junho no Jaó. Chegando lá no dia 25 para avisar os moradores, fui procurada por Cida com a foto de seus pais Joaquinzinho (filho de Hermínia) e Maria Lázara de Jesus, sua segunda esposa, para compor o trabalho e integrar o museu.

enfático para não colocar nada de conteúdo religioso, nada que reportasse as religiões candomblé e umbanda, na linguagem dos próprios moradores, ou referências a outras experiências vividas pela própria comunidade no passado, pedido, quase uma ordem, que se fez também para o trabalho de campo e foi respeitada. Essas questões foram abordadas na pesquisa anterior e fornecem elementos para compreender a situação atual (2001).

Foi importante compreender as experiências vividas por esses sujeitos, ouvi-los. É possível identificar ao menos um fator nesse contexto, a vida religiosa por eles trilhada, além de lhes dar conforto espiritual é, talvez, o único espaço que não sofre ingerência externa. Não é tanto uma questão de escolha de qual seguir, mas o fato de que esse espaço sagrado é cuidado por eles, mesmo sendo pobres, ainda enfrentando privações materiais, as igrejas são deles, os cultos são feitos por membros da comunidade, as mulheres cuidam da igreja como se fosse sua casa, seu lar. A interdição ao uso da bebida alcoólica é bem aceita e vista como necessária, outras regras de conduta são seguidas com disciplina. Isso inclui os jovens e as crianças, todos caminham juntos. Apesar das regras rígidas, os jovens conseguem espaços de atuação, como os forrós nas festas de casamento, o videogame, a capoeira e a banda de lata iniciada na escola em 2003⁶³. Arranjos são feitos no cotidiano e a vida segue. A paisagem que se vê, após uma longa convivência, é um fio quase invisível que congrega a “comunidade de irmãos” (identificada no mestrado) em meio a tantas transformações e conflitos vividos por eles.

No presente, nota-se um exercício compartilhado da liderança, Aparecido sempre se reporta aos homens mais velhos. Euclides e também Reinaldo, este muito presente na comunidade após conseguir sua aposentadoria após décadas trabalhando na fazenda São Marco, também Diniz é outra figura importante, senhores muito respeitados na comunidade, extremamente religiosos, considerados grandes produtores do lugar. Aos três, sempre era necessário contar da pesquisa. Além disso, há um certo temor diante da possibilidade do local ser

⁶³ Os jovens capoeirista do Jaó fazem parte de um grupo seletivo de capoeirista do mestre Beto, da academia Cordão de Ouro de Itapeva, desde 2003, fazem apresentações, viagens, tocam os instrumentos de percussão, são referência na cidade e em outros locais em que se apresentaram. Toda essa movimentação ocorre na escola, que é bem barulhenta no bom sentido do termo e local de encontro da juventude. É muito interessante que as mães conseguem exercer um tipo de tolerância com a capoeira praticada pelos jovens.

“invadido” por pessoas de fora, tirando deles o controle da situação, quebrando regras estabelecidas. O que de certa forma ocorreu no passado. Entender como funciona a territorialidade entre as “terras tradicionalmente ocupadas” é essencial,

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes. (ALMEIDA, 2004, p.10).

Além do mais, de junho de 2011 a maio de 2012, o Movimento Negro estava presente na comunidade, centralizando as ações em torno de um Plano Diretor a partir da Secretaria da Cultura, Divisão da Igualdade Racial⁶⁴, como foi afirmado anteriormente, com demandas próprias em relação ao papel do Jaó no município. Nesse campo, o desenvolvimento da pesquisa seguiu em paralelo, por entender que o mesmo território não está fechado a mudanças, ele é dinâmico e o Jaó deve ser sim parte dos movimentos quilombolas nacionais, o que viabilizaria talvez, um intercâmbio com os quilombos do Paraná, ou da Rota dos Tropeiros desde o Rio Grande do Sul, entendendo que a categoria de quilombo, como foi a de camponês nos últimos cinquenta anos, é uma categoria de mobilização política.

O que se colocou para o Jaó foi que se criou um clima de tensão descabida, além de outros problemas que foram resolvidos “a porta fechada” pelos moradores, e que só dizem respeito a eles. A escolha foi a permanência da pesquisadora e a saída do membro da Secretaria da Cultura. A condição de vulnerabilidade econômica ainda existente é um dado de fragilidade do grupo, o que mudará com a tão almejada autonomia, já expressa com famílias proprietárias de carros, motos e filhos com celulares. Por outro lado, três jovens participaram de encontros ligados aos movimentos sociais quilombolas, representando o Jaó e adquirindo novas experiências. Um caminho que está sendo retomado com o apoio do INCRA. Ao que parece, o que estivesse relacionado a regularização fundiária não poderia ser mediado pela pesquisadora, ainda que os documentos cartoriais, ao longo de 15 anos de pesquisa, fossem seu objeto de estudo e estavam sendo

⁶⁴ O funcionário não é de Itapeva, em conversa com a pesquisadora o Sr. Edson disse ter vínculos com o Rio Grande do Sul e a cidade de Osasco, SP.

ampliados no doutorado como se verá e discutido com a comunidade, com a Fundação ITESP, desde o tempo de Hilário Martins, o antigo líder.

O dia 15 de março de 2012, foi uma data histórica para a comunidade, pois juntamente com a pesquisadora, representantes do Jaó estiveram no INCRA para iniciar o processo de regularização fundiária que culminará na emissão de um título coletivo em nome da comunidade. Por todo o ano de 2011, esse foi o tema de maior demanda na comunidade, o que fez com que a pesquisadora se mostrasse disponível para dialogar e levar mais informações aos moradores. A partir disso, mais seguros, os lugares de memória foram emergindo. Fato que gerou uma cumplicidade muito interessante que está representada nas fotografias com a presença deles “dirigindo” o campo, ou a observação sobre ele.

Para o encontro em São Paulo na sede do INCRA, mediado pela Fundação ITESP, preparei dois dossiês idênticos a serem entregues concomitantemente para o líder do Jaó e membros do próprio INCRA, pois estes passarão a atuar no local, a partir do segundo semestre de 2012. O dossiê continha informações cartoriais, muitas delas como resultado da pesquisa de mestrado sobre compras de terra na Ponte Alta e apresentado anteriormente numa reunião no Jaó, através de datashow, com a presença dos mais velhos. Fato que culminou na criação de uma placa a ser colocada na entrada da comunidade com informações sobre o sítio Ponte Alta, vovô Joaquim e mãe Josepha a pedido dos próprios moradores. E finalmente o recuo no tempo para 1889. A placa foi pensada como um momento de ancoragem da pesquisa e retomada da discussão sobre a regularização fundiária do Jaó junto à Fundação ITESP e INCRA. A mudança da placa foi objeto de ação do representante da Divisão de Igualdade Racial, que afirmou estar baseado numa decisão tomada em Assembléia e que outras informações deveriam estar presentes, colocando o sítio Ponte Alta no passado, destacando hoje a categoria de quilombo, informações desconexas corriam pela comunidade, como o risco de não conseguirem o documento da terra. A pesquisadora foi procurada pelos moradores e o desejo era de não criar conflitos. Enfrentamentos ocorreram na presença e autoridades municipais e membros da própria comunidade e da FUNDAÇÃO ITESP. A opção foi em não criar um clima hostil na comunidade como já foi afirmado, pois a expectativa era contribuir com a negociação com o INCRA. A ida até a comunidade de Cafundó, teve como objetivo

averiguar se havia alguma ação estadual em curso. Mas nada foi levantado. Abaixo os três momentos, que hoje fazem parte da história da comunidade. A reunião no barracão comunitário (03/09/2011) apresentando o Sítio Ponte Alta presente na documentação cartorial, as fotos antigas, a reportagem no jornal local; a placa com os dados fornecidos pela pesquisadora e a outra placa, trocada na véspera da visita da Secretária da Justiça à comunidade, com a presença de autoridades municipais. Perdeu-se um momento de abrir uma ampla discussão, com caráter até pedagógico mesmo, o que seria muito interessante com a presença de membros de outras comunidades, como Cafundó, por exemplo. Mas acredita-se que pode ser retomado no futuro. No mês de julho deste ano, duas moças do Jaó estarão no encontro de quilombolas na cidade de Registro, SP.

Silvia Correa Marques

Figura 26: Compartilhando informações: a apresentação dos documentos.

Silvia Correa Marques

Figura 27: Intervenção no território para a instalação da placa. Participação dos moradores e monitores.

Silvia Correa Marques

Figura 28: A placa instalada na entrada da comunidade. Ancestralidade, resistência e pertencimento.

Figura 29: A nova placa elaborada pela Divisão de Igualdade Racial substitui a anterior. Projeção de uma vila africana em Itapeva? Deixar no passado o sítio Ponte Alta.

Disso tudo, resultou num bem para a comunidade, as negociações foram retomadas e o próprio INCRA (15/03/2012) ficou admirado com história peculiar do Jaó e a farta documentação cartorial existente, além das diversas estratégias utilizadas, como as redes de relações com os fazendeiros vizinhos, as diversas profissões, lenheiros, campeiros, leiteiros, tratoristas, produtores, funcionários da estrada de ferro, as mulheres agricultoras. Outras formas de resistência que não o enfrentamento ou o isolamento referente aos quilombos históricos, mas tão significativo quanto. E foi o que permitiu a permanência das famílias no território, pois nunca foram expulsos da terra como ocorreu com vários quilombos no Brasil, principalmente aqueles próximos a núcleos urbanos. Finalmente a comunidade percebeu que ela pode falar de seu passado e ter orgulho dele. Como a tradição pode dialogar com esse novo tempo de quilombolas, alcançando um sentido para o futuro? Os antropólogos e técnicos presentes na reunião, relataram experiências similares vividas por outras comunidades quilombolas que estão regularizando suas áreas, o que trouxe muita segurança para os membros que estavam representando a comunidade naquele dia.

Assim, os documentos apresentados na reunião foram: a cópia do testamento de Joaquim Carneiro (1912); do inventário de Joaquim e Josepha (1931); da escritura particular da compra da 1ª parcela de terras de 1889, a escritura de compra da Fazenda Nova efetuada por Honorato Carneiro de Camargo de 1894 (futura fazenda Lagoinha) onde consta a preciosa informação de “*Joaquim Camarada*” como confrontante das terras adquiridas pelo fazendeiro, portanto anterior à compra de 1897; a escritura pública da compra de terras efetuada por Joaquim Carneiro da Câmara Municipal de Itapeva em 1897, totalizando 37, 45/100 alqueires, onde também outra informação fundamental aparece, o confrontate “*Joaquim Preto*”, o próprio Joaquim. Agora, proveniente do doutorado, e que foi digitalizado e apresentado aos moradores, a procuração (17/11/1896) que confirma mais uma vez Joaquim na Ponte Alta antes de 1897. Mesmo analfabeto ele está no cartório da cidade com seu procurador, dizendo ser ele morador antigo do lugar e por isso pode pleitear a compra dos 37 alqueires posta à venda pela Câmara Municipal, das terras “*que se acham anexas a morada e terreno d’ elle outorgante até a divisa da área fechada pelo Capitão Ricardo Campolim de Almeida*”. Foi também entregue uma cópia digitalizada do mestrado e, para a comunidade, foi solicitada uma nova cópia impressa, vista que a antiga desapareceu.

Retomando duas informações da pesquisa anterior, os três homens Joaquim Carneiro de Camargo, o Tenente Coronel Honorato Carneiro de Camargo e o Capitão Ricardo Campolim de Almeida estão juntos na compra dos terrenos municipais entre os anos de 1896 e 1897⁶⁵. Sobre a compra de Joaquim foram extraídas as seguintes informações, que precisam ser repassadas para a comunidade e o museu será o lugar:

Data: Escritura pública lavrada em **15 de março de 1897**.

Área: 37, 45 alqueires, um terreno de campos de criar no lugar denominado **Rincão da Ponte Alta** (...) contendo a área 37 alqueires e 45 centésimo.

Vendedor: Câmara Municipal de Faxina.

Comprador: Joaquim Carneiro de Camargo. (dinheiro à vista).

Valor: 823/900 – oitocentos e vinte e três mil e novecentos réis.

⁶⁵ 1º Cartório de Itapeva. Livro de Nottas Gerais nº 60 (1º semestre de 1897)p.9,11,12; Livro de Nottas nº 61 (início em 03/08/1897), p.33; 1º Tabelionato – Livro de Nottas, nº 59, p.30/31

Divisas: dividindo com a propriedade de Luis de Camargo Melo Sobrinho; **Joaquim Preto** e Capitão Ricardo Campolim de Almeida. (idem , p. 9, grifo nosso)

Outro comprador de terrenos da Câmara foi Luis de Camargo Melo Sobrinho, proprietário daquela que talvez tenha sido a maior fazenda do século XIX em Itapeva, a Pilão d'Água. Ele adquiriu 44, 75 alqueires, de campos de criar no Rincão dos Proenças, bairro da Lagoa Grande, dividindo com ele próprio e o Capitão Ricardo Campolim e terrenos municipais, fazendo com que sítio Ponte Alta ficasse bem no meio das três grandes propriedades. O lugar denominado Ponte Alta, desconhecido no presente, emerge da documentação cartorial e da memória dos mais velhos do Jaó e também dos descendentes da família de Honorato e Ricardo, como um local importante no trânsito e internagem de animais. Lá, desde 1895, 96 alqueires na Ponte Alta já estavam sob o domínio de Ricardo Campolim⁶⁶. O fato da Estrada de Ferro Sorocabana passar por aquele local no início do século XX, apenas reforça a visão de que Honorato, Ricardo e Luis de Camargo eram chefes políticos locais e de que a Ponte Alta era um ponto central do tropeirismo de Itapeva, mesmo porque, como já foi afirmado, ciclos regionais existiram, mesmo com o fim da feira de Sorocaba. E lá estava o aguerrido Joaquim Carneiro, liberto, amansador de animais xucro, que só morreu, na visão de tio Valdomiro “*porque uma potranca matou ele*⁶⁷”, porque a potranca o derrubou e não pela idade avançada e, sem titubear, retoma a idade falada na pesquisa anterior, “*Joaquim teria falecido com 115 anos*⁶⁸”. Essa informação foi passada na escola pela pesquisadora ao apresentar a pesquisa de doutorado e imediatamente notou-se a admiração das crianças pelo “vovô Joaquim”, pela sua coragem. Os meninos logo manifestaram que também gostavam de cavalos, que sabiam montar.

As tão esperadas casas não chegaram mais uma vez, muitos, desde 2000, continuaram a construir com seus próprios recursos, outros entraram na casa sem ela estar terminada, outros ainda esperam o benefício. Nesse ínterim, havia uma demanda, um sentido de urgência, por transporte público, direitos sociais garantidos como a aposentadoria rural, coleta seletiva de lixo pois o lixo ainda era

⁶⁶ Estação Cultura. Lista de lançamentos das vendas de campos municipais (1895-1897).

⁶⁷ Entrevista. Valdomiro.

⁶⁸ Idem.

queimado e recursos para ampliação das áreas de hortaliças, como encanamentos e bombas de irrigação⁶⁹.

Dessa forma, a pesquisa de campo também trilhou mais um caminho visando contribuir mais diretamente com as demandas identificadas durante o início da pesquisa de campo. Quanto à aposentadoria, além de ser uma questão de direito, o retorno dos mais velhos, agricultores por excelência, seria fundamental nessa reestruturação do Jaó como um lugar de lavradores, de produtores, a sua presença trabalhando a terra, comercializando os produtos, sem precisar recorrer aos trabalhos externos nas fazendas, passou a ser visto como uma das ações de musealização do lugar, uma cena do passado a ser preservada e que retornaria no momento presente. Assim, outras ações foram empreendidas em meio ao trabalho de campo. Roque Camargo (Roquinho) conseguiu a aposentadoria e imediatamente ampliou a sua área de cultivo e passou a integrar o grupo dos horticultores, o que fez com que seu filho Jonas também iniciasse sua “hortinha”, com possibilidade de ganho ao ajudar os pais. Posteriormente, com o apoio da Fundação ITESP, foi dada continuidade ao processo com as mulheres, inicialmente com Noemia e Áurea, ainda em andamento, e futuramente com Floriza e Leovir e outras que já manifestaram o desejo de requerer o benefício mas não sabiam como proceder. Um processo complexo de juntar documentos e notas para provar para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) o que elas realmente são: agricultoras.

Uma outra frente de atuação foi buscar parceiros para cursos de formação na própria comunidade e que agregasse mais informações ao cultivo de hortaliças em expansão, na busca pelo desenvolvimento sustentável da comunidade. E como foi afirmado anteriormente o cultivo orgânico foi o escolhido. Assim, tiveram papel fundamental no desenvolvimento do projeto, a Fundação ITESP, a Secretaria Municipal de Agricultura, com os maquinários, e os agentes executores dos programas: o Sindicato Rural de Itapeva e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) com o Programa Olericultura Orgânica, de fevereiro a outubro de 2012, um final de semana por mês. Segundo o responsável, o engenheiro agrônomo e florestal, Leandro Silva Quevedo (SENAR), são realizadas atividades técnicas como o preparo do solo, a produção de mudas, plantio,

⁶⁹ Dois parceiros ajudaram nessa empreitada, d. Eni e seu filho Nelson, herdeiros da antiga fazenda Lagoinha e o Sindicato Rural de Itapeva.

compostagem, tratos culturais, pragas e doenças, custos e levantamento de produção. A partir disso, o processo se ampliou e outro curso foi levado até eles, o Programa Agricultura Orgânica – Certificação (de março a outubro, um final de semana e visitas nas propriedades). No Jaó, serão certificados como produtores orgânicos 13 propriedades. Este programa tem parceria com o Ministério da Agricultura.

Silvia Correa Marques

Figura 30: O curso em andamento na comunidade.

Silvia Correa Marques

Figura 31: Dia de aula, várias gerações presentes.

Retomando, nessa busca por um tipo específico de produto humano, a paisagem, que utiliza uma realidade dada, o espaço físico na criação de um espaço social, humanizado (CRIADO BOADO, 1999, p.6-7), a análise dos marcos de ocupação (a cultura material visível) também estará voltada para as questões culturais ou simbólicas presentes na interação homem/ ambiente. Assim, o enfoque está comprometido com os princípios metodológicos estabelecidos nos protocolos do Projeto Paranapanema (MORAIS, 2000) que articula o modo interdisciplinar e transdisciplinar de abordagem dos problemas de pesquisa, com os seguintes objetivos estratégicos:

- a) Demarcação espacial e temporal dos cenários de ocupação humana.
- b) Desenvolvimento de métodos e técnicas de pesquisa.
- c) Valorização e instrumentalização das comunidades.

Nesse contexto de uma arqueologia de quilombos, diferentemente da arqueologia pré-histórica onde os dados geomorfológicos são fundamentais para explicar o “sítio”, no caso em tela, destaca-se o fato de que a paisagem deve ser vista em seu movimento de construção e reconstrução perante as necessidades próprias de um grupo rural afro-descendente, de ordem material e imaterial, e das condições dadas pela conjuntura, numa sociedade sempre em mudança.

Se houve escolha para iniciar o “assentamento”, foi a de permanecer no lugar e não a presença de matéria-prima ou outros recursos naturais favoráveis a fixação humana, como mostram a pesquisas voltadas para as populações pré-coloniais. Tampouco a existência de florestas e grandes rios. Garantia de proteção e sobrevivência para os quilombos formados ainda no período escravista, como os mocambos na região do Pará, conhecido como Baixo Amazonas, estudados por Eurípedes Funes (1995).

Esta pesquisa está fundamentada nas bases teóricas e conceituais da Arqueologia da Paisagem, procurando analisar os cenários de ocupação da comunidade do Jaó/ Sítio Ponte Alta e adjacências, cabendo ao arqueólogo perscrutar essa paisagem cultural, com um mínimo de intervenção. O procedimento de campo adotado nesta pesquisa será o de analisar as formas de ocupação empreendidas ao longo do tempo que se encontram “gravadas” na memória e na

paisagem na tentativa de recompor os cenários e preservá-los a partir do que ainda permanece.

Assim, Denise P. Schaan afirma que fazem parte do patrimônio arqueológico

(...) os vestígios materiais que restaram das atividades humanas, assim como as modificações na paisagem realizadas por seres humanos em determinado local ou região. Fazem parte ainda do patrimônio arqueológico vestígios da presença humana e objetos mesmo que tenham sido removidos do local de origem.(2007, p.111)

Partindo desses princípios, pretende-se encaminhar o campo e sua análise em direção a uma compreensão desse território, buscando sentido para as ações de musealização. Dessa forma, no reconhecimento e levantamento arqueológico da paisagem, serão considerados os geoindicadores como a presença de “boas águas” (HOLANDA, 2004, p.41), árvores frutíferas, restos construtivos, marcando os prováveis locais de assentamento antigo, a área de mata preservada, e também a memória, as fontes orais, com defende Orser Jr (2000) para a arqueologia histórica, portanto como um aprofundamento do mestrado.

Como procedimento de campo, o Jaó não pode ser visto como uma paisagem construída e delimitada apenas por permanências. A sua nova condição de comunidade quilombola e, conseqüentemente, de patrimônio histórico do Estado e nacional, trouxe mudanças significativas, como já foi apontado. Esse olhar sobre a paisagem, com olhos atentos para “ver a paisagem” com todos os traços da atividade humana, segue também o método proposto por Marc Bloch na análise da sua aldeia medieval: as formas dos campos, a vegetação, as clareiras de culturas mantidas pelo homem, a investigação oral, entre outros (2001, p.205-206).

Portanto, com base em um estudo de caso, analisar esse grupo específico, as comunidades remanescentes de quilombos, sujeitos que compartilham os mesmos dilemas históricos, mas que apresentam uma diversidade sócio-cultural que pode ser levantada e conhecida através das informações arqueológicas disponíveis e enriquecidas com a pesquisa histórica. Por que não

pensar numa reconstituição hipotética da paisagem, seguindo o caminho adotado por Wagner Bernal para o sítio arqueológico São Francisco (2008)?

Busca-se alcançar também “as paisagens invisíveis”, “as paisagens na memória” no cotejamento entre as fontes históricas e arqueológicas. Possível reencontro com um passado de maior autonomia e união. A proposta é contribuir para um reencontro com os elementos de sua cultura original, rememorados nos depoimentos e percebidos hoje apenas no convívio cotidiano com os moradores mais velhos.

A paisagem é também produto da percepção de um observador. Esse sujeito pensa, vê, ouve com sua própria história (TROCME-FABRE, p.69). Isso significa que a análise da paisagem deve ser feita também a partir do modo pelo qual ela é percebida, foi e é experienciada, ou seja, considerando em toda a sua complexidade. Identificar quem é esse indivíduo que observa. Significa igualmente acolher e reconhecer a visão do outro. Quando é possível ocorrer a troca de experiências entre o conhecimento tradicional e o científico. Há um outro elemento a ser considerado a partir dessa postura: o conhecimento tradicional é sobretudo prático e tem na oralidade a sua fonte de transmissão.

Nesse sentido, demandas da vida cotidiana desse grupo específico, como o apoio para conseguir a aposentaria rural, se mesclam ao trabalho de campo convencional e ganham condição de prioridade pois trará de volta á comunidade muitos portadores dessa cultura cabocla, conhecedores do cultivo tradicional da terra, das “reunidas” (prática de auxílio mútuo). A juventude que não compartilhou desses momentos, muitos nascidos a partir de 1990, terá a oportunidade de observar e aprender.

Para Helene Trocme-Fabre (2010), no seu estudo sobre os complexos processos que caracterizam a vida cognitiva “sem fronteiras e sem compartimentos”, fortemente embasado nas novas pesquisas em neurobiologia, os processos mentais da percepção e da memória, ambos expedientes cognitivos de extrema valia, são interligados e interdependentes. A primeira é individual e ligada a história vivida numa relação direta e dinâmica de relação com a realidade. Já a segunda, nesse mesmo contexto de perpétuo movimento, não se caracteriza como uma gaveta repleta de informações organizadas para serem retiradas diante das

necessidades que se apresentam. Longe disso, pela própria natureza de nossa estrutura cerebral, o trabalho mnemônico é considerado um fenômeno presente (p.74).

4.4.1 Na rota das tropas e pelos trilhos do trem, roteiro pela estrada Velha da Lagoa Grande

O trabalho de campo inicial foi em companhia de um jovem da comunidade, André, de 20 anos, aluno da pesquisadora na escola municipal que atende o bairro, período em que se destacou nas aulas de campo que seguiam as estratégias da Educação Patrimonial. Além dele, esteve presente Alexandre P. de Souza, responsável técnico pela confecção dos mapas. Materiais utilizados: máquina digital, GPS Garmin (modelo Etrex) e caderno de campo. Treze pontos foram georreferenciados inicialmente e ampliados com o decorrer da pesquisa, passando para 15 pontos. Uma vez detectadas, as informações foram georreferenciadas. O passo seguinte foi a confecção dos mapas (anexo 2).

A seguir as figuras com as informações descritivas. O ponto de partida foi a Fazenda Pilão d'Água, passando pela comunidade do Jaó, até alcançar a antiga Estação da Sorocabana, denominada Engenheiro Bacelar.

A fazenda Pilão D' água está situada no município de Itapeva, em área limítrofe urbano rural, à margem da Rodovia Francisco Alves Negrão (SP-258). Trata-se de uma antiga fazenda de inverno, o último testemunho da origem da vila de Itapeva de Faxina, abrangendo os períodos colonial, imperial e primeira república (MARQUES, 2001, ARAUJO, 2012). Local onde viveram Joaquim, Josepha e seus pais Appolinario *de tal*, negro, e Carolina de Paula Lima⁷⁰, índia, antes da mudança definitiva para a Ponte Alta (atual Jaó), discussão apresentada na pesquisa anterior (MARQUES, 2001) e que agora é acrescida com a presença do irmão de Josepha, Messias de Paula Lima e sua família. O “tio Messias” retorna para a extensa parentela do Jaó através das lembranças de seus sobrinhos Valdomiro e Calisa. Posteriormente, muitos dos homens do Jaó trabalharam na Pilão d'Água e contam do seu tradicional alambique de pinga. Sobre a Ponte Alta é importante deixar claro que,

⁷⁰ Cartório de registro civil de Itapeva. Certidão de óbito de Josepha de Paula Lima (1931).

A essa época, o lugar denominado Ponte Alta, na verdade, era uma área de campos, na antiga rota de paragem dos animais que transitavam por Faxina, denominado *Rincão de Campo Nacional da Ponte Alta*, todo ele cercado por grandes fazendas e invernagens. A expressão campo nacional refere-se a áreas de campos, ou pastagens municipais, destinada a racionalizar o fluxo dos animais que chegavam para pernoitar ou invernar, portanto, não destinadas à agricultura, mas, não menos importante economicamente. (idem, p.92)

Portanto, a fazenda em tela é um sítio arqueológico de valor histórico singular que guarda um valioso capítulo da história paulista, com suas intersecções com o sul pecuarista (MANZATO, MARQUES, 2008). Pesquisa arqueológica recente evidenciou edifícios e inúmeras estruturas de pedras, entre elas o muro de taipa (pedra sobrepostas, conhecido como “muro dos escravos”), a casa-grande, antiga senzala, a capela, núcleos de solo antrogênico, uma ruína de um antigo monjolo, estrutura que possivelmente deu nome à fazenda. A fazenda passou por vários proprietários, dentre eles Fortunata Maria de Camargo, o Coronel Donato de Camargo Melo, Adelino Rolim na década de 20 do século passado e Hans Henrich Rudof Braren, imigrante alemão, proprietário a partir de 1944. Em 2003, o Município adquiriu 74 alqueires incluindo a sede para construir ali uma escola de Educação Ambiental. (ARAUJO, 2012). Atualmente pertence à Prefeitura Municipal e a área total compreende a antiga sede da fazenda, um bosque de mata de araucárias, áreas de lazer e a represa que abastece a cidade. Hoje denominado Complexo Turístico Pilão d água, com aproximadamente 67 alqueires. Entretanto, o estudo aponta equívocos e omissões na gestão da fazenda por parte do poder público e aguarda-se novas ações que contemplem a legislação ambiental vigente e as urgentes pesquisas arqueológicas (idem). Assim, a partir da fazenda, esta pesquisa aponta para a criação de um roteiro histórico do período do tropeirismo em Itapeva, bem como da escravidão, seguindo o trajeto da antiga estrada da Lagoa Grande como se verá a seguir. No trajeto, pode-se ainda observar ambientes de transição entre a mata de Araucária, mata nativa e cerrado. O local recebe regularmente estudantes da rede pública de ensino de Itapeva e região.

Retomando, de acordo com documentação analisada, o inventário *post mortem* de Fortunata Maria de Camargo de 1894, entre os bens arrolados,

encontra-se 203 reses de criar, invernadas (Leme, Brava, Prudentino), terras de cultura, além da própria chácara Pilão d'Água, esta no valor 20 contos de réis. No dia 06 de Agosto de 1894 os herdeiros fizeram a transferência e cessão de direito e herança para seu genro Coronel Donato de Camargo Melo, pela quantia de trinta e cinco contos de reis (35:000/000) para cada um, passando este a ser o proprietário da chácara Pilão d'Água e das terras adjacentes. A partir desse momento, o filho de Fortunata, Honorato Carneiro de Camargo, começa a formar sua grande fazenda Lagoinha, levando consigo Joaquim, Josepha e Marculino Carneiro de Camargo e sua esposa, uma outra família afro-descendente que recebeu por doação testamentária o lugar chamado "Sitinho", terra anexa à fazenda Lagoinha e próxima a Ponte Alta (Jaó). Nesse contexto, deve-se pensar numa aliança formada entre Joaquim, Marculino e Toninho Conrado (Tio Toninho Conrado), famílias afro-descendentes que vivam respectivamente na Ponte Alta (Jaó), no Sitinho e no Cerrado. Das três propriedades, apenas o Jaó chegou ao tempo presente. Paisagem pretérita formada por três quilombos muito próximos como se verá no decorrer do roteiro. (Ponto 1)

Silvia Correa Marques

Figura 32: Vista parcial do “muro dos escravos”.

Silvia Correa Marques

Figura 33: Visão lateral da sede da fazenda.

Silvia Correa Marques

Figura 34: Vista parcial do fundo da fazenda, hoje propriedade da fazenda São Marco, área agrícola. No detalhe, pode-se avistar cidade.

A seguir, início da estrada não pavimentada da Lagoa Grande/ Guarizinho, trecho da rodovia SP-258 (Ponto 2). Em destaque a placa recente indicando o trajeto para o bairro do Jaó, o município “passou a ter um quilombo” em

sua área territorial a partir de 2000. Por esse caminho se deslocam escolas, jornalistas, técnicos da Fundação ITESP, anteriormente vinculados apenas às áreas de assentamento. Além de pesquisadores, autoridades públicas, membros do movimento negro local, nacional e internacional. Desde então, uma paisagem tida como importante para o município. No passado, início do século XX, toda a área pertencia à fazenda Pilão d'Água. Os moradores do Jaó faziam um percurso por dentro da fazenda, a pé, ou a cavalo, através de antigos trilhos em meio à extensa fazenda.

Silvia Correa Marques

Figura 35: A placa indicativa para se alcançar o quilombo.

Seguindo pela estrada da Lagoa Grande, chega-se a ponte do Ribeirão Fundo, (Alto Paranapanema, microbacia do Ribeirão Fundo) proveniente da represa municipal que abastece a cidade. À esquerda é possível avistar o parque Pilão d'Água. No passado, havia boas aguadas para os animais em trânsito e invernados. No presente o foco é a agricultura. À direita da estrada, localizam-se chácaras.(Ponto 3)

Figura 36: Vista sob a ponte do Ribeirão Fundo.

A seguir, entrada para o Cerrado, antiga propriedade de José Martins, nhá Gonçala e tio Toninho Conrado. (Ponto 4). O antigo sítio de 9 alqueires estava localizado mais ao interior da estrada. Por ser propriedade privada, foi georreferenciado apenas a antiga entrada. Nota-se a vegetação nativa ainda existente, os tradicionais cupinzeiros do solo do cerrado. No Jaó, era usado como forno para assar pão e torrar amendoim. Hoje são pequenas propriedades que conjugam criação de gado, leite e corte e agricultura, principalmente o milho. Os fragmentos de vegetação do cerrado estão em meio à área de pastagens. De lá saíram os homens para casar com as moças do Jaó.

Silvia Correa Marques

Figura 37: Entrada hoje do antigo sítio Cerrado.

Silvia Correa Marques

Figura 38: Remanescentes da vegetação nativa.

Silvia Correa Marques

Figura 39: Outra visão do cerrado e o cupinzeiro.

Finalmente o ribeirão das Águas Claras, conhecido como Ribeirão dos Cunha. No presente, local de pesca de lambari e cará, muito conhecido pelos habitantes do Jaó por congregarem em torno deles as três áreas habitadas por famílias afro-descendentes: Jaó, Sitinho (o ribeirão está na divisa) e Cerrado.(Ponto 5).

Figura 40: O ribeirão dos Cunha, referência no Jaó.

Mais adiante, a entrada do Sitinho, propriedade de Marculino Carneiro de Camargo. Terra deixada em testamento por Honorato Carneiro de Camargo (1916), proprietário da Fazenda Lagoinha⁷¹ e anexa à propriedade. Informações obtidas com os moradores do Jaó, informam que ele foi agregado e afilhado do fazendeiro e que este não possuía filhos (MARQUES, 2001). Propriedade vendida por volta de 1940. Outro proprietário foi Antonio Rolim Neto (Tonico Rolim) e Zuleica Monteiro Rolim, quando passa a chamar-se fazenda Santo Antonio. Lá trabalharam alguns homens do Jaó: Euclides e Hilário, Calisa foi pajem das filhas de Tonico Rolim, Circe e Mariliza. Tonico era filho de Adelino Rolim⁷², proprietário da fazenda. Pilão d' Água nas décadas de 20 e 30 do século XX. Na primeira imagem, o detalhe do antigo portão escondido em meio ao mato, na beira da estrada. Hoje pertence à Orsa Papel e Celulose, faz divisa com propriedade da fazenda São Marco, toda essa área no século XIX, pertencia a fazenda Pilão d'Água.(Ponto 6)

⁷¹ Cartório do Segundo Ofício de Itapeva. Inventário *post mortem* de Honorato C. de Camargo, 1916.

⁷² Informações colhidas com a nora de Tonico Rolim, esposa de seu filho Ciro, Maria Aparecida Oliveira Rolim, de 73 anos e Mady Rolim, neta de Adelino Rolim. Entrevista Calisa

Silvia Correa Marques

Figura 41: Entrada do antigo sítio denominado Sitinho.

Silvia Correa Marques

Figura 42 : O portão antigo.

A seguir, um portão abre caminho para o antigo traçado da estrada da Lagoa Grande, passando pela Ponte Alta, extensa área com terrenos municipais,

como foi afirmado, e que foi sendo comprado por Joaquim e os fazendeiros Ricardo Campolim e Honorato C. Camargo. Eram os “campos de criar”, a denominação na época. Esse era o caminho antigo que levava ao sítio Ponte Alta, passando pelo rio Afia faca e, seguindo a estrada que margeavam as fazendas, pelo Sitinho e o próprio Sítio Ponte Alta. Há a presença de antigos valos margeando a estrada e muitos Cambarás (árvore nativa). No presente, o terrenos onde está a estrada é de propriedade da fazenda São Marco, que faz divisa com a área de reflorestamento da Orsa. À esquerda com a Fazenda Quero-Quero, está a propriedade que foi de Jango Fonseca na década de 1970, local onde trabalharam os homens do Jaó: Joaquinzinho e seus filhos Euclides, Francisco e Benedito Estevam na lida com os cavalos, destaque entre as habilidades de seus funcionários, principalmente Joaquinzinho (conhecido como Joaquinzinho da Hermínia) e Benedito (Ponto 7).

Sílvia Correa Marques

Figura 43: Entrada da antiga estrada da Lagoa Grande. Hoje de propriedade da fazenda São Marco e em uso.

Silvia Correa Marques

Figura 44: A propriedade vizinha à estrada.

Silvia Correa Marques

Figura 45: Uma outra imagem da estrada da Lagoa Grande.

Figura 46: Exemplares de Cambará ao longo da estrada.

Descendo a antiga estrada, chega-se ao ribeirão do Afia faca. Em 2010 o trajeto estava perigoso, com muita mata e pouca visibilidade e muito escorregadio. Em 2012, a paisagem era outra, com a reabertura da estrada para passar caminhões e maquinário da São Marco. A velha estrada foi reaberta. Esse caminho levava a fazenda Lagoinha e ao sítio Ponte Alta. Era rota até recentemente dos moradores do Jaó que seguiam a pé para a cidade. Pelo Afia-faca passavam os criadores de porcos tocados a pé, e os habitantes do Jaó em dia de casamentos. Antigo marco divisório, como o Ribeirão dos Cunha citado, das antigas fazendas e invernadas (campos de criar). Até 2004 havia uma ponte madeira que suportava até tratores, mas que ruiu em 2004 (Ponto 8). Ao fundo, reflorestamento de pinus.

Silvia Correa Marques

Figura 47: Vista do ribeirão Afia faca em 2010.

Silvia Correa Marques

Figura 48: A estrada próxima ao ribeirão.

Figura 49: Vista parcial do ribeirão em 2012. Intervenções para a passagem de caminhões e maquinários agrícolas.

A seguir, pela estrada nova, que cortou o antigo Sitinho ao meio, está o prédio da antiga Estação Sorocabana (Guaíra e, mais tarde Jaó, de 1909) onde se vendiam os bilhetes para o trem de passageiro. Bem próxima a ela, funcionava a antiga escola do Jaó, havia também um núcleo de casas com o funcionamento da Sorocabana. Muitos do Jaó passaram pela “escolinha”. Hoje, no antigo local da escola há uma goiabeira e tábuas no chão, encontradas por André. Foi um importante lugar de trabalho dos homens do Jaó no corte e fornecimento de lenha para os trens nas décadas de 20, 30 e 40, do século XX, transportada por carro de boi. No presente José Paulino e esposa, moradores do local há 55 anos, reclamam do abandono e da falta de perspectiva. Perguntam sobre a possibilidade de voltar a ter um trem de passageiro que parasse no local, realidade vivida por eles até meados da década de 1970. (Ponto 9)

Silvia Correa Marques

Figura 50: Um dos prédios da Estação Jaó.

Silvia Correa Marques

Figura 51: A antiga bilheteria ainda existente.

Silvia Correa Marques

Figura 52: André localiza em meio ao mato, indícios (restos de tábuas) da antiga escola de madeira, próxima à estação.

Prosseguindo, outro ribeirão no trajeto, o Ribeirão do Jaó, ao que parece era o antigo Ribeirão da Ponte Alta. Ele margeia uma parte das terras da comunidade, próximo a linha do trem, dividindo com a fazenda São Marco. Mais um lugar de pescaria: lambari, cará, traíra. O morador próximo é conhecido como “Zé da Edna”. Mais uma boa aguada na antiga rota.(Ponto 10).

Silvia Correa Marques

Figura 53: A ponte de madeira sob o ribeirão.

Finalmente a entrada do Jaó, pelo caminho novo, relembrando que o antigo era pelo ribeirão do Afia faca. As árvores demarcam o território além da cerca de arame e antigos valos. Logo na entrada, o governo avisa: área quilombola em Itapeva e que é proibido a venda de lotes e o fato de que a comunidade é assistida pelo ITESP. (Ponto 11)

Silvia Correa Marques

Figura 54: Visão ampla da entrada do Jaó.

Silvia Correa Marques

Figura 55: A placa da Fundação ITESP já no interior da comunidade.

Em território quilombola, a Ponte do Ribeirão do Jaó (antigo Ponte Alta), local de passagem após cruzar o Afia Faca, ao percorrer o trecho da antiga estrada da Lagoa Grande. Hoje é uma faixa de terra sem uso que divide as propriedades da São Marco e Orsa. Em 2010, a proprietária da venda que existia no local, d. Dirce, pediu também o retorno do trem de passageiro, reclama que terá que abandonar o local, pois ficou sem perspectiva. (Ponto 12)

Silvia Correa Marques

Figura 56: A ponte de madeira (antigo local denominado Ponte Alta), na divisa do Jaó com a fazenda São Marcos. Os monitores ao fundo.

Ao entrar na comunidade, vira-se à direita em direção à ponte. No caminho mora Benedito (Dito Abóbora) e sua esposa Jovina, eles tem um estilo de vida mais afastado da comunidade. Dito, agricultor de longa data, ainda planta em seu terreno. Nota-se o solo com coloração mais clara, sinal de saibro, local onde os antigos retiram a matéria-prima para dar acabamento às casas de barro, nota-se também que o pinus já invadiu o Jaó.

Silvia Correa Marques

Figura 57: A estrada que desce para a Ponte Alta.

O antigo traçado (pelo Afia faca) foi percorrido em pesquisa de campo com os monitores e membros da Orsa/ Marquesa que queriam conhecer o lugar, a história do quilombo. No trajeto, buracos de tatu, cambarás, coqueiros e bugreiros margeando ou mesmo dentro dos antigos valos.

Silvia Correa Marques

Figura 58: Buraco de tatu por todo o trajeto.

Silvia Correa Marques

Figura 59: Os monitores dentro do antigo valo que definia as divisas.

Silvia Correa Marques

Figura 60: Um exemplar da árvore Cambará.

Silvia Correa Marques

Figura 61: Outra árvore típica, conhecida como Mamica de porca.

Silvia Correa Marques

Figura 62: Exemplos de coqueiro, espécie muito presente na paisagem.

Limite da divisa do Jaó, delimitado por cerca de arame e árvores, a estrada segue em direção ao bairro da Lagoa Grande. A fazenda Prelúdio é a confrontante. (Ponto13)

Silvia Correa Marques

Figura 63: Imagem que retrata a saída do Jaó.

Chega-se ao final da estrada não pavimentada, com trecho asfaltado para os bairros Guarizinho, Caputera e a cidade de Paranapanema, tomando o sentido à esquerda. A frente, uma bela área de campos de relevo plano. Durante o tropeirismo pertencia ao Capitão Ricardo Campolim. (Ponto 14).

Figura 64: Início da estrada asfaltada para o bairro da Lagoa Grande.

Finalmente, o último ponto georreferenciado, a antiga Estação da Sorocabana Engenheiro Bacellar (1909). Nota-se o estado de abandono. Outro local de trabalho dos homens do Jaó, como lenheiros e condutores de carros de boi, no corte e fornecimento de lenha, trabalhando para os fazendeiros vizinhos. Ataíde, filho de Maximiniano Estevam e Waldomira, foi o mais famoso condutor de carro de boi no Jaó antigo. No fundo, em 2010, vivia uma família cuja mãe era parente dos moradores do Jaó. Chama-se d. Roseli. Ela afirma que o marido é o caseiro do lugar, aposentado da FEPASA, e que também zela pelo barracão abandonado da CEAGESP que existe lá, próximo, usado para secagem de grãos. Também reclama da falta de perspectiva. (Ponto 15).

Silvia Correa Marques

Figura 65: A placa indicativa do lugar: Estação Engenheiro Bacellar.

Silvia Correa Marques

Figura 66: Vista parcial da paisagem em direção à Ponte Alta.

4.4.2 Com os atores em cena, as paisagens emergiram

Como foi afirmado anteriormente, o trabalho de campo tem como objetivo principal apresentar aos habitantes do quilombo, a paisagem e os lugares da memória como referências patrimoniais. Estes, uma vez localizados, serão a base para ações de musealização. Dois dados importantes a frisar é que a observação sistemática de ambientes, lugares da memória, vestígios arqueológicos e cenas do cotidiano, foram captados por registro fotográfico, e neles nota-se a presença dos moradores em campo, como parceiros a explicar o território e deixar ganhar visibilidade: um sítio de lavradores (anexo 3).

O campo vai ser apresentado, a partir de uma ordem cronológica, com a intenção de reconstituir os cenários de ocupação. Assim o ponto de partida é a data de 1889, segundo documentação cartorial, foi quando Joaquim efetivou a primeira compra de terras na Ponte Alta. É importante recuperar a reunião ocorrida no dia 3 de setembro de 2011 com a presença dos moradores mais velhos da comunidade quando a pesquisadora apresentou com uso de data show os dois documentos cartoriais que mostravam que o Jaó teria começado em 1889 e não em 1897 e que possivelmente teria ocorrido a compra das terras em dois momentos efetivado por Joaquim, portanto o Capão foi ocupado primeiro, identificado como “terra de cultura”. Foi indagado pela pesquisadora se não era dessa forma que eles chamavam e utilizavam o Capão, ou seja, como terra de cultura, mesmo sem saberem do documento. É interessante que a partir disso, tio Valdomiro monopolizou a reunião e começou a falar da “tapera do Joaquim” no Capão e que ele estava vivo ainda até aquele momento para contar a verdade, que só ele sabia ao certo as histórias mais antigas do Jaó. Imediatamente, também citou a “tapera da Josepha”, no potreiro do Paulão, onde tem uma caneleira. E começou a relatar sobre a Ponte Alta. Por mais de uma vez perguntou à pesquisadora se ela sabia onde morava mãe Josepha. Ao responder que não, tio Valdomiro, de pé, equilibrando-se em um pedaço de pau, já com as pernas fracas, começou a falar de “mãe Josepha”, aquela que deixou as terras para eles viverem unidos. Foi um momento muito emocionante para todos. No final da reunião formou-se um grupo entre Reinaldo, Francisco (Chico Marculino), Euclides e outros para se chegar a uma conclusão onde estaria localizada a tapera do Joaquim. Assim, acompanhada de Chico Marculino, de 67 anos, fomos ao Capão seguindo algumas pistas: dois tocos de “coqueiro véio”, a

mina d'água. Segundo Francisco, no Capão, usavam enxada, cavadeira de uma folha só para plantar, era “todo mundo junto”, um antigo espaço de trabalho comunitário. Nessa primeira entrada no Capão com seu Chico, vai-se recorrer ao depoimento de Roque para explicar o lugar. Segundo ele, havia diferença entre o Capão, terra de lavoura e a área de campos, área comum para a criação de animais, localizada no centro da comunidade, além disso a prática das reunidas, os diversos cultivos, o arado de animal, são elementos que irão compor a paisagem descrita por Roque.

Então é aqui, assim por exemplo, nas beiras d'água, que nem você vê o Capão, essas beiras, eles plantavam lavoura, é que nem eles contam que a Maria tava contando agora, pouco, que reunia tudo trabalhava junto aí nas baixadas e esse campo que você vê, que hoje em dia é lavoura, era nativa, era campo, que chamava barba de bode então ali todo mundo tinha as criações ali. (...) Ficava no campo, cavalo, algumas vaquinha que tinha, era no campo, não tinha lavoura aqui, as lavouras era assim nas beiras [Maria José, sua esposa, fala “no capão lá”] Produzia bem, lá produzia milho, feijão, arroz plantava, alho, cebola. A erosão, começou muita erosão ali, depois que começou a arar, daí era cortado com arado de animal, então não dava erosão muito, depois que começou fez umas curvas de nível lá na área, no começo da associação. Com trator, foi arado lá com máquina lá, fizeram umas curvas de nível e as curvas de nível, daí formou enxurrada e não resistia às curvas de nível, estourava. Usava pouquinho de adubo^{14/8} que era muito pouquinho, mas produzia muito bem, pouquinho adubo. Deixava sujar, tombava com arado de animal. Na roça mesmo ficava uma camada, uma camada, naquele tempo era um milho comum, não era esse milho de agora, o milho comum ele crescia muito, ficava, chegava a pegar dois metro de altura então quando você quebrava, você já maniava, então tinha muita massa, então daí, já colhia a roça também as vezes meio no sujo, depois arava aquela capinzeira, misturada tudo, largava lá, apodrecia. Só naquele tempo a gente tava fazendo uma coisa boa e nem, sabia, num entendia, num sabia nada de matéria orgânica num sabia. O guandú alguns tinham nos quintal, mais os que mais tinha no Capão que é de forrar era o feijão vara. Daqueles capão de mato lá em cima, de cima dos capão de mato pra baixo era tudo lavoura, plantava lavoura. Que nem nós tava falando agora pouco, reunia o

povo, até os que tavam trabalhando, que trabalhava fora, chegava naquele dia, no final de semana, eles reunia tudo lá, três, quatro com apareio de animal cortando, eu mesmo tombei muita terra ali no capão. Quer dizer, é uma tarefa, você ia lá trabalhava, por exemplo, era doze e meia uma tarefa, doze braça e meia, um quadrado que era, então você tirava aquela quantia as vezes era tarefa as vezes era por dia. Você trabalhava o dia lá, depois o dono da lavoura vinha e trabaia o dia pra você. É que de primeiro pra trabaia assim nas reunidas ninguém falava em dinheiro de um paga o outro. [Sobre José Estevam] Eu trabaia com ele, nós plantava roça, plantava feijão, é, alho, cebola, a última vez que eu fiz lavoura de alho com ele, nossa mais como deu alho!. A Cema, aqui pergunte pra Cema, num vencemo mais catar. Na tiguera foi a Cema que catou.⁷³

A seguir, as imagens que mostram o Capão, a entrada em meio à mata fechada, local da tapera de Joaquim e a terra de plantio. Segundo seu Chico, terra boa para feijão e milho. Acompanhando o trabalho de campo, ele vai refazendo a paisagem ainda muito viva na memória, pois remete a um passado de união, diz que era dividido em quadros e por herança, ainda afirma que o lugar era cheio de olho d'água. Aproximando da árvore açoita cavalo, relembra do mutirão para carpir até ao meio dia. Ficavam na sombra e tomavam leite com farinha previamente encomendado na fazenda do Nhô Quim Campolim, e cafezinho. Próximo à árvore, também havia o paiol do Aprígio, seu sogro, de barro e coberto de sapé. Um pouco abaixo, ele também teria construído um “ranchinho”, espécie de morada provisória. Também conta que foi introduzido na agricultura por José Estevam, no trabalho com a enxada, foice e que batiam feijão com vara.

⁷³ Entrevista. Roque.

Silvia Correa Marques

Figura 67: A entrada do Capão: área tradicional de plantio.

Silvia Correa Marques

Figura 68: Daniel e Francisco acompanham a pesquisadora em busca da tapera de Joaquim e Josepha.

Silvia Correa Marques

Figura 69: A árvore Açoita Cavalo, referência para se chegar ao lugar.

Silvia Correa Marques

Figura 70: Descendo a encosta, área com vegetação seca. Localização da tapera de Joaquim.

Sobre o contexto arqueológico do trecho percorrido em busca de indicadores de ocupação antiga: área de intervenção agrícola profunda, uma parte está arrendada para o plantio de milho e feijão para um fazendeiro vizinho e há locais com erosão. Essa área é pertence a Roque e Maria José. Sítio de pouca visibilidade, formado por vestígios de assentamentos de curta duração. Em investigação arqueológica em contextos urbanos, pesquisadores da Universidade de Buenos Aires, afirmam que, sobre contextos arqueológicos pré-históricos e históricos, este último com escalas de tempo menor, os processos de formação natural e cultural do registro arqueológicos devem ser analisados e problematizados para uma identificação mais clara de que forma eles atuam (MORALES, M. *et al*; 2009). Os mesmo processos incidem sobre a conformação de uma paisagem, entendido como um fenômeno de coexistência e, sobretudo, de interação entre o homem e o ambiente. Processos culturais como descarte ou abandono, por exemplo (SCHIFFER, 1987). Contudo, não se pode esquecer que esta pesquisa foca o meio rural, com outra dinâmica ambiental, apresentando mudanças e transformações antropogênicas de outra ordem. Todos esses fatores são importantes para se compreender o território e estabelecer uma correspondência com o referencial histórico das ocupações e atividades humanas da área em estudo, como as antigas casas de barro cobertas de sapé, assentadas sob fragmentos de rocha, com materiais construtivos degradáveis ao longo do tempo, de baixa visibilidade arqueológica. Abaixo o registro fotográfico da chegada e início da limpeza do terreno do local identificado como a “tapera de vovô Joaquim”, a partir de informações orais (Ponto A).

Métodos utilizados: a) limpeza de pequenas glebas a serem amostradas para visualização de superfície: a cobertura vegetal do terreno foi limpa, basicamente havia soqueira de feijão e milho; b) registro fotográfico; c) coleta de superfície; d) caminhamento pelo terreno para o levantamento de nascentes, morros, afloramento de rochas e concentração de cultura material; e) georreferenciamento; f) confecção de mapas.

Silvia Correa Marques

Figura 71 : Início da limpeza do terreno para a visualização do local.

Silvia Correa Marques

Figura 72: Visualização do tronco do coqueiro citado (geoindicador).

Silvia Correa Marques

Figura 73: Localizado um buraco maior, da antiga árvore, outro indicativo da antiga tapera de Joaquim.

Silvia Correa Marques

Figura 74: Limpeza da vegetação seca abundante no seu entorno. Ao fundo a árvore acoita cavalo (geoindicador).

Nota-se, nesta primeira intervenção, uma cavidade existente no solo de aproximadamente 60 cm de profundidade e 1.40 de diâmetro, indicando possivelmente a presença de uma árvore de grande porte e antiga, provavelmente garantia de sombra, e observa-se também “orelhas de pau” e de raízes ramificadas no seu interior. Na superfície um solo arenoso escuro (20 cm), muito provavelmente do uso de queimada para a lavoura e também do fogo accidental que afetou a cultura de feijão e se espalhou com o calor e a estiagem nos meses de outubro e novembro de 2011. Solo mais argiloso embaixo. Uma área retangular foi aberta para prospecção de superfície. A cavidade de diâmetro maior, apresenta orelha de pau no seu interior. Mais acima há outro buraco menor, bem próximo, indicando talvez, pelo diâmetro uma palmeira Jerivá ou coqueiro, como é chamado. Próxima aos buracos, uma área coberta com vegetação seca e abundante, sem soqueira de feijão e milho, indicando desvio para os tratores e “algo diferente para o pesquisador”. A curva de nível no meio da quadra foi limpa. Não foram encontrados vestígios (0720409 / 7353557 UTM).

Silvia Correa Marques

Figura 75: Em destaque, a cavidade no solo onde havia uma antiga árvore.

Silvia Correa Marques

Figura 76: Vista geral quadra limpa.

Ponto B: Quadra (4 x 4) aberta para prospecção de superfície um pouco mais acima e à esquerda. Vestígios não encontrados. (0720385 / 7353532 UTM).

Silvia Correa Marques

Figura 77: Vista geral da limpeza da segunda quadra.

Ponto C: Gleba próxima ao coqueiro. Foram encontrados vestígios: fragmentos de rocha (arenito) e quatro fragmentos de argila queimada, um deles em tom saibro amarelo. Localizado próximo ao tronco do coqueiro. Localização: Gleba: 0720394 / 7353529 UTM; pedra: 0720388 / 7353521 UTM. Georreferenciamento do toco do coqueiro situado bem próximo: 0720392 / 7353534 UTM.

Silvia Correa Marques

Figura 78: Vestígios localizados em campo.

Silvia Correa Marques

Figura 79: Fragmentos argila queimada.

Silvia Correa Marques

Figura 80: Fragmento de rocha.

Ponto D: Quadra (4 x 4) aberta para prospecção de superfície entre a B e a C, alguns passos à frente. Vestígios não encontrados. Mata nativa acima e ao lado. (720380 / 7353520 UTM)

Silvia Correa Marques

Figura 81: Vista geral da limpeza da quadra.

Ponto E: Quadra (4 x 4) aberta para prospecção de superfície. Vestígios não encontrados. Ao fundo, a mata nativa fechada, ainda muito densa . Abaixo, bem próximo, a mina d' água antiga. Nota-se o declive suave do terreno. (720371 / 7353511 UTM)

Figura 82: Vista geral da limpeza da quadra, ao fundo a mata nativa.

Ponto F – Encontrado vestígios: Fragmento de tijolo, talvez para o uso no fogão, conforme as informações atuais dos moradores e fragmentos menores de argila queimada ou mesmo tijolo, são de tamanho bem reduzido. Quadra (4 x 4) aberta para prospecção de superfície um pouco mais abaixo da gleba maior. (720399 / 7353524 UTM)

Silvia Correa Marques

Figura 83: Fragmento de tijolo.

Silvia Correa Marques

Figura 84: Vista parcial da área pesquisada.

Silvia Correa Marques

Figura 85: Fragmentos de argila queimada ou tijolo.

Silvia Correa Marques

Figura 86: Fragmento de tijolo.

Figura 87: Os fragmentos visualizados em campo.

Encontrado no caminhar do terreno, um fragmento de pedra (720405 / 7353487 UTM) e uma pedra “quebra coquinho” embaixo da primeira árvore no capão. Roque Camargo, após ver a pedra, confirmou que os moradores comiam muito coquinho e utilizavam pedras para quebrá-los. Na verdade, como é um sítio em plena ocupação, muitos dos vestígios encontrados, fragmentos de rocha, tijolos, telhas, estão embaixo de árvores. Principalmente em locais em que há plantio, em função dos tratores.

Silvia Correa Marques

Figura 88: Um achado fortuito, fragmento de rocha.

Silvia Correa Marques

Figura 89: O quebra coquinho, próximo a uma árvore no Capão.

Silvia Correa Marques

Figura 90: Fragmento de rocha.

Silvia Correa Marques

Figura 91: Quebra coquinho.

A última etapa, foi percorrer a erosão subindo a encosta, com mais dois pontos georreferenciados. Início do percurso, mais abaixo próxima a mata que protege a mina d'água. Foram localizados vestígios, mais ao alto do terreno: fragmento de arenito e uma perna de cadeira de ferro (720303 / 7353518 UTM)

Silvia Correa Marques

Figura 92: Encontro fortuito no caminhamento.

Silvia Correa Marques

Figura 93: Processos naturais: a erosão do solo.

Saindo do Capão, já na área comprada em 1897, em terreno com vista aprazível e mina d'água próxima, a tapera de mãe Josepha (a primeira) foi localizada. Como foi dito anteriormente, tio Valdomiro forneceu as pistas para a localização da casa: no potreiro do Paulão, localizar o buraco da árvore caneleira, a paineira. Como Joaquim faleceu em 1911, acredita-se que Josepha tenha se mudado para lá sozinha, pois é um lugar mais plano em área aberta de campo, como eles denominam. Pode-se inferir também que o Capão foi se tornando tipicamente um local para a agricultura, sem moradia definitiva. Josepha também já tinha pelo menos, dois filhos moços nesse período, Elydio, com vinte anos e Hermínia. Portanto não estaria sozinha, com filhos pequenos. Talvez Elydio já tivesse se casado com Justina de Alexandre, de uma das famílias do Cerrado, ou pelos menos, o compromisso já estaria acertado.⁷⁴

Localizado o buraco da árvore antiga:

Silvia Correa Marques

Figura 94: Coberto por vegetação, é possível ver a cavidade que restou da antiga árvore.

⁷⁴ Segundo informações obtidas com Lena (Maria Madalena dos Santos, de 60 anos) em sua casa em Itapeva, no sítio Cerrado vivem três famílias: os Martins, a da nhá Gonçala e os Alexandre. Lena é neta de Laurinda e filha de Joaquina. Morou tempo no Cerrado com sua mãe que ficou viúva e irmãos. Hoje está planejando voltar ao Jaó no pedaço cedido por sua tia Calisa. Ela também perguntou se eu sabia da lei antiga do Jaó, ou seja, só casar com parente. A casa da sua mãe ficava na restinga, perto de uma árvore de eucalipto, com um “pomarzão” bem perto.

Mais abaixo a paineira, o poço e, finalmente a mina antiga, ainda fornecendo água, desenhando uma paisagem muito agradável e com ampla visão da área.

Silvia Correa Marques

Figura 95: A Paineira, próxima a antiga morada de Josepha.

Silvia Correa Marques

Figura 96: Logo abaixo, o antigo poço que fornecia água potável.

Silvia Correa Marques

Figura 97: Seguindo o trajeto, a mina d'água.

Silvia Correa Marques

Figura 98: Vista geral da paisagem.

No terreno de Albertina (núcleo Albertina), tivemos a sua companhia em todo o percurso. Ela fez questão de mostrar os poços de água, alguns desativados, sujos, outros em bom estado. Percorremos o fundo do terreno onde ela e Aurélio, seu marido, por anos muitos anos, foram grandes produtores de hortaliças. Ela citou “agriãozá”, em referência ao cultivo do agrião que era vendido na feira na cidade, afirmou também que fazia farinha e torrava café em casa, “para o gasto”. O núcleo compreende a mina d’água (720747 / 7354721 UTM), a igreja Deus é Amor (720720 / 7354630 UTM) e a antiga casa de Elydio, já viúvo, (720763 / 7354612 UTM).

Albertina lembra muito do marido, da falta que sente dele e do orgulho de saber plantar de tudo. Sua vida está vinculada ao cultivo da terra. Mesmo com idade avançada (77 anos) percorre o sítio sozinha em busca de esterco e madeira do mato para cercar sua horta. Filhos e netos afirmam que ela não para de trabalhar, de fazer coisas. Nesse local há uma sobreposição de datas e uso, pois foi moradia de Elydio, após ficar viúvo e é um tradicional local de culto. Lá está localizada a igreja Deus é amor, apresentada anteriormente. Ela foi construída de alvenaria sobre uma antiga igreja de barro onde Aurélio fazia a leitura da Bíblia. Há também a presença de muitas árvores frutíferas: laranja azeda (para fazer doce), amora, mexerica, ameixa, abacate, *bananá* (queimou com a geada), laranja lima, limão vinagre, pessegueiro, goiabeira. O terreno está um pouco sujo, com mato seco, uma limpeza, evidenciaria o potencial das árvores no quintal. Ao fundo, foram construídos tanques de piscicultura (3) em 1997, onde Albertina tinha a sua horta no passado. Hoje Aparecido está tentando recuperar pelo menos um deles. Enquanto isso Albertina construiu sua nova horta no local, tomou para si “de novo” uma pequena área. Finalizando, o local apresenta um grande potencial hídrico que precisa ser objeto de estudo e planejamento. As fontes de captação devem estar protegidas com mata ciliar e de acordo com as leis de conservação do meio ambiente. Abre-se também uma perspectiva para se pensar na ampliação das áreas de horta irrigadas, além do próprio córrego que margeia a área, na divisa com a fazenda Prelúdio.

Também no terreno de Reinaldo e Leovir, mais três minas d’água foram localizadas, com uma em plena atividade.

Silvia Correa Marques

Figura 99: Albertina acompanhando o campo.

Silvia Correa Marques

Figura 100: Uma das minas d'água localizadas. Recurso natural disponível em abundância.

Silvia Correa Marques

Figura 101: O poço antigo que garantia água potável. Sem uso no presente.

Abaixo as engenhosidades de Albertina para a roça de milho que pretende plantar e para a manutenção da sua horta.

Silvia Correa Marques

Figura 102: Estoque de esterco coletado por Albertina. Prática tradicional de cultivo na comunidade.

Seguem as mesmas observações para o terreno de Roque e Maria José. Além do córrego (de nome Ribeirão), há três minas d'água que poderiam passar uma avaliação técnica. Uma delas está com uma bomba sapo para irrigar a horta. No Ribeirão pesca-se lambari, bagrinho, cascudo, mandizinho, segundo Jonas, um dos monitores. Em campo, os monitores Jonas, Daniel e Cézar ficaram discutindo sobre o veneno do tomate que desce para o córrego e o quanto ele descasca pele, pois é um local de lazer para eles. Após esse percurso, todos subiram para a antiga casa de barro e costaneira mantida no terreno para uma aula de Educação Patrimonial. A casa será objeto de análise mais detalhada no próximo capítulo. Dia de trabalho de campo em que os monitores localizaram o antigo arado de animais embaixo de uma árvore.

Silvia Correa Marques

Figura 103: Minas d'água no terreno de Roque.

Silvia Correa Marques

Figura 104: O arado antigo recolhido por César.

Nos dias que se seguiram com o trabalho de campo, as mulheres estavam no barracão trazendo a verdura para o Programa de Aquisição de Alimentos do governo Federal (PAA) e merenda escolar. Aquele momento foi registrado, pois todas queriam mostrar a produção da horta. Com muito trabalho, vencendo as dificuldades, unidas, estão conseguindo vencer.

Silvia Correa Marques

Figura 105: A produção da horta chega ao barracão para a comercialização.

No dia 28 de outubro de 2011, os monitores foram levados para o Sítio Cachoeira, de propriedade do Sr. José Carlos, no bairro Saltinho do Coqueiral para conhecer um sítio voltado para o cultivo orgânico, que gentilmente recebeu o grupo. Foi nesse local que se iniciou a parceria com o SENAR, citada anteriormente, para o curso no Jaó.

Silvia Correa Marques

Figura 106: Visita ao sítio Cachoeira.

Silvia Correa Marques

Figura 107: A horta orgânica em destaque.

Retornando ao campo no Jaó, a próxima casa a ser localizada foi a tapera de Waldomira (Vardú) e Maximiniano, também de barro coberta de sapé. Maria José, neta de Waldomira guiou o campo. Mas será pelas lembranças de tia Calisa, nora do casal, que será apresentado o lugar. Ela cita a existência de um valo que dividia o terreno para cercar os animais, pois seu sogro tinha umas cabeças de gado, cavalos e porcos e também havia um grande pomar, mexerica, “mandiocá” e “batatá”. Após casar-se com José Estevam, Calisa passou a morar lá também, próximo aos sogros. Destaca-se do seu depoimento, a importância não só da criação de suíno no fornecimento de carne, como da banha, garantia de alimentação farta nesse universo da cultura cabocla.

É, eu parava pro lado de lá da valeta.[Ao ser perguntada sobre a criação de porcos] Porco. Eles tinham uma porcada e cada vez de matar, era naquele tempo que tinha aquela lata ‘artona’ meia ‘redondona’. Matava um porco, fritava e ‘ponhava’ na banha pra depois era só esquentar pra ‘come’. E o outro ele dava pra todo pessoal do bairro um pedaço. Durava, durava. Fritava ‘bem fritinho’, deixava na banha, chegava na hora de ‘come’ era só esquentar. (...) Eu morava no terreiro, o rapaz que eu casei era filho dele, era num paiol que eles guardavam o milho deles, eu parava no ‘paiolzinho’ depois que eu mudei ali, perto da Isalina, da Isalina pra cá. Eles eram tudo bom pra mim. Nossa! Criava aquela ‘galinhada’, então ela [Waldomira] matava galinha, e quando chegava final de semana, aparecia gente lá, ela dava comida pra todo o povo, eles gostavam de tratar do ‘pessoar’. E tinha ‘frangaiada’. Daí que eu mudei ali onde é a Zaula, nós ‘fomo’ lá em cima. Você não conheceu a casa que eu tinha lá⁷⁵?

⁷⁵ Entrevista, Calisa.

Silvia Correa Marques

Figura 108: Maria José e a tapera de Waldomira, sua avó.

Silvia Correa Marques

Figura 109: O valo em destaque citado por Calisa.

O local seguinte foi a tapera da Deolinda (Diúla) e José Estevam, bem próximo ao abacateiro mais velho do Jaó. A sua casa era a maior do Jaó, havia um grande salão para festas de casamento e velórios. Esse local pode ser descrito como um núcleo com várias casas. Ganha destaque também a existência de um monjolo de milho, pois Deolinda fazia farinha em casa, segundo informações de Euclides e sua filha Leninha, que moram no local. As outras casas eram dos filhos Claudionor e esposa, Aprígio, que se casou com Eugênia, filha de Deolinda após enviudar e seu outro filho Joveniano casado com Maria Rita. Euclides desce em direção ao córrego para mostrar o antigo local do monjolo.

Silvia Correa Marques

Figura 110: Euclides caminha em direção ao córrego para mostrar o lugar do antigo monjolo.

Silvia Correa Marques

Figura 111: Vista parcial da tapera da Deolinda. O córrego e mata nativa ao fundo.

Silvia Correa Marques

Figura 112: O local exato do monjolo.

Figura 113: O Abacateiro, alimento e sombra, referência na comunidade.

Continuando o percurso em busca dos lugares da memória, falar do passado dos moradores do Jaó, é citar a fazenda Lagoinha, atual São Marco, propriedade de Honorato Carneiro de Camargo, depois de seu filho adotivo Fidêncio Carneiro de Camargo. Algumas famílias do Jaó ainda moram lá, os homens trabalham com maquinário agrícola, trator, colheitadeira e outras. Noemi ainda faz trabalhos esporádicos na fazenda, como “de costume”, como lavar roupa. Sobre a localização da antiga sede, foi citado dois pés antigos de jabuticaba que não existem mais. Os monitores conhecem toda a área da fazenda. Nesse local nota-se uma vista ampla, no topo de uma colina suave. Atualmente esse local está com plantação de soja. Há a presença de Araucárias e árvores antigas, matas nativas ao fundo e arredores. Na imagem abaixo, a antiga trilha para o Jaó em uso até os dias atuais. Também foi georreferenciado uma antiga trilha, próxima a um córrego com uma pequena cachoeira, identificado como um local de lazer. A seguir, o campo de aviação construído pelos moradores do Jaó, contratados pela fazenda. Uma paisagem impactante. Do alto da construção da sala do aeroporto, avista-se o telhado da escola da comunidade. Dali, sai o antigo caminho para a venda da Dirce, na Ponte Alta.

Silvia Correa Marques

Figura 114: Vista parcial do antigo caminho por dentro da fazenda São Marco em direção ao Jaó.

Silvia Correa Marques

Figura 115: Vista parcial do campo de aviação da fazenda.

Finalmente a visão, a partir da fazenda São Marco, do Jaó, ou sítio Ponte Alta. O Capão está ao fundo. Intersecção de terras das fazendas Prelúdio, Ravina e São Marco.

Figura 116: A partir da Fazenda São Marco, vista parcial do Capão.

É notável a visão ampla para a morada de Joaquim, que vivia bem próximo ao que seria o limite da fazenda Lagoinha, como “um vigia dos animais”, a evitar o roubo e muito próximo da antiga rota da Ponte Alta. Um local estratégico. Local de vivência de Joaquim Camarada, tal como consta na escritura da Fazenda Casa Nova de 1894. E assim ganhou seu lugar social. A condução dos animais de uma fazenda para a outra, de uma internada para outra, era uma das funções dos camaradas.

Na parte mais baixa do terreno, existe um banhado (área úmida), onde fluem pequenos cursos d’água, pequenas minas d’água, que deságuam no ribeirão da Ponte Alta. Há uma ponte velha, pinguela, na trilha tradicionalmente feita a pé, a cavalo e, mais recentemente de bicicleta pelos moradores do Jaó. Área alterada profundamente no início do século XX com a construção da linha férrea, provavelmente o que alterou o leito e o tamanho do ribeirão.

Essa área próxima a linha do trem foi percorrida, seguindo as antigas trilhas usada pelos moradores para a Lagoinha, usada até hoje.

Silvia Correa Marques

Figura 117: Vista parcial da passagem antiga.

Descendo o Capão, próximo ao limite com a fazenda São Marco, chega-se a bela ponte da antiga Estrada de Ferro Sorocabana onde ocorreu a coleta de vestígios em superfície.

Silvia Correa Marques

Figura 118: Coleta de superfície: objetos de ferro (parafusos) utilizado na construção da linha do trem.

Silvia Correa Marques

Figura 119: Antiga ponte da Estrada de Ferro Sorocabana.

Silvia Correa Marques

Figura 120: Em destaque as iniciais EFS.

Silvia Correa Marques

Figura 121: Outros materiais coletado próximo à ponte.

Na tapera de Hermínia e de seu marido Euclides de Campos, mais uma vez o seu neto Euclides, forneceu as informações, e deu como referência outro abacateiro. Sua mãe Antonia faleceu quando ele ainda era pequeno, sendo criado pela avó. No trabalho de campo, Euclides informou que lá viveu também mãe Josepha, próxima a filha Hermínia, sua outra morada. No mesmo terreno, morou Alexandre, o caçula da irmandade, no dizer de Euclides, que tinha uma grande criação de porcos. Foram coletados materiais diversos, fragmentos de telha, madeira, tijolo e de rocha (a base das casas antigas de barro), um fragmento de ferro e um frasco de remédio para porcos, no local onde vivia Alexandre, que foi embora para Buri, após o falecimento da esposa. Nesse contexto, os fragmentos não estavam dispersos, mas localizados próximos ao abacateiro. Como a área é usada para o plantio, hoje está arrendada para o milho, acredita-se que com o uso do trator, os restos construtivos foram colocados todos juntos. Entretanto o que mais chamou atenção e causou muita alegria a Euclides e que correu o bairro, é que foi encontrado a chapa de ferro do fogão de Hermínia. Abaixo a vista do local e o abacateiro mais abaixo.

Figura 122: Local da tapera da Hermínia.

Silvia Correa Marques

Figura 123: As peças do Fogão (ferro).

Silvia Correa Marques

Figura 124: Fragmento de rocha.

Figura 125: Fragmento de telhas.

O primeiro trabalho de campo no núcleo Tapera, assim denominado pois era um local onde várias famílias viviam juntas, foi acompanhado por Reinaldo. A sua presença foi determinante. Ele deixou os dois netos pastoreando algumas cabeças de gado de seu filho, para ser o guia no trabalho de campo. Ele é considerado um dos maiores produtores que o bairro teve no passado, conseguindo superar as barreiras tradicionais enfrentadas pelos pequenos produtores, como a comercialização da produção, historicamente um motivo de frustração e desestímulo para os pequenos agricultores. Outras famílias mantinham uma produção para a subsistência, como ficou explicitado anteriormente. Há mais de dez anos, por discordar dos encaminhamentos dos projetos coletivos, Reinaldo preferiu manter-se afastado. Muito religioso e avesso a “contendas”, assistiu a desestruturação da antiga forma de plantar calado. Hoje, vemos seu retorno à vida política da comunidade, defendendo o modo tradicional de plantar. Sob a ótica de Reinaldo, reaparecem na paisagem os vínculos familiares no deslocamento sempre em grupo

das famílias pelo sítio, constituindo vários locais de moradia, portanto de interação social. Esse dado fez surgir uma questão fundamental: se a paisagem é antrópica, cultural, sua percepção também depende de quem está observando. Um olhar desatento ou “estrangeiro” só veria no núcleo Tapera uma extensa área de pasto com algumas árvores dispersas. Com achados fortuitos de superfície, foram coletados fragmentos de louça branca, uma garrafa de coca-cola, fragmentos de telha e tijolo. Também foram localizados os alicerces da antiga casa de Calisa e José Estevam em meio à pastagem. Terreno com pouca visibilidade e mato muito alto. Árvores frutíferas diversas e ananás estão espalhados por toda a área. Num segundo momento, Áurea e Maria do Carmo também quiseram mostrar o lugar. Um pouco mais abaixo, havia a tapera de Laurinda. E próxima a ela, uma nascente e o antigo local de criação de porcos.

Silvia Correa Marques

Figura 126: Reinaldo observa e descreve como viviam e plantavam na Tapera.

Silvia Correa Marques

Figura 127: Restos construtivos localizados em meio ao pasto.

Silvia Correa Marques

Figura 128: Na companhia de Áurea e Maria do Carmo, mais informações sobre o lugar.

A Tapera, no passado recente, foi um núcleo familiar por 33 anos (1958-1991). Um local de intensas relações de ajuda mútua. La vivam as famílias de

Calisa e José Estevam e Jamila (irmã de Calisa, já falecida) e Benedito Estevam. Isalina, filha de Jamila, nos leva ao encontro desse tempo,

Elas moravam juntas, vizinhas as duas. Ela ia, trabalhava na roça, carpia, plantava cebola, plantava alho, batata, plantava mandioca e nossa vida era mais sofridinha. Tinha que descer um descidão para buscar água na cabeça, daí subia com a latona d'água na cabeça, era assim nossa vida. (...) Descia um descidão pra irem na casa da mãe Nega lá, então nois pegava água ali. Não tem um matinho? [a filha Deise chega para participar da entrevista] É lá, e lavava roupa lá também, então mais antes nois descia lá pra pega água pra cima, e pro lado de baixo já tinha que lavar roupa. E lavava roupa pro lado de baixo [Deise: Tem aquele Ribeirão lá pro lado do São Marco]E depois por ultimo dai não deu mais, fracass a água ali em cima no matinho lá, ai nós descia lá na divisa que tem o Ribeirão.[sobre os moradores] Morava eu, morava minha mãe, morava a Neuza, que é da família, tudo pertinho né, daí um pouquinho pra frente a mãe da Áurea, morava a Francisca, é só que morava lá. Morava meu irmão Custódio, morava pro lado de cima. Tem uma arvrons lá em cima? Lá era a casa do Custódio, berano o Capão, uma arvrons bonita que era, que ela compro muda na cidade e plantou e formou uma arvrons, morava ele com a família. Tinha um potreiro é, pra cima da arvrons ali dá, que tem os pés de banana ali, então pra cima da bananeira era o potreiro, lá 'sortava' os cavalo nosso ali, ficava pastando ali.[sobre as irmãs Calisa e Jamila] Eram, onde uma ia, ia junto as duas, iam cedinho pra roça, quando os outro pensava de ir ela já 'tavam' quase tirando a tarefinha de delas. Ele levava de, que ele trabalhava também na Prelúdio daí ele levava com a carreta da fazenda, e daí nois tinha um chiquerão de porco também ali na tapera, (...) se você viu lá, tinha um chiqueirão de porco de ameia com o pai da Áurea, nois era unido, então nois não comprava gordura, naquele nois usava aquelas gordura de porco, nois não comprava tinha ali também, matava porco. Dai não tinha luz, não tinha geladeira, essa coisa não existia. Então matava o porco, colocava aquela carne frita do porco, colocava dentro daquelas lata de gordura pra conserva, ai nois tinha aquela carne, nois comia a carne de porco.[Sobre a carne conservada na banha] Dai ela dura. E Frango que nois criava também, bastante frango, dai os que sobravam, vendia, feijão, vendia milho. Vendia, dai tinha o cavalo, dai tinha o aradinho de ara com o cavalo, dai meu pai também,

meus irmãos mais velho, tio Zé pai da Áurea, eles aravam com o aradinho de cavalo, arava, gradeava, dai nois tinha um riscadozinho (...) riscava, dai nois ia atrais com a xec - xec plantando⁷⁶.

A seguir, algumas imagens do que foi encontrado e coletado. Trata-se de uma parcela do território de extrema relevância, com cultura material constituída de restos construtivos, poucos fragmentos de louças (prato), fragmentos de tijolo e argila queimada. Envolve diferentes áreas de atividade humana, moradia, roça e criação de animais. Mas é sobretudo, uma paisagem na memória.

Silvia Correa Marques

Figura 129: Local do antigo paiol de Jamila.

⁷⁶ Entrevista. Isalina.

Silvia Correa Marques

Figura 130: Maria do Carmo em momento de rememoração na Tapera.

Silvia Correa Marques

Figura 131: Local onde estava localizado o moedor de cana.

Silvia Correa Marques

Figura 132: Fragmento de louça.

Silvia Correa Marques

Figura 133: Fragmento de tijolo.

Figura 134: Fragmentos de louça dispersos pela Tapera.

Em campo, Áurea e Maria do Carmo conversam, a pesquisadora apenas acompanha a caminhada, algumas vezes, sua presença é esquecida e ela se mantém a distância, entendendo que aquele momento é delas. Maria do Carmo (nora de Jamila) e Áurea começam a lembrar de cenas do cotidiano passado. Foi Maria do Carmo que deu o recado para “Tia Tica” (Calisa) que o marido José Estevam tinha falecido, ela estava do outro lado da linha do trem trabalhando na lavoura. Uma outra situação lembrada foi quando do alto da Tapera, “Tio Dito” (Benedito Estevam) começou a gritar que a onça tinha pego Maria José no “calipá” (eucalipto), e a notícia do seu falecimento correu a comunidade. Dizem que avisaram a avó Waldomira, entretanto o fato não ocorreu, Maria José estava “lenhando” no mato e as duas caem na gargalhada. A fartura de alimentos e produção, plantavam inclusive em terras da fazenda Prelúdio, é destacada. Falam também da dificuldade em subir com latas de água na cabeça quando a velha mina secou. Da casa que pegou fogo e que queimou tudo o que havia nela, mas que ninguém morreu ou se feriu, fato lembrado com um misto de tristeza e alívio. Além do medo da Áurea em cruzar pela trilha aberta pelos antigos moradores, com lobos, período em que ela dormia na casa de “tia Erta” (Albertina) para o marido Aurélio fazer a feira de madrugada na cidade no lugar de seu pai, José Estevam.

Na verdade, os moradores do Jaó praticamente abriram a fazenda São Marco para o plantio, percorrendo toda a área de fundo da fazenda, que faz divisa com o Jaó, “arrancando toco” e limpando toda a área. As lembranças de Áurea fecham com maior clareza o que foi o núcleo Tapera, um tempo em os fazendeiros vizinhos permitiam a entrada dos lavradores do Jaó, em busca de terras férteis:

Os donos davam pra plantá. Esses matos que ta parecendo lá na frente, ali era lavoura nossa. Ali onde é o tomate, era a roçona de milho. Era da fazenda Prelúdio. Aquele tempo o patrão não ligava, dava terra pra gente planta, a gente plantava. Agora que todas as coisas é exigente. (...) Vendia bem todas as coisas, até arroz, tudo. Viu, se vê que agora o povo é exigente. Mais aqueles tempo que o pai tinha porcada. Olha, sabe onde é que o pai vendia porco? Carne de porco, levava porco picado e vendia até na feira. Chegava o pai, ia na feira vende, chegava, nós enfiava a mão no bolso do pai assim, quando nós tirava a mão de lá, nós tirava com dinheiro. E ele não ligava, ele tinha. Só que nós era boba, chegava na casa: Mãe dá um copo d’água que eu pago a senhora, olha pro se vê. Ali a mãe dava água pra nós, dava comida pra nós na mão, nós pegava e pagava ela. Uma criança de hoje em dia se pega um dinheiro, ele já não vai. Ele pega e guarda. Agora, vai quebrar uma roça de milho com máquina. De primeiro, o roção de milho, nós quebrava tudo de mão. Verdade quebrava de mão, nós quebrava por cargueira. Arrancava feijão por tarefa. [Sobre a carroça] Ela era grande, levava carne de porco, levava frango pra vende, queijo pra vende, levava feijão, arroz, de tudo pra vende que tinha, batatinha. É, banana ele também vendia⁷⁷.

Finalmente, a antiga tapera de Laurinda, que já com idade avançada e viúva, passou a morar próxima a antiga casa de sua filha Calisa.

⁷⁷ Entrevista. Áurea

Silvia Correa Marques

Figura 135: Do alto do núcleo Tapera, uma visão da Fazenda São Marco.

Silvia Correa Marques

Figura 136: Mais abaixo, em meio às árvores, a tapera de mãe Nega.

Sobre as típicas casas de barro que existiam no núcleo Tapera e por todo o Jaó, e que foram aos poucos sendo substituídas por madeira, Roque ensina como fazer e também fornece informações sobre a fornalha de barro ou cupim:

A casa de barro é, primeiro, nivelava o chão, nivelava o chão e daí tinha os esteios, porque a casa de duas águas sempre ocupava nove esteio, daí esquadrejava com madeira, na época madeira de mato mesmo (...) caibramento tudo eles fazia, só que tinha umas pessoas certas que fazia, porque sempre a madeira de mato é meia torta, procurava onde tava a tortura dela pra ajeita, pra fica, e contava. Armava a casa, cobria, ripava, tinha o ripamento primeiro, pra depois o sapé, o ripamento naqueles tempos com varinha fina que eles chamavam de arco de peneira era mais procurado. É. Arco de peneira era mais procurado pra fazer o ripamento, amarrava com cipó, o ripamento todo bem amarradinho com cipó, depois cobriam com sapé, bem coberto, tirado oito ou nove (...) antes de cobrir, fazer, deixava pra seca, aí cobria bem coberto de sapé, daí vinha o barroteamento que eles chamam, barroteamento, que é aqueles pau de pé (...) também com trava, amarrado com cipó, tudo. Tudo era amarrado com cipó. Açoita cavalo é madeira boa, é madeira de lei, aqui tem bastante aqui (...) tem umas par delas. E só que era então, faziam também a reunida, depois da casa prontinha, ripada, ou se não arrumar alguém pra ajuda, depois fazia, reunida dez, quinze homens.. É, ao mesmo tempo, combinava, o de lá porque barroteava assim (...) um batia de dentro e o outro de fora, batia o barro encontrado, daí o barro encaixava por dentro daquele ripamento. É o saibro é, com saibro amarelo, ficava bonito, de longe a gente avistava a casa, parecia pintada a casa, parecia que era tinta amarela. [Do lado de fora da casa] Fornalha, a fornalha, isso era pra assa pão que eles fazia naquele tempo também. O cupim, o cupim usavam porque daí tinha muito cupim, que nem eu falei pra você, era barba de bode no campo e campo você sabe que dá muito cupim, as vez eles iam faze a casa já dava certo, porque a casa era perto de um cupinzão daqueles lá, eles aproveitavam o cupim pra faze fornalha, ele abriam a boca bem certinho, assim furavam pra traiz dele assim [mostrando com as mãos] ⁷⁸.

Sobre a alimentação do passado, pelos campos do sítio Ponte Alta estavam lá as iguarias apreciadas pelos indígenas, codornas, perdiz, atrás das frutas nativas do cerrado. Isalina descreve a paisagem antiga:

⁷⁸ Entrevista. Roque.

Tinha, tinha sim, saía tempo de gabirola, pitanga, saía poncã, tempo de frutinha do campo, era só gurizada e meninada tudo no meio do campo, catando gabirola. Tinha! Cascudo, conhece cascudo? Cascudo é uma frutinha que da no campo, era gostoso aquela época. Caçava! Botava, fazia arapuca, laço, porque é perdiz, é duro pega no urupuca. Laçava, meu pai fazia, fincava uma varinha assim, arma uma varinha daquela que arca assim, que é, a varinha selava assim, daí ele fazia uns negocinho assim e a perdiz ia come a sementinha de milho, ficava ali prezo, pegava a perdiz. Fazia fritinho. Até nois mesmo, eu, o Luiz, que é meu irmão, o Roque irmão da Áurea, nois fazia arapuca, fazia *juqué*, nois fazia até laço também e pegava passarinho, pegava pomba, pegava codorna, lambozinho pegava. Nós fazia na roça. É, armadilha, ela entra lá dentro, a gente faz corredorzinho tudo tortinho e pinxava milho daí ela entra come a comida, daí ela entrava tudo tortinho e não sabia sai e a gente ia e pegava o passarinho, as vezes entrava de três quatro passarinho⁷⁹.

⁷⁹ Entrevista. Isalina.

Capítulo 5

A herança cultural em tela: Jáó um museu a céu aberto

No século XIX, a expansão dos museus no Brasil ocorreu *pari passo* com a institucionalização da Arqueologia no país, a partir dos museus de ciências naturais. O colecionismo foi, como no resto do mundo, o caminho trilhado na formação das primeiras instituições.

Os museus brasileiros entraram neste século, com coleções arqueológicas provenientes de coletas assistemáticas, como locais de ensino e produção científica, como depósito de objetos ordenados, atuando a partir de uma perspectiva enciclopédica, evolucionista e classificatória (BRUNO, 1999, p.82)

Neste capítulo, apresenta-se um breve panorama do caminho que leve ao entendimento da Musealização da Arqueologia, um campo de reciprocidade entre duas áreas de conhecimento: a Arqueologia e a Museologia. Esta comprometida com a preservação e a comunicação, aquela em evidenciar e produzir conhecimento. Áreas que podem se cruzar, serem aliadas na transformação do patrimônio arqueológico em herança cultural (BRUNO, 2006). Como área de conhecimento específico sobre o passado, a Arqueologia brasileira vem construindo um conhecimento científico significativo, entretanto, a mesma não mostra potencialidades efetivas de comunicar-se amplamente com a sociedade nacional (SILVA, A., 2008). Este é um dos desafios atuais para a preservação do patrimônio arqueológico brasileiro. Por outro lado nos últimos anos, os arqueólogos brasileiros passaram a assumir responsabilidades voltadas para o envolvimento das comunidades na gestão do seu patrimônio arqueológico, um passo além do campo tradicional de atuação do arqueólogo, ou seja, a produção de informações científicas. Dessa forma, assuntos, conceitos e técnicas da área da Museologia passaram a compor o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas. Como o de cadeia operatória que envolve os processos de salvaguarda e comunicação, portanto com o objetivo de extroversão, de se comunicar (BRUNO, 1996).

Transformações significativas ocorreram no ambiente museológico mundial, com novas referências conceituais, o que levou a um repensar do próprio

conceito de Museologia. Não mais restrito ao estudo da história e trajetória dos museus ou mesmo do objeto como fonte original de informação.

O amadurecimento do pensamento museológico como fenômeno mundial nos últimos cinquenta anos, é fruto de reformulações, reflexões, embates sobre a necessidade de novas práticas museológicas e de novos modelos de museu a partir da crítica aos modelos tradicionais e que têm perpetuado a musealização da arqueologia em muitos países. São eles: os museus arqueológico-artísticos, centrados na valorização estética, “vocacionados para a preservação das coleções da Antiguidade Clássica, ou das culturas andinas e mesoamericanas” e os “museus arqueológico-tecnológicos, responsáveis pela musealização dos vestígios pré-históricos e vinculados aos estudos da antropologia e das ciências naturais”, focados na análise do contexto (BRUNO, 2005, p. 241).

Assim, seminários, encontros e diversos documentos foram sendo elaborados e marcaram o que se denomina de Nova Museologia. A crítica ao colecionismo, os novos processos museológicos e a indagação de qual seria o papel social dos museus na contemporaneidade, foram alguns dos pontos que moveram os debates. Nessa ordem de ideias, é interessante destacar que foi no leste europeu recém-saído de regimes autoritários comunistas então impostos pela União Soviética, que o objeto da Museologia foi discutido e então, mais tarde, expandido para atividades, procedimentos e práticas. Dessa forma, compondo a trajetória discutida por Van Mensch: da instituição para o acervo e daí para as atividades. Momento esse que uniu o teórico russo Razgon, os tchecos J. Newstupny e J. Benes e os alemães da antiga República Democrática Alemã, I. Jhan, K. Schreiner e V. Schimpff (MENSCH, 1994).

Na década de 70 do século XX, com a revalorização das teorias holísticas, foi proposto o conceito de Museu Integral, considerado um avanço em relação aos museus tradicionais. A Declaração Mesa-Redonda de Santiago do Chile, realizada entre 20 e 31 de maio de 1972, apresentou como recomendação à UNESCO a proposta de um novo conceito de ação dos museus: “o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural” (ARAÚJO & BRUNO, 1995, p. 24). Pode ser considerada a primeira manifestação internacional da Nova Museologia.

Outro passo importante foi considerar o museu com um fenômeno, como processo. E não mais restrito a um espaço determinado, tampouco há um conjunto específico de referências. Assim o “fenômeno museal” pode ser pensado como construção e a participação comunitária passou a ser valorizada. Esta é a visão de Hugues de Varine-Bohan, um dos teóricos dos ecomuseus surgidos na França na década de 1960, que defende que o museu enquanto instituição e processo, deve estar vinculado a um território e a comunidade que o constitui,

(...) o museu sem deixar de ser uma instituição é essencialmente um processo cujo objetivo é contribuir para a transformação de uma realidade não dominada pela comunidade num recurso útil para seu desenvolvimento, tanto no presente como no futuro (2000, p. 22, 23).

Enfim, o museu passou a ser visto como uma instituição “a serviço da sociedade, que adquire, comunica e, notadamente, expõe, para fins de estudo, educação e cultura, os testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem” (ARAÚJO & BRUNO, 1995, p. 23). Entretanto, principalmente na América Latina, ele passou a ser compreendido como um espaço privilegiado onde as “grandes massas populares” pudessem, através da fruição de seu patrimônio cultural e natural, ter uma vida mais digna. (idem).

Organizado pelo Ateliê Internacional de Ecomuseus – Nova Museologia, o novo encontro que culminou na Declaração de Quebec em 1984 e a criação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINON), um ano depois em Portugal, foi um aprofundamento do processo de mudança iniciado em Santiago. É importante destacar que, na visão de Mario Montinho o que ocorreu em Quebec foi o reconhecimento das múltiplas experiências que vinham ocorrendo nos diversos países. (MOUTINHO, 1995, p.28). Portanto, o MINON foi um organismo interessado em promover e debater a multiplicidade de práticas museológicas que surgiam, desde os ecomuseus, os museus comunitários, os de vizinhança e tantos outros.

A Declaração de Caracas, escrita na Venezuela no ano de 1992, é outro documento importante nesse caminho de renovação da Museologia. Sobre esse momento, analisa Judith Primo

Entende que os museus da América Latina têm como desafio a relação do museu com a Comunicação, o Patrimônio, a Liderança, a Gestão e os Recursos Humanos. Redefine o conceito trabalhado na Mesa Redonda de Santiago, o de Museu Integral para o conceito de Museu Integrado na Comunidade. Recomenda a reformulação das políticas de formação de coleções, de conservação, de investigação, de educação e de comunicação, tudo isso em função de se estabelecer uma significativa relação com a comunidade. Propõe que o museu assuma a sua responsabilidade como gestor social, através de propostas museológicas que reflitam os interesses da comunidade e utilizem uma linguagem comprometida com a realidade, sendo esta a única forma de transformá-la (PRIMO, 1999, p. 25).

Finalmente, em território nacional foi implantada a Política Nacional de Museus no ano de 2003 e que trouxe para o debate os novos modelos museológicos:

(...) a ampliação do conceito de patrimônio está relacionada à criação de novas categorias de museus, como ecomuseu, museu comunitário, museu de vizinhança, etc., que não estão fechados nas paredes de um edifício, mas realizam as ações museológicas em um território, com uma população. Essas novas categorias de museus, abertas a uma população e a um território, irão contribuir, também, para que as ações museológicas possam ser processadas fora do espaço restrito do museu, abrindo, assim, amplas possibilidades para a realização de novos processos de musealização. Do ponto de vista metodológico, foi um vetor a incentivar a busca de soluções criativas. (Política Nacional de Museus. *Programa de Formação e Capacitação*. Apresentação/Introdução; maio 2003).

Finalizando essa primeira parte, o que é importante também deixar claro nessa reflexão é que no pensamento museológico contemporâneo, além da questão do patrimônio, dos indicadores da memória, o museu no presente é considerado um vetor de desenvolvimento sócio-econômico local e Museologia, como disciplina aplicada, tem a potencialidade de mediar as relações entre preservação e desenvolvimento comunitário. (BRUNO, 2005). Essa é a função social do museu.

As pesquisas arqueológicas e os seus respectivos acervos têm contribuído de forma singular para o desenvolvimento dos estudos de museologia, desafiando as metodologias de trabalho relativas à cadeia operatória de procedimentos de salvaguarda e comunicação e, sobretudo, escancarando as dificuldades relativas à projeção sociocultural dos processos museológicos no que se refere aos caminhos da acessibilidade e do pertencimento patrimoniais. Do colecionismo exaustivo à devolução de acervos aos seus locais de origem, passando pelos dilemas da preservação ambiental, a arqueologia em sua dimensão museológica está envolvida nesse impasse (...) Entretanto, a história da arqueologia nos museus é permeada pelas ideias de conquista, de abandono e de mudanças e, no Brasil, estas ideias constituem mais um dos eixos dos processos colonizadores. (idem, p.242-243)

5.1 O enlace entre o passado e presente.

No âmbito da Musealização da Arqueologia serão apresentados dois caminhos que estão sendo percorridos visando transformar o patrimônio, entendido como o “o conjunto dos bens, frutos as relações entre os homens e os recursos naturais; entre os homens em sociedade; e as interpretações que são elaboradas a partir destas relações” em herança (BRUNO, 1998, p.19). E entendidos como espaços de intervenção (BRUNO, 1999). A implantação de um museu e a musealização de um espaço dentro da comunidade, foi a proposta adotada. Este apresenta grande potencialidade para ações de musealização, ou seja, de preservação e comunicação, nesse universo da cultura cabocla de raiz africana defendida na tese. Ambos pensados como novos lugares da memória. Sobre o museu, ele foi pensado a partir das novas orientações acima definidas, portanto ele deve se ajustar aos interesses e as demandas reais da comunidade. Além disso, como ele vai conter informações importantes sobre a história do lugar, sua gente, seus costumes, suas memórias, ele também tem potencialidades de se converter em um local de informação e pesquisa sobre o quilombo do Jaó. Ele vai guardar um acervo significativo sobre a “documentação da terra”, como querem os moradores. Finalizando, foi construída uma proposta de roteiro, partindo da fazenda Pilão d’Água, que abrange o tema do tropeirismo, da Estrada de Ferro Sorocabana, das tropedas de porcos, das questões de ordem ambiental, do conhecimento da Mata de Araucária do Cerrado. Sem esquecer que há uma história pretérita, em termos de

cenários de ocupação, da ocupação indígena e também de intercâmbio cultural. Assim, também se construiu uma nova perspectiva para se pensar a história de Itapeva, de forte identidade histórica, ambiental e cultural com o sul do Brasil, com os campos do Paraná. A mesma reflexão para os quilombos, pois apresentam potencialidade para fazer parte da rota dos tropeiros.

5.1.1 A antiga casa de barro e costaneira

Seguindo a perspectiva de Varine-Bohan (2000) sobre a necessidade de se compreender o território, foi visto que a comunidade do Jaó é a imagem do rural em mudança. Entretanto, também de permanências. E elas estão na memória e na paisagem como foi evidenciado. Nesse contexto o núcleo Roque e Maria José apresentou potencialidades surpreendentes nessa perspectiva de preservação. Primeiramente a identificação pontual do que foi levantado: a existência da última casa de taipa ou pau a pique, portanto que apresenta a técnica tradicional do uso de barro na comunidade, com 40 anos aproximados. E, sobretudo, o fato de seu proprietário ser considerado um “artesão pedreiro”, como outros homens antigos do Jaó. Além destes, a participação da pesquisadora em atribuir um novo valor a sua propriedade foi essencial. Outro fator a ser destacado além da casa, é o fato de que o terreno possui uma reserva grande de mata nativa: arrueira, bugreiro, açoita cavalo, coqueiro, o cipó entremeado entre as árvores, o pé de café sombreado e muitas árvores frutíferas. O que já despertou também o desejo na família em adquirir mudas das frutíferas nativas que existiam em abundância na comunidade, principalmente na área central de campos: a gabirola, a pitanga rasteira, o cajuzinho, o ariticum amarelo do campo (cascudo, capicuru, como eles chamam), além das aves perdiz e codorna, citados por eles. Nestes termos, encontra-se naquele local, um patrimônio material da comunidade (a expressão material do uso coletivo do barro na construção das casas) e o guardião do seu modo de fazer. Finalmente, Roque e seu filho Jonas estão participando dos cursos que estão ocorrendo no Jaó e já é visível de como o conhecimento tradicional agregado às novas informações pode ser o motor de desenvolvimento de comunidades rurais como o Jaó. Abaixo foram selecionadas algumas imagens que contam dessa escolha (anexo 5).

Silvia Correa Marques

Figura 137: Visão externa da casa de Roque. Na base, os fragmentos de rocha.

Silvia Correa Marques

Figura 138: A parede de pau a pique.

Silvia Correa Marques

Figura 139: Como resultado do curso, o minhocário.

Silvia Correa Marques

Figura 140: A horta de Maria José e Roque.

Figura 141: A vegetação nativa.

5.1.2 O museu quilombo do Jaó

A escolha em construir um museu, ou um espaço-museu foi pensado conjuntamente entre a pesquisadora e a comunidade inicialmente a partir dos documentos cartoriais existentes (relacionado à terra e outros como nascimento, óbito dos familiares antigos) e as fotografias antigas que foram sendo apresentadas no decorrer da pesquisa e da notícia no bairro de que a pesquisadora estava buscando um parceiro para bancar a reforma da antiga escolhinha para o museu. Os vestígios que foram coletados em campo foram sendo apresentados para a população e pensados posteriormente a integrar o futuro museu, como o arado, o “fogão” da Hermínia, as peças da Sorocabana. Como já foi afirmado anteriormente, a intenção era construir em alvenaria o museu, a pedido de alguns moradores diante do perigo de alguém querer fazer uma “malvadeza” com eles, como eles falam. Entretanto, foram meses em busca de apoio para o projeto, mas como foi já foi descrito anteriormente, o caminho foi buscar parceiros na iniciativa privada tanto para a construção do museu como para a reforma da casa de Roque que será de madeira e paredes internas de barro. Todo esse processo foi finalizado

no momento do encerramento da tese, mas foi positivo e a comunidade está aguardando a chegada do caminhão com as tábuas serradas nesse momento de fechamento da tese. A parceria teve sucesso, entretanto a empresa não quer divulgação do nome, prefere ser citada como aquela que fez a doação para o quilombo do Jaó.

O local escolhido foi uma das salas da antiga escola, é um local estratégico, bem visível, e os moradores estavam com projetos de desmontar a escola pois grande parte das tábuas estavam deterioradas (anexo 6). Ao lado, na outra “salinha” está a Igreja Católica. Portanto, trata-se de um projeto a longo prazo, o próximo passo é levantar o museu e juntamente com a comunidade contar um pouco da história das pessoas que habitaram aquele local e que seja um espelho onde a comunidade se reconheça.

Finalizando, foram produzidas duas plantas por um desenhista projetista da casa do Roque e Maria José e do museu, com o levantamento do material e todas as outras informações pertinentes a uma obra, para finalmente ser apresentado à empresa, culminando também em mais um momento do trabalho de campo com os monitores e a comunidade.

Encerrando o capítulo, após as imagens do futuro museu, uma representação da antiga morada de Joaquim e Josepha reconstituída a partir da memória, da pesquisa arqueológica e do registro fotográfico do lugar, uma espécie de síntese da pesquisa e carro chefe do museu. É o retorno de vovô Joaquim e mãe Josepha ao seu lugar de origem, é a memória iconográfica de um passado compartilhado, com as práticas culturais pretéritas de seu cotidiano, muitas ainda visíveis no presente, o cavalo, o pilão, o milho, o “saber fazer” as casas de taipa.

Silvia Correa Marques

Figura 142: A escolinha antiga em destaque.

Silvia Correa Marques

Figura 143: Jonas retirando as telhas da antiga escola, possível local da construção do museu.

Figura 144: Tapera de Joaquim e Josepha. Ilustração (arte gráfica) de João Marcelo da Silva Rodrigues.

Conclusão

Silvia Correa Marques

Figura 145: O jovem Paulo (Dedé), sempre a cavalo pelos caminhos que levam ao Jaó. Cena que relembra o passado evidenciado.

Silvia Correa Marques

Figura 146: Construção típica: o paiol que guarda ferramentas e a produção agrícola da família. Ao lado, as bananeiras.

As duas imagens carregam em si significados que foram buscados nesta tese e que de alguma representam todo o percurso. Iniciado no distante tempo do tropeirismo da Velha Faxina, das fazendas de invernagens, dos escravos e libertos que trabalhavam com os animais, da convivência entre descendentes de guaranis, camaradas e peões, alcançando a formação de uma típica cultura cabocla na região e no antigo sítio Ponte Alta. As paisagens na memória, ávidas em serem reencontradas, completaram essa viagem em busca de um passado de união, produção agrícola variada e que contam das experiências vividas e compartilhadas ao longo do tempo pelos moradores do quilombo do Jaó. Como uma homenagem, um fragmento do depoimento de Isalina que, junto com as imagens, fecham a proposta da tese. Sobre o Capão, a terra de cultura:

Tinha um quadrinho assim, que um quadrinho era só de feijão, daí o outro quadrinho era só milho. Ali no intervalo era amendoim, amendoim ali tinha outro quadro era um canavial, era bonito, e ai tinha a divisa que eles plantavam pro lado, na terra do vizinho também pra lá do Capão. Então tinha o quadro da minha mãe, o quadro da tia Erta, o quadro da tia Noêmia, tinha o quadro da tia Isa, tinha o que era junto com a Mãe Nega, tinha o quadro do tio Zé, é tudo de ‘apar’ assim, ia embora aquele roçã, o quadro de um e de outro, de outro, e ainda tinha os quadro que era de ameia, um plantava de meia com outro. [No campo, na área central] Tinha animal, tinha bem cavalo, só que às vezes tinha cavalo de gente que nem era daqui, trazia e soltava ai no campo, largava ai⁸⁰.

Desta forma, os vestígios, os lugares da memória, as paisagens, indicadas por esses sujeitos, parceiros no trabalho de campo, numa ação de reencontro de um passado que estava submerso diante de tantas mudanças e da insegurança com a nova denominação quilombola, volta a compor o presente. Seguindo as orientações da Nova Museologia e da proposta desta pesquisa, da Musealização Arqueologia, com ações pensadas a curto e a longo prazo, denominá-los como caboclo, quilombolas e brasileiros foi uma tentativa de compor uma explicação que agregasse informações à comunidade.

⁸⁰ Entrevista. Isalina.

No segundo semestre deste ano, a comunidade recebe os antropólogos do INCRA para dar início ao processo de regularização fundiária e contagem da população, hoje em torno de 60 famílias, aproximadamente 400 pessoas. Há um trânsito constante em busca de trabalho nas fazendas da região, na cidade de Itapeva e Buri. Enfim, aquele será mais um elemento fundamental no empoderamento da comunidade que pode trazer sua história para a mesa de debate, dizendo o que querem daqui para frente, como pretendem planejar o território para o futuro. O que plantar, como plantar, com grandes perspectivas de que toda essa experiência no Capão seja considerada e replanejada e o Jaó se torne uma das principais áreas de cultivo orgânico do município.

Outro ponto, que caracteriza uma parte fundamental desta pesquisa, é finalizar a construção do museu e preparar a exposição das cópias dos documentos da terra e das muitas fotos dos “antigos” que foram sendo apresentadas até o último minuto da pesquisa, assim como o pedido de cópias para a família, para deixar na casa. Também será acompanhado a reforma da casa antiga do Roque e Maria José e o registro do dia em que ocorrer o “barroteamento” das paredes internas amarradas com cipó.

Bibliografia

- ABREU, Regina. A patrimonialização das diferenças: usos da categoria. In: Barrio, Ángel Espina; Motta, Antonio; Gomes, Mário Hélio. (Org.). *Inovação Cultural, Patrimônio e Educação*. 1ª ed. Recife: Massangana, 2010, v. 1, p. 65-79.
- AB'SÁBER, Assis N. *Os domínios de natureza do Brasil. Potencialidades paisagísticas*. Ateliê Editorial. São Paulo, 2003.
- AFONSO, Marisa C. Um olhar para a arqueologia pré-histórica do Estado de São Paulo. Tese apresentada ao concurso de Livre Docência no Museu de arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Área de Arqueologia Brasileira 2005.
- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALCÂNTARA, Aureli A. de. *Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama - a Pré-história*. Dissertação (Mestrado), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Terras de preto, terras de santo e terras de índio- uso comum e conflito*. Belém: NAEA/UFGA, 1989.
- _____. Quilombos: sematologia face a novas identidades. IN: *SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS- PROJETO VIDA DE NEGRO*. Frechal: terra de preto. São Luís, Maranhão, 1996.
- _____. Quilombos e Novas Etnias. In: O'DWEYER, E. C.(org). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.
- _____. Terras tradicionalmente ocupadas – processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. vol 6, nº1, p.9-32, 2004.
- _____. *Terras de Quilombos, Terras Indígenas, Babaçuais Livres, Castanhais do Povo, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas*. Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico. V.2. Projeto: Nova Cartografia Social da Amazônia. PPGSCA, UFAM/Fundação Ford. Manaus, 2006, p. 101-132.
- ALMEIDA, Aluísio de. Os caminhos do sul e a feira de Sorocaba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 187, 1945.
- ALMEIDA, F.F.M. *Fundamentos geológicos do relevo paulista*. In: Instituto Geográfico e Geológico (IGG), p.169-262, São Paulo, 1974.
- ARAUJO, Astolfo G. de M. *Levantamento arqueológico da área Alto Taquari, Estado de São Paulo, com ênfase na abordagem de sítios líticos*. Dissertação (Mestrado). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- _____. *Teoria e método em arqueologia regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema*. Tese (Doutorado), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. *Revista de Arqueologia*, 20: 09-38, 2007.

ARAÚJO, Marcelo; BRUNO, M.C. *A memória do pensamento museológico contemporâneo – Documentos e depoimentos*. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

ARAÚJO, Sílvio Alberto C. *Arqueologia de Itapeva/SP: contribuição à formação de políticas públicas para a gestão patrimonial*. Dissertação (Mestrado), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. *Conhecer para preservar: arqueologia e inclusão social na bacia do Paranapanema Superior*. Tese (Doutorado), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARRUTI, José Mauricio. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana* [online]. 1997, vol.3, n.2, pp. 7-38. ISSN 0104-9313. Acesso em 04/05/2012.

_____. *Relatório Técnico Científico sobre a Comunidade Remanescente de Quilombos do Cangume, município de Itaóca (SP)*. ITESP, 2003.

_____. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006.

BADDINI, Cássia M. *Sorocaba no Império. Comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2002.

BAIOCCI, Maria de Nazaré. *Negros de Cedro: estudo antropológico de um bairro rural em Goiás*. São Paulo: Ática, 1983.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco. Estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo, Brasiliense/CNPQ, 1988.

BARBOSA, Euflávio. *A curiosa história de Itapeva no século XIX*. Material disponível na Secretaria de Cultura de Itapeva, 1988.

BARROSO, Vera L. M. O caminho do "certão": da integração ao isolamento IN: SANTOS; VIANNA; BARROSO. *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: EST, 1995, p. 37-44.

BASTOS, Rossano L.; BRUHNS, Katianne. As várias faces do patrimônio arqueológico. In: MILDER, Saul E. S. (Orgs.). *As várias faces do patrimônio*. Santa Maria: Pallotti, p. 77-117, 2006.

BASTOS, Rossano. O Papel da arqueologia na Inclusão Social. IN: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 2007, p. 288-301.

BELLOTO, Heloísa L. *O governo de Morgado de Mateus: primórdios da restauração da Capitania de São Paulo*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

BERNARDO, Teresinha. *Memória e branco e negro. Olhares sobre São Paulo*. EDUC, São Paulo, 1998.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *Caderno de Ciências da Terra*, 13. São Paulo: IGEO/USP, 1971.

BLAJ, Ilana; MALUF, Marina. Caminhos e fronteiras: o movimento na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *R. História*, São Paulo, n. 122, jan/jun, 1990, p. 17-46.

BLOCH, Marc. *A terra e seus homens*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

BONETTI, Charles. São Paulo arcaico: os primeiros habitantes do baixo Vale do Ribeira de Iguape. In: *História do Estado de São Paulo: A formação da unidade paulista*. São Paulo: Editora UNESP, Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.

BORILLE, Ângela M.W. Relação entre compostos fitoquímicos e o nitrogênio em morfotipos de erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.) Dissertação (Mestrado), Ciências do Solo Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. São Paulo, T. A Queiroz /Edusp, 1987.

BORNAL, Wagner Gomes. *Sítio histórico São Francisco: um estudo sob a ótica da arqueologia da Paisagem*. Tese (Doutorado) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BRANT, Marlon; CAMPOS, Nazareno J. de. Uso comum da terra e práticas associativistas da população cabocla do planalto catarinense. *Geosul*, Florianópolis, v. 23, n. 45, p 43-64, jan./jun. 2008.

BRUNO, Maria Cristina. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 9. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1996.

_____. Museologia e Museus: princípios, problemas e métodos. *Cadernos de Sociomuseologia*, nº10. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1997.

_____. *Museologia e turismo*. São Paulo, CEETEPS, 1998.

_____. *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*. In: *Cadernos de Sociomuseologia*. nº 17. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999 .

_____. Principais campos da ação museológica. *Seminário CCB: museus e exposições no século XXI: vetores e desafios contemporâneos*, julho de 2004.

_____. Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº31, 2005, p. 235-247.

_____. Museus e pedagogia museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. In: MILDNER, Saul E. S. (Orgs.). *As várias faces do patrimônio*. Santa Maria: Pallotti, p. 119-140, 2006.

BUENO, Beatriz P. S. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da capitania de São Paulo (1532-1822). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Sér. v.17. n.2. p. 251-294. jul.- dez. 2009.

BUGUIÉRE, André. A antropologia histórica. IN: LE GOFF, J. A História Nova. 5º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 168-204.

CAMPOS, Nazareno J. de. *Terras comunais: ocorrências na formação sócio-espacial brasileira*. Geosul, Florianópolis, Santa Catarina, 2002.

CASTRO, Hebe M. M. de. . *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Das cores do silêncio. Significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1998.

CANABRAVA, Alice. *O algodão em São Paulo (1861-1875)*. 2ª ed., São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

CANDIDO, Antonio. *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

CARRIL, Lourdes de F. B. *Terras de negros no vale do Ribeira: Territorialidade e resistência*. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

CHAGAS, Mario. *Memória e poder: dois movimentos*. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2002, p.35-67 (Cadernos de Sociomuseologia, 17).

CHANTAL, Blanc-Pamard; RAISON, Jean P. Paisagem. IN: *Enciclopédia Einaudi*, vol.8, Lisboa, Imprensa Nacional, p.139-150.

CHMYZ, Igor. Dados parciais sobre a arqueologia do Vale do rio Paranapanema. Publicações avulsas Museu Paranaense Emilio Goeldi. IN: Programa Nacional de pesquisas arqueológicas. Resultados preliminares do primeiro ano 1965-1966. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; nº 6, Belém, PA, 1967.

CLAVAL, Paul. *Geografia Cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC,.1999.

CORRÊA, Dora Shellard. *Paisagens sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723 - 1930)*. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. *Rev. Bras. Hist.* v. 26, n. 51, 2006, p. 63-87. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n51/05.pdf>. Acesso em 06/03/2012.

_____. O Estado e as paisagens criadas a partir do século XIX por índios, posseiros, colonos e pequenos proprietários na área de proteção ambiental de Tejuapá. *Histórica* – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 47, abr. 2011.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. IN: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, L. *Paisagem, tempo e cultura*. 2ª ed., Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p.92-123.

CRIADO BOADO, Felipe. Del terreno ao espacio: Planteamientos y Perpectivas para La Arqueología del Paisaje. IN.: CAPA, 6. *Criterios y Convenciones em arqueologia Del Paisaje*. Grupo de investigação de La Arqueología del Paisaje, Universidade de Santiago de Compostela, 1999.

CUNHA, Euclides da. *A margem da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo : Cia. das Letras, Fapesp ; SMC, 1992.

CUNHA JUNIOR, Henrique. *Tecnologia africana na formação brasileira*. Rio de Janeiro, CEAP, 2010.

CURY, Marília. Os usos que o público faz do museu: a (re) significação da cultura material e dos museus. In: *MUSAS-Revista Brasileira de Museus e Museologia*. Rio de Janeiro: IPHAN, v.1,nº1, p. 88-106, 2004.

DE BLASIS, Paulo. *Resgate arqueológico no traçado do Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL) no Estado de São Paulo: trecho IX e X (de Paulínia à Fronteira com o Paraná) – Relatório Final*. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2000.

DIEGUES, A. C. (org.) *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. 4ª Ed, Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: SENAC, 2004.

EISENBERG, Peter. Ficando livre: a alforria em Campinas no século XIX. *Estudos econômicos*, v. 17, n. 2, p.175-216, 1987.

ENDERE, M. L.; CURTONI, R.P. Patrimonio, arqueologia y participación: acerca de La notión de paisagem arqueológica. IN: IN: CURTONI, R. & ENDERE, M.L. (Eds). *Análisis, interpretación y gestión em La arqueologia de sudamérica*. Argentina. Série Teórica. Volume 2. UNICEN. 2009, p.277-296.

FRANCO, Maria S. C. Homens livres na ordem escravocrata. 4 ed., São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FRY, Peter, VOGT, Carlos. *Cafundó: a África no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, 1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FUNARI, Pedro P. A.; DOMINGUEZ, L. Esclavitud y Arqueologia de la resistencia em Cuba y Brasil. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 14: 209-223, 2004.

FUNARI, Pedro P.A.;CARVALHO, A.V. *Palmares ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FUNARI, Pedro P. A arqueologia e a cultura africana nas Américas. F.L.N. de Azevedo; J.M.Monteiro (Eds.). *Raízes da América Latina*. São Paulo, Expressão e Cultura/Edusp, p.535-546, 1996 a.

_____. Novas perspectivas abertas pela Arqueologia na Serra da Barriga. SCHWARCZ, L. M. e REIS, L. V (Eds.) *Negras Imagens*. São Paulo: Edusp/ Estação Ciência, p. 139-152, 1996 b.

_____. Arqueologia de Palmares, sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. J. J. Reis, GOMES, F (Eds.). *Liberdade por um fio. História dos quilombos do Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, p. 26-51, 1996 c.

_____. Fontes arqueológicas: os historiadores e a cultura material. In PINSKI, C.B. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, p. 82-110, 2005.

_____. A cultura material de Palmares: o estudo das relações sócias de um quilombo pela arqueologia. *Idéias*, 27: 37-42, 2005b.

_____.Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia histórica. *MNEME Revista de Humanidades. Dossiê Arqueologia Brasileira*, v.6, n.13, dez.2004/jan.2005. Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme>. Acesso em 20/01/2009.

_____. Arqueologia Pública no Brasil e as Novas Fronteiras. *Praxis Arqueológica* 3. 2008, p. 131-138. Disponível em:

www.praxisarchaeologica.org/issues/PDF/2008_131138.pdf. Acesso em 11/5/2011.

FUNES, Eurípedes Antônio. *Nasci nas matas, nunca tive senhor: História e Memória dos mocambos do Baixo Amazonas*.Tese (Doutorado), Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

GALLARDO, DARIO H. G. *Senhores e Escravos no Paraná (1800-1830)*. *Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo* São Paulo, São Paulo, 1986.

_____. *Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830*. Revista Brasileira de História. Volume nº8 (16). mar/ago. São Paulo. ANPUH, 1988.

_____. *Terras e gado no Paraná tradicional*. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo 1996.

GALLOIS, Dominique Tilkin (org.). *Redes de relações nas Guianas*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; FAPESP, 2005.

GINZBURG, Carlos; PONI, Carlo. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

GOMES, Flávio dos S. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. IN: REIS, João.J.; GOMES, Flávio dos S. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*.São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA – INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Quilombos em São Paulo, tradições, direitos e luta*. São Paulo, IMESP, 1997.

GOULART, José A. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GOULLARTI FILHO, Alcides. A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande na formação econômica regional em Santa Catarina. *Geosul*, Florianópolis, v. 24, n. 48, p 103-128, jul./dez. 2009.

GUIMARÃES, Carlos M. Os quilombos do século do ouro – Minas Gerais – século XVIII. *Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE/USP, v.18, 1988.

GUSMÃO, Neuza Maria M. de. *Terra de preto, terra de mulheres: terra, mulher e raça em um bairro rural negro*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1996.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice, 1990

HOBSBAWM, Eric. *A história de baixo para cima*. In: Sobre história: Companhia das Letras, 1988.

HOLANDA, Sérgio B. de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HORTA, Maria de Lourdes P. *Guia Básico de educação patrimonial*. Museu Imperial. IPHAN/MinC. Brasília, 1999.

IANNI, Octávio. *A Ideia de Brasil Moderno*. São Paulo, Brasiliense, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPT). *Mapa Geológico do Estado de São Paulo*. São Paulo: Série Monografias n. 5, 1981.

_____. *Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo*. São Paulo: Série Monografias n. 6, 1981b.

KLEIN, Herbert S. *A oferta de mares no Brasil central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880*. *Estudos Econômicos*, v. 19, n. 2, mai-ago 1989.

KNAPP, A. B.; ASHMORE, W. *Archaeological Landscapes: constructed, conceptualized, ideational*, p. 1-30. In: ASHMORE, W. & KNAPP, A.B.. *Archaeologies of landscape. Contemporary perspectives*. Oxford, Blackwell Publishing, 1999.

KRONKA F.J. N., et al. *Inventário florestal das áreas reflorestadas do Estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto Florestal, 2002.

_____. *Mapeamento e quantificação do reflorestamento no Estado de São Paulo*. Florestar Estatístico, vol. 6, nº 14, janeiro de 2003.

_____. *Inventário florestal da vegetação natural do Estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

KUNIOCH, M. N.; MOLET, C.D.G. *Uma comunidade quilombola na rota dos tropeiros: quilombolas do Limoeiro*. 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 13 a 15 de maio, Curitiba, 2009.

LANATA, José Luis. Los componentes del paisaje arqueológico. *Revista de Arqueología Americana*. Nº 13 [s. l.]. Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1997, p.150-165.

LARA, Silvia H. Do singular ao plural. Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. REIS, João.J.; GOMES, Flávio dos S. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LAPLATINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 5ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. IN: LEITE (org). *Negros no sul do Brasil. Invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis, SC: Letras contemporâneas, 1996, p. 33 a 53.

_____. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, vol IV (2), 2000, pp. 333-354.

_____. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 16, n. 3, dez. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 09/09/2010.

LIMA, Deborah de M. *A construção histórica do termo caboclo*. Novos Cadernos NAEA vol 2, nº 2 dezembro, 1999.

LIMA, Tânia A. Arqueologia histórica: algumas considerações teóricas. CLIO (Série Arqueológica), Recife: UFPE, n. 05, 1989, p 87-99.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: EDUSP, 1994.

MACHADO, Paulo P. *Liderança do Contestado*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2004.

_____. Bugres, tropeiros e birivas: aspectos do povoamento do planalto serrano. In: BRANCHER, A.; AREND, Maria F. *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Ed.da UFSC, 2001.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. *Metodologia científica*. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Sílvia Corrêa. *História e memória do Jaó – um bairro rural de negros*. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARQUES, S. C.; BARROS, A. L. M. União e progresso em torno de um nome: Acácio Piedade. Biografia apresentada para a Exposição da História da Educação de Itapeva, SP. Secretaria Municipal de Educação de Itapeva, SP, 2011.

MANZATO, F.. ; MARQUES, S.C. *Fazenda Pilão d' Água da Velha Faxina: Proposta de Gestão do Patrimônio Arqueológico*. V Simpósio de Ciências Aplicadas da FAIT, Itapeva, SP, 2008.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso. Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5ª ed, São Paulo: Vozes, 1995.

MATALOTO, Rui. Paisagem, memória e identidade: tumulações megalíticas no pós-megalitismo alto-alentejano. In: *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol 10, nº1, 2007, p.123-140.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A paisagem como fato cultural. YÁZIGI, Eduardo (org.) *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

MENSCH, Peter Van. *O Objeto de estudo da museologia*. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994.

MILHEIRA, Rafael. Arqueologia Gaurani no litoral sul-catarinense: história e território. Tese (Doutorado), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MONTEIRO, John M. Os Guarani e a história do Brasil meridional : séculos XVI-XVII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo : Cia. das Letras ; Fapesp ; SMC, 1992. p.475-500.

_____. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. Companhia das Letras, 4ª ed., 1994.

_____. *Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese apresentada para o concurso de Livre-Docência, Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Departamento de Antropologia, IFCH-Unicamp, 2001.

MONTENEGRO, Antonio T. *Historia, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

MORAIS, J.L. *Perspectivas geoambientais da Arqueologia do Paranapanema paulista*. Tese de Livre-Docência, MAE-USP, 1999a.

_____. A Arqueologia e o fator geo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 9:3-22, 1999b.

_____. Tópicos de Arqueologia da Paisagem. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 10:3-30, 2000.

_____. *Salvamento Arqueológico da Linha de Transmissão Itaberá/Tijuco – Relatório Final*. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. MORAIS, J. L. . Reflexões acerca da Arqueologia Preventiva. In: Victor Hugo Mori; Marise Campos de Souza; Rossano Lopes Bastos; Haroldo Gallo. (Org.). *Patrimônio Atualizando o Debate*. São Paulo: CONAP, 2006.

MORALES, M.; PARADELA, H.; VILLELLI, M. B.; CARDILLO, M.; GUILHERMO, S., Fundamentos teórico-metodológicos para La evaluación del potencial arqueológico de áreas urbanas. IN: CURTONI, R. & ENDERE, M.L. (Eds). *Análisis, interpretación y gestión en La arqueología de sudamérica*. Argentina. Série Teórica. Volume 2. UNICEN, 2009, p.219-235.

MOTA, Lúcio T. *As populações indígenas Kaiowá, Kaingang e as populações brasileiras na bacia dos rios Paranapanema/Tibagi no século XIX: conquista e relações interculturais*. Fronteiras: Revista de História, Dourados, MS, v. 9, n. 16, jan./jul. p.47-72, 2007.

MOTIM, Benilde M. L. Estrutura fundiária do Paraná tradicional, Castro – 1850-1900. Dissertação (Mestrado). História Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1987.

MOUTINHO, Mario. A Declaração de Quebec de 1984. IN: ARAÚJO, M.; BRUNO, M.C.O. *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. Comitê Brasileiro do ICOM, São Paulo, 1995, p. 26-29.

MOTTA, Marcia. Brecha Negra em livro branco: artigo 68, remanescente de quilombos e grilagem no Brasil. *Usos do Passado; XII Encontro Regional de História*, ANPUH-RJ, 2006.

MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. Col. Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOURA, Denise A. S. de. Relações de trabalho e convívio em um município paulista cafeeiro. In: *História do Estado de São Paulo: A formação da unidade paulista*. São Paulo: Editora UNESP, Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.

MOURA, Glória. A força dos tambores: a festa nos quilombos contemporâneos. L.M. SCHWARCZ, L. M; REIS, L. V. (Eds.) *Negras Imagens*. São Paulo: Edusp/ Estação Ciência, p. 55-80, 1996.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. 2ª ed. Ática: São Paulo, 1988.

MOUTINHO, Mario. A Declaração de Quebec de 1984. IN: ARAÚJO, M.; BRUNO, M.C.O. *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. Comitê Brasileiro do ICOM, São Paulo, 1995, pp. 26-29.

MULLER, Daniel P. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo ordenado pelas leis provinciais de 11/04/1836 e 10/03/1837*. Secção de obras d'O Estado de São Paulo, 1923.

MUNANGA, Kabengele. Mestiçagem e experiências interculturais no Brasil. IN: SCHWARCZ, L. M. e REIS, L. V (Eds). *Negras imagens: ensaio sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo, EDUSP/ Estação Ciência, 1996.

_____. *Diversidade, etnicidade, identidade, cidadania*. Palestra proferida No 1º Seminário de Formação Teórico-Metodológico/ SP; ANPED, Ação Educativa; s/d. Disponível em <http://www.npms.ufsc.br/programas/Munanga%2005diversidade.pdf>. Acesso em 12/05/2012.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

O'DWYER, Eliane C. (org.) *Terra de Quilombos*. Rio de Janeiro, Boletim da Associação Brasileira de Antropológica, 1995.

_____. (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. Introdução. IN.: O'DWYER, Eliane C. (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002b.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de *Modo capitalista de produção e agricultura*. 4ª ed., São Paulo: Ática, 1995.

_____. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflito e reforma agrária*. Estudos Avançados 15 (43), p.185-206, 2001.

OLIVEIRA, J.B.; CAMARGO, M.N.; ROSSI, M. & CALDERANO FILHO, B. *Mapa pedológico do Estado de São Paulo: legenda expandida*. Campinas, Instituto Agrônomo/EMBRAPA Solos. Campinas. 1999.

ORSER JR. Charles.E. *Introdução a la Arqueologia Histórica*. Traducción y prólogo de Andrés Zarankin. Buenos Aires: Instituto Nacional de Antropologia, 2000.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. Estrutura Agrária e Ocupacional. In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloisa (orgs). *Colônia*. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v.1, Passo Fundo, RS: Méritos, 2006.

PALLESTRINI, Luciana. *Sítio arqueológico Fonseca*. Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1969.

_____. *Interpretação das estruturas arqueológicas em sítios do estado de São Paulo*. Coleção Museu Paulista, (série arqueologia), nº 1, Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1975.

PARELLADA, Claudia I. Capítulo 17 *Arqueologia dos Campos Gerais*, 2007. Disponível em: <http://ri.uepg.br:8080/riuepg/handle/123456789/461>. Acesso em 5/3/2012.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. IN: LE GOFF, J. *A História Nova*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.241-285.

PETRONE, M. T. S. *O Barão de Iguape*. São Paulo: Editora Nacional - INL, 1976.

_____. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v.5, n.10, 1992.

PORTELA, Bruna M. *Caminhos do cativo: a configuração de uma comunidade escrava (Castro, São Paulo 1800-1830)*. Curitiba; Mestrado – UFPR, 2007.

PRIMO, Judith S. *Pensar contemporaneamente a Museologia*. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 16, 1999.

PRIORE, Mary D., VENÂNCIO, Renato P. *Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

QUEIRÓZ, Renato da S. *Caipiras negros no vale do Ribeira*. 2ª ed., São Paulo, EDUSP, 2006.

REBELO, Elvira. A pessoa, as comunidades e os patrimônios: reflexos em torno da história de uma necessidade. In: *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*. IPPAR/IFT, p.116-121, 2001.

RENFREW, C.; BAHN, P. *Arqueologia. Teoria, métodos y prácticas*. Madrid: Ed. Akal, 1993.

REIS, João.J.; GOMES, Flávio dos S. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João J. Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806. In: REIS, João.J.; GOMES, Flávio dos S. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Povo Negro. *Revista USP*, São Paulo (28): 14-39, dez/fev, 1995/1996.

RIBEIRO, Darci. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectiva s. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

ROBRAHN-GONZALES, Erika M. *As aldeias circulares do Brasil Central*. In: *Brasil 50 mil anos, uma viagem ao passado*. São Paulo: EDUSP/MAE, 2001.

RODRIGUES, R. A.; AFONSO, M. C. Um olhar etnoarqueológico para a ocupação Guarani no Estado de São Paulo. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, 18:155-173, 2002.

RODERJAN, Roselys. Caminhos do Sul. IN: SANTOS; VIANNA; BARROSO. *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: EST, 1995, p.26-31.

SÃO PAULO (Estado). *Atlas das unidades de conservação ambiental do Estado de São Paulo, parte II: interior*. Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Metalivros, São Paulo, 1998.

SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1976.

SALGUEIRO, Tereza Barata. Paisagem e Geografia. *Finisterra*, XXXVI, pp.37-53, 2001.

SANTOS, Carlos José F. dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915*. 3º Ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.

SANTOS, Fabrícia de O. *Serra da Guia: marcas da ocupação humana na paisagem de Poço Redondo/SE*. Dissertação de mestrado, Universidade federal de Sergipe, 2007.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Metamorfose do Espaço Habitado, Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo, HUCITEC, 1996.

SANTOS, Myriam S. dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004, pp. 138-169.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. IN: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, L. *Paisagem, tempo e cultura*. 2ª ed., Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p.12-74.

SCARAMUZZA, Carlos A. de M. *Flora e ecologia nos campos de Itararé, São Paulo, Brasil*. Tese (Doutorado). Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCHAAN, Denise P. Múltiplas vozes, memórias e histórias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 33, 2007, p. 109-136.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHIFFER, M.B. *Formation Processes of the Archaeological Record*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987, p. 3-23.

SCHNEIDER, R. L.; MÜHLMANN, H.; TOMMASI, E.; MEDEIROS, R. A.; DAEMON, R. F.; NOGUEIRA, A. A. Revisão estratigráfica da Bacia do Paraná. In: Congresso Brasileiro de Geologia, Porto Alegre, 1974, p. 41-65.

SCHWARTZ, Stuart. *Roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo, EDUSC, 2001

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA, FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO JOSÉ GOMES DA SILVA. *Relatório Técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo do Jaó/Itapeva-SP*, março, 2000.

SILVA, Adriana F. da. *Estratégias materiais e espacialidade: uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SILVA, Dimas *et al.* *Caracterização geomorfológica da Estação ecológica de Itapeva e de sua área do entorno, São Paulo Brasil*. VI Seminário Latino Americano de Geografia Física, II Seminário Ibero Americano de Geografia Física, Universidade de Coimbra, Maio de 2010. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema3/dimas_caracterizacao. Acesso em: 01/05/2012.

SILVA, Francisco C. T. História das paisagens. In. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, Helenice R. da. *"Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória*. Rev. Bras. Hist., vol.22, no.44, p.425-438, 2002.

SILVA, Maria Odila L. da. *Quotidiano e poder sem São Paulo no século XIX*. São 2ª ed, Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Abrahão S. N F. da. *Musealização da Arqueologia: diagnóstico do patrimônio arqueológico em museus potiguares*. Dissertação de mestrado, MAE/USP, 2008.

SILVA, Orlando S. *Eduardo Galvão: índios e caboclos*. São Paulo: Annablume, 2007.

SILVA, Dimas *et al.* *Caracterização geomorfológica da Estação ecológica de Itapeva e de sua área do entorno, São Paulo Brasil*. VI Seminário Latino Americano de Geografia Física, II Seminário Ibero Americano de Geografia Física, Universidade de Coimbra, Maio de 2010. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema3/dimas_caracterizacao. Acesso em: 01/05/2012.

SHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo, EPU, editora da Universidade de São Paulo, 1974.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava (Brasil Sudeste, século XIX)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1996.

SOARES, André Luis Ramos (Org.) *Educação Patrimonial: Relatos e Experiências*. Santa Maria: UFSM, 2003.

SPÓSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros. Indígenas na formação do Estado nacional Brasileiro e conflitos na província de São Paulo*. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. *A liberdade dos indígenas no império do Brasil*. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

SOUSA, Djalma; LOBATO, Edson. *Cerrado, correção do solo e adubação*. Brasília, DF, EMBRAPA, 2004.

SOUZA, Roberto M. de. *Mapeamento social dos Faxinais do Paraná*. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/mapeamento-social-dos-faxinais-no-parana.pdf>; s/d. Acesso em 04/06/2012.

STRAFORINI, Rafael. *No caminho das tropas*. Sorocaba, SP: TCM, 2001.

SUPRINYAK, Carlos E.; RESTITUTTI, Cristiano C. Os muares e as Minas: relação entre a demanda mineira e o mercado de animais de carga nos séculos XVIII e XIX. IN: *Anais do XII Seminário sobre economia mineira*. Diamantina, CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2006.

SUPRINYAK, Carlos. E. Tropas conduzidas pela barreira de Itapetininga e o comportamento do mercado de muares, 1854-1869. *História econômica & história de empresas IX*. 2, 2006, p. 49-72.

_____. *Tropas em marcha: O mercado de animais de carga no centro-sul do Brasil Imperial*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

_____. O mercado de animais de carga no centro sul do Brasil imperial: novas evidências. *Estudos Econômicos*, vol. 38, nº2, p 319-347, abril-junho 2008 b.

TAVARES, Luis A. *Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum*. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. Tradução Ordep Trindade Serra, São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

THOMAS, J. Archaeologies of place and landscape. In.: HODDER *Archaeological Theory Today*, 2001.

TROCME-FABRE, Helene. *Reinventar o ofício de aprender*. São Paulo: Trion, 2010.

VARINE-BOHAN, H. *A Nova Museologia: Ficção ou Realidade*. In: *Museologia Social*, Porto Alegre, 2000, p. 21- 35.

VASCONCELOS, Maria José E. de. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas, SP: Papirus, 2002.

WANDERLEY, Maria de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Revista Desenvolvimento e meio ambiente: Teoria e*

metodologia em meio ambiente e desenvolvimento, Curitiba n. 2, p. 29-37, jul. 2000.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX *Encontro anual da ANPOCS*. GT 17, Processos sociais agrários. Caxambu, MG, 1996.

WICHES, Camila A. de M. *Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas*. Tese (Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ZANATTA, Maria Beatriz. *A abordagem cultural na geografia*. Revista *Temporis [ação]*, Unidade Universitária Cora Coralina, Revista Eletrônica, vol. 1, nº 9, p. 224-235, 2007. Disponível em: <http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/temporisacao/article/view/28>. Acesso 13 mai 2011.

ZUCCHERELLI, Moara. *A “Rota dos Tropeiros” – projeto turístico na região dos Campos Gerais: um olhar antropológico*. Mestrado, Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

Fontes

1. Entrevistas

Áurea de Paula Alexandre, no Capão, Jaó, de 59 anos, em 07/06/2012.

Calisa de Paula Lima, em frente a sua casa, Jaó, de 89 anos em 17/04/2012.

Isalina Martins de Lima, na sala de sua casa, na sala de sua casa, Jaó, de 53 anos em 18/05/2012.

Roque Camargo Lima, na sala de sua casa, Jaó, de 63 anos em 08/06/12.

Valdomiro Martins de Lima, na sala de sua casa, Jaó, de 81 anos em 29/03/2012.

2. Documentos Cartoriais

2.1 Cartório de Registro Civil de Itapeva:

Certidão de óbito de Joaquim Carneiro de Camargo (1911).

Certidão de óbito de Josepha de Paula Lima (1931).

Certidão de nascimento de Amélia de Camargo Lima.

2.2 Cartório do Primeiro Ofício de Itapeva:

Inventário de Fortunata Maria de Camargo (1894).

Arrolamento dos bens de Joaquim Carneiro de Camargo (1912).

Inventário de Joaquim Carneiro de Camargo e Josepha de Paula Lima (1931).

Livro de Nottas, 1º Ofício, 1883.

Livro de Nottas, nº 59.

Livro de Nottas Gerais nº 60.

Livro de Nottas nº 61.

Ação de partilha da Fazenda Pilão d'Água (1883).

2.3 Cartório do Segundo Ofício de Itapeva:

Inventário de Honorato Carneiro de Camargo (1916).

Livro de Nottas Geral nº 35.

2.4 Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Itapeva

Certidão de compra de terras efetuadas por Honorato Carneiro de Camargo (1894, 1895, 1896, 1897).

Certidão de compra de terras efetuada por Joaquim Carneiro de Camargo (1889; 1897).

3. Secretaria Municipal da Cultura

Livro de lançamento dos fazendeiros do município que estão sujeitos aos impostos de Fazendas de criar – anno 1896.

Acervo da Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural. Registro de casamento ocorridos na Parochia de Faxina (1888/1889).

Acervo da Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural Audiência especial para entrega de cartas de liberdades, 9/02/1887.

Livro de Lançamento de Campos Municipais (1896-1897).

Listas de Anexos

Anexo 1: Mapa com a localização do município no estado de São Paulo.

Anexo 2: Mapa com o roteiro pela estrada velha da Lagoa Grande.

Anexo 3: Referências patrimoniais – Quilombo do Jaó.

Anexo 4: Coordenadas do pontos.

Anexo 5: Planta da casa.

Anexo 6: Planta do museu.

Anexo 1: Mapa com a localização do município no Estado de São Paulo

SÍLVIA CORRÊA MARQUES

TESE DE DOUTORADO (MAE/USP)

ESCALA: 1:50000 DATA: 20/06/12

Paisagens reveladas: o Jaó caboclo, quilombola, brasileiro
Orient. Prof.ª. Dr.ª. Maria Cristina Oliveira Bruno

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO
FONTE:

Anexo 2: Mapa com roteiro pela estrada velha da Lagoa Grande.

situação s/ escala

Convenções

- Pontos Georreferenciados
- Córregos Maiores
- Córregos Menores
- Estradas
- Rodovias Pavimentadas
- Ferrovias
- Divisa Municipal
- Quilombo do Jaó

Sílvia Corrêa Marques

TESE DE DOUTORADO (MAE/USP)

Paisagens reveladas: o Jaó caboclo, quilombola, brasileiro
Orient. Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Oliveira Bruno

Resp. Técnico:
Alexandre Pereira de Souza
Geomensor – Crea nº 5062233034
Credenciado Incra– Cód. C6H

Escala:
1:75000

Data:
20/06/2012

PROJEÇÃO UTM - Universal Transversa de Mercator
Datum: SAD - 69 / Fuso : 22 / Convergência Meridiana 00°51'
Pontos rastreados com o receptor GPS - Garmin Etrex

Fonte:
Base Topográfica Plano-Altimétrica do Município de Itapeva.
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo
Programa Google Earth, versão 5.0.1

Escala Gráfica:

Anexo 3: REFERÊNCIAS PATRIMONIAIS Quilombo do Jaó

N(Y): 7.355.400,0000

N(Y): 7.354.800,0000

N(Y): 7.354.200,0000

N(Y): 7.353.600,0000

E(X): 719.400,0000

E(X): 720.000,0000

E(X): 720.600,0000

Convenções

	Moradia
	Núcleos
	Mina d'água
	Ribeirão
	Córregos Menores
	Estradas
	Ponte / Ferrovia

Escala Gráfica:

Sílvia Corrêa Marques

TESE DE DOUTORADO (MAE/USP)

Paisagens reveladas: o Jaó caboclo, quilombola, brasileiro
Orient. Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Oliveira Bruno

Resp. Técnico:

Alexandre Pereira de Souza

Geomensor – Crea nº 5062233034

Credenciado Inbra- Cód. C6H

Escala:

1:12000

Data:

20/06/12

PROJEÇÃO UTM - Universal Transversa de Mercator

Datum: SAD - 69 / Fuso : 22 / Convergência Meridiana 00°51'

Pontos rastreados com o receptor GPS - Garmin Etrex

Fonte: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP

COMUNIDADE DO JAÓ

FEVEREIRO/2000

Cálculo analítico das coordenadas planas UTM e Geodésicas

Datum: SAD 69, Meridiano Central 51 - Fuso 22

PONTOS	Coord. E(X)	Coord. N(Y)	Latitude	Longitude	Altitude
Núcleo Tapera	720.685,57	7.354.058,60	23°54'35.260597"S	48°49'55.690584"W	sem uso
Nascente d'água	720.736,00	7.353.935,00	23°54'39.251668"S	48°49'53.841163"W	sem uso
Ponte / Ferrovia	720.474,00	7.353.365,00	23°54'57.903337"S	48°50'02.792571"W	sem uso
Tapera de vovô Joaquim	720.371,59	7.353.550,68	23°54'51.921155"S	48°50'06.512835"W	sem uso
Tapera mãe Josepha	720.027,00	7.354.188,00	23°54'31.383858"S	48°50'19.037260"W	sem uso
Nascente d'água	719.977,68	7.354.278,66	23°54'28.462456"S	48°50'20.829540"W	sem uso
Tapera Herminia	719.939,00	7.354.442,08	23°54'23.171852"S	48°50'22.284733"W	sem uso
Segunda casa Josepha	719.939,24	7.354.499,50	23°54'21.305745"S	48°50'22.307392"W	sem uso
Casa / Chiqueiro Alexandre	719.869,00	7.354.525,00	23°54'20.512112"S	48°50'24.803668"W	sem uso
Monjolo Antigo	719.535,00	7.354.636,00	23°54'17.071080"S	48°50'36.668201"W	sem uso
Tapera Deolinda	719.566,72	7.354.733,79	23°54'13.877806"S	48°50'35.600000"W	sem uso
Casa Roque e Maria José	719.550,32	7.354.876,25	23°54'09.257052"S	48°50'36.256377"W	sem uso
Terreno do Roque	719.482,22	7.354.929,76	23°54'07.551895"S	48°50'38.691876"W	sem uso
Tapera Waldomira e Maximiniano	719.871,61	7.354.946,62	23°54'06.811115"S	48°50'24.939103"W	sem uso
Terreno do Reinaldo	720.555,80	7.354.790,56	23°54'11.541625"S	48°50'00.673679"W	sem uso
Núcleo Albertina	720.742,29	7.354.663,36	23°54'15.581799"S	48°49'54.013844"W	sem uso

PONTOS	Coord. E(X)	Coord. N(Y)	Latitude	Longitude	Altitude
1	716.101,00	7.348.093,00	23°57'51.340044"S	48°52'34.525229"W	675
2	717.641,00	7.347.209,00	23°58'19.336314"S	48°51'39.630362"W	696
3	717.878,00	7.347.837,00	23°57'58.813506"S	48°51'31.586923"W	644
4	718.851,60	7.349.671,84	23°56'58.711948"S	48°50'58.149775"W	636
5	719.298,00	7.350.644,00	23°56'26.902008"S	48°50'42.891867"W	626
6	719.515,00	7.351.112,00	23°56'11.587462"S	48°50'35.473117"W	679
7	719.541,75	7.351.249,96	23°56'07.091316"S	48°50'34.602142"W	695
8	719.696,00	7.352.059,00	23°55'40.726468"S	48°50'29.586309"W	618
9	718.628,00	7.352.781,00	23°55'17.795372"S	48°51'07.727780"W	621

PONTOS	Coord. E(X)	Coord. N(Y)	Latitude	Longitude	Altitude
10	719.135,00	7.352.795,00	23°55'17.089639"S	48°50'49.813979"W	616
11	719.990,00	7.354.051,00	23°54'35.853824"S	48°50'20.270936"W	680
12	720.064,00	7.353.103,00	23°55'06.620630"S	48°50'17.142705"W	622
13	720.816,00	7.354.528,00	23°54'19.943357"S	48°49'51.335330"W	678
14	724.949,00	7.359.745,00	23°51'28.350356"S	48°47'28.144069"W	717
15	726.753,00	7.356.181,00	23°53'23.233678"S	48°46'22.428952"W	702

Anexo 5: Planta da casa

CORTE B/B:
Escala: 1/50

CORTE A/A:
ESCALA: 1/100

PLANTA BAIXA:
Escala: 1/50

DETALHE DA COBERTURA:
Escala: 1/50

Natureza:	Residencial
Proprietários:	Roque Camargo Lima Maria José Estevam Camargo Lima
Local:	Quilombo do Jaó
Cidade:	Itapeva-SP
Data:	Fevereiro/2012

Situação s/ Escala

Autor do Projeto :
Vandir Silvestre de Almeida
Desenhista Projetista

Levantamento de Materiais:

Cálculo: 46,80 ml de Paredes - 6,53 ml de Frestas = 40,27 ml livre

Cálculo: 4 tábuas por metro linear , cada tábuia de 0,25 cm

Portanto, serão necessárias 160 tábuas de 0,25 cm x 3,00 altura

Pé Direito: 4 peças de 150 mm x 4 mts. /altura

Sarrafos: 280 peças de 2 polegadas x 3,00 mts. /altura

Prego: 18x27/ 7 kgs.

Prego : 17x21/ 8 kgs.

Prego : 19x36/ 3 kgs.

Telha Francesa

CORTE B/B:
Escala: 1/50

PLANTA BAIXA:
Escala: 1/50

DETALHE DA COBERTURA:
Escala: 1/50

Anexo 6: Planta do museu

Natureza:	Comunitário
Proprietários:	Quilombo do Jaó
Local:	Quilombo do Jaó
Cidade:	Itapeva-SP
Data:	Fevereiro/2012

Situação s/ Escala

Autor do Projeto :
Vandir Silvestre de Almeida
Desenhista Projetista

Levantamento de Materiais:

- 90 TÁBUAS DE 0.25X3.00 MTS. DE ALTURA
- 50 RIPAS DE 5 CM X 3.00 MTS. PARA AS PAREDES
- 80 RIPÃO DE 3.00 MTS. DE ALTURA PARA O MADEIRAMENTO
- 12 PONTALETES DE 4.00 MTS. DE ALTURA DE 100 MM. PARA AS PAREDES
- 12 VIGAS 6X12 DE 4.00 MTS. PARA O MADEIRAMENTO
- 04 VIGAS 6X16 DE 3.00 MTS. PARA O MADEIRAMENTO
- 30 CAIBROS 8X6 DE 4.00 MTS. PARA O MADEIRAMENTO
- 05 KGS. DE PREGO 18X27
- 04 KGS. DE PREGO 17X21
- 05 KGS. DE PREGO 19X36
- 04 KGS. DE PREGO 17X27
- 10 SACOS DE CIMENTO CAUÊ
- 20 SACOS DE CAL